

# LÉXICO E CULTURA

CRISTINA MARTINS FARGETTI  
CLOTILDE DE ALMEIDA AZEVEDO MURAKAWA  
ODAIR LUIZ NADIN  
(ORG.)

# **LÉXICO E CULTURA**

1ª edição

Araraquara  
LETRARIA  
2015

## **LÉXICO E CULTURA**

### **PROJETO EDITORIAL**

Letraria

### **CAPA**

Letraria

### **REVISÃO**

Letraria

### **ORGANIZAÇÃO**

Cristina Martins Fargetti / Clotilde de Almeida Azevedo  
Murakawa / Odair Luiz Nadin

### **AUTORES**

Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias / Conceição de Maria de Araujo Ramos / Edson Lemos Pereira / Ilana Catharine dos Santos Serejo / Ivanilde da Silva / João Nunes Avelar Filho / Letícia Rodrigues Guimarães Mendes / Márcia Sipavicius Seide / Maria da Conceição Reis Teixeira / Maria Helena de Paula / Maria Silvana Militão de Alencar / Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida / Natália Cristine Prado / Patrícia Helena Frai / Raphael Bessa Ferreira / Rayne Mesquita de Rezende / Renata Cazarini de Freitas / Tatiana Martins Mendes / Theciana Silva Silveira / Zuleide Ferreira Filgueiras

### **CONSELHO EDITORIAL**

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel / Elizabete Aparecida Marques / Fábio Bonfim Duarte / Josete Marinho de Lucena / Maria Cândida Trindade Costa de Seabra / Maria do Socorro Silva Aragão

FARGETTI, Cristina Martins; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz.

ISBN: 978-85-69395-02-7

Léxico e cultura / Cristina Martins Fargetti et al. (Org.) – Araraquara: Letraria, 2015.

180p. 768 x 1024px.

1. Léxico. 2. Cultura. 3. Onomástica. 4. Regionalidade.

# LÉXICO E CULTURA

Cristina Martins Fargetti  
Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa  
Odair Luiz Nadin  
(Org.)

letraria 

## SUMÁRIO

### *PREFÁCIO*

Cristina Martins Fargetti

7

### *LÉXICO, CULTURA E REGIONALIDADE*

#### **MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DE NOMES DUPLOS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

Patrícia Helena Frai, Márcia Sipavicius Seide

15

#### **O *FOLIONÊS*: UMA VARIEDADE DE FALA NA FOLIA DA ROÇA VISTA PELA ECOLINGUÍSTICA**

João Nunes Avelar Filho

25

#### **LÉXICO AMAZÔNIDA E POÉTICA AMAZÔNICA EM *ALTAR EM CHAMAS*, DE PAES LOUREIRO**

Raphael Bessa Ferreira

33

#### **A FÉ QUE NOS MOTIVA: UM ESTUDO DOS TOPÔNIMOS EM LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DE 1837-1838**

Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida, Maria Helena de Paula

39

#### **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA TIPOLOGIA DEFINICIONAL DO “GLOSÁRIO REGIONAL” DA OBRA *ESTUDOS DE DIALETOLOGIA PORTUGUESA – LINGUAGEM DE GOIÁS (1944)***

Rayne Mesquita de Rezende, Maria Helena de Paula

47

#### **TERMOS INDÍGENAS NO LÉXICO TOPONÍMICO DE DIAMANTINA**

Tatiana Martins Mendes

55

#### **REPRESENTAÇÃO DO SERTÃO BAIANO EM *SEARA VERMELHA*, DE JORGE AMADO: O CAMPO LEXICAL DOS TRABALHADORES**

Maria da Conceição Reis Teixeira

65

#### **ROUBAR É UM NEGÓCIO DE PALAVRA: LÉXICO DO FURTO E DO ROUBO EM DOCUMENTOS LATINOS E PORTUGUESES**

Renata Cazarini de Freitas

73

### *LÉXICO E VARIAÇÃO POPULAR*

#### **A SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR - UMA DISCUSSÃO SINCRÔNICA DA VARIAÇÃO PRONOMINAL NA FALA POPULAR INTERIORANA PAULISTA**

Ivanilde da Silva

87

#### **A VARIAÇÃO LEXICAL DE CAMBALHOTA EM CAPITAIS DO NORDESTE: DADOS DO ALiB**

Maria Silvana Militão de Alencar

97

#### **DE ZURÁRIO A MUNHECA DE SAMAMBAIA: A VARIAÇÃO LEXICAL, NO ALiMA, PARA O CONCEITO DE AVARENTO**

Ilana Catharine dos Santos Serejo, Conceição de Maria de Araujo Ramos

109

5

<b>LÉXICO E VARIAÇÃO DIATÓPICA: AS DENOMINAÇÕES PARA “CORNO” NO ATLAS LINGUÍSTICO DO MARANHÃO – ALiMA</b> Theciana Silva Silveira, Conceição de Maria de Araujo Ramos	117
 <i>LÉXICO E ONOMÁSTICA</i>	
<b>AS EXPECTATIVAS DO SUJEITO-NOMEADOR E OS ANIMOTOPÔNIMOS</b> Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias	129
<b>ITALIANOS EM BELO HORIZONTE: UM ESTUDO ANTROPONÍMICO</b> Zuleide Ferreira Filgueiras	139
<b>A HIDRONÍMIA E A HIDROTOPONÍMIA MARANHENSE DE ORIGEM INDÍGENA</b> Edson Lemos Pereira, Conceição de Maria de Araujo Ramos	151
<b>ENTRE CAMINHOS DA TERRA E CAMINHOS DAS ÁGUAS: ESTUDO DE CASO – HIDRONÍMIA DO RIO DAS VELHAS/ MG</b> Letícia Rodrigues Guimarães Mendes	159
<b>ONOMÁSTICA COMERCIAL: O USO DA LÍNGUA INGLESA NA FORMAÇÃO DE NOMES DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO</b> Natália Cristine Prado	165
 <i>SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES</i>	177

# PREFÁCIO

**Cristina Martins FARGETTI**

É com satisfação que apresentamos este livro, que publica textos apresentados durante o I CINELI – Congresso Internacional Estudos do Léxico e suas Interfaces - realizado na UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, de 7 a 9 de maio de 2014. Tal congresso internacional teve expressiva participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, tendo tido a estimativa de aproximadamente 400 participantes. Contou com apoios financeiros da CAPES e FAPESP, e com apoios dos Grupos LINBRA e GPEL, bem como do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa e do Departamento de Linguística.

Este presente volume reúne textos em que a relação entre léxico e cultura mais se estreita, compreendendo as linhas: Léxico, Cultura e Regionalidade; Léxico e Variação Popular; Léxico e Onomástica. Tais textos refletem resultados, muitas vezes parciais, de pesquisas na época em curso ou já concluídas. Com isso, propiciam bons debates, com possibilidades de revisões bibliográficas e novos delineamentos no trabalho com *corpora*.

## **Léxico, Cultura e Regionalidade**

No primeiro texto desta linha, Patrícia Helena Frai e Márcia Sipavicius Seide procuram mostrar as análises preliminares de sua pesquisa sobre a nomeação com nomes duplos de pessoas na cidade paranaense Marechal Cândido Rondon. Tomando como base de *corpus* 15 entrevistas realizadas a partir de contatos telefônicos, direcionados anteriormente por seleção via lista telefônica, elas buscam entender as influências sócio-culturais na motivação para essas nomeações, questionando-se sobre a ocorrência de nomes tidos como tradicionais e sobre a influência da globalização e modernização de costumes para possíveis nomes não tradicionais.

Em seu texto, João Nunes Avelar Filho trata de elementos do léxico de uma variedade goiana da língua portuguesa, chamada folionês. O autor esclarece que se trata de fala de uma comunidade rural, relacionada a narrativas de personagens de Folia da Roça, uma festividade religiosa em louvor do Divino Espírito Santo, em Goiás. Tem como ponto de partida a Ecolinguística, com que dialoga em suas análises.

Assim, ele aponta a relação entre os indivíduos e seus territórios, seus locais de morada, responsáveis por sua referência cultural e linguística, o que menciona como sentimentos topoafetivos. O autor se questiona sobre a influência do êxodo rural, devido aos atrativos da modernidade, na manutenção e vitalidade de elementos culturais e linguísticos.

Raphael Bessa Ferreira discute a ocorrência de elementos lexicais tipicamente da Amazônia, na obra *Altar em chamas*, de Paes Loureiro, que teve sua primeira edição em 1983, mas a edição por ele analisada é a revista e ampliada, de 2002. Para a escolha dos excertos de poemas, Ferreira teve como foco a origem ligada ao âmbito geográfico e cultural da Amazônia, apontando possíveis elementos da língua tupi e do universo caboclo. São discutidos alguns processos de formação de neologismos, com prefixação e sufixação. Ao final é apontada uma relação entre língua e cultura.

Analisando um livro de registro de batizados, de 1837 a 1838, Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida e Maria Helena de Paula descortinam motivações em Catalão, Goiás, no passado, para os topônimos da região. Em especial, as autoras percebem os hierotopônimos (topônimos baseados em nomes de santos) como os mais recorrentes no referido livro. Elas então discutem as razões, no âmbito cultural/religioso, para isso. O texto revela o intenso trabalho de ‘garimpagem’ que os pesquisadores do LALEFIL, da UFG, têm realizado para a constituição de *corpora* relevantes para o estudo do português de Goiás. Este trabalho tem envolvido, inclusive, a elaboração de edições semidiplomáticas dos textos manuscritos, levando em conta para isso a normatização filológica.

O texto de Rayne Mesquita de Rezende e Maria Helena de Paula traz uma apresentação de parte dos objetivos de uma pesquisa de mestrado, então em andamento, vinculada ao PMEL-UFG, de Catalão. Procuram discorrer sobre os tipos de definição utilizados em um glossário constante da obra *Estudos de Dialectologia Portuguesa – Linguagem de Goiás*, de autoria de José Aparecido Teixeira, e datada de 1944. Realizam, portanto, análise metalexográfica de obra importante para o conhecimento da dialetologia no estado de Goiás, em especial focalizada no que se chamava então de ‘regionalismos’.

Com o objetivo de localizar vocabulário de origem indígena, entre os topônimos da região de Diamantina, Tatiana Martins Mendes apresenta um estudo que, inclusive, busca a etimologia de origem tupi de tal léxico. Como sabemos, a etimologia não é ciência exata, e a busca de compreensão da origem de topônimos é, portanto, sempre baseada em tentativas. Por isso observamos que a autora procura dialogar com autores dos estudos do léxico e com obras que lhe apontem caminhos na compreensão do tupi. Como na maioria dos casos, apesar de a região ter tido indígenas de etnias jê, a toponímia se restringiu ao tupi. Ao final, a autora apresenta um repertório toponímico de léxico tupi, da região de Diamantina, expondo previamente suas opções de macro e microestrutura.

Em uma reflexão sobre a relação língua-cultura-identidade, tendo como cenário o sertão baiano de *Seara vermelha*, romance de Jorge Amado, Maria da Conceição Reis Teixeira estuda o léxico referente a três campos semânticos de trabalhadores, a saber, os que exercem poderes, os relacionados a atividades agrícolas, os relacionados a atividades da pecuária, os relacionados a atividades lícitas/ilícitas. Embora seu objetivo seja um estudo lexicológico apenas de tais vocábulos, apresenta, ao final, uma listagem dos mesmos, com abonações retiradas da obra, sem, contudo, ter a pretensão de uma abordagem terminográfica. A autora reforça

a ideia de que o léxico é importante veiculador da cultura de um povo, a qual foi bem representada na obra em análise, para a época de sua publicação, 1946.

Finalizando os textos desta linha, Renata Cazarini de Freitas focaliza o léxico do furto e do roubo em documentos latinos e portugueses. Ela faz uma análise de placas de maldições, *tabellae defixionum*, que se apresentam em ‘latim vulgar’, algumas encontradas em descobertas arqueológicas recentes. Segue transcrições de filólogo, mas apresenta suas próprias traduções para o português atual. Estas placas fazem imprecações e rogos por punições a roubos realizados, e são encontradas em geral em material de liga de chumbo ou de mármore. A autora compara o léxico latino de furto e roubo com o que se encontra em obras do português do final da Idade Média/Renascença e do Barroco, realizando estudo lexicológico de cunho diacrônico.

### **Léxico e variação popular**

No início desta outra linha do livro, Ivanilde da Silva apresenta um estudo sobre o uso sincrônico da segunda pessoa do singular, com discussão da variação pronominal entre de você/de tu (nas funções sujeito, complemento e possessivos determinantes) em cidade paulista interiorana, São José dos Campos. Sua abordagem se pauta pela Sociolinguística Variacionista. O estudo apresenta contribuições teórico-metodológicas, e parte do pressuposto de que pressões de uso podem determinar significados e estruturas linguísticas.

Maria Silvana Militão de Alencar analisa as variantes lexicais da brincadeira de ‘cambalhota’ em nove capitais brasileiras nordestinas, em pesquisa sobre o campo semântico dos jogos e diversões infantis, através do Questionário Semântico Lexical do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Ela procura tratar da variação regional, etária e de grau de escolaridade. Seus resultados fazem perceber a variação existente, numa reflexão sobre os parâmetros adotados.

Ilana Catharine dos Santos Serejo e Conceição de Maria de Araujo Ramos apresentam dados da variação lexical para o conceito de ‘pessoa avarenta’, a partir de dados obtidos no ALiMA, Atlas Linguístico do Maranhão. As quinze lexias encontradas, em falantes de duas faixas etárias, representantes das cinco mesorregiões do estado, foram procuradas em dicionários gerais da língua. Estudo geolinguístico, procura uma dimensão sociolinguística também, numa busca de compreensão da variedade do estado.

Com abordagem idêntica de dados também do ALiMA, Theciana Silva Silveira e Conceição de Maria de Araujo Ramos discutem a variação lexical para o conceito de ‘homem traído’, também para falantes das cinco mesorregiões do estado do Maranhão. As autoras questionam a influência dos meios de comunicação na ocorrência de certas lexias, e finalizam também com as considerações sobre a variação encontrada no estado.

## Léxico e Onomástica

Retomando dados de sua dissertação de mestrado, defendida em 2013, Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias apresenta os resultados de pesquisa sobre os animotopônimos das microrregiões de Toledo e Foz do Iguaçu, ambas do Oeste paranaense. Levando em conta a proposta de Isquierdo (2011), classifica os animotopônimos como eufóricos e disfóricos, levantando considerações sobre as situações históricas dos colonizadores, as quais os levaram a adotar em maior quantidade os de um dos tipos, em detrimento do outro.

Zuleide Ferreira Filgueiras apresenta em seu texto discussões sobre sua tese de doutorado em andamento, a qual amplia o escopo de sua dissertação de mestrado, defendida em 2011. A autora aborda a antroponímia, na cidade de Belo Horizonte (MG), especificamente estudando os nomes próprios de pessoas de origem italiana, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Para tanto, fez investigações em arquivos históricos, periódicos antigos, acervos particulares, documentos de familiares e, sobretudo, no *Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim*. Uma vez que os documentos são manuscritos e de cópia proibida, a autora tem ampliada sua tarefa de coleta, que inclui também a decifração de diferentes caligrafias. Ela pretende apresentar um dicionário onomástico e estudar as grafias dos nomes, com suas prováveis variações devido ao contato com o português, além das histórias das famílias envolvidas, o que contribui sobremaneira para o conhecimento da memória de parte expressiva da população da cidade e permite abordagens diferentes em estudos posteriores.

Buscando um melhor conhecimento dos topônimos do Maranhão, Edson Lemos Pereira e Conceição de Maria Araujo Ramos discutem oito topônimos referentes a acidentes hidrográficos, ou seja, hidrônimos, de origem indígena. Apesar de a região ter tido povos indígenas de troncos e famílias distintos, como no restante do país, os topônimos parecem ter, todos, origem tupi. Os autores baseiam uma proposta de etimologia, por exemplo, em dicionários sobre a influência do tupi no português brasileiro. Estudo que buscou as lexias em obras do passado, traz grande contribuição para o melhor entendimento da toponímia no estado.

O capítulo de Letícia Rodrigues Guimarães Mendes também aborda a hidronímia em um estado brasileiro, mais especificamente em Rio das Velhas, MG. Para seu estudo, que revela traços da ocupação bandeirante, tomou como *corpus* mapas de Minas Gerais e da região da Bacia do Rio das Velhas feitos nos séculos XVIII, XIX e XX. Os topônimos encontrados foram catalogados, classificados, analisados em sua grafia e foi observada sua frequência ao longo desses séculos. Este estudo vincula-se ao ATEMIG, Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, coordenado por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, na UFMG, o qual se liga ao ATB, Atlas Toponímico do Brasil, coordenado por Marai Vicentina de Paula do Amaral Dick, projetos de reconhecido mérito.

Concluindo este volume, Natália Cristine Prado discute em seu texto pesquisa sobre onomástica, com enfoque no uso do inglês na formação de nomes de estabelecimentos comerciais, no estado de São Paulo. Tomando como fonte de seu *corpus* as informações do *Guia Mais*, da internet, sobre os estabelecimentos comerciais brasileiros, ela focaliza os paulistas, analisando os nomes quanto a sua morfossintaxe, e perguntando-se se essa segue a da língua portuguesa ou a da língua inglesa. Quantifica os nomes todos, verificando qual

a frequência dos que apresentam influência do inglês. Este constitui importante trabalho, apresentando considerações que nos fazem rever nossos conceitos sobre empréstimos linguísticos no Brasil.

Pelo que mostramos, este livro apresenta um conjunto de textos que refletem mais diretamente a relação entre Léxico e Cultura, e, apesar de seus objetos de estudo tão distintos, esta relação é o que os une e lhes dá sentido como um livro. Observamos que, além de objetos diferentes, adotam abordagens teórico-metodológicas diferentes também, o que nos fornece uma riqueza grande como conhecimento.

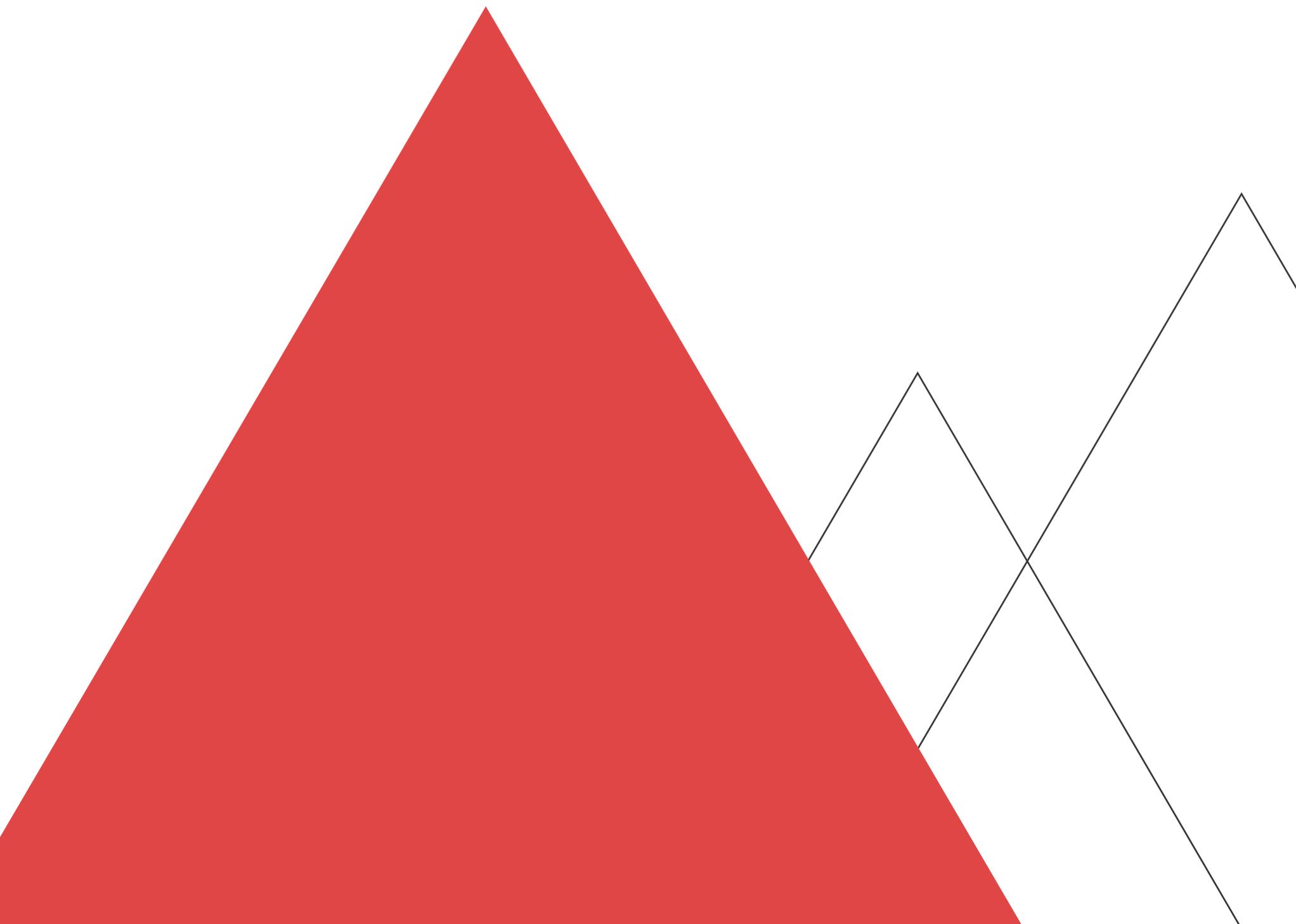
Mostrando pesquisas de Norte a Sul do país, estes textos refletem a importância da área de Estudos do Léxico e a grande necessidade de maiores quantidades de pesquisadores a ela dedicados. Em um país de tamanho continental, as questões de onomástica, em específico, toponímia e antroponímia, são amplas e requerem de nós um esforço concentrado de dedicação.

Inclusive, os dados sobre as línguas que contribuíram com a formação do português não são totalmente seguros, restando-nos, muitas vezes, apenas o alento de boas hipóteses para o conhecimento etimológico. Isso porque os conhecimentos linguísticos do passado muitas vezes se perderam, sem qualquer registro, como no caso de línguas indígenas extintas, e, além disso, os conhecimentos sobre as línguas de hoje, ainda faladas, encontram-se em perigo, dadas as condições precárias de uso de muitas dessas línguas. O mesmo se pode dizer da influência de línguas africanas, e mesmo a incerteza muitas vezes quanto à origem de léxico de línguas europeias.

Estes textos, portanto, nos mostram um esforço de seus pesquisadores para a recuperação da memória, quer seja indo a registros manuscritos, quer seja indo a publicações antigas, bem como para a documentação da língua portuguesa atual. Assim, nos restam mesmo dois caminhos: a volta ao passado, realizando ‘garimpos’ e verdadeiras ‘expedições arqueológicas’, e a documentação do presente, como registro para as gerações posteriores de falantes da língua, entre eles, seus pesquisadores.



# LÉXICO, CULTURA E REGIONALIDADE





# MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DE NOMES DUPLOS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Patrícia Helena FRAI  
Márcia Sipavicius SEIDE

## Introdução

Há diversos fatores que interferem na escolha do nosso nome, desde origem étnica, cultural, social, às influências de meios de comunicação e o espaço onde vivemos. Pode-se afirmar, então, que, em relação ao conjunto de antropônimos de uma localidade, é de se esperar que ele revele as características peculiares, isto é, a “personalidade” da comunidade (DICK, 1992).

Nessa perspectiva, a atual pesquisa pretende estudar as influências sócio- culturais que se dão na prática de nomeação dos nomes duplos de pessoas sob o viés da Socio-Onomástica, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Para a pesquisa, foram coletados os nomes duplos de contatos da lista telefônica, independente de idade, porém, considerando a mesma quantidade de nomes duplos para homens e mulheres. Após a listagem de nomes, realizaram-se entrevistas com os portadores dos nomes sobre a motivação dos seus nomes duplos. A pesquisa encontra-se em fase inicial, porém, alguns dados já puderam ser analisados.

## Identidade e cultura

Cada sociedade possui sua própria relação com a identidade, ela é entendida como o reconhecimento do ser nele mesmo, um ser único com um nome, sexo, filiação, que está situado em um determinado espaço e lugar. Cada cultura utiliza o conceito de identidade conforme os valores da sua sociedade, dessa forma, surge o conceito de identidade cultural. Entende-se como identidade cultural um conjunto de relações sociais que constroem os valores historicamente compartilhados entre uma sociedade num determinado tempo e lugar. Essa cultura estende-se a todas as características que fazem uma determinada sociedade ser o que ela é, questões como tradições folclóricas, política, artes e o próprio conceito de identidade em si.

Stuart Hall (1992) trabalha com dois conceitos importantes para a formação da identidade, o primeiro, a identidade cultural como já explicado, e o segundo, a cultura nacional. Esta se refere a um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 1992, p. 13), a identidade cultural pode construir o sentido sobre a “nação” na qual identificamo-nos uns com os outros e, conseqüentemente, constrói-se uma identidade brasileira. Com a nacionalidade são formadas as culturas que se conectam com as tradições de uma sociedade.

Diante da formação de uma identidade, apontam-se as mudanças sobre o conceito durante o século XX e XXI. Segundo os estudos de Hall (1992), a identidade era vista como algo permanente, único e imutável desde criança, era chamado de “sujeito do Iluminismo”. Em seguida, há o “sujeito sociológico” que constrói sua identidade através da interação com a sociedade, ou seja, existe a essência do “eu” interior como o sujeito do Iluminismo, mas há também a contribuição com as influências externas. Por último, há o “sujeito pós-moderno”, aquele que não possui uma identidade fixa e permanente e está em constante mudança conforme o tempo e lugar que se localiza.

Com a mudança de valores na identidade do sujeito, há também a mudança na estrutura de uma identidade cultural. Assim, o sujeito se inclui numa determinada sociedade, que passa por mudanças de valores, acarretando em mudanças na identidade cultural do local. A partir do sujeito pós-moderno, no final do século XX, as sociedades iniciaram uma fragmentação nos conceitos de etnia, nacionalidade, cultura e classe. Conseqüentemente, as identidades pessoais de cada cultura também foram se fragmentando conforme as mudanças. Stuart Hall (1992) nomeia esse fenômeno de “descentramento”, ou seja, deslocadas ou fragmentadas. O fator apontado como uma das principais causas

desse deslocamento é chamado de globalização. Conforme Hall (1992, p. 18, grifo do autor), a globalização muda a identidade cultural:

- As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”.
- As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização.
- As identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades híbridas estão tomando seu lugar.

Existem pessoas que vivem em países diferentes, mas adotam um mesmo estilo de vida, resultando numa homogeneização cultural que rompe as barreiras territoriais, desestabilizando as identidades nacionais. As culturas nacionais começaram a ser volúveis a influências externas, aos gostos, ideias e as “culturas” passaram a ser semelhantes entre povos devido à globalização. As identidades híbridas, às quais se refere o autor, são aquelas que são consequências da globalização: são identidades formadas pela fusão entre diferentes tradições culturais, dessa forma, produzem “novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado” (HALL, 1992, p. 24). Segundo o autor: “Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens das mídias e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas” (HALL, 1992, p. 20).

Atualmente, é quase impossível que, em algum lugar, uma cultura se mantenha intacta e totalmente fiel aos seus valores tradicionais. Isto ocorre porque de acordo com o modo de vida do século XXI, é fato presenciarmos mudanças na sociedade decorrentes da globalização. Temos conhecimento das guerras que acontecem no outro lado do continente, compra-se constantemente a última tecnologia do Oriente, adotam-se características do modo de vida americano, como também, adotamos, no nosso discurso, uma língua franca internacional para melhor comunicação entre nações: a língua inglesa.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que as mudanças apontadas por Hall (1992) podem carregar mudanças nas práticas de nomeação adotadas pelas culturas cuja identidade tem se descentralizado. Aponta-se, então, a importância do ato de nomeação, “O nome próprio tem como função registrar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos” (CARVALINHOS, 2007, p. 2), dessa forma, o ato de nomear vai além de um fator corriqueiro, tendo, hoje, um fator mais ideológico do que identificador. Exemplo que ilustra bem esta questão é o caso das mudanças ocorridas na comunidade Islâmica-Paquistanesa, que reside em Glasgow, na Grã-Bretanha. Tal comunidade foi estudada por Ellen S. Bramwell e cuja pesquisa foi publicada no artigo *Naming and transplanted traditions: change and continuity in Glasgow’s Pakistani Muslim community* (2011).

### **Identidade cultural e globalização**

Na década de 50 e 60, muitos imigrantes do Paquistão vieram para o continente europeu, grande parte deles fixaram-se na região da Escócia (Glasgow). Atualmente, grande parte da comunidade nasceu na própria Escócia. Bramwell (2011) discorre sobre o fato de a cultura Paquistanesa possuir uma prática diferente de nomeação. Nas aldeias rurais do Paquistão, as famílias não possuem sobrenomes, ou seja, as pessoas apenas possuíam um primeiro nome e apelido. Mesmo adotando essa prática, já era o suficiente para cada um saber a origem das famílias da comunidade e as informações sobre seus antecedentes. Essa prática obteve uma grande mudança após a imigração; de acordo com a prática de nomeação da Grã-Bretanha, não é possível registrar um filho sem sobrenome. Dessa forma, os Paquistaneses foram obrigados a adotar um sobrenome em sua família para serem incluídos nos padrões britânicos. Como consequência desse fato, os descendentes não possuem mais seus nomes de origem, mas sim em moldes britânicos. Em relação à troca de sobrenomes após o matrimônio, na cultura islâmica, a mulher não troca seu nome por uma questão de independência identitária, porém, ela fica conhecida pelo nome de seu marido, por exemplo, uma mulher com o nome de **Fátima** casa-

se com *Iqbal*, logo, ela será conhecida como a senhora *Iqbal*.

Porém, algumas mulheres começaram a questionar essa prática de nomeação, tal prática é realizada devido a motivações culturais, porém, em “alguns casos, foi visto como tendo mais a ver com a independência feminina do que com as raízes culturais ou crenças religiosas” (BRAMWELL, 2011, p. 36, tradução nossa), dessa forma, o movimento pretende fazer com que as mulheres, após o casamento, continuem a ser conhecidas pelo seu próprio nome.

Outra característica que Bramwell (2011) expõe é o uso dos apelidos. Os apelidos são uma forma fácil e simples de chamar alguém. Na comunidade Paquistanesa, os apelidos são criados dentro das famílias, pois são pessoais. Já as crianças, desde a escola recebem apelidos, muitas crianças da comunidade Islâmica-paquistanesa os possuem.

Outra comunidade que também possui práticas nomeadoras distintas é a Bakossi, localizada no continente Africano, na República dos Camarões, ao noroeste da Nigéria e ao norte de Gabão. Uma das grandes características do povo é a sua forte tradição cultural, a arquitetura característica e as danças folclóricas. De acordo com a história contada oralmente sobre o local, uma grande tradição é a veneração aos antepassados em lugares sagrados. Essa tradição se reflete na prática de nomeação na comunidade Bakossi. Ngade (2011) comenta que a nomeação do primeiro filho, na família, parte da escolha do pai. Os nomes escolhidos pelo pai são aqueles que homenageiam os avós paternos, já para o segundo filho, a mãe escolhe um nome que homenageia os avós maternos. O nome do filho necessita ser um nome com um forte significado. A comunidade Bakossi possui diversas práticas de nomeação, uma delas é nomear a criança a partir do local onde ela nasce. Os filhos nascidos em Bakossi trazem em seu nome o sufixo *Ngoe* que identifica o lugar onde a criança nasceu, por exemplo, *Asome 'ngoe* ou *Ename 'ngoe*. Também, os nomes podem ser atribuídos às crianças a partir do sexo e das qualidades que são atribuídas ao significado do nome.

Outra prática de nomeação da comunidade Bakossi é designar para a criança nascida o nome da parteira que ajudou no parto. Assim, se a parteira faz parte da comunidade, o filho pode receber o nome dela, caso ela não faça, o filho recebe um nome associado ao nome dela, mas que esteja presente na sua comunidade.

Esta tradição cultural de prática de nomeação de nomes próprios de crianças sofreu as mudanças na cultura Bakossi devido à globalização. Ivo Ngade (2011) comenta o impacto na alteração dos costumes e da cultura na tradição religiosa. Após a vinda de missionários para o local e a ascensão do Cristianismo, muitos pais procuraram nomear seus filhos com nomes de santos ou nomes típicos da religiosidade cristã, fazendo com que as tradições da religião de Bakossi fossem menos utilizadas. Ngade (2011) afirma que a modernidade é um dos maiores processos que leva à quebra da tradição. Nessa perspectiva, aponta-se também a situação da elite em Bakossi, que atualmente procura nomes próprios a partir de dicionários etimológicos, ou seja, não há mais em evidência a escolha dos nomes para homenagear os ancestrais nem com valores significativos para a sociedade. O que sobressai são os nomes atuais divulgados pela globalização.

Outro impacto da globalização sobre a prática de nomeação é a questão da imigração da comunidade Islâmica para outros países. Por questões políticas, econômicas ou sociais, a prática de imigração tem se tornado corriqueira por muitos povos. Tal movimento traz como consequência mudanças no aspecto designador dos nomes, no caso da comunidade em questão citada, a prática de nomeação precisou ser modificada para ser aceita em outra comunidade cultural (Glasgow), o que acarreta mudanças na cultura da própria comunidade migrada e conseqüentemente a perda de tradição no ato de nomear.

### **A escolha do nome em Marechal Cândido Rondon**

Na cidade de Marechal Cândido Rondon, foi possível perceber as influências midiáticas, culturais que vieram com a globalização. A cidade, colonizada na década de 50, teve, como principais colonizadores, pessoas de origem germânica e uma pequena minoria de origem italiana. Com o passar dos anos, a vinda de povos oriundos de outros lugares e, atualmente, com a mídia e o fenômeno da globalização, a prática de nomeação se estendeu para um novo quadro. Nomes “atuais”, no sentido de nomes da moda, ou então “diferentes”, em relação a nomes “nunca” ou pouco utilizados naquele determinado tempo, têm ganhado maior relevância nas práticas de nomeação, mudança de

Marechal Cândido Rondon que aponta para a caracterização cultural do lugar. A prática de nomeação não se dá mais através da etnia e sim por outros processos influenciados pela mídia, pela globalização, conforme análise de fichas entre 1961 e 2001, na cidade de Marechal Cândido Rondon, realizada por Frai (2012), Gehring (2012) e Lauermann (2012).

Os resultados ora sintetizados são evidências de que houve e há em Marechal Cândido Rondon uma hibridização cultural. O termo “hibridismo” refere-se “a fusão entre diferentes tradições culturais” (HALL, 1992, p. 24), que produz uma nova cultura para a sociedade moderna, adaptada às novas identidades e valores sociais. Porém, alguns estudiosos acreditam que essa nova identidade pode trazer riscos às tradições culturais. Salman Rushdie escreveu um romance chamado *Versos Satânicos*; em sua obra, ele trata sobre a junção de culturas tradicionais do povo do Islã em tempos modernos “O livro *Versos Satânicos* celebra o hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação, que vêm de novas e inesperadas combinações de seres humanos, culturas, ideias, políticas, filmes, músicas” (RUSHDIE, 1991 apud HALL, 1992, p. 394). Mesmo com esse movimento de transformação, existem também várias tentativas de reconstruir identidades puras, de manter as tradições e culturas. A seguir se investiga se as motivações para a escolha de nomes duplos são tradicionais ou inovadoras em Marechal Cândido Rondon.

### **A escolha dos nomes duplos em Marechal Cândido Rondon**

Entende-se como nomes duplos os pré-nomes formados por dois nomes, ou seja, duas peças lexicais, por exemplo, Ana Maria e Carla Cristina. A prática de nomeação estende-se também para a escolha dos nomes duplos, tal prática foi e é muito utilizada na cidade, que está localizada no extremo oeste, no estado do Paraná.

No levantamento do *corpus*, foram coletados inicialmente cem nomes duplos na lista telefônica local, em seguida, contataram-se os números de telefone para que tais pessoas participassem da entrevista. A abordagem inicial se deu pelo telefone; depois de marcado um local e horário, o entrevistador entrevistou pessoalmente o entrevistado.

Tendo em vista que as pessoas a serem entrevistadas foram encontradas na lista telefônica, foi elaborado o seguinte questionário como instrumento de coleta de dados:

1. De onde sua família é?
2. Onde você trabalha?
3. Qual é a sua idade?
4. Onde você nasceu?
5. Qual a sua profissão?
6. Qual a sua religião? E da sua família?
7. Quem escolheu seu primeiro e segundo nome?
8. Você poderia dizer por que seus pais/mãe/pai escolheram esse nome?
9. Você tem algum apelido? Como as pessoas te chamam?
10. Você tem irmãos? Como é/são o(s) nome(s) dele(s)?
11. Você saberia dizer por que seus pais/mãe/pai escolheram tais nomes para seus irmãos?
12. Você tem filhos? Quais são os nomes deles?
13. Por que você escolheu esses nomes?
14. Você teve outra opção para nomear seu/a filho/a?
15. Você saberia informar quais os nomes, na época, que você mais ouvia?
16. Você conseguiria dizer a primeira vez que ouviu o nome de seu/a filho/a?
17. Você tinha alguma outra opção para nomear seu /a filho/a?

O objetivo de diversas perguntas é, além de encontrar a motivação para a escolha dos nomes, também traçar um perfil sociológico do entrevistado, a fim de que se possam estudar questões de identidade e cultura como já visto anteriormente.

Para a análise das entrevistas, nos basearemos no estudo preliminar de Seide (2013) que separa as motivações dos nomes próprios de pessoas naquelas citadas e não citadas por Guérios (1981). Dessa forma, para a primeira, destacam-se as motivações: influências históricas, religiosa; homenagem à família, padrinhos e conhecidos, sonoridade, grafia, nomes que rimam ou combinam, influências midiáticas, etimologia e circunstância de nascimento. Já para a segunda apontam-se: causalidade e crenças individuais.

Até o momento foram feitas 15 entrevistas. Totalizando 73 nomes, sendo esses 34 nomes compostos (15 masculinos e 19 femininos) e 8 nomes únicos (5 masculinos e 3 femininos). Ressalta-se que, nos casos de nomes compostos, quando houve motivações diferentes para cada um dos nomes, os mesmos foram contados separadamente. Quando foram mencionadas mais de uma motivação para o mesmo nome, realizou-se o mesmo procedimento. Ao longo

das entrevistas, os nomes únicos foram informados na resposta da pergunta 10 “Você tem irmãos?” e 12 “Você tem filhos?”, nesse caso, os pré-nomes foram contabilizados, porém, em outra tabela para outros estudos.

Ainda, ressalta-se que as proporções do número de entrevistas diferem para cada década, por isso, há mais nomes compostos na década de 60 e 70. Dessa forma, a tabela a seguir foi produzida de acordo com o número de motivações de cada década, separando-as: 1939 a 1948, 1960 a 1969, 1970 a 1979, 1980 a 1989.

Os resultados obtidos foram:

**Tabela 1** – Motivação dos nomes por décadas

Motivação	1939 a 1948	1960 a 1969	1970 a 1979	1980 a 1989	1990 a 1999	2000 a 2009	2010 a 2014
Hom. Familiares	2 – 28%	2 – 18,2%	3 – 21,4%	2 – 50%	-	-	2 – 66,66%
Hom. padrinhos e conhecidos	1 – 14%	3 – 27%	2 – 14,3%	1 – 25%	1 – 20%	1 – 25%	-
Religiosa	2 – 28%	2 – 18,2%	1 – 7,14%	-	-	1 – 25%	-
Mat. Linguística	1 – 14%	3 – 27%	1 – 7,14%	-	2 – 40%	1 – 25%	-
Infl. Midiática	-	2 – 18,2%	-	-	1 – 20%	-	-
Etimologia	-	3 – 27%	-	-	-	1 – 25%	1 – 33,33%
Cren. individuais	-	-	-	1 – 25%	1 – 20%	-	-
Causalidade	1 – 14%	-	1 – 7,14%	-	-	-	-
Motiv. Desconh.	-	-	3 – 21,4%	-	-	-	-
Nom. comum da época	-	-	2 – 14,3%	-	-	-	-
Circ. Nascimento	-	-	1 – 7,14%	-	-	-	-

**Fonte:** Elaboração própria

De acordo com os dados analisados até o momento, percebe-se que todas as motivações foram em algum momento citadas. Após a geração de dados, é possível perceber que a motivação mais mencionada em praticamente todas as décadas (com exceção da década de 90 e 2000) foi a motivação por homenagem à família. As décadas de 30, 40 e 60 obtiveram dois casos em cada, sendo 28% e 18,2% respectivamente, no *corpora* total de cada década. Já na década de 70, houve 3 casos (21,4%) e, na década de 80, novamente dois casos, contabilizando 50% do total da década. De 2004 a 2014 houve 2 casos que corresponde a 66,66%.

Grande parte das motivações foi a união do nome de avós, tanto paternos quanto maternos, por exemplo, a mãe **Franciele** de 32 anos, que explica a motivação do nome do filho “o Matheus Antônio nós vamos pegar os nomes dos avós paternos [...] Matheus que é o vô paterno e Antônio que é materno” e, também a **Marlene Teresinha**, de 50 anos “o João Paulo é em homenagem ao avô paterno que é João”. Outra entrevista que também demarca essa questão é a fala de **Luiz Carlos** (35 anos), que comenta a escolha do nome Luiz para seu filho, na qual o nome de seu pai foi perpetuado por mais duas gerações “ele [o pai de Luiz Carlos] queria fazer uma homenagem colocando o nome dele para o filho, embora ele não tenha o significado do nome [...] eu quis fazer, também, uma homenagem com o meu nome pra meu filho, mas aí eu mudei o segundo nome né [...]”. A entrevistada **Regina Adelaide**, de 71 anos também comenta: “Segundo meus pais, é porque [...] queriam homenagear os avós né, daí colocaram o nome da vô paterna e da vô materna, Regina é a vô paterna e Adelaide é a vô materna”.

Em relação às homenagens a padrinhos e conhecidos, ressalta-se grande incidência da motivação em todas as décadas, com exceção de 2010 a 2014. Continuando a citação de **Marlene Teresinha** para o nome de seu filho **João Paulo** “e Paulo em homenagem ao tio, irmão do pai dele”, outro exemplo é a entrevista com a **Maria Ivone** que conta a motivação do nome de sua filha, **Marli Maria**, que hoje tem 45 anos “A Marli Maria, então tinha que botar dois nomes aí resolvi colocar Maria que é santo né, então a gente ia muito na igreja [...] e o Marli era porque eu tinha uma cunhada que não podia falar direito, mas o nome de Marli ela conseguia falar, então eu coloquei Marli porque era um nome fácil que ela poderia falar”. A própria **Maria Ivone** que também é mãe de **Marlene Teresinha** aqui mencionada, também relata sua motivação: “eu tinha uma cunhada com o nome de Teresinha e também é um nome de uma santa né, daí resolvi colocar um nome da família pra ela [...] o Marlene foi uma questão de gostar do nome e eu tinha uma prima com o nome de Marlene”.

Sobre homenagens a padrinhos, a entrevistada **Melania Teresa**, de 70 anos, explica os nomes de seus filhos “O segundo nome deles é por causa dos padrinhos e madrinha [...] aí o primeiro nome dos menino é do calendário da igreja né, e a menina não, da menina é porque tinha a amiga da minha empregada que eu tinha, e eu achei bonito esse nome”.

Nota-se também que há no *corpus* maior motivação pela materialidade linguística (sonoridade, grafia, estética, rimas) do que religiosa. Os nomes religiosos citados são em sua totalidade designados por pessoas da religião católica. Aponta-se que alguns nomes foram escolhidos devido ao calendário cristão, em que cada dia refere-se a um santo, logo, no dia do nascimento da criança, os pais recorreram ao calendário para verificar o nome do santo do dia, como é o caso da entrevista de **Melania Teresa**. Também, houve as motivações por devoção, como foi o caso da entrevista de **Dulce Maria**: “Meus pais escolheram meu nome por motivo religioso [...] os dois nomes Dulce Maria é o nome de uma santa da igreja católica, ela na verdade, não é considerada uma santa como as outras, mas pelo seu trabalho na igreja católica então ela é bem considerada dentro da religião”.

Os nomes derivados de materialidade linguística (sonoridade, grafia, nomes que rimam ou combinam), possuem sua relevância, tendo 1 caso da década de 30-40 (14%), na década de 60, totalizam 3 casos com 27%, em 70 há 1 caso (7,14%), na década de 80 não houve influência, porém, já nas décadas de 90 e 2000 houve 2 (40%) e 1 (25%) casos, respectivamente. A questão dos nomes a partir da grafia é também relevante. A mesma **Regina Adelaide** comenta sobre suas filhas **Sandra Cristina** e **Silvana Regina**: “E a Silvana também porque era com S né, o primeiro filho, aí o nome do segundo também foi com S e Regina porque era meu nome também [...] e a Sandra Cristina foi um nome assim, porque rimou bem Sandra Cristina”. Observa-se ainda que para os nomes compostos **Sandra Cristina** e **Silvana Regina**, diferentemente da motivação do pré-nome, o Cristina foi escolhido por ser um nome bonito e de combinação agradável.

Sobre a sonoridade, Alice ressalta a necessidade de escolha diante desse aspecto: “o Alice foi escolhido porque é um nome fácil para os japoneses pronunciarem”. Salienta-se que alguns nomes são muitas vezes escolhidos por um conjunto de fatores da materialidade linguística, ou seja, a motivação para a escolha não é apenas a sonoridade ou grafia, por exemplo, e sim ambas.

Em relação ao poucos casos em que houve motivação midiática: 2 casos (18,2%) na década de 60 e apenas 1 motivação (20%) na década de 90. Destaca-se o nome **Nelson Hiroche**, cujo pré-nome foi dado devido ao cantor Nelson Gonçalves “O Nelson foi meu pai que escolheu, ele gostava do cantor Nelson Gonçalves” e **Sandro Arthur**, cujo pré-nome se deu devido a uma novela e **Arthur** por causa do vô materno e também devido ao segundo nome do pai “Arthur porque era o vô... meu pai, e o pai dele (do Sandro) também era Arthur”. Na tabela 1, o nome Jéssica aparece como influência midiática: “Minha filha é Jéssica Caroline, ela tem 23, e eu que escolhi sozinha, o Jéssica estava na novela e eu tinha achado bonito [...] Caroline eu achei bonito, combinou”.

Em relação à motivação pela etimologia do nome, obtiveram-se 3 casos na década de 60 (27%), 1 caso em 2000 (25%) e nos anos entre 2004 e 2014 apenas 1 caso, totalizando 33,33% no *corpus* da década. Os brasileiros descendentes de japoneses possuem uma prática de nomeação interessante. A maioria dos descendentes possuem dois nomes, o pré-nome que é brasileiro e pode ser dado por diferentes motivos, como **Alice** comenta “o Alice foi escolhido

porque é um nome fácil para os japoneses pronunciarem”. Sobre seus irmãos **Carlos Haru** e **Nelson Hiroche**, o nome **Carlos** foi uma homenagem a um conhecido “O Carlos era um vendedor muito querido que vendia insumos na vila da minha mãe, e ela colocou porque ele era muito bondoso e ela conhecia a pessoa” e o **Nelson** por ser um nome midiático, como já mencionado anteriormente. Já o segundo nome desses descendentes é de origem japonesa, na prática de nomeação dos japoneses, o que predomina são as motivações pela etimologia. Ressaltam-se os nomes **Mitiko**, **Haru** e **Hiroche** nas entrevistas, tais nomes que são de origem japonesa foram citados por **Alice Mitiko** a respeito dos nomes compostos de sua família. Segundo ela, na cultura japonesa as pessoas nomeiam seus filhos de acordo com o significado, ou ideograma e também pela beleza do som “o nome Mitiko tem várias formas de ser escrito, mas minha mãe escolheu pelo ideograma mais bonito, então o ‘Mi’ quer dizer beleza, o ‘ti’ é de inteligência e o ‘co’ significa que sou do sexo feminino”, na explicação dos nomes de seus irmãos “Haru é filho da primavera [...] Hiroche é ‘Hiro’ seria algo amplo, grandioso”, ela ainda ressalta a questão da grafia e combinação de nomes “Hiroche pra acompanhar com o ‘H’ do outro irmão”.

Sobre as motivações não previstas por Guérios (1981), as crenças individuais aparecem em 1 caso na década de 80 (25%) e 1 caso na década de 90. No caso do nome **Pedro Henrique**, os dois nomes tiveram a mesma motivação: a numerologia, diferentemente do Helena que é o segundo nome de **Patrícia**, cujo pré-nome é em homenagem a um conhecido do pai e **Helena** é por numerologia. Já na motivação por causalidade teve apenas 1 caso nas décadas de 40 e 70 (14% e 7,14%) ocorrida com o nome **Maria**, na entrevista de **João de Deus** ao explicar o nome de seu irmão **Deuclides Maria**: “o Maria é porque tinha que botar dois nomes e não lembrava de nenhum na hora, aí colocaram Maria” e também, o caso da irmã de Maria Aparecida chamada Neila Natalina “o Neila é normal que meus pais ouviram o nome e gostaram”, ou seja, foi uma causalidade os pais terem ouvido o nome na época de nomeação (1977).

Os nomes também foram organizados por década de atribuição, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 2** – Nomes atribuídos em cada década

1939 a 1948	1960 a 1969	1970 a 1979	1980 a 1989	1990 a 1999	2000 a 2009	2010 a 2014
Deuclides Maria João de Deus Regina Adelaide Maria Ivone Melania Teresa	Silvana Cristina Sandro Arthur Marlene Teresinha Marli Maria Alice Mitiko Carlos Haru Nelson Hiroche Eldes José	Regiandra Larissa Sandra Regina Joice Rosita Dulce Maria Luiz Carlos Maria Aparecida Neila Natalina Dilson André	João Paulo Pedro Henrique Maidi Maria	Samara Beatriz Patrícia Helena Jéssica Caroline	João Gabriel Gustavo Henrique	Luiz Fernando Matheus Antônio

**Fonte:** Elaboração própria

Nota-se a partir da tabela que alguns nomes se repetem durante as décadas e outros, no entanto, não são utilizados por mais de uma década. O nome **Maria**, por exemplo, presente nas décadas de 30-80, o nome **João**, citado com intervalos, nas décadas de 30-40 e posteriormente, na década de 80 e 2000. Tais nomes podem ser considerados tradicionais, podemos notar através do *corpus* que os nomes tradicionais tendem a estar sempre presentes. Já os nomes **Samara**, **Patrícia** e **Jéssica** apareceram apenas na década de 90.

Analisando os dados, também foi possível perceber que as motivações para nomes compostos não são necessariamente as mesmas, ou seja, a motivação do pré-nome não precisa ser a mesma que o segundo, como o exemplo, o filho de **Regina Adelaide**: “pro nome do Sandro, tinha uma vez uma novela... aquelas novela em revista sabe, aí tinha com um Sandro e eu achava esse Sandro maravilhoso aí coloquei o nome do meu filho assim, o segundo nome dele é Arthur porque era o vô... meu pai, e o pai dele (do Sandro) também era Arthur”.

### **Considerações finais**

De acordo com os resultados parciais da pesquisa, constata-se que a prática de nomeação na cidade de Marechal Cândido Rondon não obteve grandes mudanças. A motivação dos nomes compostos não é necessariamente a mesma para o primeiro e o segundo pré-nomes, como por exemplo, o nome **Sandro Arthur**, no qual o primeiro é uma motivação midiática e, o segundo, uma homenagem ao avô materno.

Em relação às motivações mais citadas, encontram-se a homenagem a familiares em primeiro lugar (21,5%), em seguida, homenagem a padrinhos e conhecidos (17,3%), materialidade linguística (15,38), motivação religiosa (11,53%) e, por último, a etimologia (9,61%). Dessa forma, a hipótese de que as motivações predominantes na cidade de Marechal Cândido Rondon são devido à mídia e globalização pode (por enquanto) ser desconsiderada e o que ainda predomina são as motivações tradicionais.

A diferença no número de entrevistas por década de atribuição do nome interferiu na análise dos dados, não obtendo assim, algum resultado conclusivo. Porém, espera-se que seja possível situar as motivações no eixo cronológico quando o *corpus* estiver totalmente constituído mediante análise da totalidade dos dados.

A adoção de nomes compostos pode ser uma tentativa de satisfazer necessidades diferentes, como, por exemplo, prestar homenagem a pessoas diferentes, prestar homenagem e incluir outro nome “por achá-lo bonito”, entre outros. A convivência de motivações e o aumento de escolha pela materialidade linguística a partir da década de 90 podem ser indício de que uma mudança de prática nomeadora na região sinalizando mudanças na identidade cultural da cidade.

Considerando os apontamentos de Langendonck (2007) que afirma sobre a prática de nomeação estar sustentada na cultura de cada sociedade e os estudos de Hall (1992) sobre a identidade cultural e descentralização do sujeito pós-moderno, podemos considerar que o fenômeno da globalização ainda não tenha influenciado a prática de nomeação na cidade de Marechal Cândido Rondon.

## REFERÊNCIAS

- BRAMWELL, E. S. **Naming and transplanted traditions: change and continuity in Glasgow's Pakistani Muslim community.** *Onoma: Glasgow*, 2011. p. 29-51.
- CARVALHINHOS, P. de J. **As origens dos nomes das pessoas.** 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/Article/viewFile/11401/6686>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos.** 2. ed. São Paulo: FFLCH, 1992.
- EBEOGU, A. Onomastic and Igbo tradition of politics. **African Languages and Cultures**, v. 6, n. 2: p. 133-146, 1993.
- FRAI, P. H.; SEIDE, M. S. Existe influência entre a escolha do primeiro nome e sobrenome de pessoas pertencentes à comunidade italiana vinda em 1961 durante a colonização de Marechal Cândido Rondon? **I Seminário internacional de estudos da linguagem e III Seminário nacional de estudos da linguagem**, 2012, Cascavel- PR [comunicação oral].
- GEHRING, F. M. M. Relação entre a escolha antroponímica e a identidade étnica. In: **Anais III SNEL**, Cascavel, 2012.
- GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes.** 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na pós-modernidade.** 1992. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mmveg9w>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- LABOV, W. **Field methods of the Project on Linguistic change and variation.** Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/L470/Labov1984.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.
- LANGENDONCK, W. **Van Theory and Typology of Proper Names.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2007.
- LAUERMANN, G. C. Correlação entre nome próprio e sobrenome na comunidade alemã de Marechal Cândido Rondon (1961): questões identitárias. In: **Anais III SNEL**, Cascavel, 2012.
- NGADE, I. Bakossi names, naming culture and identify. **Journal of African Cultural Studies**, v. 23, n. 2, p. 111-120, 2011.
- SEIDE, M. S. Motivações contemporâneas para a escolha do antroponímico. **Revista Entreletras**, n. 2, p. 90-101, 2013.



# O FOLIONÊS: UMA VARIEDADE DE FALA NA FOLIA DA ROÇA VISTA PELA ECOLINGUÍSTICA

João Nunes AVELAR FILHO

## Introdução

Uma língua é mais do que um conjunto de categorias e regras de uso lexical, sintático, morfológico e fonológico. Uma língua existe no contexto das práticas culturais as quais, repousam em um número de outros recursos semióticos, incluindo as representações e expectativas fornecidas pelos movimentos e corpos dos participantes no espaço, o ambiente construído no qual eles agem, e as relações dinâmicas estabelecidas através das formas recorrentes de elaborar as coisas conjuntamente. (Alessandro Duranti, 1997).

No Brasil, diferentes falares e variantes linguísticas formaram-se nas diversas regiões, urbanas e rurais. O português brasileiro foi acrescido de inovações provenientes das línguas dos índios, dos negros e de milhares de imigrantes europeus ao longo dos séculos, desde a colonização até os dias atuais. O **folionês**, ou fala dos foliões, constitui-se em uma dessas variantes, próprias do meio rural e diferente da fala urbana na medida em que essa vive em constante mudança devido às influências do mundo globalizado.

Nesse contexto, a fala da comunidade rural contemplada neste trabalho compõe-se de elementos de arcaicidade e inovações que se manifestam como instrumentos de afirmação, resistência às transformações do mundo contemporâneo ou, simplesmente, como formas novas da variedade de fala camponesa em sua lida diária no meio rural. Seu falar revela uma visão do mundo voltada para a realidade do campo através da convivência harmoniosa com a natureza. Seu conhecimento consistente dos fenômenos naturais, seu habitat ou nicho se caracterizam pela maneira peculiar de se expressar no cotidiano da vida campestre e nas diferentes manifestações folclórico-religiosas às quais pertence.

Pretende-se, neste artigo, fazer uma breve abordagem da fala de uma comunidade rural, para tanto, levando em consideração o léxico dessa comunidade na constituição da sua memória coletiva a partir das narrativas de personagens da *Folia da Roça*, uma festividade religiosa em louvor ao Divino Espírito Santo, em Goiás. O principal objetivo, aqui, é compreender que a íntima experiência dos indivíduos com o lugar pode estabelecer o fortalecimento de vínculos comunitários na relação com o outro e, assim, revelar aquilo que tanto linguistas quanto ecólogos enunciam, ou seja, que cada organismo está inseparavelmente relacionado a um lugar, o espaço aqui entendido como território cultural. Segundo Halbwachs (2005, p. 21), “essa relação com os territórios de vida cotidiana ocorre porque o espaço é uma realidade que dura e as lembranças que se conservam do passado estão presentes no meio que nos cerca”.

Assim, o simbolismo presente na geografia cultural do **folionês** permite compreender a manifestação de sentimentos topoafetivos na linguagem peculiar do povo campestre, dessa maneira, revelando como que essa variedade compõe a riqueza existente nas diversidades linguístico-culturais brasileiras.

## O folionês que surgiu como manifestação linguística nas festividades da Folia da Roça

É muito comum entre participantes da *Folia da Roça* o uso do termo **folionês**. Aos poucos, ele foi sendo incorporado nas várias ocasiões em que os participantes das festividades em louvor ao Divino Espírito Santo se agrupavam. O vocabulário e modo de falar desses participantes refletem uma característica peculiar do grupo, que difere das outras regiões de Goiás.

No Nordeste Goiano, alguns povoados surgiram por ocasião da vinda de viajantes que aqui se instalaram, uma vez que essa região estava situada entre as rotas do ouro. E, mesmo não encontrando ouro em seus domínios, alguns viageiros se estabeleceram no local, pois estava situado entre os caminhos de baianos e goianos que conduziam

o gado para a região Sudeste<sup>1</sup>. Trata-se de uma área bem delimitada pelas características diferenciadas de formação de cerrado e que possui regimes de chuvas bastante definidos. Segundo Jacintho (1973), dois caminhos se cruzavam nesse território: a picada da Bahia, que ia em direção ao Nordeste, e a picada de Minas, em direção ao Sudeste. Era por esses caminhos que entravam e saíam mercadorias.

Embora haja fortes resistências ao uso de fatores do meio ambiente físico na explicação dos fenômenos sociais, não se pode perder de vista o seguinte fato:

Entre o idealismo de Hume que, não admite que a liberdade humana possa ser condicionada por fatos de ordem física, e o determinismo natural de Montesquieu, de Condorcet e de Comte, que faz do homem um juguete das forças naturais, devemos constatar que a vida humana depende em larga medida das condições climáticas, geográficas, geológicas e biológicas em que se encontra. (TONNEAU apud COUTO, 2007, p. 102).

Assim, a região aqui abordada se transformou em ponto importante de comércio de couro e gado, conhecida pelos mais diversos tipos humanos: tropeiros, boiadeiros, desbravadores, exploradores, garimpeiros e missionários. A ocupação permanente foi consequência da identificação desses grupos e dos negros fugitivos das fazendas do litoral que, no interior, contavam com a natureza pouco explorada pelo homem branco.

Por conseguinte, nesta parte do estado, as festas religiosas foram adquirindo características próprias, enriquecidas de significados. Nesse contexto peculiar, elas são ricas em elementos linguístico-culturais, prestigiando a música, a comida, a linguagem e os costumes do povo. O folclore anda lado a lado com o sentimento de espiritualidade dos participantes da folia. A catira<sup>2</sup>, a curraleira<sup>3</sup> e o lundum de cacete<sup>4</sup> ganham vida e animam cada pouso e cada parada em que os devotos cavaleiros “apeiam” para descansar.

A *Folia da Roça*, de onde foi cunhado o termo **folionês**, resgata uma parte da cultura goiana que muitos desconhecem. É interessante o fato de que, mesmo em meio ao desenvolvimento e à globalização, ela ainda se mantenha. E isso se deve, principalmente, devido à coesão e à uniformidade do grupo em relação às práticas religioso-culturais que se desdobram na reza, na arte sacra, na dança, nas cantorias dos violeiros e na manipulação dos alimentos que são servidos aos foliões. Este é um fato socialmente relevante na medida em que essas formas de manifestação constituem um bem imaterial reveladas nas interações, resultado da mistura de tipos que encontraram, neste espaço, um lugar ideal para viver.

Assim, constituiu-se o **folionês**, visto como uma variedade linguística dos foliões da festa do Divino Espírito Santo, nos encontros e na convivência das pessoas no giro da folia, nos inumeráveis contatos de uma rede de inter-relações que se dá entre os foliões e o seu território cultural.

### As variedades linguísticas das comunidades de fala rural

A comunidade de fala rural dessa região é compreendida como uma variedade da língua ou, simplesmente, variedade linguística. Devido ao tratamento depreciativo que o termo **dialeto** recebe em relação à língua padrão, a colocação a seguir faz-se necessária para justificar nossa escolha pela expressão **variedade linguística**: “É oportuno também refletir que, face ao termo *língua*, o vocábulo *dialeto* guarda algumas conotações negativas. Assim sendo, para evitar essas conotações, diversos autores preferem substituí-lo pela expressão neutra *variedade linguística* (MONTEIRO, 2000, p. 48, grifo do autor)”.

1 Lôbo e Bernardes (2006) apontam que a influência da Bahia na povoação do nordeste goiano é muito acentuada devido à proximidade com esse estado, o que diferencia em muito das outras regiões de Goiás.

2 A catira ou cateretê é uma dança típica rural. Em algumas regiões é executada exclusivamente por homens, organizados em duas fileiras opostas.

3 A curraleira também é uma dança típica rural na qual os dançarinos sapateiam todos ao mesmo tempo, diante de todos os demais companheiros, fazendo a cantoria e tocando seus instrumentos (viola, caixa e pandeiro). É menos conhecida que a catira.

4 O lundum é uma dança de origem africana de caráter cômico, sofrendo variações de acordo com a região. Em Formosa, é dançado o lundum de roda, em que as mulheres fazem rodopios e sapateados ao som da viola, caixa e pandeiro, formando-se roda e, às vezes, cantando.

Para compreender melhor o **folionês**, é preciso conceber a variação como uma característica essencial das línguas. A concepção da heterogeneidade linguística é a base para considerarmos o estudo em questão e atentarmos para a necessidade de entender a variabilidade linguística como algo inerente às condições de comunicação e à existência das diversas comunidades e culturas.

Em um mundo cada vez mais globalizado, em que predominam conceitos homogeneizadores de língua e cultura, faz-se necessário compreender as estruturas variantes da língua – muito mais que as invariantes – pois elas carregam em si, a partir da ideia de diversidade, uma evidência da riqueza e da sobrevivência de línguas e culturas.

Assim é concebida a diversidade linguística retratada nesta abordagem. De acordo com Dorian (1994), a heterogeneidade linguística reflete a variabilidade social. O modelo laboviano permite compreender essa questão e convoca a criar técnicas adequadas para estudar as variedades nos contextos sociais em que estas estão inseridas, uma vez que elas são reveladoras da própria estratificação social.

Ademais, muito tem sido discutido sobre o fato de as variedades linguísticas serem aceitas ou não no contexto dos estudos da língua. Labov reforça essa nova concepção, contrariando a visão conservadora dos gramáticos formais de que as variedades seriam corrupções da norma padrão.

O fato é que as variedades estão atreladas mais à língua falada que à escrita. Desse modo, o que predomina nelas é a interação comunicativa, priorizando o entendimento. Couto (2007) afirma que aquilo que chamamos até certo ponto inadequadamente de ‘língua’, na verdade compreende: cenário, interlocutores (falante e ouvinte) e regras interacionais, destacando *a posteriori* as regras sistêmicas (ou gramática). Sendo assim, o que importa é a eficácia da interação, o que sempre se dá quando os membros de uma comunidade se comunicam, nunca havendo uma incomunicação.

É notório que, no dia a dia dos foliões, seu léxico reflita, através de suas atividades socioculturais, um linguajar próprio, seu meio ambiente social, constituindo expressão do seu modo de vida. Na *Folia da Roça*, há uma enorme riqueza de significados. Existe o momento do **giro** ou itinerário, no qual os foliões montam seus cavalos, indo de uma propriedade rural à outra, conduzindo a tropa, levando suas **tralhas** ou pertences. O termo **polaque**, que, para o pessoal da cidade, é desconhecido, significa uma espécie de sino que se coloca no animal para **baruiá** e garantir que os cavaleiros perdidos possam encontrar o grupo. O termo **barraqueiro**, que pode significar a pessoa que **faz barraco** ou que **faz baixaria**, é entendido, por eles, como aquele que fica ou, simplesmente, cuida da barraca onde são expostos os produtos da festa, entre outros exemplos.

Maia (2006) afirma que os gramáticos normativos nem sempre se interessam pelas muitas variantes regionais, sociais e etárias do português do Brasil de hoje, sinal de diversidade e vitalidade da língua. Desse modo, a variedade aqui contemplada é considerada, por nós, uma norma, ainda que não seja a padrão, mas que serve aos fins de comunicação de um determinado grupo e à manutenção da identidade cultural folionesa.

### **A contribuição da linguística antropológica: dentro e fora do contexto sócio-histórico**

Em Duranti (1997), é possível distinguirem-se duas vertentes quanto ao estudo da linguagem. Segundo ele, o polo chamado **objetivismo** é a perspectiva teórica que ignora propositadamente as bases sócio-históricas de interpretação e reivindica a possibilidade de um conjunto de critérios de contexto independente para a descrição de um dado fenômeno. Esta vertente é seguida pelos linguistas formais. Nela, as sentenças e os significados perderam sua conexão com as situações particulares e são examinados por suas propriedades, supostamente, universais, conforme a citação:

Quando nós falamos em sentenças, complementos, preposição, inflexão ou sons individuais, ignoramos – por motivos de análise – suas bases psicológicas e sócio históricas em atos de fala específicos e em atividades de fala produzidas por sujeitos específicos, num momento específico, num lugar específico. (DURANTI, 1997, p. 68, tradução nossa).

A linguística antropológica, por sua vez, tenta criar maneiras de manter a conexão entre as formas linguísticas e aqueles que as produzem. Esse polo, chamado de **subjativismo**, estaria inserido no contexto sócio-histórico, como visto na seguinte afirmação:

O subjativismo começa da suposição de que qualquer fenômeno é parcialmente criado, construído conjuntamente pela pessoa (ex. o sujeito) que “descobre” ou simplesmente o descreve. O Historicismo não é senão uma versão particular desta abordagem: todos os fenômenos estão historicamente locados; eles existem em relação a outros fenômenos que lhe dão sentido, queira estejamos conscientes disto ou não. A língua logicamente entra em tal contexto histórico em diferentes níveis e de diferentes maneiras. (DURANTI, 1997, p. 68, tradução nossa, grifo do autor).

Esse autor propõe um estudo linguístico que leve em conta as semelhanças e as diferenças, que interprete tais experiências a partir de meios simbólicos, para tanto, incluindo as expressões linguísticas. Ele propõe alternativas tais como a noção de variação linguística, repertório e comunidade de fala.

Nesta abordagem, optou-se pelo conceito de subjativismo, considerando que, para o estudo em questão, o **folionês**, é necessário levar em conta o contexto sócio-histórico, sem o qual não seria possível uma compreensão do fenômeno dessa variante do português.

Ao contemplar a noção de **comunidade de fala** como uma alternativa, Duranti ressalta que todos os fenômenos estão historicamente locados, incluindo a língua dentro desse contexto, em diferentes níveis e distintas maneiras. Compreender a cultura e valorizar as práticas de uma comunidade rural é uma forma de entender o modo como ela se expressa ao promover seus valores, no resgate de sua identidade. Neste breve estudo, foi possível ver que essa variedade existe quase que exclusivamente nos meios rurais, onde ainda se praticam rituais de reza, dança e cantorias, manifestações da religiosidade popular rural.

Conquanto o léxico e as expressões das comunidades rurais existissem também nas cidades, um dos motivos que, possivelmente, levou ao seu “quase” desaparecimento pode ter sido o crescimento desordenado e a ilusão de uma vida fácil nos grandes centros urbanos, conforme aponta Couto (2007). Isso pode ter provocado o desinteresse pela vida e cultura camponesa, resultado do distanciamento do homem em relação ao campo, com todas as suas consequências.

Contrariamente, neste contexto, o folião desenvolveu um afeto em relação à natureza e aos seus contornos, o que permite um vocabulário que aparece, com frequência, em todas as narrativas de experiências de vida do campesino. Assim, as expressões aqui veiculadas revelam, a partir do **folionês**, uma forte ligação do meio ambiente com as comunidades rurais, expresso nas suas interações do dia a dia:

**Tabela 1** – Expressões relacionadas ao contexto do homem do campo

<p>Pé-de-pau = árvore  Um dedo de prosa = uma conversa  Havia de primeira = antigamente existia  Virar de banda = cair de lado  Pelejar = lutar  Copo de chifre = utensílio  Dobra de milho = milho amadurecido</p>	<p>Lograr = desvalorizar  Sustança = sustento  Intonce = então  Arvorar (alvorar) = dar a luz da alvorada (abençoar)  Labôre = trabalho  Batido do polaque = barulho do sino no animal</p>
---	--

**Fonte:** Elaboração própria

**Tabela 2** – Expressões relacionadas às doenças e à religiosidade

Espinhela caída = lumbago Ventre (ou vento) virado = diarreia Carne quebrada Cobreiro = herpes zoster Quebranto (ou quebrante) = feitiço	Mau-olhado (ou olho gordo) = inveja Batismo de fogo = batismo na fogueira de São João Osso rendido  Campainha caída
--	---

**Fonte:** Elaboração própria

### Inovações e formação de palavras no folionês

Ilari (2002) afirma que, todos os dias, palavras novas são criadas, recorrendo-se a processos de formação próprios como a prefixação, sufixação e composição ou atribuindo novos sentidos a palavras previamente existentes. Não obstante, nesses processos, faz-se necessário entender que as escolhas não poderiam ser feitas aleatoriamente. As formações têm uma regularidade e aceitabilidade dentro do que a língua permite. Conforme Whorf (1971), a cunhagem de palavras não é um ato de imaginação descontrolada, mesmo nos voos mais ousados da insensatez, mas o uso estrito de padrões materiais já existentes. Assim, esse material pode ser reutilizado ou reciclado e refilado (WHORF apud COUTO, 2007, p. 184).

Desse modo, a escolha de um prefixo ou sufixo acontece nos moldes que a estrutura da língua permite, ou seja, os afixos serão aqueles que já existem na língua. Como exemplo, podemos citar alguns casos do léxico dos foliões que se diferenciam do português padrão e dão uma característica lexical um tanto quanto marcada ao **folionês**.

**Tabela 3** – Léxico folionês

<u>PREFIXAÇÃO</u>	<u>SUFIXAÇÃO</u>	<u>COMPOSIÇÃO</u>
EMprazerado (D)EScaroçar Esfarinhento	PerigÁVEL BeijaMENTO casadEIRA	Cata-pouso Contra-guia

**Fonte:** Elaboração própria

Algumas formações podem ser percebidas na variedade **folionês**, entre elas, estão a composição de palavras para gerar outros significados e adjetivação de substantivos para diferenciar atividade/participante, como nos exemplos a seguir:

**Tabela 4** – Composição de palavras

<u>Primeiro significado</u>	<u>Novo significado</u>	<u>Atividade</u>	<u>Participante</u>
Guia Pouso	Contra-guia Cata-pouso	Catira Mussunga Pouso Reza	Catireiro Mussungueiro Pouseiro Rezadeira

**Fonte:** Elaboração própria

Em outra análise é possível também tratar os casos de composição e derivação de outra maneira, diferente de Illari. Seguindo a orientação de Couto (2007), a composição reduplicativa é o processo de formação de palavras mais simples e primitivo, uma vez que consiste na clonagem de uma palavra já existente que ocorre junto com a base como

em **empurra-empurra, quebra-quebra, corre-corre**, que são derivações de um substantivo a partir de um verbo.

No entanto, ele afirma que, quando se fala em composição, pensa-se nos casos em que se juntam duas palavras diferentes para formar uma terceira como **beija-flor, guarda-roupa, chapéu-de-sol**, etc. Esses exemplos são relativamente transparentes, pois o significado do todo tem que ver com o significado das partes componentes, como em **contra-guia e cata-pouso**, listados anteriormente.

Por seu turno, os casos em que o todo da palavra não tem nada que ver com o significado de cada elemento componente são aqueles de derivação opaca como em **tamanduá-bandeira, pé de moleque, criado-mudo**, etc. Eles constituem um primeiro passo na direção do processo de formação de palavras, ou seja, a derivação, que Schleicher (apud COUTO, 2007) denominou flexão.

Trata-se de um processo morfológico mais marcado, pois parte dos elementos componentes da palavra é opaca. Seu significado é apenas convencional como nos vocábulos **casadeira** e **rezadeira** supramencionados. Falantes do português saberiam que eles se referem “àquela que é criada para se casar” e “àquela que lida com a reza”, respectivamente. Os conteúdos “aquela que é criada para se casar” e “aquela que lida com a reza” estariam expressos na forma opaca, “-eira”. Na origem, é bem provável que elas tenham sido transparentes, algo como “mulher do casamento” e “mulher da reza”, como no equivalente inglês de **leiteiro** que é *milkman*, ou seja, o homem do leite.

O sufixo “-ável”, como expresso acima em **perigável**, parece não ter ligação com **hábil**, a despeito de haver formas como **rentável** e **amável**. Porém é compreensível que o sufixo inglês *-able*, que ocorre em *capable* parece estar intimamente associado ao adjetivo independente *-able* que significa **capaz**, expressando, desse modo, habilidade.

O sufixo “-mento”, presente na palavra **beijamento**, constitui uma das possibilidades que existe na língua, mas que já está desativada de alguma forma para esse caso. Porém, na interação comunicativa dos foliões, no **folionês**, a forma de uso de tal sufixo foi ativada de alguma maneira para o ritual do beijo à bandeira do Divino.

Quanto aos prefixos, seria oportuno mencionar que muitos autores os consideram uma categoria pertencente à composição e não à derivação como em “sem-terra”, usado primeiramente como preposição independente. Couto (2007) considera a prefixação afirmando que, nas línguas românicas, o prefixo tende a acrescentar ao radical a ideia de movimento, afastamento ou aproximação, posição, negação e intensificação. Assim, em **emprazerado**, cheio de prazer, podemos perceber certa intensificação da palavra “prazer”.

O prefixo “es-”, presente em **escarocar**, é uma dessas variações decorrente de uma deformação do prefixo “des-”, que dá a ideia de **tirar algo de**. Mas, mesmo sendo uma deformação, é possível afirmar que tal prefixo existe na língua, como em **estontear** e **esvaziar**.

Desse modo, nada que acontece na língua ou numa de suas variações, como é o caso do **folionês**, é aleatório. Tudo está implicado, de alguma forma, dentro da ecologia interna da língua<sup>5</sup> e o que é mais, ativadas ou inativadas, elas fazem parte da diversidade da língua. Como a diversidade da natureza, também, a diversidade morfolexical contribui para a sobrevivência da língua.

## Considerações finais

As pessoas tendem a pensar na língua como algo padronizado. Na visão dos tradicionalistas, isso é reforçado quando se apresenta um português estatal submetido a uma série de regras a serem seguidas e que têm pouca relação com a maneira como os indivíduos utilizam a língua cotidianamente, como se os mesmos não existissem.

Um fato importante a ser considerado é que a relação entre língua e território é sempre mediada por um povo que habita este último. Um dos fatores que ainda permitem a continuidade e a existência do **folionês** é a forte ligação do homem camponês, o folião, com a terra. O território em questão é o meio ambiente natural, mais especificamente, o meio rural, que permite sua existência. Sem essa condição básica não é possível conceber as outras geografias, como a linguística e a cultural.

---

<sup>5</sup> Endoecologia, ou ecologia interna da língua são as relações que se verificam internamente na língua (COUTO, 2007, p. 157).

É lamentável que as alterações decorrentes da globalização sejam ameaças constantes à variedade **folionês** e ao povo que habita o cerrado conforme aponta o relato que segue: “[...] nós aqui, nós bebe essa graça de Deus, os remédio casêro memo...Dismatá cabô cum as prantas. Eu num gosto, sabe? Quano vejo dismatá eu falo: meu Deus do céu, nossos remédio! Quano tem um cerrado, uma mata, assim, na chuva eu sóco lá e tchu” (ARAÚJO; CABRERA, 2007, p. 39).

Assim, as manifestações religioso-culturais aqui consideradas são as formas de expressão mais claras da coexistência de um povo (P), em um território (T), permeado por uma língua (L), o tripé do Ecosistema Fundamental da Língua (EFL), mencionado anteriormente. A língua, neste estudo, representada pela variação **folionês**, é a evidência da forte relação do camponês (P) com as suas geografias, e a *Folia da Roça* ainda é um resquício de cultura popular que permite a continuidade dessa variedade, conforme o relato: “Saudamo os mato verde com as benção do infeite. Tudo que tá infeitado. Abençoa quem os feiz. E saudamo a cruz em vista. Saudamo as bandeirola. Saudamo ao João de barro, de onde o homem foi tirado (do barro). O passarinho João de Barro, seja hoje abençoado” (Seu João Barbeiro).

Infelizmente, o êxodo rural e as novas relações impostas entre o homem e o campo são fatores que podem provocar alterações nesse enlace. A questão a ser observada é se a coexistência do “novo” e do “velho” será possível ou se, com o tempo, um subsistirá ao outro. Assim, a variação abordada, nesta análise, só perdurará se o contexto sócio-histórico mencionado anteriormente não desaparecer e se a homogeneidade opressora da variedade padrão não prevalecer.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. M.; CABRERA, O. (Org.). **Comunidade negra no cerrado: narrativas de curas e remédios**. Goiânia: Editora CECAB, 2007.
- COUTO, H. H. **Ecolinguística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.
- COUTO, V. **Festa do Divino Espírito Santo – Folia da Roça**. Formosa: Artes Gráficas Ribeiro, 2004.
- DORIAN, N. C. Varieties of Variation in a Very Small Place: Social Homogeneity, Prestige Norms, and Linguistics Variation. **Language – Journal of the Linguistic Society of America**, Baltimore, p. 631-96. 1994.
- DURANTI, A. **Linguistic Anthropology**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- ILLARI, R. **Introdução ao estudo do léxico**: brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2002.
- LOBO, J. M.; BERNARDES, M. A. **Formosa em Retinas Idosas**. Brasília: ALPHA, 2006.
- MONTEIRO, J. L. **Para Compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.



# LÉXICO AMAZÔNIDA E POÉTICA AMAZÔNICA EM *ALTAR EM CHAMAS*, DE PAES LOUREIRO

Raphael Bessa FERREIRA

## Considerações iniciais

Sendo a obra literária instrumento artístico de profusão e representação de caracteres íntimos à língua, ao mesmo tempo em que renova ou transgrida esta, a arte da palavra engloba recursos próprios do material linguageiro presente nas relações humanas.

Sendo também um falante de uma determinada língua, que lhe é cara às suas próprias particularidades, o escritor ficcional, seja na poesia ou na prosa, compartilha na criação poética toda uma carga de expressões, vocábulos e mesmo discursos utilizados pelos falantes de um idioma. A escolha de tais recursos, por parte do poeta, representa a sua visão de mundo bem como a sua relação diante do instrumento comunicativo.

Deste modo, o leitor, em diálogo com o texto poético, dever-se-á confrontar com a visão de mundo do artista a fim de destrinchar a significatividade daquela obra. Para isso, a inferência do conteúdo presente em toda a carga expressiva da *poiesis* se faz alinhavada, primeiramente, ao conteúdo lexical estabelecido ali, uma vez que o estudo do léxico intenta desvendar a entidade primordial a articular aquele discurso, a palavra (BIDERMAN, 2001).

Com isso, o conjunto lexical empregado por um escritor demonstra a compreensão de sua competência para com a língua. A escolha de palavras, habilidade primeva do falante/escrevente, é nada menos do que operação da aplicação do léxico de sua língua em escala subjetiva ao discurso. Tal expressividade no discurso literário dissemina uma noção dos aspectos subjetivos do enunciador/emissor/escritor da criação poética, tendo, portanto, razões estilísticas de existir (SANDMANN, 1992).

O grande sertão de Guimarães Rosa é prova da fertilidade lexical a qual o autor almejava expressar para dar conta da relação do sertanejo com a língua:

[...] dos tunantes da gíria e dos rústicos da roça, que **palavrizam** autônomos, seja por rigor de mostrar a vivo a vida, inobstante o escasso pecúlio lexical de que dispõem, seja por gosto ou capricho de transmitirem com obscuridade coerente suas próprias e obscuras intuições. (ROSA, 1985, p. 78, grifo nosso).

Da mesma maneira, a Moçambique das personagens de Mia Couto não seria a mesma sem a recriação de um universo linguístico-lexical que se presta a privilegiar a visão mágica e misteriosa de mundo, matéria orgânica à natureza daquela cultura, como pode ser visto no excerto do conto “A Menina sem Palavras”: “era uma língua só dela, um dialeto pessoal e **intransmixível**?” (COUTO, 2013, p. 33, grifo nosso).

Do mesmo modo, a região amazônica figurativiza-se lexicalmente na obra simbólica do gaúcho Raul Bopp, *Cobra Norato*, onde o indigenismo, com seus mitos, expressões populares e vocabulário regional intensificam à obra um tom expressivo ao universo linguístico do homem daquela paisagem geográfica:

**Tamaquaré**, meu cunhado  
**Cobra Grande vem-que-vem**  
Corra imitando meu rasto  
Faz de conta que sou eu  
Entregue o meu **pixé** na casa do **Pajé-Pato** (BOPP, p. 54, grifo nosso).

Ainda na região amazônica, agora no estado do Pará, João de Jesus Paes Loureiro cria uma poética de temática amazônica, contudo universalizante. Isso porque a poesia desse autor mescla elementos regionais, tais como a fala, o discurso coloquial de índole oral e o léxico amazônico, acrescentando ainda as particularidades lendárias e

míticas recorrentes na vida do caboclo e do ribeirinho, personagens que orbitam em torno da grande floresta e do grande rio das amazonas.

Nas palavras do próprio Paes Loureiro, é labor do poeta lapidar a linguagem, a língua e fala de um povo pelo íntimo contato que o artesão deva ter com o contexto circundante: “O poeta, mergulhando na linguagem, deseja desencantar de suas encantarias o poético, a poesia, os poemas ali contidos”. (LOUREIRO, 2002, p. 110).

A partir disso, intentar compreender as principais relações morfológicas que Paes Loureiro labora em seu artesanato poético faz-se mote de tal pesquisa, uma vez que é por meio do uso do léxico que podemos situar a visão de mundo do artista, bem como apontar a relação que este tem não somente com o seu universo particular, mas também com a principal ferramenta com a qual trabalha: a língua.

## A estilística

Oriunda dos ensinamentos de Saussure (*vide* os estudos de seu mais memorado discípulo, Charles Bally), o estudo do estilo, ou Estilística, pontua o retorno agregador e indissociável entre Língua e Literatura. Segundo Nilce Sant’Anna Martins, no livro *Introdução à Estilística*, para o seminal pesquisador do estilo, Charles Bally, a Estilística estuda “os fatos da expressão da linguagem, organizada do ponto de vista do seu conteúdo afetivo, isto é, a expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e a ação dos fatos da linguagem sobre a sensibilidade.” (MARTINS, 1989, p. 4).

Assim sendo, a análise do estilo de um texto literário, por exemplo, reflete o mundo criado pelo seu autor. A expressividade poética do criador estético torna-se marca que lhe é individual, característica da afetividade inerente ao homem. Como bem legou o Conde de Buffon (Georges-Louis Leclerc): “*Le Style c’est l’homme même*” (BUFFON, 1946, p. 25). O estilo, portanto, espelha a particularidade de cada indivíduo enquanto produtor linguístico/textual e renovador da própria língua.

Enquanto discurso estético, o estilo de um autor literário sobrepõe toda uma cosmovisão, ao mesmo tempo particular e universal a ele. Com isso, a expressividade estilística imprime ao discurso poético dada carga de afetividade linguística do autor. Os efeitos expressivos da escrita ficcional subjazem então em informar os múltiplos sentidos da particularidade afetiva do criador poético.

A partir disso, variadas foram as definições dadas ao conceito de expressividade, também chamada de desvio literário, o qual o estilicista (estudioso do estilo) deverá se deparar na interpretação do texto: “*abuso*, em Valéry; *violação*, em Cohen; *escândalo*, em Barthes; *anomalia*, em Todorov; *loucura*, em Aragon; *variação*, em Spitzer; *subversão*, em Peytard; *infração*, em Thiry.” (MONTEIRO, 2005, p. 61, grifo do autor), além das definições outras elencadas por Nilce Sant’Ana Martins:

O estilo é o pensamento (Rémy de Gourmont), O estilo é a obra (R. A. de Sayce), estilo é a expressão inevitável e orgânica de um modo individual de experiência (Middleton Murry), estilo é o que é peculiar e diferencial numa fala (Damaso Alonso), estilo é a qualidade do enunciado, resultante de uma escolha que faz, entre os elementos constitutivos de uma dada língua, aquele que a emprega em uma circunstância determinada (Marouzeau), o estilo é compreendido como uma ênfase (expressiva, afetiva, ou estética) acrescentada à informação veiculada pela estrutura linguística sem alteração de sentido. O que quer dizer que a língua exprime e o estilo realça, (Riffaterre), o estilo de um texto é o conjunto de probabilidades contextuais dos seus itens linguísticos (Archibald Hill), estilo é surpresa (Kibédi Varga), estilo é perspectiva frustrada (Jakobson), estilo é a linguagem que transcende do plano intelectual para carrear a emoção e a vontade (Mattoso Câmara). (MARTINS, 1989, p. 2-3).

Sendo escolha, expressividade, desvio, etc., o estilo próprio de um autor junte ao texto poético intenções da natureza particular daquele indivíduo. Aí, o estilo não será mais apenas o homem, como legou Buffon, mas agora será dois homens (autor e leitor): “A análise do estilo observará então, para quem da expressão textual, mecanismos

de construção do sentido, os quais acabam por dar indicações de quem é o próprio sujeito pressuposto; esse sujeito, ao mesmo tempo único e duplo. O estilo são dois homens”. (DISCINI, 2009, p. 7).

O estilo de cada escritor, seja de prosa ou poesia, revela as escolhas realizadas por aquele artista em busca de impor sua marca na criação poética. Segundo Marouzeau (1969), a língua é um repertório de possibilidades e os seus usuários devem fazer escolhas de acordo com suas necessidades de expressão.

Por fim, ao estudioso do estilo de um texto literário caberá analisar e destrinchar, por meio das palavras, da frase e das figuras de linguagem (*tropos*) o universo mental, discursivo e significativo do escritor. A análise estilística ocupar-se-á, então, dos meios e mecanismos linguísticos utilizados no texto poético que tornam este uma arte, de fato, literária.

### **A estilística da palavra: morfoestilística e estilística lexical**

Subárea da Estilística, a Estilística Lexical, também conhecida como Estilística Léxica, pretende, pela análise dos aspectos morfológicos presentes na escrita poética, desmembrar os substratos expressivos contidos na rede semântica do texto. As formas combinatórias e flexionadas das e entre as palavras constituem o objeto de estudo dessa vertente de análise estilística.

Ora, se como pontua Maria Aparecida Barbosa, “a criação lexical deve ser situada [...] em função da individualização das criações feitas por locutores na comunidade linguística” (BARBOSA, 1981, p. 78), caberá então ao intérprete dos efeitos de estilo desvelar o uso dos recursos morfológicos realizados na criação literária enquanto processo de expressividade não apenas ao autor-escritor do texto, mas também como ferramenta do uso da língua pela comunidade na qual aquele autor está inserido.

Dessa forma, obter as impressões da expressividade das palavras da obra de um escritor é também obter as impressões do universo lexical da comunidade linguística à qual ele pertence. Esse percurso é a procura pelas intenções do enunciador, é busca pela visão de mundo contida no jogo das palavras. A estilística lexical, com isso, pretende-se agregar aos estudos literários, linguísticos e também discursivos. Segundo Elis de Almeida Cardoso:

Um dos objetivos da Estilística é justamente analisar a escolha feita pelo enunciador, dentre os elementos linguísticos disponíveis, verificando-se de que maneira se consegue com ela efeitos estéticos e expressividade e, sobretudo, tentando-se chegar à intenção do enunciador por meio do estilo encontrado em seu texto. / A Estilística Léxica, por sua vez, pretende verificar a expressividade obtida com as palavras, seja por sua flexão, por sua formação, por sua classificação, pelo seu significado no contexto. Essa parte da estilística preocupa-se com os aspectos expressivos ligados aos componentes semânticos e gramaticais das palavras. (CARDOSO, 2009, p. 68).

A criação lexical literária, para Manuel Rodrigues Lapa (1984), combina formas existentes com novos vocábulos (criação neológica) de forma a apreender uma riqueza cultural, semântica e expressiva do autor literário e do conjunto poético ao qual o texto agrega significados. Ou seja, investigar a forma como um autor trabalha com a língua é também estudar sua cultura, bem como a história de um povo e a relação deste com essa ferramenta de comunicação.

Em outras palavras, o autor literário é não somente um criador de histórias e personagens, mas também um criador, ou recriador, da língua. E nessas (re)criações da língua é que resultam em toda uma carga semântica diferenciadora de como aquele usuário da língua se relaciona com seu objeto de trabalho. O uso dos vocábulos e as transformações neles impostas dão à escrita do poeta, do romancista e do contista a expressividade almejada, prova maior do estilo diferenciador dos escritores.

Pode-se discutir o mesmo assunto, mas de formas diferenciadas. A criatividade no uso do “como dizer” incide ao estudioso do estilo averiguar os métodos de composição empregados pelo autor literário para alcançar tal êxito. Como afirma Louis Guilbert:

*Il existe une autre forme de création lexicale fondée sur la recherche de l'expressivité du mot en lui-même ou de la phrase par le mot pour traduire des idées non originales d'une manière nouvelle, pour exprimer d'une façon inédite une certaine vision personnelle du monde. Cette forme de création, à proprement parler poétique, par laquelle on fabrique une matière linguistique nouvelle et une signification différente du sens le plus répandu, est liée à l'originalité profonde de l'individu parlant, à sa faculté de création verbale, à sa liberté d'expression, en dehors des modèles reçus ou contre les modèles reçus. (GUILBERT, 1975, p. 41).*

Com isso, caberá aqui a investigação de como o universo amazônico é expresso na poesia de Paes Loureiro graças à utilização que este autor faz da língua. A averiguação dos principais recursos morfológicos aferidos ao léxico da língua portuguesa remete, em princípio, a uma visão poética da realidade específica daquela região, a Amazônica, uma vez que o autor se faz pertencente àquela comunidade de usuários da língua, o que acaba por manter uma cultura e uma forma de se expressar própria e íntima àquele *locus*.

### **Nos rios lexicais de *Altar em Chamas*, de Paes Loureiro**

A obra *Altar em Chamas*, de Paes Loureiro, fora lançada, em sua primeira edição, no ano de 1983. No entanto, a edição que aqui será analisada é a última, datada de 2002, uma vez que esse derradeiro volume apresenta modificações em alguns poemas, além de acréscimos a todo o conjunto poético anteriormente formulado pelo autor.

Os excertos aqui analisados foram escolhidos no que diz respeito à seleção vocabular do autor por termos ou palavras de origem e/ou expressão nitidamente ligadas ao âmbito geográfico e cultural da região amazônica. Elementos da língua tupi, por exemplo, tanto quanto palavras que definem a visão de mundo sagrada e mágica do caboclo amazônida foram selecionadas a fim de agregar à análise o teor visivelmente estilístico de Paes Loureiro ao abordar questões universais na sua obra.

Aspectos que, como afirma o próprio autor ao discutir o elemento imanente do poético: “faz emergir uma linguagem epifânica, do fundo das encantarias do rio da linguagem, tornando sua poeticidade dominante, realçando ‘a denominação poética’, fazendo o poema ou mito-poema inserir-se com significação própria no contexto circundante”. (LOUREIRO, 2002, p. 116).

### **Léxico amazônida**

São constantes e variadas as palavras de origem tupi, e que conseqüentemente pertencem ao léxico do habitante da região amazônica, que Paes Loureiro se vale em muitos dos poemas pertencentes ao livro *Altar em Chamas*. O autor explora termos ligados aos indígenas, tais como “Icamiabas”, “Chincoãs”, “Cunhantãs” e mesmo palavras pertencentes ao mundo mágico do imaginário popular amazônida, como “Yara” e “Boiúna”.

Em “Paisagem Recordada” o autor aglomera em dois versos elementos do léxico cultural do caboclo amazônico, sendo portanto regionalismos da região, bem como palavras ligadas ao elemento natural da água: “Icamiabas e Botos / - piracemas de lendas...”. (LOUREIRO, 2002, p. 169).

As “Icamiabas”, índias guerreiras que se correlacionam historicamente ao mito das Amazonas – mulheres guerreiras – (AULETE, 2007); os “Botos”, espécie de golfinho da Amazônia, mas tão lendário e sagrado ao imaginário cultural; e a “piracema”, o nome dado ao movimento migratório dos peixes no rio (HOUAISS, 2009), incidem ao poema, e ao leitor da poesia, conhecimentos do contexto e da realidade amazônica.

Em “Pronto-atendimento” surge o grande ser folclórico das águas amazônicas, a serpente lendária que habita os rios da região, destruindo embarcações (AULETE, 2007), a boiúna: “Vértebra de boiuna” (LOUREIRO, 2002, p. 82).

Termos de origem tupi ligados à descrição das mulheres, “Cunhantãs nascem do rio” (LOUREIRO, 2002, p. 126); a aves, “Os chincoãs flagelam-se com os bicos” (LOUREIRO, 2002, p. 135); e à entidade folclórica protetora

das águas, “de *Yaras* e de *Circes*” (LOUREIRO, 2002, p. 63, grifo nosso), são elencados pelo escritor de forma a jungir à sua poesia não apenas meras palavras oriundas do vocabulário do cidadão comum da Amazônia, mas sim palavras que agregam sentido metafórico ao conjunto da obra, tornando esta um imenso poema sobre a cultura amazônica.

Exemplo maior pode ser constatado na expressividade que tais palavras ensejam à arquitetura poemática. O que se constata em “Certidão”, texto que alia à paisagem das águas da baía do Marajó – maior arquipélago fluvial do mundo – o fluxo contrário e manso das águas que banham a cidade de Barcarena; o regionalismo “bubuiar”, ou o que “flui no sentido da correnteza” (AULETE, 2007): “A baía do Marajó passei na enchente / e Barcarena deixei debubuiando” (LOUREIRO, 2002, p. 63).

### **Criações neológico-lexicais com valor semântico ligado à cultura amazônica**

Discorrendo ainda sobre o uso de vocábulos expressivos à realidade amazônica, encontra-se em *Altar em Chamas* uma variedade de criações neológico-lexicais que sintetizam a aliança e mescla da cultura à língua. Exemplo disso pode ser encontrado em “Rua de madrugada”, poema que dialoga com a imagem da “boiúna”, só que recriando esta qual um advérbio pela utilização do sufixo –mente: “**boiunamente** digerindo estrelas...” (LOUREIRO, 2002, p. 196, grifo nosso).

Já em “Púlpito da Igreja de Santo Alexandre”, Paes Loureiro promove à língua o processo denominado nos estudos morfológico-lexicais de palavra-valise, ou *portmanteau*, quando “duas bases – ou apenas uma delas – são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item léxico, uma perde sua parte final e outra sua parte inicial” (ALVES, 1989, p. 69). Ao se valer da junção, em parte, de dois vocábulos, “alma” e “amazonas”, o poeta agrega sentidos díspares, contudo válidos, para identificar à imagem do rio amazonas carga semântica que simbolize morte, decadência e falimento: “Outros lhe chamam rio das **Alamazonas**” (LOUREIRO, 2002, p. 102, grifo nosso).

Ainda remetendo a um imaginário greco-romano, mítico e arquetípico por excelência, Paes Loureiro, no poema “Ver-o-peso”, toma ao leitor a representação erótica da deusa Vênus, Afrodite para os gregos, ao discorrer sobre a natureza voluptuosa das índias banhando-se à margem do rio. O neologismo “afrodíticas” constitui o que Rocha (2008) chama de composição erudita: “Cunhantãs nascem do rio suas graças **afrodíticas**...” (LOUREIRO, 2002, p. 26, grifo nosso).

Por fim, mas não menos importante, o poeta, em “Paisagem recordada: Abaetetuba, de avião”, elenca o afixo prefixal –des, característico por expressar falta, negação ou oposição, para expressar a perda do sentimento de inocência, pureza e virgindade da natureza: “Ali, a praia de Beja. Ali, / **Desinocências**. Ali, a Ponte Grande.” (LOUREIRO, 2002, p. 109, grifo nosso).

A derivação parassintética, “dada uma palavra que apresente prefixo e sufixo em sua construção” (BASÍLIO, 1987, p. 46), é utilizada no poema “Belém do Pará” ao se discutir o conceito de mito-poema, ou seja, quando a criação estética aglutina-se ao contexto cultural e mítico da região circundante. Paes Loureiro intenta transformar a língua em mito ao discorrer a própria perda do caráter lendário do *locus* amazônico, o que Max Weber chama de **desencanto do mundo** (WEBBER, 1993, p. 65), para isso o poeta se vale da junção do prefixo –des ao elemento sufixal –ada, para criar a palavra “deslendada”: “Numa cidade agora **deslendada**” (LOUREIRO, 2002, p. 64, grifo nosso).

### **Considerações finais**

Como visto na análise dos poemas pertencentes à obra *Altar em Chamas*, Paes Loureiro se vale da utilização de inúmeros processos morfológicos para ampliar o campo lexical, bem como o campo semântico, ao qual as palavras pertencem, de modo a expressar com maior nitidez não somente a fala e a língua dos ribeirinhos e dos caboclos da Amazônia, mas também toda uma cosmovisão no que diz respeito ao modo como esses indivíduos expressam sua cultura e seu referencial de mundo na vida cotidiana.

O uso de palavras de marcação regional ergue à criação poética deste autor um conjunto de características próprias do seu trato com a língua portuguesa. A Amazônia e o léxico da região jamais são solapados ante a função poética da linguagem, ao contrário, é esta que se deixa igualar ao trato que o artesão das palavras suscita na sua produção lírica. Daí não ser uma poética meramente regional a obra de Paes Loureiro, mas sim uma lavoura linguística que transcende os “ismos”, segregadores por natureza, rompendo com a carga imanente do significado de uma língua de ordem regional.

Transbordando a língua de afetividade e de expressividade de valor universal, quais os problemas e incompletudes humanas vistas nas temáticas de sua obra, a poética amazônica de Paes Loureiro firma-se no léxico amazônida para insuflar à poesia, à língua e à linguagem poética elementos reverberadores dos dramas mundanos. Tema e conteúdo se associam portanto no estilo do autor de *Altar em Chamas*. Acordo no qual a língua torna-se elemento chave para desbravar a realidade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. **Neologismo – Criação Lexical**. São Paulo: Ática, 1989.
- AULETE, C. **Aulete Digital – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.
- BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**. São Paulo: Global, 1981.
- BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1987.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOPP, R. **Cobra Norato**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- BUFFON, G.-L. L. **Discours sur le style**. Paris: A. Hatier, 1946.
- CADOSO, E. de A. A poesia: escolha lexical e expressiva. CARDOSO, E. de A.; CONDÉ, V. G.; GIL, B. D. **Modelos de Análise Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 67-77.
- COUTO, M. A Menina sem Palavras. In: \_\_\_\_\_. **A Menina sem Palavras – Histórias de Mia Couto**. São Paulo: Boa Companhia, 2013. p. 31-36.
- FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.
- GUILBERT, L. **La Créativité Lexicale**. Paris: Librairie Larousse, 1975.
- HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva: 2009.
- LAPA, M. R. **Estilística da Língua Portuguesa**. Lisboa: Coimbra, 1984.
- LOUREIRO, J. de J. P. **Altar em Chamas**. Belém: Cejup, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Poesia como Encantaria da Linguagem. **Elementos de Estética**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 107-120.
- MAROUZEAU, J. **Précis de Stylistique Française**. Paris: Masson, 1969.
- MARTINS, N. S.. **Introdução à Estilística – a expressividade na língua portuguesa**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- MONTEIRO, J. L. **A Estilística – manual de análise e criação do estilo literário**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ROCHA, L. C. de A. **Estruturas Morfológicas do Português**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

# A FÉ QUE NOS MOTIVA: UM ESTUDO DOS TOPÔNIMOS EM LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DE 1837-1838

Mayara Aparecida Ribeiro de ALMEIDA  
Maria Helena de PAULA

## Palavras iniciais

O presente trabalho tenciona apresentar um estudo lexical acerca dos topônimos da Villa do Catalão, especificamente aqueles que se encontram mencionados no *Livro de Registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (1837-1838)*, a fim de compreender um pouco mais sobre a cultura e história das pessoas que habitavam este local na primeira metade do século XIX.

Sabe-se que o léxico, conjunto de todas as unidades significativas que surgem para referenciar a realidade que nos é cognoscível, caracteriza-se por ser complexo, fruto da memória coletiva de um determinado grupo linguístico e que está em constante ampliação, resultado da dinâmica que caracteriza a vida humana. Por meio dessas unidades léxicas nos é dado conhecer esta realidade, razão por ser o estudo lexical tão importante não apenas para o campo extralinguístico bem como para o estudo na esfera da língua.

Segundo Saussure (1969), o signo linguístico se caracteriza por ser arbitrário, o que implica compreendermos não existir uma motivação natural, uma razão explicável para a escolha do significante que dará nome ao novo que se apresenta. Entretanto, como nos apresentam os estudos de Dick (1990), o signo topônimo se difere das demais unidades lexicais devido ao seu caráter motivacional. Isso implica dizer que a escolha do nome ao local não ocorre de forma aleatória; pelo contrário, existem razões diversas que podem ter levado o denominador a optar por tal designativo, seja por uma motivação particular, pelas características próprias deste local ou pela escolha coletiva do grupo que ali reside, dentre outros.

Diante disso, percebe-se que o topônimo, mais ainda que qualquer outro elemento lexical, nos oferece maiores recursos para conhecermos o *modus vivendi* daqueles que tiveram esses locais como palco para a tramitação de suas vidas, uma vez que a escolha deste nome se justifica por alguma motivação que está diretamente relacionada com o referente ou com os seus nomeadores.

Ancorados nesta perspectiva, propomos em nossa pesquisa de iniciação científica intitulada *Estudo lexical do Livro de Registro de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (maio de 1837 a setembro de 1838)* realizar um estudo lexical deste livro, contemplando dentre outros campos lexicais, o signo toponímico, com vistas a descobrir quais eram as motivações desses locativos, para conhecer um pouco mais sobre a história assentada nos fôlios destes documentos manuscritos, que em muito contribuem para aqueles que buscam o conhecimento acerca de tempos pretéritos, em que não nos é possível o contato com pessoas que neles viveram, restando-nos, nesses casos, a recorrência a textos escritos.

Com relação a esses signos toponímicos, dentre os quais nos foi possível verificar a presença de topônimos tanto de acidentes humanos como também acidentes físicos, constatamos que os hierotopônimos foram os mais expressivos, com a identificação de quinze itens. Ante essa constatação, nos propomos a fazer um estudo mais detalhado das unidades toponímicas que se referem a nomes sagrados de diversas crenças, vinculados a associações e esferas religiosas, mostrando a fé cristã como veículo motivador e até propulsor das pessoas que viviam neste local para esta nomeação em específico.

Para tanto, nosso trabalho deu-se da seguinte forma: inicialmente realizamos a leitura e edição semidiplomática do livro supracitado, seguindo as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”, elaboradas em 1999 por um grupo de filólogos e linguistas históricos e que se encontram publicadas em inúmeras obras, tais como a de Megale e Toledo Neto (2005), de que fizemos uso.

Em sequência, realizamos o levantamento de todas as lexias referentes a topônimos da Villa do Catalão e de regiões adjacentes, fundamentados nos estudos de Dick (1990). Após essa etapa, realizamos a classificação toponímica, conforme o que se encontra em Dick (1990), realizando *a posteriori* a análise dos mesmos (para o estudo aqui apresentado nos detivemos unicamente aos hierotopônimos), levando em consideração o contexto dos registros de batizados e também o que a historiografia põe ao nosso conhecimento (PALACÍN; MORAES, 1994; GOMEZ et al., 1994), mostrando, deste modo, como a fé diz muito sobre a cultura das pessoas que viveram em Catalão no período em estudo e nos permitem conhecer um pouco mais deste cenário nos oitocentos.

### **Breves considerações sobre o signo toponímico**

A toponímia é uma área do conhecimento que se dedica ao estudo dos nomes próprios de lugares e pertence a uma ciência maior, a Onomástica, responsável pelo estudo linguístico dos nomes próprios e que se divide em várias subdivisões.

O signo toponímico é composto por dois elementos básicos: o **termo** ou **elemento genérico** e o **elemento** ou **termo específico**, sendo que o primeiro refere-se ao espaço geográfico que será nomeado (rio, morro, cachoeira, vida, cidade) enquanto que o segundo, o topônimo propriamente dito, diz respeito ao nome que o particularizará, identificando-o e singularizando-o dentre os espaços semelhantes.

Uma das principais características do topônimo encontra-se justamente em seu **caráter motivacional**. Ao se batizar um lugar, este deixa de ser arbitrário e se torna signo motivado, fato que o difere de qualquer outro elemento do código linguístico. Destarte, essa motivação é marcada duplamente: primeiramente, pela intenção do denominador na escolha de tal designativo, dentre todos os outros que estão a sua disposição e, segundo, pela sua origem semântica, que detém significados que podem apresentar diversas procedências.

Observa-se desta maneira que, ao se nomear um local, um nome que antes era classificado como comum passa a ser um nome próprio, ou seja, passa de um nome originalmente arbitrário para ser identificado como um designativo de lugar, tendo caráter motivacional proveniente de ordens diversas, as quais devem ser observadas em um estudo toponímico. Assim sendo, a motivação pode advir: de modo espontâneo, como resultado do pensamento compartilhado pelos membros de uma comunidade ou ser ainda de natureza sistemática ou oficial, tipo de nomeação que é atribuída aos descobridores, dirigentes políticos e religiosos.

É importante destacar, além disso, que ao dar nome a um lugar o denominador tem uma causa e uma intencionalidade na escolha de tal designativo. E, segundo Dick (1990), a descoberta da intencionalidade é uma das tarefas mais difíceis por compreender questões condicionadas pela psicologia humana. Assevera ainda que essa intencionalidade se torna mais acessível quando se refere a acidentes de natureza antropocultural, por estarem mais próximas do conhecimento do falante nativo. Por outro lado, acrescenta que os topônimos de natureza física tendem a conservar suas denominações ao longo do tempo.

Outra característica muito importante refere-se à manutenção do designativo, mesmo com o desaparecimento de sua causa motivadora, o que interpreta o topônimo como sendo um **fóssil linguístico**, que guarda um conhecimento, não apenas da realidade do tempo presente, mas principalmente de tempos longínquos. Dessa maneira, o estudo desses nomes nos permite penetrar no tempo passado, razão pela qual a pesquisa toponímica revela-se sendo um importante instrumento de investigação linguística, principalmente quando relacionada à história e cultura nela refletidas (SEABRA, 2007).

Diante de tudo que foi mencionado compreendemos que:

Os topônimos mais que locativos são o suporte lingüístico em que se vê refletida a história de um povo, veículo que transmite informação e ideologia e, sobretudo, que a motivação toponímica envolve uma complexa interação de fatores, sejam eles do ponto de vista do denominador ou do ambiente total em que se encontra (MAEDA, 2006, p. 19).

Ademais, a toponímia é uma disciplina que se volta para outras áreas do conhecimento, dependendo da formação do pesquisador, podendo vincular-se à História, à Geografia, à Linguística, à Filologia, dentre outras ciências. E ao mesmo tempo em que ela recebe subsídios para seu trabalho, oferece contribuições para as configurações teóricas destes. Deste modo, em nosso trabalho, levando em consideração o que Dick (1990) nos informa, estabelecemos relação entre a toponímia e o labor filológico.

Por meio do estudo dos topônimos, que evidenciam as tradições e costumes de uma comunidade, nos é possível conhecer um pouco mais da formação linguística, histórica, cultural e ideológica de um povo, contribuindo na compreensão das informações contidas no texto, que é o objeto de análise do labor filológico. Por outro lado, a Filologia oferece fontes fidedignas para a identificação e análise de topônimos, principalmente de épocas em que não se têm registros de mapas oficiais.

### **Taxionomias toponímicas**

Levando em consideração a importância do elemento motivador e do conhecimento dessa motivação para estudos de diversas áreas afins, Dick (1990) propôs a taxionomia toponímica composta por vinte e sete (27) taxes, a qual se divide em dois grandes grupos, taxes de natureza física, que se referem a fatores ambientais, e taxes de natureza antropocultural, voltadas para a natureza humana.

Assim, integram os topônimos de natureza física:

- Astrotopônimos (relativos aos corpos celestes), Cardinotopônimos (relativo às posições geográficas), Cromotopônimos (relativo à escala cromática), Dimensiotopônimos (relativo às dimensões dos acidentes geográficos), Fitotopônimos (relativo aos vegetais), Geomorfotopônimos (relativo a acidentes hidrográficos), Litotopônimos (relativo aos minerais), Meteorotopônimos (relativo a fenômenos atmosféricos), Morfotopônimos (relativo às formas geométricas) e Zootopônimos (referente aos animais).

Para os topônimos de natureza antropocultural são listados:

- Animotopônimos ou Nootopônimos (topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual), Antropotopônimos (topônimos relativos aos nomes próprios individuais), Axiotopônimos (topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais), Corotopônimos (topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes), Cronotopônimos (topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo, velho), Ecotopônimos (relativos às habitações em geral), Ergotopônimos (relativos aos elementos da cultura material), Etnotopônimos (relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas)), Dirrematopônimos (constituídos de frases ou enunciados linguísticos), Hierotopônimos (relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto, subdividindo-se assim, em hagiotopônimos, nomes de santos ou santas católicos romanos, e mitotopônimos, relacionado a entidades mitológicas), Historiotopônimos (relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas), Hodotopônimos (relativos às vias de comunicação urbana ou rural), Numerotopônimos (relativos aos adjetivos numerais), Poliotopônimos (relativos aos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial), Sociotopônimos (relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos) e Somatopônimos (topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal).

## Breves considerações sobre o labor filológico e o *corpus* desta pesquisa

A Filologia é uma ciência que se detém no texto, com vistas a “explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado” respondendo assim pela função primordial do labor filológico, a saber, a **função substantiva**, conforme nos aponta Spina (1977).

Segundo este autor, a explicação do texto recorre a disciplinas auxiliares para que se alcance um entendimento pormenorizado de todos os seus pontos, ressaltando ainda que é o próprio texto que indicará o caminho a ser trilhado (a quais disciplinas recorrer) pelo pesquisador para o cumprimento desta primeira etapa. Em nosso caso, por lidarmos com um *corpus* de origem eclesiástica relacionado especialmente ao rito do batismo, fez-se necessário conhecer como se dava a realização desse sacramento e qual o vocabulário utilizado para referenciar esse ato, o que possibilitou-nos identificar todas as lexias dispostas nos assentos de batismo.

Por outro lado, a genuinidade textual apela para a restauração do documento, processo em que se busca tornar o texto inteligível, facilitando sua leitura. Por fim, a preparação do texto com vistas a publicá-lo consiste no que chamamos de edição, ou seja, em sua reprodução para outro material. Ressalta-se aqui que, consoante Spina (1977), a reconstituição textual consiste na etapa mais importante da função substantiva, possibilitando-nos dizer que, para um trabalho ser filológico deve, ao menos, dedicar-se à edição do texto.

Além desta função, observa-se ainda que a Filologia se preocupa com outros questionamentos afora o campo textual, por exemplo, o estabelecimento da datação do texto, de sua autoria e da observação da valorização que este documento possuía na época em que foi redigido, atividades essas que estão nos limites da **função adjetiva**. Por fim, Spina (1977, p. 77) lista ainda outra função a ser cumprida por um filólogo, a saber, a **função transcendente**, em que se busca conhecer a história externa ao documento, os fatos que lhe motivaram e lhe deram origem, possibilitando “reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época”.

Destarte, para o desenvolvimento de nossa pesquisa *Estudo lexical do Livro de Registro de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (maio de 1837 a setembro de 1838)* tivemos como objetivo principal alcançar duas funções do trabalho filológico, a **função substantiva** e a **função transcendente**.

Para a realização desta primeira função, que tem como etapa principal a edição do texto, escolhemos dentre todos os tipos de reprodução disponível (em que cada tipo responde por uma finalidade diferente) realizar a edição semidiplomática, com base nas “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil”, presentes no livro *Por Minha Letra e Sinal* de Megale e Toledo Neto (2005).

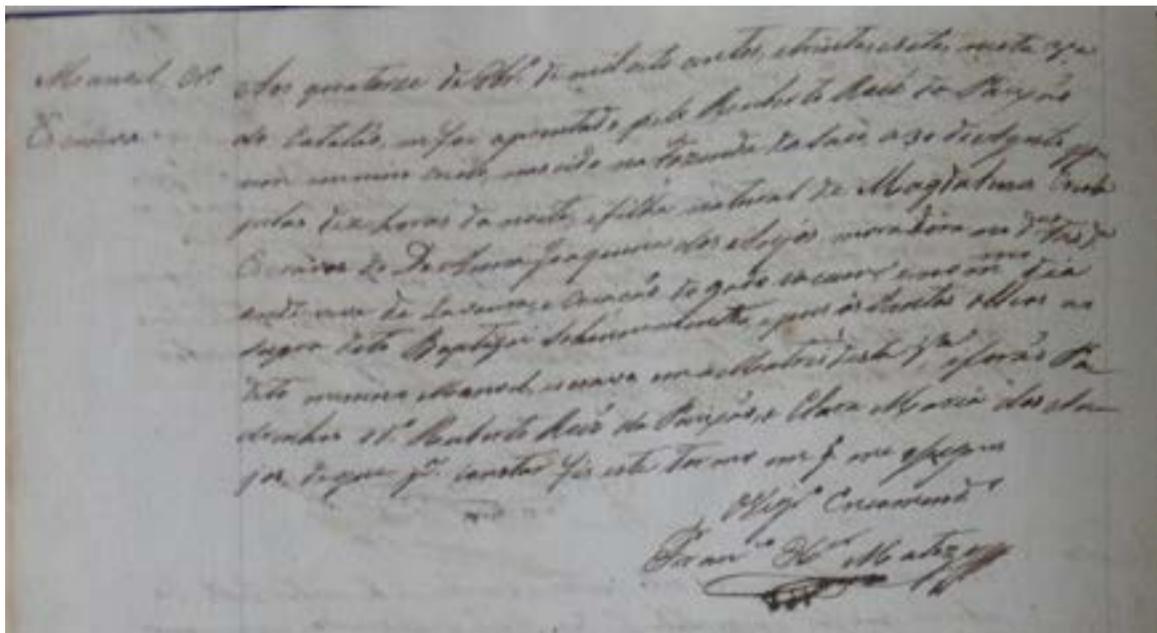
Insta esclarecer que esta edição realizou-se a partir de edições fac-similares, isto é, de cópias fotográficas do livro suprarreferido, as quais se encontram disponíveis no Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL), do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, e se originam do projeto *Formação de corpora escritos de Goiás – leitura e edição de documentos*, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena de Paula.

Esse tipo de reprodução oferta uma edição muito fiel ao documento original porquanto, além de permitir a observação de aspectos codicológicos (tipos de *materia scriptoria*, sendo estes, papel, pena, tinta, entre outros) e paleográficos (o traçado das letras, o tipo de escrita utilizado, a identificação se o escrevente possuía mãos hábeis ou inábeis, entre outros), impedem o contato direto com os manuscritos, o que poderia contribuir para a deterioração desses acervos tão caros a estudos de diversas ordens e à memória de seu povo.

Por outro lado, a edição semidiplomática, escolhida por nós para a realização desta primeira função, justifica-se neste estudo porque ao mesmo tempo em que conserva o estado da língua em questão (o que se torna indispensável para aqueles que pretendam realizar estudos linguísticos), consente que o editor realize algumas pequenas interferências, como o desenvolvimento de abreviaturas (colocando em itálico os grafemas que se omitem e se desenvolvem no texto editado) e a remissão para nota de rodapés de eventuais erros identificados no corpo dos assentos, realizadas unicamente para facilitar a leitura desses documentos.

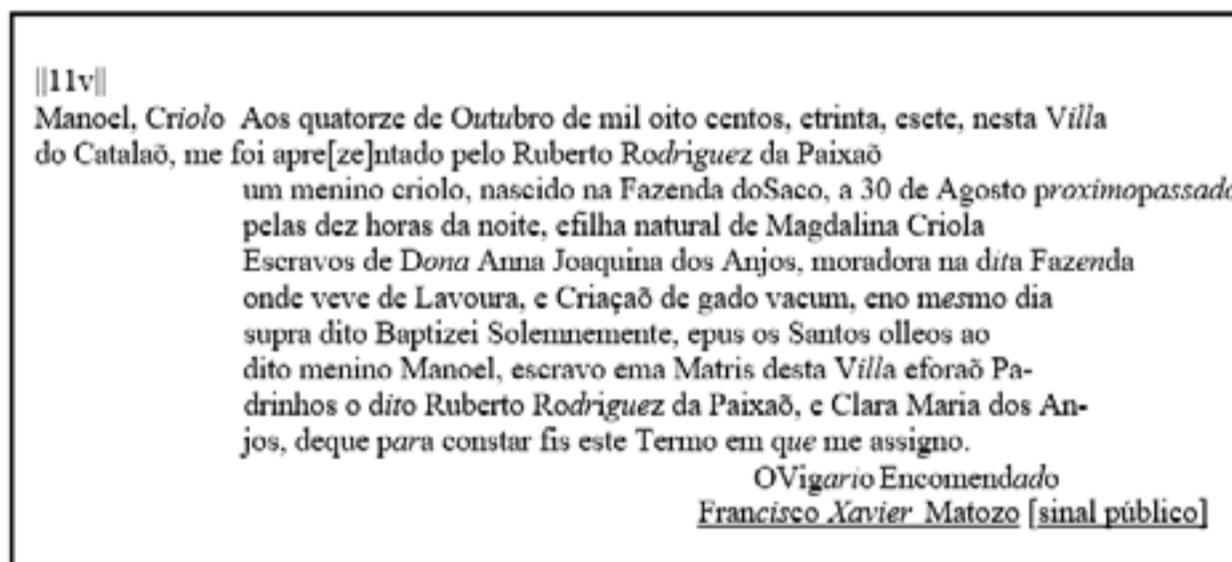
Para que o leitor observe esses tipos de reproduções e ateste as explicações que apontamos, seguem fragmentos da edição fac-similar e da edição semidiplomática, respectivamente.

Figura 1- Edição fac-similar



Fonte: Fragmento do *Livro de Registro de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (1837-1838)*, fólio 11 verso.

Figura 2 – Edição semidiplomática, lição justalinear



Fonte: Fragmento do *Livro de Registro de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (1837-1838)*, fólio 11 verso.

Feitas estas considerações relativas ao labor filológico, cumpre-nos trazer alguns informes sobre o *corpus* desta pesquisa. Tendo sido exarado entre os anos de 1837 a 1838, o *Livro de Registro de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus*, composto por 52 fólhos escritos em *recto* e verso pelo Vigário Encomendado Francisco Xavier Matozo, destinou-se ao registro de batismo de 251 crianças nascidas na então Villa do Catalão ou regiões adjacentes, podendo estes inocentes serem filhos de homens livres ou subjugados ao sistema escravocrata.

Tal qual pudemos constatar, observando todos os fólhos deste códice, os assentos seguiram uma padronização, ou seja, todos foram escritos da mesma forma, dispondo os mesmos tipos de informes, dispostos na mesma ordem. Desta maneira, verificamos lexias relativas ao local onde o sacramento foi realizado e/ou onde as pessoas moravam, às profissões ou ocupações da época, à condição social destes e às suas etnias ou cores.

Diante desse acervo lexical, o qual nos permite ter uma visão mais ampla da cultura daqueles que participaram dessa cerimônia, concluímos que para alcançarmos a **função transcendente** do labor filológico, estas

unidades deveriam ser abarcadas em nosso estudo. Para o estudo em tela, apresentamos então, o que o estudo das unidades toponímicas nos permitiu dizer sobre a vida espiritual da comunidade que morava na Villa do Catalão e regiões circunvizinhas.

### **Análise dos resultados**

Mediante o inventário dos topônimos mencionados no livro de registro, identificamos o total de sessenta e cinco (65) nomeações toponímicas, dentre as quais quarenta e três (43) são designativos de motivação antropocultural e vinte e dois (22) de natureza física, revelando uma percentagem de 66,15% e 33,85%, respectivamente.

Deste resultado, observamos de antemão que o elemento motivador mais expressivo na Villa do Catalão e regiões adjacentes foi o fator antropocultural, estando relacionado, deste modo, a elementos da psicologia humana do seu nomeador e/ou da comunidade em que este habitava.

Desse resultado, constatam-se os hierotopônimos como os locativos mais expressivos, com a ocorrência de quatorze (14) locativos, respondendo por uma porcentagem de 32,56% dentre os designativos antropoculturais e 21,54% dentre todos os locativos inventariados.

Assim, fazem parte dos hierotopônimos inventariados as seguintes designações: **Arraial da Senhora do Bom Despacho, Villa de Santa Crus, Villa do Bomfim, Freguezia de Santa Anna, Freguezia da Senhora Madre de Deos, Capella de Santo Antonio, Capella do Espirito Santo, Margem de São Marcos, Fazenda São Miguel, Fazenda de Santa Anna, Fazenda de São Bento, Fazenda de São Domingos, Fazenda de São Francisco e Fazenda de Santa Roza.**

Ante esse resultado, tomamos como ponto de partida para a análise desses dados o que a própria história coloca à nossa disposição acerca da realidade encontrada no Brasil em suas origens e, *a posteriori*, na então Villa do Catalão nos idos oitocentistas.

Consideramos que quando os portugueses aqui chegaram tentaram transplantar neste território o *modus vivendi* lusitano, com suas mentalidades voltadas, dentre outras particularidades, para a exaltação e afirmação da fé Católica, sua religião oficial, a fim de conquistar ainda mais fiéis para essa religião em crise resultada da reforma protestante.

Com relação à realidade encontrada na Villa do Catalão, desde sua formação original, segundo Gomez et al. (1994, p. 21), o povoamento de Catalão seguiu os mesmos moldes observados no território goiano no século XIX, de modo específico, nas regiões que não tiveram a mineração como desencadeadora desse processo<sup>1</sup>, em que observa-se:

Numa área já ocupada pelos sítios e fazendas, um fazendeiro decide fazer doação de um lote de terras para a construção de uma igreja. É movido, sem dúvida, pela devoção, mas também pelo interesse de atrair moradores e valorizar mais suas terras; não falta também o orgulho de sentir-se fundador. Na igreja ou capela começam a celebrar-se as festas religiosas, especialmente a do titular. Movido pela religiosidade, mas igualmente pela necessidade de convivência, o povo acorre por ocasião das festas. Surgem em torno da capela armazéns e vendas. É o que no interior é conhecido pelo nome expressivo de “comércio”; o início de um povoado, que com o tempo se transforma em arraial e depois numa cidade.

Em acordo com a estrutura exposta anteriormente, conforme informado por Gomez et al. (1994), o Arraial do Catalão surge entre os anos de 1810 (data em que Antônio Manuel doa terras à igreja para a construção de uma capela em devoção a Nossa Senhora Mãe de Deus) e 1820, originando-se por um núcleo composto por igreja, venda e moradores.

---

<sup>1</sup> Segundo Palacín & Moraes (1994), existiram duas formas de povoamento em Goiás, o que se deu em terras com riquezas minerais e aquele ocorrido em locais cuja principal atividade econômica advinha da agricultura. O primeiro caracterizou-se por ser um povoamento ocorrido de forma muito acelerada em que à medida que novos locais com fontes de minérios eram descobertos criava-se ali um novo povoamento, mas quando essas riquezas se findavam, esses povoamentos eram abandonados. O segundo tipo, diferentemente do que observamos nessa primeira estrutura, ocorreu de forma lenta, porém com uma estrutura mais sólida do que o primeiro.

Observamos a presença da Igreja Católica na história de Catalão desde a formação de seus primeiros núcleos: para Gomez et al. (1994), a Igreja se fez presente durante todo o seu percurso histórico até chegar a denominação de cidade no ano de 1859. Ademais podemos completar essas disposições dizendo que esta religião se faz expressiva nesta cidade até os dias atuais.

Cumpre-nos, neste momento, observar ainda se essas denominações eram pontuais ou subjetivas, tal como realizado por Carvalhinhos (2014, [s/p]) em seu trabalho sobre a hierotoponímia portuguesa, em que conclui:

Quanto aos lugares que recebem como denominação Senhora/Nossa Senhora verificamos dois tipos distintos de denominação: uma, pontual, é descritiva, isto é, ocorre quando hierotopônimos são aplicados a igrejas e capelas, geralmente indicam a qual santo, santa ou invocação de Maria foi erigido o templo. O outro tipo de motivação pode ser considerado mais subjetivo e encerra uma homenagem ou pedido de proteção, como no caso de hierotopônimos aplicados a povoados e cidades, desde que a motivação da nomeação seja estabelecida pelo próprio denominador, e não por órgãos governamentais.

Baseando-nos neste método de análise, observamos a relação estabelecida entre os hierotopônimos aqui inventariados, em que chegamos ao seguinte resultado: cinco (5) topônimos pontuais e dez (10) locativos subjetivos. Compõem o quadro dos topônimos pontuais: **Freguesia de Santa Anna, Freguesia da Senhora Madre de Deos, Capella de Santo Antonio e Capella do Espirito Santo.**

Dentre os locativos subjetivos estão: **Arraial da Senhora do Bom Despacho, Villa de Santa Crus, Villa do Bomfim, Margem de São Marcos, Fazenda São Miguel, Fazenda de Santa Anna, Fazenda de São Bento, Fazenda de São Domingos, Fazenda de São Francisco e Fazenda de Santa Roza.**

É possível perceber mediante este estudo a nomeação empregada aqui não como um ato individual, reflexo apenas do pensamento do denominador (a Igreja ou políticos da época), mas como consequência de um pensamento compartilhado pela comunidade, haja vista que os hierotopônimos se apresentam bastante expressivos entre os que viviam nessa região e época. Entendemos que a escolha por estes designativos esteja ligada ao pensamento de que ao dar um nome de santo a uma pessoa ou a um determinado local, estes passavam a ficar sob os cuidados específicos do santo homenageado (ISQUERDO, 1996, p. 142-143).

Além destas questões, destacamos, outrossim, a influência da religião sobre a vida daqueles que moravam na região da Villa do Catalão, o que pode ser observado até mesmo pela natureza dos documentos de que fizemos uso para este estudo que são registros de batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus, tipo documental que durante muitos anos funcionou como um registro de nascimento, atestando, além do princípio de uma nova vida, o “nascimento dos lugares” para a fé Católica.

### **Considerações finais**

Por meio deste estudo, nos foi possível compreender um pouco mais do cenário histórico de Catalão, revelando-nos à luz do léxico toponímico, quais foram as principais influências no ato de se nomear os lugares, em que constatamos que o principal referente foram os hierotopônimos, conduzindo à hipótese da importância e influência da religião na vida do lugar na primeira metade do século XIX, resultado principalmente da história de Catalão em que a religião esteve presente desde sua origem.

Ainda há muito a ser estudado com relação à formação toponímica de Catalão e adjacências que remonte aos nomes encontrados na zona urbana e na zona rural, posto que os resultados dessa pesquisa mostram uma motivação subjetiva, possibilitando-nos observar com mais propriedade dados históricos, culturais, ideológicos, religiosos, entre outros, daqueles que desempenharam o papel de motivar o nome dos espaços. Ademais, deve-se somar a esta constatação a presença em Catalão de grande acervo documental referente aos idos oitocentistas, os quais carecem ser consultados e estudados a fim de ampliar o conhecimento com relação a essas questões.

Acreditamos, deste modo, que este trabalho se justifica por contribuir com os estudos toponímicos do Sudeste goiano e também por se somar aos estudos de natureza filológica que vêm sendo desenvolvidos por estudiosos do referido LALEFIL, na tarefa de perscrutar o passado histórico e linguístico do território goiano e nele **garimpar os motes** para a história da língua portuguesa em Goiás.

## REFERÊNCIAS

CARVALHINHOS, P. de J. **Hierotoponímia Portuguesa os nomes de Nossa Senhora**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/16/09.htm>> Acesso em: 07 ago. 2014.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

GOMEZ, L. P. et al. **História política de Catalão**. Goiânia: Editora UFG, 1994.

ISQUERDO, A. N. **O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. 409f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

MAEDA, R. M. A. **A toponímia Sul-mato-grossense: um estudo dos nomes de fazendas**. Araraquara-SP, 2006. 276f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

MATOZO, F. X. M. (OVigario Encomendado). **Livro de Registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus**. Parochia Nossa Senhora Mãe de Deus. 52 fólhos manuscritos. 1837-1838.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. de A. **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVIII** (Coleção Diachronica). Cotia: Ateliê, 2005.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722-1972)**. 6. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

SEABRA, M. C. T. C. de. A Formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. III. Campo Grande: UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 93-103.

SPINA, S. **Introdução à Edótica: crítica textual**. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

# DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA TIPOLOGIA DEFINICIONAL DO “GLOSÁRIO REGIONAL” DA OBRA *ESTUDOS DE DIALETOLOGIA PORTUGUESA – LINGUAGEM DE GOIÁS (1944)*

Rayne Mesquita de REZENDE

Maria Helena DE PAULA

## Notas introdutórias

Com objetivo de apresentar uma parcela do que será feito durante toda a pesquisa de mestrado sob o título *Configurações da linguagem em Goiás: um estudo dos regionalismos lexicais sob o viés metalexigráfico*, vinculada ao PMEL-UFG/Regional Catalão discorreremos sobre os tipos de definição utilizados no **Glosário<sup>1</sup> Regional** da obra *Estudos de Dialectologia Portuguesa – Linguagem de Goiás*, da autoria de José Aparecido Teixeira (1944), que compõe um dos *corpora* de análise de nossa pesquisa.

No enalço de nossa proposição, abordaremos genericamente a obra em seu todo para, em seguida, versarmos sobre a microestrutura do **Glosário Regional** e, posteriormente, sobre a tipologia definicional adotada por Teixeira (1944) no registro dos significados das unidades lexicais arroladas. A sustentação teórico-metodológica para esta investigação assenta-se nos estudos de Biderman (1984), Bosque (1982), Rey-Debove (1984), dentre outros.

Os procedimentos metodológicos adotados para tal feito operam nas esferas quantitativa e qualitativa, uma vez que para uma visualização clara e ampla dos tipos de definição utilizados, contabilizamos as entradas, separando-as por classe léxico-gramatical e analisamos a forma como se afiguram as acepções.

## Aspectos genéricos da obra *Estudos de Dialectologia Portuguesa: linguagem de Goiás (1944)*.

Antes de adentrarmos propriamente em nosso objetivo precípuo, que é fazer uma investigação da tipologia definicional dos verbetes que compõe o **Glosário Regional**, parte integrante do livro *Estudos de Dialectologia Portuguesa – Linguagem de Goiás* faz-se mister uma apresentação em linhas gerais da obra de autoria de José Aparecido Teixeira (1944), que embora não seja largamente conhecida, consiste em um estudo sistematizado a que julgamos coerente com os padrões da ciência dialetológica contemporânea a sua publicação.

A obra está dividida em seis segmentos: Prefácio, I – Dialectologia (conceituação e percurso histórico), seguido dos capítulos; Parte I – Fonética; Parte II – Morfologia; Parte III – Sintaxe e Parte IV – Glosário Regional, em que figuram respectivamente:

**a) Prefácio** – o autor versa sobre sua intenção, que é a de apresentar um estudo sistematizado sobre a variação diatópica do estado de Goiás entre os anos de 1930 e 1940, levando em conta, também, a variação diastrática dos falantes, ao separá-los em grupos de acordo com sua situação financeira, o que implicava, consideravelmente, seu grau de instrução (analfabetos, **semi-analfabetos**, alfabetizados e letrados).

No que tange à constituição populacional de Goiás, Teixeira (1944) assevera que se trata de um estado de baixa densidade demográfica, formado por uma capital nova – Goiânia – e pequenas vilas distantes entre si, cuja base econômica é a agropecuária e em menor proporção, o comércio. Reitera, ainda, que os locais percorridos durante a sua pesquisa foram as zonas sul, leste, centro e **pré-norte**, por conta de melhores condições físicas de acesso. Convém mencionarmos que, nessa época, Tocantins e Goiás não haviam sido separados, formando um único estado.

Ao que tudo indica nas afirmações de Teixeira (1944), podendo ser atestadas mais adiante nas cartas

---

<sup>1</sup> Optamos por transcrever a palavra **glosário** no decorrer de todo este artigo conforme consta na grafia original da obra *Estudos de Dialectologia Portuguesa – Linguagem de Goiás* (1944). Este critério se estende às demais palavras transcritas por Teixeira (1944) que fogem à grafia vigente e de acordo com as normas ortográficas atuais. Os itens léxicos sob essa condição serão sinalizados pela fonte realçada em negrito.

linguísticas presentes na obra, da fração territorial que hoje corresponde ao Tocantins, somente de três a quatro municípios situados atualmente no centro-sul desta unidade federativa tiveram registradas suas variações.

**b) I Dialeto** – Neste excerto, Teixeira (1944) traça um panorama do desenvolvimento desta ciência paralelo ao desenvolvimento da Linguística, do qual a Dialeto consiste em uma das subáreas de pesquisa. Embora a Dialeto tenha suas raízes na Grécia Antiga, consolidou-se como ciência autônoma com objeto de investigação e metodologia delimitadas nas últimas décadas do século XIX (em meados de 1870).

Em relação aos estudos dialetais no Brasil, segundo o autor, após o período literário Romântico, que despertou um sentimento ufanista e, por conseguinte, a noção da divergência entre a Língua Portuguesa falada no Brasil e em Portugal, é que florescem pesquisas de caráter dialetológico adequadas ao quadro linguístico brasileiro, fixando-se com a publicação de *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral (1920) e posteriormente de *O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes (1922).

Teixeira (1944) encerra esse tópico com o que denomina de “Notícia geográfica e histórica de Goiás”, em que versa sobre a composição geográfica e social de Goiás entre as décadas de 30 e 40 tratando de elementos como seu clima, bacias hidrográficas e quantidade de habitantes (cerca de apenas um milhão em todo o estado).

Destaca, também, que o substrato populacional de Goiás era de índios, negros e brancos, indiferentemente de outros lugares que foram rotas das bandeiras paulistas, em busca de ouro no auge da atividade minero-extrativista no Brasil Colônia. Uma observação notável do autor e que consiste em uma das justificativas para a manutenção dos traços linguísticos característicos do dialeto caipira irradiado pelos bandeirantes é a do baixo fluxo imigratório estrangeiro para Goiás, salvo a migração de habitantes de zonas fronteiriças devido a sua localização geográfica no interior brasileiro.

As seções que trazem as análises em nível linguístico seguem ordenadas em:

**c) Parte I** – neste capítulo dedicado à Fonética, Teixeira (1944) apresenta um estudo acurado das especificidades fonéticas dos lugares visitados em Goiás. Para recolher, organizar e comprovar suas constatações, o autor utilizou como procedimento metodológico o mapeamento feito através das cartas linguísticas, procedimento largamente utilizado na Dialeto e na Geolinguística que consiste em demarcar no mapa de uma determinada região um fenômeno linguístico previamente selecionado para investigação.

Assim, os dados estão divididos em: caracteres gerais da pronúncia goiana, modificações fonéticas que sofrem as vogais, o tratamento dos ditongos, dos **semi-ditongos**, dos hiatos, dos grupos consonantais e, por último, dos metaplasmos.

**d) Parte II** – Morfologia, em que o autor versa sobre as variações nesta esfera, ao explicar sobre o comportamento dos substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e preposições no linguajar goiano.

**e) Parte III** – Sintaxe. Aqui, Teixeira (1944) disserta sobre os fatos característicos do linguajar goiano em relação à concordância entre sujeito e verbo, regências verbais e tipologia pronominal.

**f) Parte IV** – Glosário Regional, fração que nos interessa para o presente trabalho, nela o autor elenca 254 unidades lexicais em ordem alfabética, com orientação semasiológica tendo normalmente em sua composição: marcação de uso, categorização léxico-gramatical, acepções, abonações e a cidade, região ou zona em que foi registrada a unidade. A reprodução *ipsis litteris* de um trecho do Glosário ilustra esta explanação:

**Tabela 1** – Reprodução literal do *Glosário Regional* contido na obra

CLASSIFICAÇÃO	VOCÁBULO		SIGNIFICAÇÃO		LOCAL
Arcaísmo	Era	sf.	Tempo, época	Abn: Ó gente não põe sentido Se o que falo é certo ou não, Nesta era que <i>nóis tá</i> Este mundo <i>num tá bão</i> Folc. p. 256.	Jaraguá
Arcaísmo	Errada	sf.	Encruzilhada		Corumbaíba Catalão Formosa
Neo se	Encartar	v.	Na pinga = beber seguidamente, embebedar-se constantemente.		
Neo se	<i>Esbiutar</i>	v.tra	a viola = tocar baixo, leve, em estudo.	Corr. de bisbilhotar = fazer mexericos, intrigas,- através a forma <i>esbilhotar</i> , corrente no falar nortista. <i>Esbiutar</i> conserva o sentido substancial do subst. bisbilho (brasileirismo) que significa: o leve murmúrio das águas correntes, donde se originou bisbilhar = murmurar levemente.	
Etm. pop.	<i>Escoromeno</i>	loc. corr.	Se quer ao menos		S. Ana
Neo se	<i>Escopeteiro</i>	adj.	Esperto, treteiro	Em Portugal, <i>escopeteiro</i> designa o soldado armado de escopeta, espingarda curta; no Brasil (Norte), significa – atirador que não perde o alvo. Daí possivelmente se origina o sentido goiano de <i>dextro</i> , esperto, que teria passado ao terreno moral - espertalhão, treteiro.	Norte

**Fonte:** *Estudos de Dialectologia Portuguesa- Linguagem de Goiás*, de Teixeira (1944, grifo nosso)

No próximo tópico, explanaremos, com base na fundamentação teórica, quais foram os procedimentos de que nos servimos para a execução deste trabalho, cujos resultados serão demonstrados sucessivamente.

### **Aportes teóricos e procedimentos investigativos**

No processo analítico das tipologias definicionais que constam do *Glosário Regional*, foram aplicados primacialmente os pressupostos teóricos de Bosque (1982), que postulam uma descrição detalhada para cada um dos tipos possíveis de definição. Segundo este autor, no que tange à taxionomia das definições, dois aspectos são essenciais para sua categorização e distinção: (1º) a natureza da metalinguagem empregada; (2º) a natureza do definido e a informação proporcionada.

Com base nesses dois critérios, são elencados tipos e subtipos de definições. Assim, as que se pautam sobre a metalinguagem são divididas em definições próprias e impróprias / metalinguísticas. As definições próprias (por paráfrase, ou parafrásticas) são as que trazem explicações sobre o significado, podendo ser, segundo Bosque (1982):

**a) definição hiperonímica** – tipo mais frequente, em que na definição do lema, na condição de hipônimo, será remetida a uma categoria semântica de maior extensão, logo, de seu hiperônimo;

**b) definição sinonímica** – menos frequente do que o tipo anterior, consiste na definição de uma entrada por unidades lexicais semanticamente equivalentes, geralmente da mesma classe gramatical do lema/entrada. De acordo com Murakawa (2011), ainda que seu emprego acarrete em alguns casos a circularidade, a utilização da sinonímia é funcional no caso dos verbos e adjetivos.

**c) definição antonímica** – trata-se de dois tipos: as definições que incluem um componente negativo como “carência” ou “ausência” de; e as que estabelecem uma relação de oposição antonímica binária, baseada na existência de pares contrários.

No que diz respeito ao segundo critério apontado por Bosque (1982, p. 111), a natureza do termo definido e a informação proporcionada, verifica-se que esses dois elementos permitem a distinção entre a definição enciclopédica (real) e a definição lexicográfica (nominal). Cada um desses tipos atende a especificidades dos objetos lexicográficos que integram.

Destarte, a **definição enciclopédica** tem a finalidade de descrever os objetos e situações referentes ao extralinguístico, enquanto a **definição lexicográfica** tem a função de descrever a unidade lexical em nível linguístico, principalmente em seus aspectos semânticos, seguidos dos sintáticos e gramaticais.

Frente ao exposto, para que pudéssemos observar mais detidamente cada tipo de definição empregada por Teixeira (1994), procedemos da seguinte forma:

a) quantificação dos verbetes, que resultaram num total de 254 unidades lexicais, aos quais o autor denomina “vocábulos”;

b) elaboração da ficha lexicográfica (ver abaixo), por meio da qual executamos separação dos verbetes de acordo com a classificação gramatical exposta<sup>2</sup> por Teixeira (1944), totalizando 145 substantivos, 42 verbos, 59 adjetivos, 1 conjunção, 1 locução, 1 advérbio e 1 preposição:

**Quadro 1** – Ficha lexicográfica elaborada a partir do **Glosário Regional** (TEIXEIRA, 1944), para quantificação de dados

Microestrutura: Verbetes e tipos de definição do Glosário Regional (TEIXEIRA, 1944)	
Verbetes	Tipologia definicional
1- Ajojô- sm. = Embarcação feita de 2 canoas, fortemente ligada por cordas.	Parafrástica
2- Boncha - sm. = Roçado.	Sinonímica
3 - Amoitar - v. = Esconder.	Sinonímica
4- Banzer – v. = Ficar pensativo.	Parafrástica
5- Atrasado – adj. = Pobre, sem recurso.	Parafrástica
6- Boiota – adj. = Louco.	Sinonímica
7- Camisa-vermelha – sm. Jagunço da polícia de <i>Goiaz</i> , cuja missão era proteger o presidente e garantir sua permanência no poder.	Enciclopédica
8- <i>Condi</i> – conj. = Quando.	Sinonímica

**Fonte:** Elaboração própria

c) quantificação desses dados em porcentagens, com a finalidade de verificarmos em que proporção foram registrados em cada classe léxico-gramatical os diferentes tipos de definição;

<sup>2</sup> Convém destacar que, em certos casos, Teixeira (1944) classifica gramaticalmente de forma equivocada algumas unidades lexicais.

d) análise dos dados consoante os pressupostos teóricos da Metalexicografia para divisão da tipologia das definições segundo Bosque (1982), Biderman (1984) e Murakawa (2011).

As fases pontuadas resultaram na explanação ulterior, em que tratamos acerca da estrutura dos verbetes e a classificação que lhe conferimos segundo o postulado pelos pressupostos teórico-metodológicos adotados.

### **Sobre a microestrutura do Glossário Regional e a análise tipológica dos verbetes**

Partindo para a descrição do que aqui designaremos de “microestrutura” do **Glossário**, embora esta não assuma uma forma convencional, visto que a disposição dos verbetes é em forma de tabela, iniciamos pela composição do *corpus* de onde foram extraídas as unidades lexicais inventariadas.

Teixeira (1944) recolheu os itens lexicais realizando entrevistas com populares no interior do estado de Goiás em meados das décadas de trinta e quarenta. O autor não explicita se utilizou algum tipo de questionário semântico-lexical com perguntas direcionadas ou se o registro foi feito motivado pelo grau de recorrência das unidades lexicais.

Antes de partirmos para os resultados oriundos de nossas observações, cabe destacar que não se tratam de críticas à obra de Teixeira (1944), haja vista que ele foi claro ao denotar sua intenção, a de organizar um glossário contendo as peculiaridades linguísticas recolhidas em Goiás<sup>3</sup>, nas décadas de 30 e 40 do século passado.

Por glossário, um tipo de acervo lexicográfico que deu origem aos dicionários plurilíngues e monolíngues, com definições mais complexas abarcando uma extensão indubitavelmente maior do que a de seu antecessor, consideramos ser um “Pequeno vocabulário ou relação de palavras, em que se explica o significado das mesmas, para ajudar o leitor na compreensão do texto que lê”, como defende Biderman (1984, p. 139).

Para além da leitura de textos escritos percebemos, no caso do **Glossário Regional**, outra característica prototípica deste tipo de instrumento lexicográfico, que é a de elucidar os significados e sentidos raros das unidades lexicais restritas a certa parcela da língua, através de definições sucintas (DUBOIS, 2006).

Trata-se do que Rey-Debove (1984) denomina de uma **língua regional** – um dos quatro tipos de sub-léxicos (das línguas regionais; das línguas sociais; das línguas temáticas e das línguas de gerações) imersos do léxico geral. Essas variações lexicais são perceptíveis, mas não a ponto de serem vistas como dialetos, posto que são fundamentalmente escolhas plausíveis dentro do léxico de um mesmo idioma selecionado por diferentes razões e segundo as configurações socioculturais dos falantes de cada região.

Desse modo, a maneira como Teixeira (1944) realizou cada uma das descrições é concorde à proposição de um acervo intitulado como glossário/glossário, não deixando a desejar do que se espera para este tipo de objeto lexicográfico.

Com orientação semasiológica, com itens elencados na tabela em ordem alfabética, o arquétipo<sup>4</sup> de verbete que figura no glossário contém classificação, vocábulo, significação e local. Sobre essa divisão, evidenciamos que os termos que designam cada uma das seções não são concernentes à terminologia da Lexicografia para nomear cada um dos elementos componentes de um artigo lexicográfico.

Depreende-se, então, em consonância com os pressupostos teórico-metodológicos da ciência lexicográfica que os temos colocados por Teixeira (1944) assim correspondem: **classificação**= marca de uso; **\*vocábulo**= lema; **significação** = acepção.

No entanto, em relação aos termos “vocábulo” e “significação” se concebermos a possibilidade de Teixeira (1944) embasar-se na perspectiva puramente linguística, sem atentar-se para a terminologia lexicográfica que mesmo hoje tem seu estudo recente no Brasil, constatamos que não há nenhum equívoco por parte do autor, mas uma designação terminológica pautada na descrição puramente linguística. Logo depreendemos que:

<sup>3</sup> É digno de nota que neste período os atuais estados de Goiás e Tocantins ainda não haviam sido separados, formando uma grande unidade federativa sendo desmembrados somente quatro décadas depois, em 1988. Entretanto, depreendemos que das cidades que foram pontos de inquérito do autor, apenas três estão localizadas no atual estado do Tocantins.

<sup>4</sup> Reveja-se a tabela 1 deste estudo para melhor entendimento destes apontamentos.

[...] **vocabulo** se aplica à fala, ao discurso. Aqui, o ponto de partida é o vocabulário, ou melhor, a soma dos vocabulários individuais, mas o ponto de chegada é o acervo lexical da língua, com uma diferença, esse léxico não é potencial como é o léxico geral, mas é real, na medida em que não resulta de um estudo da competência individual (vocabulário ativo + vocabulário passivo), mas de uma somatória de realizações individuais. O termo significado indica o valor individual e paradigmático do item léxico. Toda unidade tem potencialmente um ou mais significados disponíveis para o falante. Todo significado ocupa um lugar definido no sistema de que faz parte, sendo também delimitado, por aqueles que fazem parte do mesmo conjunto. Já o termo **significação** ou sentido é o valor semântico resultante da combinação de unidades na sequência. Logo, o sentido não é simplesmente uma soma de significados porque engloba todos os elementos significativos necessários à comunicação, aí incluindo-se o contexto, a situação e até mesmo as atitudes e disposições do falante/ouvinte (BORBA, 2003, p. 19-20, grifo nosso).

Levantamos essa hipótese assentadas no fato de que Teixeira (1994), ao fazer o registo das unidades lexicais vigentes em uma parcela da comunidade de falantes de língua portuguesa no Brasil, tenha optado por utilizar os termos da Linguística geral, **vocabulo** e **significação**, com o intento de salientar que se tratavam de itens léxicos ou de significados inerentes à linguagem de Goiás, na década de 1940.

Quanto à disposição do glossário, as marcas de uso divididas em neologismos, neologismos semânticos, portuguesismos, brasileirismos e arcaísmos são as primeiras componentes da tabela, seguidas da faixa que contempla o lema/entrada. Na próxima coluna, temos a categorização léxico-gramatical, que não está precedida por nenhum título que sinalize a sua presença. Posteriormente, as acepções estão intituladas como “**significação**”.

As abonações, assim como a categoria gramatical, não são precedidas de título. Na última coluna, temos o **local** onde foram recolhidos os itens léxicos e seus respectivos significados. São elencados, em maioria, de municípios e, em número menor, o que Teixeira (1944) chama de zonas<sup>5</sup>, correspondentes à recorrência em uma faixa territorial maior do que um município.

Ocorre na transcrição dos significados e abonações, por vezes, uma confusão. Em certos pontos, fica difícil distinguir se a abonação é uma parte do registo da significação ou se é realmente uma abonação, uma vez que, nem sempre o sinalizador “**Abn:**” é colocado antes de seu registo, deixando esta margem de dúvida.

Creditamos essa incerteza à disposição dos verbetes em forma de tabela, o que acarreta dificuldade de discernimento entre abonação e definição, pois ausência de sinais diacríticos é eventual nestas duas secções do glosário. Entrementes, remontamos à questão das definições lacônicas, que são também outro fator que dificultou o processo de classificação dos tipos de definição.

Após o levantamento da tipologia definicional presente no *corpus*, em cada uma das classes léxico-gramaticais arroladas, os resultados em porcentagens convertem-se em:

---

<sup>5</sup> Em alguns momentos, Teixeira (1944) transcreve somente o nome da região, não sendo precedido da palavra “zona”.

**Quadro 2** – Demonstração dos resultados obtidos com a análise tipológica das definições contidas no **Glosário Regional** (TEIXEIRA, 1944).

Tipologia definicional no Glosário Regional (TEIXEIRA, 1944)	
Categoria léxico-gramatical/ quantidade	Tipo de definição/ quantidade
Substantivos – 14,4%	Sinonímica – 7,6% Parafrástica – 6,8% Enciclopédica – 1,2%
Verbos – 35,7%	Sinonímica – 26,1% Parafrástica – 7,1%
Adjetivos – 25,4%	Sinonímica – 22,1% Parafrástica – 3,4%
Outros (conjunção, locução, advérbio, preposição) – 24,5%	Sinonímica - 24,5% Parafrástica – 0%

**Fonte:** Elaboração própria

Somadas as porcentagens, as definições totalizam-se 98,8%. Desse número, 80,3% correspondem às definições sinonímicas; 17,3% às parafrásticas; 1,2% à definição enciclopédica; os outros 1,2% equivalem ao registro repetido de um lexema, resultando em 100% dos verbetes componentes da microestrutura do **Glosário Regional** de Teixeira (1944).

Diante da conclusão do processo de análise das definições, atestamos que estas são em grande maioria de tipologia sinonímica, seguida pelas parafrásticas, sendo utilizadas, como se pode notar no quadro acima, independentemente da categoria léxico-gramatical das unidades lexicais arroladas no **Glosário Regional** (TEIXEIRA, 1944).

A ocorrência de apenas uma definição do tipo enciclopédica, a nosso ver, aponta para dois caminhos:

(i) a relação, mormente estreita entre a história e a cultura de uma determinada região, a ponto de não poder deixar de ser transposta nas páginas de um objeto lexicográfico destinado a tal;

(ii) a aparentemente provável falta de conhecimento do autor entre a distinção dos tipos de definição lexicográfica e enciclopédica.

Por fim, feita a apresentação dos resultados alcançados e do caminho teórico-metodológico escolhido para tal feito, acreditamos ter cumprido nosso objetivo primordial, que foi a realização de uma investigação metalexigráfica, tendo como material de observação um glossário de regionalismos, com enfoque no estudo pormenorizado dos tipos de definições utilizadas.

## REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. Glossário. **Alfa**, São Paulo, 28 (supl.), p. 135-144, 1984.

BORBA, F. da S. Introdução e metodologia. In: \_\_\_\_\_. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 15-19.

BOSQUE, I. Sobre la teoria de la definicion lexicográfica. In: \_\_\_\_\_. **Verba**. Santiago de Compostela, n. 9, 1982. p. 105-123.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

MURAKAWA, C. de A. A. A contribuição de um dicionário histórico: o dicionário histórico do português do Brasil. **Revista Organon**, Porto Alegre, v. 25, n. 50, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28348/0>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. Tradução de Clóvis Barleta de Moraes. **Alfa**, v. 28 (supl.), São Paulo, p. 45-69, 1984.

TEIXEIRA, J. A. **Estudos de Dialectologia Portuguesa – Linguagem de Goiás**. São Paulo: Ed. Anchieta, 1944.

# TERMOS INDÍGENAS NO LÉXICO TOPONÍMICO DE DIAMANTINA

Tatiana Martins MENDES

## Introdução

Patrimônio vocabular de uma comunidade linguística, o léxico se constitui de termos que nomeiam a realidade representativa de um povo no seu contexto social e cultural. A lexicografia permite a organização e categorização desses termos e a toponímia, por sua vez, reforça seus traços geográficos, históricos e etnográficos. Diamantina, localizada na Serra do Espinhaço ou Serra dos Cristais, como também é conhecida, teve no seu entorno tribos indígenas falantes do macro-jê, como os puris que desapareceram após a chegada dos bandeirantes<sup>1</sup> e dos índios falantes do tupi. A classificação das estruturas linguísticas indígenas realizadas por Seki (1999, p. 259) traz uma ideia das línguas usadas. Segundo a autora,

O tronco Tupi [...] inclui 6 famílias genéticas: Tupi-Guarani (com 33 línguas e dialetos), Mondé (com 7 línguas), Tupari (com 3 línguas), Juruna, Munduruku e Ramarana (cada uma com 2 línguas) e 3 línguas: Awetí, Mawé e Puruborá. A família Tupi-Guarani caracteriza-se por grande dispersão geográfica: suas línguas são faladas nas diferentes regiões do Brasil e também em outros países da América do Sul (Bolívia, Peru, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Paraguai e Argentina). No tronco Macro-Jê, definido com base em evidências menos claras, são incluídas 6 famílias genéticas (Jê, Bororo, Botocudo, Karajá, Maxacali, Pataxó) e 4 línguas (Guató, Ofayé, Erikbaksá e Fulniô). As línguas filiadas a esse tronco, exclusivamente brasileiro, são faladas principalmente nas regiões de campos e cerrados, desde o sul do Maranhão e Pará, passando pelos estados do centro oeste até Estados do sul do País.

Sabe-se que as tribos Jê, Bororo, Maxacali e Pataxó e as falantes do tupi que vinham do litoral baiano, seguindo o curso do rio desde Belmonte, estiveram na região no período colonial. Mesmo com esse movimento linguístico, a forma Jê não apareceu nos nossos dados. Os estudos da Agência Nacional de Ação Indigenista – ANAI comprovaram que as tribos do tronco Jê citadas ainda se encontram no território, ocupam vários municípios mineiros<sup>2</sup>, evidentemente não os encontramos em Diamantina. Ali, as tribos não encontraram lugar seguro. Nesta proposta não tratamos as questões sociais, geográficas tampouco os problemas internos das línguas, nos atentamos, apenas, em mostrar a toponímia dentro do contexto comunicacional e descrevemos as estruturas produtivas, nesse caso, o tupi, na denominação dos lugares. Dar nome ou definir um nome para um lugar é um processo complexo, pois, de acordo com Isquierdo (1997, p. 33), “a diversidade de influências culturais na formação étnica da população, como também, as especificidades físicas de cada região tornam dificultosa toda tentativa de explicação das fontes geradoras dos nomes de lugares e de acidentes geográficos.”.

O lugar recebe o nome conforme sua representatividade no ambiente cultural em que se insere. O nome sacraliza, denota vínculo, inviolável, à cultura e ao ambiente. O Tijuco, nos seus primórdios, foi morada dos índios que lhe puseram esse nome por sua característica pantanosa, lamacenta<sup>3</sup>, ponto de encontro de muitos rios. Os habitantes que vieram depois, orientados pelo Pico do Itambé, lhe deram o nome atual, Diamantina, conferindo-lhe a imponência propiciada pelo legado diamantífero.

1 Segundo Capelle (1980, p. 180) “o movimento das bandeiras, agentes de civilização, está relacionado com os indígenas [...], uma de suas finalidades [...] era capturar os índios para escravizá-los e, um dos resultados imediatos foi a mestiçagem racial (mamelucos) seguida da mestiçagem cultural, pelos intercâmbios de usos e costumes. Aliás, se bem que o tupi não tenha sido a língua oficial das bandeiras, como quer Teodoro Sampaio, ela foi no entanto responsável pela riqueza e propriedade dos numerosos topônimos descritivos de nossa geografia.”.

2 <[http://www.anai.org.br/povos\\_mg.asp](http://www.anai.org.br/povos_mg.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2014.

3 Segundo Cunha (1999, p. 289) o nome é tupi e sofreu variação: Tijuco < Tijuco < Tujuco < Tijuco < Tejuco.

A extração de ouro, diamante, pedras preciosas e semipreciosas ocorreu nas margens do Jequitinhonha, rio federal, que nasce em Minas e percorre a extensão de 760 km até chegar à Bahia. Cientes da importância desse rio, a sua não dicionarização<sup>4</sup> nos trouxe inquietude. O estudo realizado na comunidade nos permitiu observar quão pouco sabemos a respeito dos nomes e do processo de motivação que os envolve.

## Metodologia

Nosso estudo passou por várias etapas. Pesquisamos documentos públicos, fizemos trabalho de campo e análise dos dados orais e escritos. Adotamos pressupostos teóricos defendidos na lexicologia por Biderman (1998, 2001); na lexicografia, usamos a metodologia sugerida por Haensch (1982) e Barbosa (2001); para análise dos itens lexicais, consultamos Bueno (1998), Capelle (1980) e Cunha (1978); na terminologia estudamos Krieger e Finatto (2004); nos estudos da linguística indígena discutimos Seki (1999); na sociolinguística seguimos Labov (1972) e Tarallo (1999); no campo da antropologia linguística nos apoiamos em Duranti (2000); e, finalmente, para tratar a onomástica e a toponímia dos nomes arrolados nos baseamos em Dick (1990a, 1990b e 2004), Dauzat (1926) e Isquierdo (2008).

Inicialmente, investigamos quatro cartas topográficas<sup>5</sup> em escala 1:100.000 cedidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de Belo Horizonte, de onde compilamos 580 topônimos. Dessa recolha identificamos 45 termos indígenas, apenas 13 citados pelos nossos informantes. Fomos a campo, passamos o período 2008-2010 coletando e analisando os dados, exclusivamente retirados das 22 entrevistas orais onde participaram 37 informantes. Nossos informantes tinham entre 70 a 100 anos de idade, todos nativos. Informaram-nos os nomes dos lugares e as lendas que permeavam sua denominação. Trabalhamos em Diamantina e todos os seus distritos, a saber: Conselheiro Mata, Desembargador Otoni, Diamantina, Extração, Inaí, Mendanha, Planalto de Minas, São João da Chapada, Senador Mourão e Sopa-Guinda.

A respeito da etimologia dos 407 topônimos<sup>6</sup> analisados, 46 são de origem tupi e serão descritos a seguir. Saímos do presente e retornamos ao passado, nos mapas dos séculos XVIII e XIX<sup>7</sup> encontramos os primeiros registros dos termos. Os mapas elaborados por Diogo Soares e Domingos Capassi em 1734 e 1735 constituem a primeira demarcação das terras diamantinas. Os documentos antigos foram pesquisados na cidade de Diamantina nas bibliotecas Antônio Torres e Professor Reinhardt Pflug localizada na Casa da Glória.

---

4 Aurélio, Cunha, Houaiss, Priberam, Silveira Bueno.

5 Carta de Diamantina – Folha SE – 23 – Z – A – III / IBGE, 1977. Carta de Rio Vermelho – Folha SE – 23 – Z – B – I / IBGE, 1977. Carta de Curimataí – Folha SE – 23 – X – C – VI / IBGE, 1977. Carta de Carbonita – Folha SE – 23 – X – D – IV / IBGE, 1977.

6 Disponível em *Léxico Toponímico de Diamantina: Língua, Cultura e Memória* (2010), dissertação orientada por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra – UFMG.

7 Mapa I – Distrito dos Diamantes – Mapa da demarcação da terra que produz diamantes – post 1729; Mapa II – Carta Topográfica das Terras entremeyas do sertão e destrito do Serro Frio com as novas minas dos diamantes - oferecida ao Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota. Por Jozeph Rodrigues de Oliveyra, capitão mandante dos dragões daquelle Estado – 1731; Mapa III – Mapas Regionais [MAPA da região entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí]. (Região de Minas Novas, 16°. 30" - 18° S) Diogo Soares. ca. 1734/590; Mapa IV – Distrito dos Diamantes Carta Topográfica das Terras Diamantinas em que se descrevem todos os Rios, corgos e lugares mais notáveis que nella se contem. Para ver o ILLmo. Exmo. Senhor Marquez de Pombal do Conselho de Estado – ca. 1770; Mapa V – Distrito dos Diamantes Mapa da Demarcação Diamantina – 1776; Mapa VI – Mapa da Comarca do Serro Frio – 1778 – Acervo Arquivo Histórico do Exército-RJ – José Joaquim da Rocha Ofes anno 1778; Mapa VII – Distrito dos Diamantes – Mapa da demarcação Diamantina acrescentando [A] THE ORIO PARDO. Feito por Antônio Pinto de Miranda – 1784; Mapa VIII – Distrito dos Diamantes Demarçãem Diamantina. Com 18 legoas de cumprimento, que fazem huma circunferencia de 51 Legoas - ca. 1787; Mapa IX – Capitania Planta Geral da Capitania de Minas Geraes – ca. 1800; Mapa X – Capitania – Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes – 1804; Mapa XI – Divisões Administrativas – Mappa da Freguesia da Villa do Principe que contem á Nordeste a Applicação do Rio Preto: no Centro a Demarcação Diamantina, encravada nesta, e em parte da Freguezia do Rio Vermelho ao Oriente; e a Sudeste o Território da Villa do Principe, Itambé, Rio do Peixe e Guanhás. Por C.L. Miranda em Tejuco. – 1820; Mapa XII – Capitania Theil der neuen Karte der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von ESCHWEGE. – 1821; Mapa XIII – Província Carta Chrographica da Província de Minas Geraes, coordenada e dezenhada em vista dos Mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários Engenheiros, por Ordem do ILLMO. e EXMO. Sr. Doutor Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Presidente desta Província. Por Frederico Wagner. Ouro Preto. – 1855.

## A toponímia em Diamantina: língua, cultura e memória.

Os termos arrolados para este estudo são, conforme dicionários pesquisados<sup>8</sup>, de origem tupi. Entre os de origem desconhecida está o nome Jequitinhonha, o mais produtivo deles e o que mais impulsionou nossos estudos, pois designa rio, cidade, município e lugarejo. Sua origem é controversa. Antes da denominação atual foi conhecido por Massangano, Rio das Pedras, Rio da Areia, Jequitinhonha do Campo, Jequitinhonha das Matas, Rio Encantado, Rio Grande, Giquiteon, Jequié-tinhong, Patixá, Yiki-tinhonha, Gacutinhonha, Igiquitinhonha, Gequitinhonha, Giquitinhonha, Jacutinhonha, Jiquitinhonha e Rio Grande de Belmonte. Não conseguimos com os documentos analisados remontar com segurança sua origem e significado.

Os estudos lexicais contemporâneos percebem no dado oral um elemento genuíno da língua, mas na construção de um verbete, ainda que haja espaço para as definições populares, tratadas como variantes ou mencionadas em um contexto, elas não são suficientes para atestar a etimologia do nome. Para isso faz-se necessário um trabalho minucioso com base em estudos específicos realizados por profissionais especializados.

A equipe do IBGE realizou pesquisa de campo para a coleta de dados para construção da carta toponímica de 1977. Não houve após esse período investimento em outra pesquisa da mesma natureza na área de Diamantina. Da Carta citada compilamos os topônimos<sup>9</sup> Angicos, Arataca, Alto do Jacobá, Braúna, Braúna de Cima, Biribiri, Buriti, Capão, Calumbi, Camu-Camu, Capão da Onça, Capim de Cheiro, Capimpumba, Capivara, Cariru, Catumbi, Gampará, Grupiara, Guará, Inhacica Pequena, Itaipaba, Itaipava, Jacá, Jatobá, Jacaré, Jequi, Jequitinhonha, Jequitinhonha Preto, Lambari, Landim, Macuim, Mandioca, Mumbuca, Muriçoca, Mutuca, Pindaíba, Samambaia, Serra dos Caboclos, Sucuriú, Tapera, Taquaral, Taquari, Tatu, Tijuco e Tocoio. Limitamo-nos a descrever, neste estudo, os topônimos coletados nas entrevistas orais que realizamos com informantes nativos.

Percebemos nas nossas andanças a pronúncia “Jequitionha” no lugar de Jequitinhonha, o primeiro possui mais realizações do que o segundo, isso, supostamente, se deve ao recurso próprio da oralidade que trata a simplificação, ou seja, a redução de parte de uma estrutura. A formação do nome “Jequitinhonha” sugere hibridismo linguístico, corruptela ou ambos. A primeira parte “Jequi” vem do tupi conforme define Cunha (1987), significa armadilha para peixe. A outra parte “tinhonha” sugere a junção do verbo “ter”, conjugado no pretérito imperfeito do indicativo, **tinha** sem a vogal **a** acrescido do nome **onha**; conforme os informantes; designava peixe. A ordem dos fatos que justifica essa definição corresponde à ação da pesca, prática recorrente entre os índios. À noite o jequi era armado dentro do rio e, ao amanhecer, era conferido. A estrutura “O jequi tinha onha” foi reproduzida e reconhecida pelos nativos como motivação para o surgimento do nome “Jequitinhonha”, e está legitimada na letra de poesia e canções dos artistas mineiros.

Outra possibilidade para a construção do étimo se refere à influência do português. A ocorrência produtiva do sufixo “onha” como em “inconho”, “peçonha”, “pamonha”, “vergonha” sugere o hibridismo tupi-português, lógica linguística que traz duas marcas associadas à cultura de origem e a vivência *in loco*. Seria o nome “Jequitinhonha” a forma composta: “jequiti” + “onha”? A comunidade aceitaria essa possibilidade? Questões que não conseguimos responder. Sobre as formas híbridas, percebemos a reunião de origens linguísticas distintas em Arraial do Tijuco, Cruz do Acaiaca, Itambé do Serro, Pico do Itambé, Quarté Merim, Santo Antônio do Itambé, Tapera de Mercedes, Vila Sabiá e Zé Paraná.

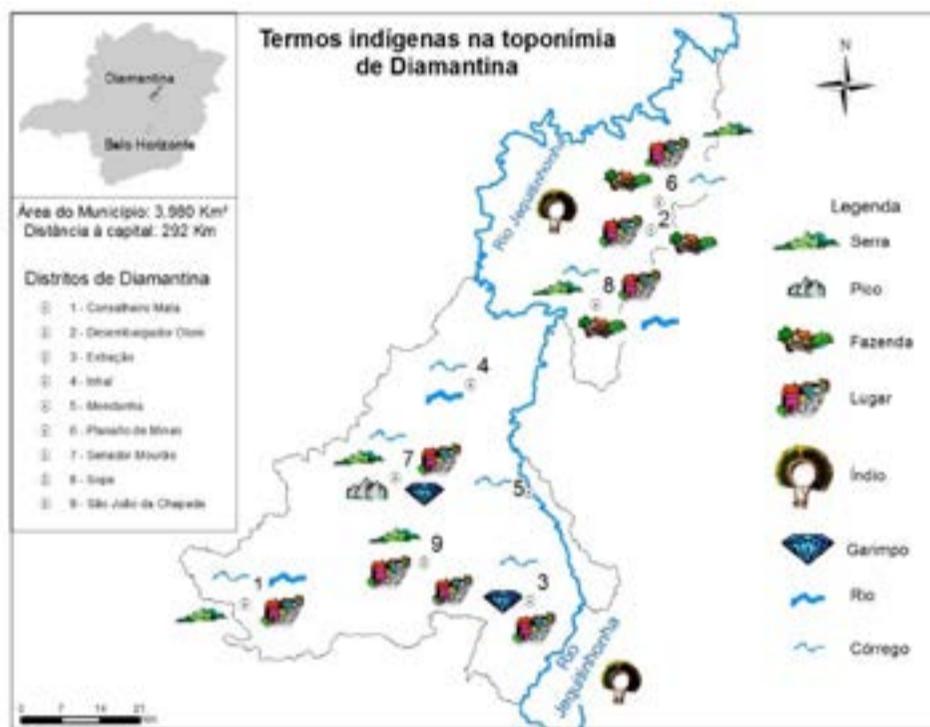
Os termos designam o cenário de convivência, identificam elementos da prática outrora realizada pelos antepassados. Na geografia do ambiente o ato de nomear rios como em Inhacica, Inhacica Grande, Inhacica Pequena remete à proporção do fluxo, o adjetivo confere a especificidade de cada um. O nome “Inhacica” poderia estar, segundo alguns informantes, relacionado à Chica da Silva, personagem épica de Diamantina. Ela era tratada por Inha Chica e os rios estão próximos às suas terras. Outra motivação, a mais enfatizada, diz respeito à herança léxica deixada

<sup>8</sup> Cappelle (1980), Cunha (1987), (1999), Guérios (1994), Houaiss (1987), Silveira Bueno (1998).

<sup>9</sup> Esses topônimos receberam tratamento lexicográfico em estudo realizado como trabalho de conclusão de curso ministrado na UFMG pela Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

pelos índios porque a região onde se localizam os rios tem muita cabaça, fruto utilizado no artesanato e na culinária. Cunha (1987) apresenta as formas *yha* para cabaça e *igcica* “*A dura q. serve de louça.*” A definição para Inhacica se aproximaria a algo relacionado à densidade, a cabaça é própria para uso culinário, sua constituição permite transportar água e outros alimentos líquidos. Aceitamos essa possibilidade. Os nomes conferem características, especificando os acidentes humanos como fazendas e garimpos e os acidentes geográficos, tais como, serras, morros, picos, rios, córregos e lugarejos (lugar denominado). Ilustramos, no mapa a seguir, a distribuição dos topônimos.

**Mapa 1 – Ilustração dos topônimos**



**Fonte:** Elaboração própria

Pudemos observar que a toponímia indígena está presente em todo o município. No quadro que apresentamos, organizamos os topônimos nos locais de ocorrência. São João da Chapada e Diamantina apresentaram maior número de realizações, que estão entre nove e dez. Mandanha foi o menos produtivo, apresentou apenas uma ocorrência.

**Quadro 1 – Topônimos segundo locais de ocorrência**

Município / Distrito	Topônimo (acidentes geográficos físicos e humanos)
<b>Conselheiro Mata</b>	Buriti, Mandapuçá, Muriçoca, Tapera de Mercedes, Tucaia
<b>Desembargador Otoni</b>	Cutia, Indaiá, Tejucana
<b>Diamantina</b>	Acaiaca, Amendoim, Arraial do Tijuco, Bocaiúva, Cruz do Acaiaca, Pururuca, Tijuco, Toca, Vila Sabiá
<b>Extração</b>	Mumbuca, Mumbuquinha, Santo Antônio do Itambé
<b>Inhaí</b>	Caeté-Mirim, Inhaí, Paraná, Puba
<b>Mandanha</b>	Guará
<b>Planalto de Minas</b>	Capuerão, Zé Paraná
<b>São João da Chapada</b>	Curumataí, Gambá, Itambé, Itambé do Serro, Peroba, Quarté Merim, Sapé, Tamanduá, Urubu
<b>Senador Mourão</b>	Araçuaí, Inhacica, Inhacica Grande, Inhacica Pequena, Pindaíba, Pindaibal
<b>Sopa</b>	Capoeira do Calixto, Capoeira de Zé da Chica, Jiqui, Pico do Itambé

**Fonte:** Elaboração própria

## Macroestrutura

Compreende o nosso repertório toponímico nomes determinados por um critério sincrônico. As entradas caracterizam a variante rural indicando peculiaridades linguísticas de um grupo específico de falantes. As formas orais variantes estão dispostas após o registro escrito. Tratamos as taxes de acordo com sua motivação. O critério de entrada dos itens lexicais é o de ocorrência combinado com o de frequência. Arrolamos em ordem alfabética 45 verbetes.

## Microestrutura

A microestrutura que adotamos corresponde ao método semasiológico, que ordena as entradas por significantes. No que se refere à entrada dos verbetes, optamos pela inicial em caixa-alta e todo o corpo em negrito. Apresentamos a estrutura do verbete construída com a finalidade de organizar os dados e proporcionar boa visualização dos seus componentes.

**Topônimo** – Estrutura morfológica • *etimologia* • Taxionomia • Definição • Nomeia → Município/Distrito – *acidente geográfico*. • *abonação retirada da transcrição das entrevistas*. (Identificação da entrevista (E:) e linha onde se encontra o trecho: (L:)) • Registros escritos e/ou orais quando encontrados).

Organizamos sete níveis de informação correspondentes ao tratamento lexicográfico para transmitir informações do termo no seu contexto de uso. O primeiro nível trata a organização linguístico-gramatical; o segundo remete aos dados etimológicos estruturais; o terceiro faz referência à taxe em que está classificado; o quarto apresenta a definição elaborada com a finalidade de colaborar para a análise dos aspectos nocionais do significado do item; o quinto, chamamos de *Nomeia*, apresenta os locais em que houve a ocorrência do nome e se são nomeados com essa forma acidentes semelhantes ou diferentes; o sexto é a abonação ou exemplificação contextual onde será exposto o trecho da entrevista em que aparece o topônimo; o sétimo e último, nomeamos *Registros*, apresenta as formas pretéritas do nome, fornecidas nos mapas dos séculos XVIII a XIX. Os níveis foram separados pelo símbolo •.

## Repertório toponímico dos termos indígenas de Diamantina

**Acaiaca** – Nf [Ssing] • acaiacá < acayacá < akaia'ka • Fitotopônimo. • Árvore da espécie cedro, no contexto cultural representa a tribo Puri e está relacionada com a lenda dos diamantes. • Nomeia → Município de Diamantina – região do Rio Grande – lugar. • [...] *Acaiaca era o nome de uma tribo aqui*. (E. 3, L. 256).

**Amendoim** – Nm [Ssing] • manu'ui • Fitotopônimo. • Fruto da família das leguminosas comum à região. • Nomeia → Município de Diamantina – lugar e ribeirão. • [...] *O João tinha uma fazenda aí perto, o lugar chama Amendoim*. (E. 5, L. 73).

**Araçuaí** – Nm [Ssing] • ara+açoi+y • Hidrotopônimo. • expressão que indica a presença de araras grandes no rio. • Nomeia → Distrito de Senador Mourão – rio, lugar e cidade. • *Meu pai chegou a ir em Araçuaí de tropa, de cavalo, cê cunhece? É aí pra baxo*. (E. 19, L. 365). • Registro escrito: Arasuahy (1734), Arassuadi, Arassuay grande e pequeno (1734/5), Araçuaí, Arasuai (1788), Arassuahi (1820), Arassuahy grande (1821).

**Arraial do Tijuco** – NCm [Ssing+{Prep+Asing+Ssing}] • português < origem controversa + tupi (tu'juka) • Sociotopônimo. • Nome dado a Diamantina no período oitocentista. • Nomeia → Município de Diamantina – córrego. • *Aqui era o antigo Arraial do Tijuco*. (E. 20, L. 20).

**Bocaiúva** – Nf [Ssing] • bocayúva • Fitotopônimo. • Árvore da família das Palmeiras que produz fruto adocicado apreciado pela comunidade. • Nomeia → Município de Diamantina – lugar. • *Nessa região aí, do Mendanha [...] tem mineração[...] ocê deve ter vindo por aí, né? Passou por Mendanha, [...] por Bocaiúva? Você veio por onde?*

*Belo Horizonte? Por dentro?* (E. 5, L. 76).

**Buriti** – Nm [Ssing] • burity < mirĩ'ti • Fitotopônimo • Palmeira que produz fruto amarelo comestível popularmente conhecido por coquinho. • Nomeia → Distrito de Conselheiro Mata – lugar, rio, córrego. • [...] *tem o Buriti [...] Dois Irmão tem dois morro igualzim, Três Corgos, que tem três corgo [...]*. (E. 15, L. 349). • Registro escrito: Buritis (1734/5), Buritil (1770), Córrego do Buretiz (1778), Buriti (1804), Boriti (1820), Buriti (1821).

**Caeté-mirim** – NCm [Ssing+ADJsing] • kaae'te + mi'rĩ • Fitotopônimo. • Vegetação de pequeno porte que nasce próximo aos rios. • Nomeia → Distrito de Inhaí – Córrego, rio. • [...] *os rio [...] próximo é o rio Caeté-Mirim, que ocês passaro por ele, acho que ele tá nesse povoado, no segundo povoado que cês passaro*. (E. 21, L. 58). • Registro escrito: Caeté Merim (1731), Cayte-Merim (1734/5), Caetemerim (1770) Sumidouro do Rio Caeté Merim (1776), Caete Meri (1778), Caeté Merim (1784), Caythemerim, Caithemerim, Cartemerim (1787) Ponte de, Cabeceiras de Cartemerim (1787), Caetémerim (1804), Caite mirim (1800), Caeté Merim (1820), Caetemirim (1855), Caeté Mirim (1862). • Registro oral: Caeté-Merim, Cate-Merim.

**Capoeira do Calixto** – NCm [Ssing+{Prep+Asing+Ssing}] • ko'pũera + português < grego • Fitotopônimo • Vegetação esparsa, pouco volumosa definida pelos diamantinenses como matagal. • Nomeia → Distrito de Sopa – lugar. • [...] *Capoeira de Calixto é mato, tem o nome de capoeira, aqueles mato ralo assim na [,] é um matagalzim [...]*. (E. 9, L. 744).

**Capoeira de Zé da Chica** – NCm [Ssing+{Prep+Asing+Ssing+Prep+Asing+Ssing}] • ko'pũera + português < hebraico • Fitotopônimo • Vegetação baixa, pouco expressiva, comum em propriedades particulares. • Nomeia → Distrito de Sopa – lugar. • [...] *lá na Capoeira de Zé da Chica [lugarejo], ficava o filho da dona Chica*. (E. 9, L. 756-758).

**Capuerão** – Nm [Ssing] • ko'pũera + aumentativo português -ão. • Fitotopônimo • Arbusto de porte médio facilmente encontrado na zona rural do distrito. • Nomeia → Distrito de Planalto de Minas – serra, córrego, lugar. • [...] *Capuerão é ali por detrás, sobe ali ó, ali chama Camarinha aquele buraco lá, tá veno, num tá?* (E. 16, L. 107).

**Cruz do Acaiaca** – NCf [Ssing+{Prep+Ssing+Ssing}] • português < latim + indígena (tupi) akaja'ka. • Hierotopônimo • Símbolo cristão, representado por dois finos troncos de madeira, posicionados transversalmente. Monumento situado onde era a Acaiaca, árvore que protagoniza a lenda da tribo Puri e o surgimento dos diamantes. • Nomeia → Município de Diamantina – lugar. • [...] *essa tribo tinha uma... não sei...uma índia... algo sobre uma índia... Ali perto do Bom Jesus tem uma cruz, ali acho que foi essa índia que morreu ali... [...] só sei que lá, Cruz do Acaiaca... tem a cruz [...]*. (E. 3, L. 258).

**Curumataí** – Nm [Ssing] • curimatá+y • hidrotopônimo • Rio dos curimatãs, peixe de água doce. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada – Lugar. • [...] *bem pra cima das Lajes, Lamarão já é virando para Curumataí*. (E. 10, L. 122). • Registro escrito: Rio Coromataí (1734/5), Curmatai (1778), Passagem de Cormatai (1788), Curmatatahi (1800), Curimataí (1804), Fazenda, Rio Corimatai (1820), Curimatahi (1821), Curimatahi (1862), Curimatahy (1873).

**Cutia** – Nf [Ssing] • aku'ti • Zootopônimo • Mamífero roedor, de aproximadamente 60 cm, se alimenta de folhas, frutas e raízes, busca abrigo em tocas feitas em meio aos pedaços de troncos caídos. Tem como costume enterrar seu alimento. • Nomeia → Distrito de Conselheiro Mata – fazenda. • [...] *lá no Olhos D'Água dava a fazenda Cutia onde os dois rios junta*. (E. 15, L. 410).

**Gambá** – Nm [Ssing] • guá-mbá • Zootopônimo • Mamífero que possui forte cheiro, expelido quando se sente ameaçado, tons preto e branco no pelo e hábitos noturnos. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada – lugar. • [...] *Tem na região lá... é até apertado, a serra de um lado e otro chama Gambá e inda ixisti. [...]*. (E. 10, L. 349).

**Guará** – Nm [Ssing] • üa'ra • Zootopônimo • Mamífero da família do cachorro, possui aproximadamente 70 cm, se alimenta de outros animais e habita região montanhosa. • Nomeia → Distrito de Mendanha – córrego. • [...] *quando a água da Coã tava poca, o corgo pra lavá ropa as veze tava sujo, né? Os home trabaiano, né? Sujava a água, né? Ia lavá ropa lá no Guará [...]*. (E. 20, L. 230).

**Indaiá** – Nm [Ssing] • ima'ia • Fitotopônimo • Palmeira de médio porte em que se aproveitam as folhas para a cobertura das casas, a fibra torcida como corda, amêndoa ou coquinho e o palmito como alimentos. Moradia de

quilombolas. • Nomeia → Distrito de Desembargador Otoni – lugar. • [...] *O Quartel de Indaiá, Indaiá é por causa dos coco, né?* [...]. (E. 13, L. 53). • Registro escrito: Andaia (1820), Arraial Freguesia Andaia (1821).

**Inhacica** – Nf [Ssing] • Ynhã-yca ~ Ynha+gcica • Fitotopônimo • Árvore do gênero das acácias, com aproximadamente 15m, folhagem em tons de amarelo que nasce próximo aos rios. • Nomeia → Distrito de Senador Mourão – fazenda, lugar, serra, córrego. • [...] *o nome é Fazenda Inhacica que lá tem... lá passa o Jiquitionha, lá tem diversos corgo, tem Água Verde que vai lá, tem Duas Barras, ( ) tem o 'tro que chama Inhacica Grande, Inhacica Pequena, quer dizê tudo ês bota um nome, (os nome que ês pusero, né?) um agoa um corgo menor, Inhacica Pequena, o o 'tro o corgo maior, Inhacica Grande [...].* (E. 19, L. 266). • Registro escrito: Inhacica (1776, 1778, 1788), Inhacica (1800, 1804), Inha(x ou n)cica (1820), Inharica (1821), Inhacica (1849, 1855, 1862).

**Inhacica Grande** – Ncf [Ssing+ADJsing] • Ynhã-yca ~ Ynha+gcica + português < latim • Fitotopônimo • Referência ao córrego de proporção maior que o córrego Inhacica. • Nomeia → Distrito de Senador Mourão – córrego. • [...] *tem o 'tro que chama Inhacica Grande, [...] um agoa um corgo menor.* • Registro escrito: Inhacica Grande (1820).

**Inhacica Pequeno** – Ncf [Ssing+ADJsing] • Ynhã-yca ~ Ynha+gcica + português < latim • Fitotopônimo • Nome dado ao córrego de proporção menor que o córrego Inhacica. • Nomeia → Distrito de Senador Mourão – córrego. • [...] *um agoa um corgo menor, Inhacica Pequena, o o 'tro o corgo maior, Inhacica Grande [...].* (E. 19, L. 266). • Registro escrito: Inhacica Pequeno (1820), Córrego Inhacica Pequeno (1770).

**Inhaí** – Nm [Ssing] • inhã • Hidrotopônimo • Água do rio em movimento. • Nomeia → Distrito de Inhaí – Distrito, rio. • [...] *ué desde que eu nasci já ixtia esse nome Inhaí, eles dizem que é nome indígena, né? Significa... Água ruim, alguma coisa por aí ou água boa, água viva [...].* (E. 21, L. 21). • Registro escrito: Myinhahy+meri (1729), Inhay, Inhaí Grande, Inhaí Pequeno (1734/5), Inhaí (1776), Inhai (1778), Inhaí (1784), corgo do Inhahy (1787) Arrayal do Inhahy (1787), Inhahi (1800), Inhai (1804), Inhay (1820) Destacamento Inhahi (1821).

**Itambé** – Nm [Ssing] • itá-aimbé • Litotopônimo • Formação rochosa pontiaguda localizada na Serra do Espinhaço serviu como referência para Diamantina. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada – Serra, pico. • [...] *e você olha um pico de serra que tem lá, chamado Pico do Itambé que a gente inxerga daqui as águas que corre pra lá já vai para o Rio Doce. [...].* (E. 10, L. 303).

**Itambé do Serro** – Ncm [Ssing+{Prep+Asing+Ssing}] • itá-aimbé + português < latim • Litotopônimo • Distrito do Serro, onde está o Pico do Itambé. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada – Serra. • [...] *só a do Itambé que a gente vê... Itambé do Serro [...].* (E. 10, L. 682).

**Jiqui** – Nm [Ssing] • jeke'i • Ergotopônimo • Armadilha usada na pesca, feita com a taquara em treliça. • Nomeia → Distrito de Sopa – Serra. • *Então você vai ver coisas mesmo... lá é que tem serras mesmo. Tem Serra do Pasmarr, Serra do Jiqui, tem a Serra do Tigre, a gente inxerga daqui. [...].* (E. 9, L. 464).

**Mandapuça** – Nm [Ssing] • manapuça < mandupussá • Fitotopônimo • Árvore de pequeno porte que possui folhas elípticas, flores claras e produz fruto comestível. • Nomeia → Distrito de Conselheiro Mata – lugar. • [...] *Tem o lugar, Mandapuxá é uma arve que dá fruta no campo, né? [...].* (E. 15, L. 355). • Registro oral: Mandapuxá.

**Mumbuca** – Nm [Ssing] • mu'mjuka • Zootopônimo • Inseto de cor preta menor que o mosquito com patas mais curtas, voo baixo. Sua picada provoca ardor. • Nomeia → Distrito de Extração – garimpo, lugar. • [...] *Eu até conheci muita gente lá da Mumbuca [...].* (E. 6, L. 618). • Registro escrito: Mombuca (1734/5).

**Mumbuquinha** – Nm [Ssing] • mu'mjuka + diminutivo -inha • Zootopônimo • Inseto, mosquitinho. • Nomeia → Distrito de Extração – lugar. • [...] *tem Mumbuquinha e aí desce por ai abaxo aí! [...]{Boa de contá história aqui [...].* (E. 6, L. 618).

**Muriçoca** – Nf [Ssing] • muri'soka • Zootopônimo • Mosquito ruidoso que pica, pernilongo. • Nomeia → Distrito de Conselheiro Mata – serra. • [...] *aqui tem as s(x)erra do Muriçoca, tá aqui perto da gente [...].* (E.15, L. 46).

**Paraná** – Nm [Ssing] • Pará-nã • Corotopônimo • Nome de estado brasileiro. Braço de rio. • Nomeia → Distrito de Inhaí – lugar. • [...] *Tem o lugar é [...]Paraná! Lá no Mendanha, cês passaro no Mendanha? [...].* (E.21, L. 127- 128). • Registro escrito: Paranna (1821).

**Peroba** – Nf [Ssing] • ìpe'roça • Fitotopônimo • Árvore que produz madeira de boa qualidade utilizada no ramo moveleiro. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada – Serra. • [...] *tem um lugá lá que tinha muita maderá, cê sabe, né? Já sabe, né? Muita maderá de lei, maderá boa chama Peroba* [...]. (E. 12, L. 138).

**Pico do Itambé** – NCm [Ssing+{Prep+Asing+Ssing}] • português < latim+ indígena (tupi) ita'me • Geomorfotopônimo • Serra pontiaguda localizada na cidade do Serro usada como referência pelos bandeirantes para chegar a Diamantina. • Nomeia → Distrito de Sopa – lugar. • [...] *e você olha um pico de serra que tem lá chamado Pico do Itambé que a gente inxerá daqui as águas que corre pra lá já vai para o rio Doce* [...]. (E. 9, L. 303).

**Pindaíba** – Nf [Ssing] • pina'ïça • Fitotopônimo • Árvore conhecida na região, da mesma família do araticum e da pinha. Seu fruto é comestível. • Nomeia → Distrito de Senador Mourão – lugar. • [...] *é! Tinha o nome de Pindaíba, era Corgo do Pindaíba, antes* [...]. (E. 19, L. 611). • Registro escrito: Pindaíbas (1770, 1776) Córrego das Pindahiba (1784), Pindahibas (1787), fazenda Pindaíbas (1820). Pindaíba (1862).

**Pindaíbal** – Nm [Ssing] • pina'ïça • Fitotopônimo • Plantação de pindaíbas. • Nomeia → Distrito de Senador Mourão – lugar. • [...] *aqui era o Pindaíbal, ainda lembro um bucado de pindaíba aí* [...]. (E. 19, L. 644).

**Puba** – Nf [Ssing] • puba • Animotopônimo • Alimento mole, fermentado ou podre. • Nomeia → Distrito de Inhaí – lugar, fazenda. • [...] *eu sei que tem um lugar que chama Puba, né? Aquela fazendinha, né? Chama Puba* (E. 21, L. 173).

**Pururuca** – Nf [Ssing] • poro'roka • Fitotopônimo • O fruto do coqueiro no seu estado tenro ou endurecido. • Nomeia → Município de Diamantina – lugar. • [...] *eu num sei porque/qui tinha... até sei é que tinha um moço( ) chamado G. Pururuca, Zé Pururuca, pusero o nome dele. Agora porque é Pururuca eu não sou capaz de falá o purquê é rio Pururuca. Vamo no Pururuca pá lavá ropa, nós mesmo fomo, lá em casa nós fomo muito lá com baciada de ropa pá lava porque que era rio limpo hoje já quase num tem mais nada* [...]. (E.4, L. 184).

**Quarté Merim** – NCm [Ssing+ADJsing] • português < catalão + indígena mi'rĩ • Sociotopônimo • Estrutura de pequeno porte construída para fiscalização do garimpo no distrito de São João da Chapada. Rio que passa nesse local. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada – lugar, povoado. • [...] *tem um tanto de ri lá, ri do Caté Merim, né? ês pôs lá Quarté Merim agora num sei que que é, né?* [...]. (E. 13, L.62). • Registro oral: Caté Merim, Quarté Merim.

**Santo Antônio do Itambé** – NCm [ADJsing+Ssing+{Prep+Asing+Ssing}] • português < latim + indígena ita'me • Hagiopônimo • Protetor dos pobres e necessitados, padroeiro da região, mais conhecido por casamenteiro. • Nomeia → Distrito de Extração – lugar. • [...] *ir pra Santo Antônio do Itambé... daí ieu/eu fiquei uns tempos lá e dipois eu quis levá ela pra lá e ês num quisero ir, [...] ficava mexeno com fazenda lá* [...]. (E. 7, L. 41).

**Sapé** – Nm [Ssing] • iassa'pe • Fitotopônimo • Vegetação semelhante ao capim ou a grama, no seu estado natural, sem poda. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada – garimpo. • [...] *Sapé é onde nós garimpa, onde eu garimpo [...] nós tem até um acampamentuzim nosso no caso quando é tempo do garimpo, né?* [...]. (E. 12, L. 214).

**Tamanduá** – Nf [Ssing] • tamanu'a • Zootopônimo • Mamífero de focinho longo, língua fina, longa e pegajosa, possui garras nas patas anteriores que são usadas para abrir formigueiros e cupinzeiros, animais dos quais se alimenta. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada –córrego. • [...] *agora otro que tem lá ino lá pro Parque chama Tamanduá* [...]. (E. 10, L. 33). • Registro escrito: Corgo do Tamandoá (1787).

**Tapera de Mercedes** – NCf [Ssing+{Prep+Asing+Spl}] • tape'ra + português < latim • Ecotopônimo • Habitação abandonada e invadida pelo mato. • Nomeia → Distrito de Conselheiro Mata – serra. • [...] *tem Beco do Morro e Tapera de Mercedi* [...]. (E. 10, L. 33). • Registro escrito: Tapera (1778, 1788, 1804). • Registro oral: Tapera de Mer(x)ês.

**Tejucana** – Nf [Ssing] • tu'juka • Sociotopônimo • Mineradora aprovada no decreto 80.766 de novembro de 1977 para lavra de diamante e ouro na propriedade de Silverio Porphirio da Rocha. Local de trabalho, lavra. • Nomeia → Distrito de Desembargador Otoni – córrego. • [...] *ó (?) tem muita gente aqui que trabaiô na Tejucana, trabaiô tirano diamante, sofrero muito que ês discunfiava que ês tirava... robava, né?* [...]. (E. 18, L. 197). • Registro oral: Tijucana.

**Tijuco** – Nm [Ssing] • Tu'juka • Litotopônimo • Solo constituído de barro escuro denso e mole. • Nomeia → Município de Diamantina – rio, córrego, lugar. • [...] *os Bandeirante vieram e desceram lá e quando eles tava lá mexeno lá nessa lama preta que era cheia de ouro, aí foi dado o nome de Tijuco, antes não foi o Arraial não, foi Tijuco porque dava muito ouro, um negócio assim [...]*. (E. 1, L. 82). • Registro escrito: Tijuco (1729, 1731), Rio, Lugar Tojuco (1734/5), Tejuco (1778, 1784, 1787, 1788), Tejuco (1800), Tijuco (1804), Tejuco (1820) Arraial Freguesia e Destacamento Tejuco (1821).

**Toca** – Nf [Ssing] • oca • Geomorfotopônimo • Local para abrigo, esconderijo e refúgio. • Nomeia → Município de Diamantina – córrego. • [...] *Toca, fui lá, muito bonito, tem uma cachoeira, umas planta maravilhosa [...]*. (E. 2, L. 68).

**Tucaia** – Nf [Ssing] • to'kaia • Animotopônimo • Emboscada, local para espreita ao inimigo. • Nomeia → Distrito de Conselheiro Mata – serra, lugar. • [...] *Tucaia, é de tucaia, né? dizem que tem alguns, robava diamante em Diamantina e curria [...]*. (E. 15, L. 126).

**Urubu** – Nm [Ssing] • uru' ʉ • Zootopônimo • Ave de rapina, de cor preta, que se alimenta de carne putrefada. • Nomeia → Distrito de São João da Chapada – serra. • [...] *era lá nos campos, né? Serra do Urubu, do morro Redondo [...]*. (E. 10, L. 113).

**Vila Sabiá** – Ncf [Ssing+Ssing] • português < latim+indígena (tupi) saɥi'a • Poliotopônimo • Moradia, habitação onde há presença constante do pássaro sabiá. → Distrito de Diamantina – lugar. • [...] *Tem o lugar bairro da Serra, Vila Sabiá [...]*. (E. 4, L. 182).

**Zé Paraná** – Ncm [Ssing+Ssing] • português < latim+indígena (tupi) pará-nã • Antropotopônimo • Hipocorístico de José, seguido de nome de Estado brasileiro. → Distrito de Mendanha – fazenda. • [...] *todo mundo lá conhece como fazenda do Zé Paraná [...]*. (E. 20, L. 261).

## Conclusão

Cabe ressaltar seis topônimos coletados que não estão dicionarizados e, por isso, não houve como recuperar sua origem. Citamos Biribiri como exemplo. Do gênero masculino, do singular, não pudemos afirmar se sua origem é do Jê ou Tupi. Na fala da maioria dos informantes *biribiri* significa buraco fundo. Na região esse nome designa lugarejo, rio e serra. Encontramos os registros escritos Biriri (1770), Barra do Bribiri (1776, 1784), Rio Berberi (1787) e registramos como variantes na oralidade as formas Biribiri ~ Bibiri ~ Bribiri ~ Brimbiri. Esse topônimo não foi inserido no nosso repertório em função da lacuna vazia no campo da etimologia assim como Jiquitionha, Jiquitionha Branco, Jiquitionha Preto, Camu camu e Queraçá.

Os elementos compilados da carta de 1977 do IBGE que registramos na fala espontânea foram Biribiri, Buriti, Calumbi, Camu-Camu, Guará, Inhacica Pequena, Jequitinhonha, Jequitinhonha Preto, Mumbuca, Muriçoca, Pindaíba, Tapera e Tijuco.

Trabalhar dentro da proposta sociolinguística com os pilares da lexicografia e toponímia nos aproximou da história relatada pelos moradores e conhecedores da terra. Esse contato proporcionou a observação e análise dos topônimos genuínos, reconhecidos pelos informantes. Esperamos que a reunião e sistematização dos dados linguísticos abrangentes em que a língua indígena se fez presente colaborem para a documentação e memória da cultura local.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, I. M. (Org.). **A constituição da normatização terminológica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP/HUMANITAS, 2001.
- BIDERMAN, M. T. Dimensões da palavra. In: **Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo, UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Teoria Linguística: Teoria lexical e linguística computacional**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BUENO, S. **Vocabulário tupi-guarani português**. 6. ed. São Paulo: Éfeta, 1998.
- CAPPELLE, J. C. **Contribuição indígena ao Brasil**: Lendas e tradições. Usos e costumes. Fauna e flora. Língua. Raízes. Toponímia. Vocabulário. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**. 5. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- DAUZAT, A. **Les noms de Lieux**: Origene et évolution – villes et villages, pays, cours d'eau, montagens, lieux dits. Paris: Librairie Delagrave, 1926.
- DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a.
- \_\_\_\_\_. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1990b.
- \_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N. KRIEGER, M. O. (Org.). **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia. Terminologia. v. II. Campo Grande: UFMS, 2004. p. 121-130.
- DURANTI, A. **Antropologia Linguística**. Madrid: Cambridge Univ. Press España, 2000.
- HAENSCH, W. E. W. **La Lexicografia**. Madrid: Gredos, 1982.
- ISQUERDO, A. N.; CASTIGLIONI, A. N. Em busca de um modelo de dicionário onomástico-toponímico. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B (Org.). **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia. Terminologia. v. IV. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 291-310.
- FINATTO, M. J. B.; KRIEGER, M. G. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.
- LABOV, W. **Language in the inner city: studies in the black English vernacular**. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania, 1972.
- OILIAM, J. **Indígenas de Minas Gerais**: Aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.
- SAMPAIO, T. **O Tupi na Geografia Nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- SEKI, L. A linguística indígena no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, p. 257-290, 1999.
- TARALLO, F. L. **A pesquisa sociolinguística**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

# REPRESENTAÇÃO DO SERTÃO BAIANO EM *SEARA VERMELHA*, DE JORGE AMADO: O CAMPO LEXICAL DOS TRABALHADORES

Maria da Conceição Reis TEIXEIRA

## Introdução

Jorge Amado, em *Seara vermelha*, romance publicado em 1946, representa a saga dos cangaceiros, dos jagunços, dos soldados e dos camponeses nordestinos na luta diária e incansável para driblar a miséria e a fome a que estavam sujeitos na caatinga. A batalha travada por estes em prol de condições dignas de vida e por um lugar em que pudessem descansar da luta pela sobrevivência não se restringe apenas às jornadas duras pela caatinga, com a falta de comida e com a aspereza da paisagem, mas, principalmente, em função da exploração dos latifundiários que sugavam até a última gota de sangue.

A representação da cultura sertaneja empreendida por Amado se constitui em uma das principais fontes de identidade cultural do povo sertanejo, que partilha as mesmas atitudes, características de um grupo social, fazendo-os se sentirem mais próximos e semelhantes. Tal representação só é possível através do uso da linguagem.

O léxico é o nível da língua que melhor representa o saber de um grupo sócio-linguístico-cultural, pois representa a via de acesso para ver e representar o mundo, deixando, portanto, transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de um grupo social do qual o indivíduo faz parte. No presente texto, objetivamos apresentar uma leitura da obra *Seara vermelha* na perspectiva lexicológica, fazendo a interseção entre o estudo do vocabulário da obra em questão com o conjunto de valores através dos quais se manifestam as relações entre indivíduos de um mesmo grupo que partilham patrimônios comuns como, por exemplo, a cultura, a língua, a religião, os costumes.

## Notas sobre a representação do sertão em *Seara vermelha*

Jorge Amado (1912-2001), um dos principais representantes do romance regionalista da Bahia, nasceu em Itabuna, mas, com apenas um ano de idade, foi para Ilhéus, onde passou a infância. Na adolescência, se mudou para Salvador, onde viveu livre e misturado com o povo, assimilando os traços da cultura popular, formando a sua visão de mundo, as suas crenças, os seus valores o que, certamente, contribuiu para a composição de sua prosa ficcional.

Publicou seu primeiro romance, *O país do carnaval*, em 1931, tornando-se de imediato sucesso de público. Entre os anos de 1933 a 1945, publicou nove romances – *Cacau*, *Suor*, *Jubiabá*, *Mar morto* e *Capitães da areia*, *ABC de Castro Alves*, *Terras do sem fim*, *São Jorge dos Ilhéus*, *Bahia de Todos os Santos*. Em 1946, durante seu mandato como deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro, publicou *Seara vermelha*. Publicou ainda em vida *A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água*, *O Cavaleiro da Esperança*, *O Mundo da Paz*, *Os Subterrâneos da Liberdade*, *Gabriela*, *Cravo e Canela*, *Os Velhos Marinheiros*, *Os Pastores da Noite*, *Dona Flor e seus Dois Maridos*, *O Amor do Soldado*, *Bahia de Todos os Santos*, *A Estrada do Mar*, *Tereza Batista Cansada de Guerra*, *Tieta do Agreste*, *O sumiço da santa*.

O romancista era dotado de enorme capacidade criativa, observador nato e grande conhecedor da natureza humana e da paisagem baiana. Jorge Amado procurou representar em suas obras as paisagens, os dramas humanos e as intempéries advindas das condições climáticas e da cobiça dos latifundiários que expulsavam o homem sertanejo de sua terra natal, obrigando-o a migrar para outras regiões ou a se submeter às mazelas, à exploração dos grandes proprietários. Talvez, em função disso, muitas de suas obras tenham características memorialistas e tenham recebido da crítica especializada severas críticas: romance tese, romance documentário, o que o desqualificava enquanto produção ficcional.

*Seara vermelha*, obra objeto do presente estudo, descreve a saga de uma família composta de onze retirantes que é expulsa das terras sertanejas e, conseqüentemente, vê-se forçada a buscar um fio de esperança de vida digna no sul

do país, especialmente São Paulo. A viagem dá-se a pé, em grande aflição, revolta, fome e morte. Durante a travessia da caatinga, os sertanejos passam por duplo sofrimento: sofrem com a falta de comida e com a aspereza da paisagem, que os repele hostilmente. Os sertanejos estão sujeitos a todos os tipos de mazelas: a fome que os consome e retira a sua vitalidade, a inospitalidade da paisagem que os repele com os espinhos, a aspereza do solo íngreme e clima árido, o sol escaldante que arde, queima, seca e vai deixando muitos cadáveres pelo caminho. Do grupo inicial, composto do casal Jerônimo e Jucundina, os dois filhos, Agostinho e Marta, três netos, Tonho, Noca e Ernesto e dois irmãos de Jerônimo e seus familiares, apenas quatro chegam a uma fazenda de café com o último fio de vida que lhes restava.

Os sujeitos retratados são forçados a viver dependendo do dono da fazenda e fica cada vez mais distante o sonho de possuir um pedaço de terra, uma vida digna. Não bastando a vida miserável que levavam, são expulsos pelo novo proprietário da fazenda, obrigando-os a dispersar-se a procura de trabalho em outras fazendas ou tentar a sorte em São Paulo.

Resumidamente, pode-se dizer que Jorge Amado retrata na obra a situação dos trabalhadores rurais, que são obrigados a trabalhar durante a semana para o coronel e a comprar no armazém da fazenda os mantimentos necessários à sua sobrevivência. Como o que recebem pelas árduas e longas jornadas de trabalho é um valor ínfimo e, numa relação inversa, os produtos são comercializados a preços aviltantes, o que ganham nunca dá para saldar a dívida que só aumenta, evidenciando uma relação de trabalho escravo. A penúria do homem nordestino aparece na obra como fruto não somente da seca, mas principalmente da exploração dos latifundiários.

A obra em questão rompe com o tradicional espaço geográfico em que são ambientadas as narrativas amadianas. Ocorre o deslocamento de Salvador e Recôncavo, Ilhéus e Itabuna para um espaço geográfico mais amplo: o Sertão baiano movendo-se rumo a São Paulo e abrangendo ainda a floresta amazônica, Mato Grosso, Rio de Janeiro, onde se desenrolavam alguns aspectos da trama urdida no romance.

Um escritor de sensibilidade aguçada e comprometido com os ideais comunistas, Jorge Amado, em *Seara vermelha*, posiciona-se como crítico social, procurando denunciar os problemas sociais, especialmente aqueles relacionados à exploração do homem sertanejo, do pequeno agricultor rural, que travam a luta diária em busca de seu sustento e o sustento dos seus, pelos latifundiários, homens mesquinhos que exploram até a última gota de sangue, transformando-os em animais desprezíveis.

Tudo isso é operado sem uma preocupação exagerada com o formalismo e/ou rigor da linguagem, pelo contrário, traz para a sua narrativa marcas da oralidade, imortalizando, na sua escrita, a linguagem popular, transcrevendo a língua falada pelos representantes de segmentos sociais desfavorecidos social, econômica e culturalmente, como, por exemplo, a prostituta, o vagabundo, o bêbado, o morador de rua, o menor abandonado, o negro, o candomblecista, o sertanejo.

Acredita-se que, no processo de construção do texto ficcional, o romancista, ao trazer para a sua narrativa elementos da cultura popular fazendo uso do léxico oral de um povo, pode contribuir para tornar mais visíveis os traços culturais e identitários desse povo.

A representação da cultura sertaneja empreendida por Amado se constitui em uma das principais fontes de identidade cultural do povo sertanejo, que partilha as mesmas atitudes, características de um grupo social, fazendo-os se sentirem mais próximos e semelhantes. Tal representação só é possível através do uso da linguagem. A língua facultou ao homem Jorge Amado estabelecer a relação indivíduo-sociedade-identidade e cultura.

## **O estudo do vocabulário**

Compreendendo cultura como um complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade, a cultura estabelece uma relação intrínseca com a língua. É consenso entre os linguistas a estreita relação entre língua, sociedade e cultura. Em função desta relação, a língua desempenha um significado social muito amplo estabelecendo e mantendo os papéis e as relações sociais entre os seus membros. Nessa direção, Sapir (1980, p. 165) assegura que “[...] a língua

não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama de nossas vidas”.

Resumidamente, pode-se afirmar que a língua, dentre outras coisas, registra e acumula as aquisições culturais; pereniza fatos e dados que o tempo e as mudanças estruturais impõem à vida da sociedade; assegura a continuidade do conhecimento e avança e recua no tempo; espelha a vida do povo; é meio das manifestações culturais; retrata as influências pelas quais passam os grupos humanos; traduz as ansiedades que assinalam as diferentes épocas; evidencia as tendências que marcam cada momento; fornece, sempre e em qualquer época, elementos para uma leitura da sociedade. Inclusive a influência de outras culturas fica marcada na própria língua.

Daí, o léxico ser considerado por alguns especialistas como sendo um dos subsistemas da língua mais revestido de dinamicidade. Isso porque, à medida que registra o que há de novo, reflete as transformações pelas quais as comunidades, os grupos sociais passam, ora criando, ora recriando, outras vezes revestindo o sentido já existente de traços semânticos específicos, os quais podem descortinar traços socioculturais de uma determinada comunidade.

Para Sapir (1980), o léxico de uma língua é responsável pela organização da experiência do povo que a fala. Coseriu (1982) afirma que a linguagem é um fenômeno multifacetado e permeia as demais manifestações do homem. É, portanto, através da língua e da relação estabelecida que o indivíduo se adapta e reconhece um ambiente como sendo seu. Assim sendo, a construção da identidade dá-se por meio da linguagem. Conforme se afirmou anteriormente, o léxico é o nível da língua que melhor representa o saber de um grupo sócio-linguístico-cultural, pois representa a via de acesso para ver e representar o mundo, deixando, portanto, transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de um grupo social do qual faz parte. Por conseguinte, o estudo do vocabulário designativo para nomear os elementos do sertão, organizados e observados os campos lexicais, permite compreender a construção identitária do povo sertanejo.

Entende-se aqui vocabulário como o subconjunto do léxico de uma língua em estado de uso efetivo por um dado grupo de falantes, em determinadas circunstâncias, dizendo em outras palavras, o vocabulário é o conjunto de palavras empregadas por determinado grupo. O léxico, por sua vez, é o conjunto das unidades significativas de uma determinada língua, em um determinado momento de sua história e, em sentido lato, pode ser tomado como sinônimo de vocabulário.

Cumprido destacar que o recorte lexicológico apresentado restringe-se à observação do vocabulário sertanejo coletado na obra *Seara vermelha*, organizado a partir da teoria dos campos lexicais, proposta por Coseriu (1977). As lexias analisadas, no recorte que ora é apresentado, não correspondem à totalidade do léxico do povo sertanejo, pelo contrário, representa tão somente aquelas postas em funcionamento por Jorge Amado, em 1946, na referida obra, expressando a crença ideológica do autor naquele momento.

A teoria dos campos lexicais, elaborada pelo romeno Eugenio Coseriu (1977), postula que as lexias agrupadas em um campo são constituídas por uma mesma substância semântica linguisticamente formada, opondo-se por traços mínimos que as diferenciam. Define campo lexical como sendo o conjunto de palavras que pertencem a uma mesma área de conhecimento e está dentro de alguma língua. É organizado em função de um campo conceitual comum e estabelece entre si relação de significado. Possui subdivisões de subconjuntos variados, conforme a natureza e especificidades dos dados trabalhados.

### **Elementos do sertão: análise dos campos lexicais**

Da obra objeto do presente estudo, fez-se o levantamento das lexias designativas de elementos do sertão baiano, as quais foram classificadas em campos lexicais referentes ao universo sertanejo, conforme a teoria dos campos lexicais. Em função da natureza do presente estudo e do tempo disponível para a sua realização, fez-se um recorte para dar uma pequena ideia do trabalho que desenvolvemos com o estudo do vocabulário de Jorge Amado na obra *Seara vermelha*. O recorte aqui apresentado incide sobre as lexias designativas do sertão classificadas como pertencentes aos campos lexicais dos trabalhadores e dos instrumentos de trabalho. Tais lexias identificadas e classificadas perfizeram um total de 13 (treze) itens, conforme se pode ver no Quadro 1.

**Quadro 1** – Representação do Sertão baiano: o campo lexical dos trabalhadores

<b>Campo dos trabalhadores em <i>Seara vermelha</i></b>	
Dos que exercem poderes	latifundiário coronel fazendeiro capataz
Das atividades agrícolas	camponês colono meeiro trabalhador
Das atividades da pecuária	tropeiro boiadeiro
Atividades lícitas/ilícitas	cangaceiro jagunço soldado da vingança

**Fonte:** Elaboração própria

### **Dos trabalhadores**

Os termos **latifundiário**, **coronel** e **fazendeiro** designam aqueles sujeitos que detêm a terra, o poder político e econômico no sertão baiano. São proprietários de grandes extensões de terra, exploram a força de trabalho, escravizam, maltratam os trabalhadores que dão sua vida em longas e árduas jornadas laborais e que, infelizmente, são remunerados com ínfimos salários que não dão para comprar os alimentos mais básicos e essenciais para a sua sobrevivência.

Muitas vezes os termos são empregados como equivalentes, mas há de se fazer distinção. **Latifundiário** é o proprietário de grandes extensões de terra ou propriedades rurais normalmente improdutivas, ou seja, terras férteis que poderiam e deveriam ser cultivadas na/para a produção de alimentos. O **coronel** é o chefe político, econômico e detentor de grandes extensões de terra, podendo ser ou não ser um latifundiário. Exerce ascendência sobre todos os seus comandados mesmo sobre aqueles que não sejam seus subalternos, empregados. **Fazendeiro**, no texto em análise, diferentemente dos outros dois termos, é o indivíduo que detém grandes propriedades rurais, mas boa parte delas são produtivas, seja na prática de atividades agrícolas, seja na prática da pecuária, caprinocultura ou ovinocultura.

Na relação de trabalho regida pelos **latifundiários**, **coronéis** e **fazendeiros**, desempenha função relevante o **capataz**. É o administrador da propriedade, responsável pela contratação dos demais operários, estabelece regras duras e severas jornadas de trabalho. No imaginário dos seus comandados, é a encarnação da figura do diabo: só deseja sugar o sangue alheio, não tem alma, nem coração e nem piedade.

As grandes propriedades rurais do sertão baiano necessitam também da força de trabalho do **camponês**, do **meeiro**, do **colono** e do **trabalhador**. **Camponês** é um termo genérico para designar todo aquele indivíduo que trabalha no campo cultivando a terra, plantando e colhendo, cuidando dos animais domésticos que fazem parte do rebanho.

O **colono**, em relação aos outros três termos, estabelece relação de trabalho mais justa com o coronel e o fazendeiro, já que pode cultivar uma porção de terra, plantar alguns gêneros alimentícios, pode criar animais domésticos de pequeno porte, como porcos e galinhas. Normalmente é ligado ao proprietário da fazenda por um acordo pré-estabelecido, mas também se encontra sob o comando do capataz que lhe impõe as regras de convivência e de exploração, do valor das jornadas de trabalho e divisão dos frutos advindos do seu labor.

O **meeiro** além de dedicar alguns dias da semana para a realização do trabalho na propriedade do fazendeiro, do coronel, tem direito a uma porção de terra na qual cultiva produtos agrícolas e, no final da colheita, reparte com o dono da terra o resultado da sua produção.

**Trabalhador** é termo designativo daquele indivíduo que se ocupa das atividades laborais do campo, recebendo pagamento por sua jornada diária de trabalho. Este não tem direito a nenhum espaço de terra para cultivar algum produto que possa ser utilizado na sua alimentação. Em *Seara vermelha*, quando o trabalhador cultiva, às escondidas, algum gênero alimentício na propriedade do coronel ou fazendeiro é castigado por isso, quando descoberto pelo capataz, que lhe aplica severas punições. Na hierarquia do trabalho sertanejo, é o indivíduo sem nenhum direito, o mais explorado, o que é submetido a uma relação de maltrato e negação de qualquer meio de sobrevivência.

O **boiadeiro** e o **tropeiro** também são operários que atuam nas propriedades rurais do sertão baiano. O **boiadeiro** é aquele que trabalha na propriedade rural administrando a condução dos rebanhos de gado de um pasto a outro, do pasto para o curral, do pasto para o abatedouro. O **tropeiro** é o indivíduo que trabalha como condutor de tropas de animais, conduzindo especialmente rebanhos de gado, cavalos de uma propriedade a outra, a longas distâncias.

No imaginário popular, **jagunço** e **cangaceiro** são termos equivalentes, não havendo, portanto, distinção. A partir da leitura da obra que serviu de objeto de estudo, há de se fazer distinção entre os dois termos. O termo **jagunço** normalmente é empregado para aquele indivíduo que recebia pagamento de um coronel para defender seus interesses. O **jagunço** poderia executar atividades lícitas ou ilícitas, mas agia sempre por ordem dos donos da terra, defendendo as grandes propriedades, lutando com jagunços de outro coronel. Recebe remuneração e obedece a ordem de seu superior a quem deve ser fiel e protetor. Em *Seara vermelha* o termo **jagunço** também é empregado para designar um membro integrante do cangaço.

Teoricamente, na obra *Seara Vermelha*, todo sertanejo poderia passar a ser um **cangaceiro** desde o momento em que se sentisse explorado a ponto de não mais suportar as injustiças sociais de que era vítima. Diferentemente do jagunço, o **cangaceiro** é aquele que não coaduna com as injustiças socioeconômicas praticadas pelos latifundiários, coronéis e fazendeiros do nordeste brasileiro, e age, por conta própria, em defesa do seu interesse e do interesse dos seus semelhantes. Aos olhos dos que estão no poder, o cangaceiro era uma espécie de bandido, mas, em essência, o cangaceiro burla as leis, pratica atos violentos em prol de justiça social e contra a propriedade privada como alternativa única que dispunha para fazer reparar as mazelas sociais a que era submetido. Em função do fazer justiça com as próprias mãos e regido por códigos de leis e ética próprios, era perseguido pela polícia e por exércitos particulares dos coronéis. Daí, ser considerado pela sociedade de modo geral como bandido, mas, na prática, era um justiceiro que a seu modo praticava justiça.

Em *Seara vermelha*, Jorge Amado utiliza apenas uma vez o termo **soldado da vingança** para designar o cangaceiro, isto é, aquele indivíduo que vive no nordeste brasileiro perseguido e perseguindo, em luta contra tropas policiais, outros bandos, invadindo cidades e propriedades rurais, saqueando-as, fazendo justiça, vingando-se da exploração da qual foi vítima. Como todo soldado, o **soldado da vingança** também faz parte de um exército, é apenas mais um em um batalhão de uma corporação, no caso, o bando deste ou daquele líder do cangaço.

A seguir apresentamos as 13 lexias pertencentes ao campo lexical dos trabalhadores registradas na obra *Seara vermelha*.

As entradas lexicais foram organizadas em seus respectivos campos, partindo-se sempre das lexias mais genéricas para as mais específicas, isto é, a organização das lexias obedeceu à percepção de uma hierarquização dos sentidos, partindo-se das lexias que apresentam um significado mais geral para as que apresentam conceitos mais particularizados. Informa-se a categoria gramatical, o conceito e, por último, a abonação com a lexia em negrito.

### **Dos que exercem poderes**

**LATIFUNDIÁRIO** (s.m) – Indivíduo que detém grandes extensões de terra, ou propriedades rurais normalmente improdutivas.

“São homens jogados fora da terra por **latifundiário** e pela seca.” (p. 56, L. 7)

**CORONEL** (s.m) – Indivíduo que desempenha papel social de chefe político e latifundiário do interior do país.

“Nunca a fazenda dera tanto lucro, nem mesmo no tempo do **coronel** Inácio que morava lá, tomando conta de tudo, decidindo as mínimas coisas.” (p. 16, L. 44)

**FAZENDEIRO** (s.m) – Indivíduo dono de grande propriedade rural, produtiva.

“Essa Julieta era filha de criação do **fazendeiro**.” (p. 37, L. 25)

**CAPATAZ** (s.m) – Indivíduo que desempenha a função de administrador de uma fazenda.

“Conservou Arthur como **capataz** e só muitos anos depois veio a permitir [...]” (p. 58, L. 22)

### Das atividades agrícolas

**CAMPONÊS** (s.m) – Indivíduo que trabalha no campo, cultivando a terra.

“[...] viajava uma inumerável multidão de **camponeses**.” (p. 56, L. 6)

**COLONO** (s.m) – Indivíduo que cultiva uma porção de terra e é ligado ao proprietário por um acordo pré-estabelecido.

“Gostaria de se dar bem com os trabalhadores e **colonos**.” (p. 17, L. 12)

“Se Arthur fosse o dono daquela terra, ela não estaria na mão de **colonos**.” (p. 17, L. 35)

“Não admitia que um **colono** ou um tropeiro olhasse para ela com olhos cobiçosos.” (p. 38, L.3)

**MEEIRO** (s.m) – Indivíduo que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa, no final da colheita, reparte com o dono da terra o resultado da produção em partes iguais ou em proporções previamente estabelecidas.

“Os **meeiros** reclamavam, os trabalhadores olhavam-no com olhos cheios de ameaça [...]” (p. 17, L. 2)

“[...] onde estavam os mantimentos para vender a trabalhador e **meeiros** [...]” (p. 17, L. 21)

**TRABALHADOR** (s.m) – Indivíduo que se ocupa das atividades laborais do campo, recebendo pagamento por sua jornada de trabalho.

“Os meeiros reclamavam, os **trabalhadores** olhavam-no com olhos cheios de ameaça [...]” (p. 17, L. 2)

“Gostaria de se dar bem com os **trabalhadores** e colonos, fora **trabalhador** ele mesmo [...]” (p. 17, L. 12)

“[...] onde estavam os mantimentos para vender a **trabalhador** e meeiros [...]” (p. 17, L. 21)

### Das atividades da pecuária

**BOIADEIRO** (s.m) – Indivíduo que trabalha conduzindo rebanhos de gado nas propriedades rurais.

“Jerônimo soltou então seu grito de **boiadeiro** [...] quando conduzira grandes rebanhos para as feiras de gado.” (p. 19, L. 7)

**TROPEIRO** (s.m) – Indivíduo que trabalha como condutor de tropas de animais, conduzindo especialmente rebanhos de gado, cavalos, percorrendo longas distâncias.

“[...] antes fora **tropeiro** numa outra fazenda.” (p. 28, L. 30)

“Não admitia que um colono ou um **tropeiro** olhasse para ela com olhos cobiçosos.” (p. 38, L. 3)

### Atividades lícitas/ilícitas

**CANGACEIRO** (s.m) – Indivíduo que vive no nordeste brasileiro perseguido e perseguindo, em luta contra tropas policiais ou outros bandos, fazendo justiça com suas próprias mãos.

“[...] dobrara-se os joelhos do **cangaceiro**, fez o sinal da cruz [...]” (p. 44, L. 33)

“Aqui na caatinga, habitam os **cangaceiros**.” (p. 56, L.44)

**JAGUNÇO** (s.m) – Indivíduo, que usando de armas, faz parte de um grupo de revolucionários, lutando em prol de um ideal. Indivíduo que oferece seus serviços para defender os interesses de um coronel.

“[...] vira as secas e os **jagunços** [...]” (p. 19, L. 24)

**SOLDADO DA VINGANÇA** (s.m) – O mesmo que cangaceiro, isto é, indivíduo que vive no nordeste brasileiro perseguido e perseguindo, em luta contra tropas policiais ou outros bandos.

“Aqui na caatinga, habitam os cangaceiros. Os **soldados da vingança**, os donos do sertão.” (p. 56, L. 44)

### **Considerações finais**

Ao longo do texto buscou-se mostrar que a linguagem é condição *sine qua non* para a assimilação dos padrões culturais e, conseqüentemente, sem o seu uso seria impossível desenvolver a essência da cultura. Cada língua está adequada à cultura em que se desenvolve, por essa razão, a língua, meio de comunicação e de socialização dos componentes de um grupo, é essencial para a formação da cultura. E o léxico, sendo o nível da língua que sempre se encontra em constante processo de renovação e o meio através do qual a sociedade pode ver o mundo, é o melhor meio de se conhecer ou de se fazer inferências a respeito dos fatores que condicionaram e condicionam a formação de um grupo sócio-linguístico-cultural.

O levantamento das lexias e a organização em campos lexicais permitiram perceber que, apesar de as mesmas fazerem parte da língua comum, elas, quando empregadas por Jorge Amado em *Seara vermelha*, adquirem semas novos, permitido ao leitor encontrar traço identitário com o Sertão baiano representado em sua obra, pois, segundo Rajagopalan (2004), a construção da identidade dá-se por meio da linguagem e, conseqüentemente, pode ser reconstruída a cada momento.

### **REFERÊNCIAS**

AMADO, J. **Seara vermelha**: romance. 37. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística**: lingüística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.

COSERIU, E. **Gramática, semântica, universales: estudos de linguística funcional**. Madrid: Gredos, 1987.

\_\_\_\_\_. **Princípios de semântica estrutural**. Madrid: Gredos, 1977.

\_\_\_\_\_. **Teoria del lenguaje y lingüística general**: cinco estudios. 2. ed. Madrid: Gredos, 1967.

\_\_\_\_\_. **O homem e a sua linguagem**. Rio de Janeiro; São Paulo: Presença, EDUSP, 1982.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMT, 2001.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração racial. In: BRITO, R. H. P.; MARTINS, M. L. **Anuário Internacional de comunicação lusófona**. São Paulo; Lisboa: LUSUCOM, 2004.

SAPIR, E. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara Júnior. São Paulo: Perspectiva, 1980.



## ROUBAR É UM NEGÓCIO DE PALAVRA: LÉXICO DO FURTO E DO ROUBO EM DOCUMENTOS LATINOS E PORTUGUESES.

Renata Cazarini de FREITAS

Importante *corpus* para o estudo do chamado “latim vulgar” são as placas de maldições, *tabellae defixionum*, que têm sido encontradas em escavações arqueológicas em todo o território do antigo Império Romano. Algumas descobertas são tão recentes como 1995, em Alcácer do Sal, Alentejo, Portugal, contudo, a história desse tipo de documentação material é anterior à expansão romana e à disseminação do latim como língua de colonização, visto que maioria expressiva do patrimônio já resgatado está inscrita em grego antigo.

Das cerca de 1.600 placas, datadas entre os séculos V a.C. e VIII d.C., 500 estão em latim, às quais são atribuídos variados nomes: *defixiones*, *deuotiones*, *donationes*, sendo o primeiro o mais usual na literatura acadêmica. A palavra é derivada do verbo “*defigo, defigere*”, cobrindo o campo semântico que vai desde espetar de cima para baixo e assim pregar, prender, imobilizar até encantar, enfeitiçar, amaldiçoar. As *tabellae* tinham, em geral, função profilática numa disputa amorosa, esportiva ou judicial. Um deus era invocado para favorecer a parte pleiteante antes do desfecho da situação. Contudo, há exemplos de placas que buscavam a vingança após um furto.

Um volume grande desses documentos, com datação limitada entre os séculos II e IV d.C., vem sendo estudado na Grã Bretanha, antiga província romana da *Britannia*. Entre 1979 e 1980, foram recolhidas em escavação arqueológica em Bath, a romana *Aquae Sulis*, condado de Somerset, no sudoeste da Inglaterra, cerca de 130 placas, parte delas ilegível. A essas se somam cerca de 140 de Uley, condado de Gloucestershire, também sudoeste do país, e outras coletadas esparsamente.

Uma peculiaridade dessas placas de maldição – usualmente confeccionadas numa liga de chumbo, inscritas com um tipo de estilete (*stilus*) e, com frequência, depositadas junto a fontes de água – é que elas não passaram por qualquer crivo posterior (diferente dos manuscritos, por exemplo), chegando até nós tal como foram encontradas. O mesmo vale para quatro exemplares, entre os mais de 20 da Península Ibérica, que tratam do furto com uma linguagem muito próxima à que se verifica no acervo britânico. No final do século XIX, foi localizada perto da cidade espanhola de Mérida, na Estremadura, uma placa de mármore com o mesmo teor execratório de outras duas confeccionadas em chumbo encontradas no sul do país: uma, em 1972, em Santiponce, e a outra, em 1980, perto de Bolonia. Em 1995, a já mencionada, em Portugal.

As placas de maldição seguiam uma composição formular e muitas vezes sem identificação do pleiteante. Talvez fossem inscritas por escribas profissionais, mas essa hipótese ainda não se pôde confirmar diante das distintas grafias (punhos) constatadas em um *corpus* relevante como o de Bath, na Inglaterra (TOMLIN apud CUNLIFFE, 1988, p. 98-100). Apesar de certa variação na fórmula de invocação do(s) deus(es) e de imprecisão contra o bandido, pesquisadores já fizeram convincentes associações entre essas composições em “latim vulgar” e a legislação formalizada em códices no século VI d.C., como o *Pactus Legis Salicae*, dos francos, e as *Leges Visigothorum*, dos visigodos. Segundo James Noel Adams (1992, p. 26, tradução nossa), os documentos têm apenas substrato comum: “Os dois grupos de documentos baseavam-se, supostamente, no tipo de construção praticada na Antiguidade Tardia em discussões pseudojurídicas sobre o roubo e suas consequências”.<sup>1</sup>

Existe identidade formal entre as duas fontes e certo repertório lexical atestado em ambas se perpetua no português antigo e se estende até o moderno, enquanto alguns termos que, pela frequência, sugeririam sua permanência na língua românica ou neolatina, desapareceram. Esta pesquisa dá início ao levantamento de um repertório lexical do campo semântico da perda de propriedade pela ação de terceiros, ou seja, o furto ou o roubo, a partir de documentos materiais e textuais que retrocedem ao período da ocupação romana na Península Ibérica avançando até o português do século XVII.

---

<sup>1</sup> “Both sets of documents were presumably drawing on the sort of phraseology used in late antiquity in quasi-legalistic discussions of the theft and its consequences”.

Desde cedo parece ter-se estabelecido uma diferenciação necessária entre “furto” e “roubo” – sendo que a raiz *fur-*, assimilada via latim, manteve-se sempre com a ideia de ação sub-reptícia (ERNOUT & MEILLET, 1951, p. 467), enquanto a raiz *raub-*, de origem germânica, remontando à tomada de espólio de guerra, trouxe consigo o uso da força (COROMINAS y PASCUAL, 1991, p. 40). Porém nenhuma dessas raízes prevaleceu na formação do termo de agente do furto ou do roubo, com o vulgarismo latino “*latro*” – de origem incerta, talvez do grego \**λάτρον* – se impondo e vivo até hoje no português “ladrão” (ERNOUT & MEILLET, 1951, p. 467 e 611).

A apropriação desse léxico no desenvolvimento do português pode ser verificada a partir de três documentos textuais que, além das *defixiones*, compõem o *corpus* deste estudo: as *Ordenações Afonsinas*, compilação de leis finalizada em 1446, publicada somente 20 anos depois, mas que inclui legislação do século anterior; a *Coleção de Leis Extravagantes*, compilada por Duarte Nunes de Leão em 1566, aprovada em 1569; e *Arte de furtar*, texto literário hoje atribuído ao padre Manuel da Costa, elaborado supostamente em 1652, inédito até 1744.

### **Documentos epigráficos**

As *tabellae defixionum* ibéricas receberam, em 2005, em conferência realizada na Universidade de Zaragoza, Espanha, atenção de pesquisadores do tema: Roger S. O. Tomlin, editor do acervo de Bath e de Uley, Inglaterra, e de Henk S. Versnel, que concebeu e classificou como “*judicial prayers*” (preces judiciais) os pleitos que tentam persuadir um deus para uma causa alegadamente justa ao invés de apenas exigir da divindade a derrota do oponente no amor, no esporte ou no tribunal. As placas britânicas e ibéricas a respeito do furto enquadram-se na classificação de Versnel, aceita sem polêmica por especialistas. Enquanto o trabalho desses dois historiadores volta-se mais para a história das mentalidades, o do já citado latinista J. N. Adams busca marcas do “latim vulgar” que antecipam as línguas românicas. A partir dessa triangulação, abordam-se as placas de *Italica*, *Emerita*, *Baelo Claudia* e *Salacia*.

### **Italica**

A cidade foi fundada em 206 a.C. por Cipião Africano, após vitória na II Guerra Púnica, assentando no local soldados feridos, que se casaram com mulheres autóctones, conforme relatos (ADAMS, 2007, p. 371). Em meados do século II d.C., sob o império de Adriano, natural dali, a cidade passou por uma reestruturação, elevada a *Colonia Aelia Augusta Italica* (GIL y LUZÓN, p. 120). Em uma escavação no sítio arqueológico *Casa de La Cañada Honda*, na área expandida, foi localizada, em 1972, uma *tabella ansata*, ou seja, com um apêndice para ser pendurada, inscrita em letra cursiva.

Figura 1



Fonte: GIL, Juan y LUZÓN, José M. “Tabella defixionis de Italica”. Lado A.

Na última linha do Lado A, é de se destacar a ocorrência do verbo “*inuolauit*”, de alta frequência nas placas de maldição da *Britannia* e registrado também em *Emerita*, como se verá. Nesta *defixio* de *Italica* aparece a fórmula abrangente “*si... siue...*”, de caráter judicial, para que a divindade invocada possa cobrar o ladrão, mesmo não identificado, quem quer que fosse ele. Essa fórmula é frequente na *Britannia*.

Transcrição <sup>1</sup>	Tradução
<p><b>Lado A</b>  <i>dom(i)na fons fon[ti]</i>  <i>ut tu persequaris duas</i>  <i>res demando quiscun(-</i>  <i>que caligas meas tel-</i>  <i>luit et solias. tibi,</i>  <i>dea, demando ut tu</i>  <i>illas adce(p)tor si quis [puer siue]</i>  <i>puel(l)a si mulier siue</i>  <i>[ho]mo inuolauit</i></p> <p><b>Lado B</b>  <i>[tu] illas persequaris</i></p>	<p><b>Lado A</b>                  Senhora Fonte, confio à tua fonte                  duas coisas para que tu as persigas;                  quem quer que seja                  que pegou os meus sapatos                  e as sandálias. A ti,                  deusa, confio                  aquelas coisas que o rapinador                  – se algum rapaz ou se moça,                  se mulher ou se homem – roubou,</p> <p><b>Lado B</b>                  para que tu as persigas.</p>

Alguns vulgarismos são facilmente identificáveis: “*solias*” quando seria “*soleas*”<sup>2</sup> e “*telluit*” por “*tolluit*”, forma já vulgarizada de pretérito perfeito no lugar de *tulit*, que no latim tardio substituiu *sustulit* no sentido de “roubar”, segundo Tomlin (2010, p. 256).

No Reino Unido, uma *tabella ansata* de liga de chumbo de 7 x 7 cm foi encontrada em 1927 na escavação do anfiteatro em frente ao acampamento da *Legio II Augusta*, sediada em Caerleon, antiga *Isca Silurum*, País de Gales. Ela também começa com “*dom(i)na*” e menciona o calçado dos soldados romanos (na grafia vulgar, “*galliculas*” ao invés do diminutivo “*caligulas*”), além de um manto (na grafia vulgar, “*palleum*” ao invés de “*pallium*”). A placa, catalogada como RIB<sup>3</sup> 323, é inscrita em letra romana cursiva antiga (ORC), do início do século II d.C., o que a coloca

<sup>1</sup> Adoto a leitura de Tomlin (2010, p. 254-258). Todas as traduções de placas são minhas.

<sup>2</sup> *Appendix Probi*, 80: “*solea non solia*”.

<sup>3</sup> *Roman Inscriptions of Britain* (RIB).

como possivelmente a mais antiga *tabella defixionis* da província britânica.

Tomlin diz (2010, p. 253) que a II Legião romana participou da conquista da Ibéria, mas descarta que as imprecações da *Britannia* derivem das da *Hispania* (ibidem, p. 247, tradução nossa):

Os textos latinos de Espanha e Portugal foram precedidos de textos gregos, como as placas de Cnido, por conseguinte, os textos britânicos não derivam dos ibéricos, mas tal como estes expressam uma crença muito mais antiga, que não é ocidental e localizada, mas partilhada pelo mundo mediterrânico – a ideia de que podemos apelar aos deuses por justiça.<sup>4</sup>

## Emerita

Na *Colonia Augusta Emerita*, capital da *Lusitania*, onde primeiro se assentaram veteranos do exército romano, importante centro do reino visigodo até o século VI, foi inventariada, em 1869, no *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL II 462) uma placa de mármore danificada na parte inferior de (31,5) x 29 x 4,5 cm. O documento foi encontrado em uma área que, no final do século XVIII, servia à lavagem de lã. A lista de objetos furtados sugere ter sido tradicionalmente um local para lavar roupas.

Os verbos e locuções significando “desapossar” listados nesta placa – “*quot furti factum est*”, “*imudauit*”, “*inuolauit*” e “*minus fecit*” – pedem comentários. O latim tem o verbo deponente *furor, furari* para “furtar”, mas é virtualmente ignorado pelos autores das placas de maldições estudadas. Mesmo o substantivo latino “*furtum*” tem rara ocorrência na *Britannia*<sup>5</sup>, embora a expressão “*furtum facere*” seja recorrente nas *Digesta Justiniani*, de 533 d.C., compêndio de jurisprudência latina. A raiz *fur-* vem a provar-se, no entanto, muito produtiva no português: o substantivo “furto”, o adjetivo “furtivo”, o advérbio “furtivamente”, o verbo “furtar”.

Acerca de “*imudauit*”, pesquisadores consideram que se trata de grafia que reproduz a sonorização de consoante intervocálica do latim oral frente à clássica “*immutauit*”<sup>6</sup>. Sua ocorrência nas placas é inexpressiva e o significado dicionarizado de “modificar, mudar” apenas tangencia o campo semântico de “desapossar”. Quanto a “*inuolauit*”, já foi apontado na placa de *Italica* e observou-se a alta frequência dele na *Britannia*, porém é um verbo que não chega ao português moderno. Por fim, “*minus fecit*” não encontra paralelo nas placas de maldições, segundo Tomlin (2010, p. 248), mas a construção se encontra também no texto *Arte de furtar*<sup>7</sup>.

Transcrição <sup>8</sup>	Tradução
<i>DEA ATAECINA TVRI(- BRIG(AE) PROSERPINA PER TVAM MAIESTATEM TE ROGO ORO OBSECRO VTI VINDICES QVOT MIHI FVRTI FACTVM EST QVISQVIS MIHI IMVDAVIT INVOLAVIT MINVSVE FECIT [E]A[S RES] QISS TVNICAS VI, [P]AENVLA LINTEA II, IN[DVS]IVM CV(- IVS I C [NOME]M (?) IGNORO</i>	Deusa Atégina de Turóbriga, Proserpina, pela tua majestade, rogo, oro e imploro a ti que vingues quanto me foi furtado, quem quer que de mim tirou, roubou ou subtraiu as coisas descritas abaixo: seis túnicas, duas capas de linho, uma peça íntima; cujo nome (?) desconheço

4 “*The Latin texts from Spain and Portugal were preceded by Greek texts like the Cnidus tablets, so it follows that the British texts do not derive from the Iberian, but like them express a much older belief which is not western and localized, but is common to the Mediterranean world – the idea that we can ask the gods for justice.*”

5 Tomlin (2010, p. 248): na placa Uley 68, não publicada, ocorre “*de furto quod mihi factum est*” (“acerca do furto que eu sofri”).

6 Ver Silva Neto (1992, p. 147) e TOMLIN (2010, p. 248).

7 Disponível em: <<http://purl.pt/21822/3/#/8>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

8 Acompanho a transcrição de Tomlin (2010, p. 247-249).

A associação de divindades autóctones à mitologia greco-romana é disseminada no Império. Em *Emerita*, a celta Atégina é vinculada a Proserpina, a Perséfone grega. Em Bath, a também celta Súlis, ligada à fonte local de águas quentes, foi sincretizada com Minerva, a Palas Atena grega, donde o templo construído pelos soldados romanos ter sido dedicado a Súlis-Minerva, com algumas placas de imprecção invocando ambas. Como em *Italica*, um pronome indefinido (*quisquis*) refere-se ao ladrão desconhecido e o pleiteante utiliza o acróstico “*Q(VAE) I(NFRA) S(CRIPTAE) S(VNT)*” (grifo nosso).

### Baelo Claudia

Cidade fundada no final do século II a.C. no extremo sul da Espanha, na antiga província da *Baetica*, localizada estrategicamente no litoral do Estreito de Gibraltar, oposta a Tânger, era uma parada importante na rota comercial entre África e Europa. Sendo o principal fornecedor para o Império de *garum*, uma iguaria de peixe, teve seu apogeu no século I d.C., no principado de Cláudio, que deu o nome à cidade. Na segunda metade do século II, estava em declínio após um maremoto e foi abandonada no século VII. Um dos quatro templos locais era dedicado à deusa egípcia Ísis. A *tabella ansata* foi encontrada em 1980, ao pé de uma escada de oito degraus que adentra uma piscina rasa para oferendas no templo da deusa, e publicada oito anos depois.<sup>9</sup>

Figura 2



Fonte: Ribeiro (2006, p. 246).

A ocorrência dupla do substantivo “*furtum*” nesta placa de maldição a aproxima daquela de *Emerita*. Também se registra sonorização de consoante intervocálica no termo “*euides*” por “*euites*”, do verbo “*euito, euitare*” na acepção de privar de vida, como o *Oxford Latin Dictionary* (OLD) reporta em Ênio e Ácio (séc. II a.C.), mas também em Apuleio (séc. II d.C.), autor que trata da devoção a Ísis. O verbo “*autulit*” é a forma vulgarizada de “*abstulit*”, do verbo “*auféro, auferre*”, significando “roubar”.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.juntadeandalucia.es/averroes/gabinetecadiz/pdf/baeloprof.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

Transcrição <sup>10</sup>	Tradução
<i>Isis Murorem tibi commendo furtu(m) meu(m) mi(hi) fac tu&lt;t&gt;o numini ma(i)es(- tati exemplaria ut tu euide(s) immedi(- o qui fecit autulit aute(m) res oportor(i)u(m) albu(m) nou(um) stragulu(m) nou(um) lodices duas de uso rogo domina per maiestate(m) tua(m) ut (h)oc furtu(m) repri(- ndas</i>	<i>Ísis Myrionyma, confio a ti o que me furtaram. Me dê exemplos de tua divindade e majestade, tirando em público a vida de quem o fez, roubou, então, as coisas: uma coberta branca nova, um tapete novo, dois lençóis usados. Rogo, senhora, pela tua majestade, que repreendas este furto.</i>

## Salacia

Em um santuário romano na cidade de *Imperatoria Salacia*, atual Alcácer do Sal, foi descoberta em 1995 uma placa de liga de chumbo, datada como do século II d.C. Sua publicação deu-se em 2002. Visto que *Salacia*, fundada supostamente em I a.C., foi um importante entreposto comercial entre o Oriente e o Ocidente, “não é de admirar este testemunho de cultos oriundos da antiga Frígia”, como afirma o primeiro coeditor da *defixio* (ENCARNAÇÃO, 2002, p. 423-424), referindo-se ao deus Átis.

Tal como no documento de *Baelo Claudia*, também neste o pleiteante oferece à divindade o ladrão – não apenas o corpo, mas o sopro vital (*anima*). Do ponto de vista formal, é um texto marcado pelo “*punctum distinguens*”, pontos separando palavras. É ainda exemplar da eliminação do “m” do acusativo no “latim vulgar”, conforme Ernesto Faria (1970, p. 98). Três diferentes grafias do vocativo masculino “*domine*” evidenciam a oralidade deste tipo de documento epigráfico, segundo Amílcar Guerra (2003, p. 337).

De notar são os verbos “*supstulit*” e “*compilauit*”. O primeiro (com grafia irregular) é equivalente a “*sustulit*”, suplantado no latim tardio por “*tulit*”, como já foi observado na placa de *Italica*. O segundo, “*compilauit*” ocorre, por exemplo, no latim arcaico do comediógrafo Plauto (séc. III a.C) incluindo a variante “*suppilo, suppilare*”.

<sup>10</sup> Adoto a leitura de Tomlin (2010, p. 258-260) com os devidos ajustes na transcrição.



Em seu livro *The Regional Diversification of Latin 200 BC-AD 600*, J. N. Adams advoga que a melhor evidência de variação linguística é a lexical, não a sintática, porém ele mesmo reconhece bons resultados apenas quando aborda termos técnicos que refletem especializações regionais. Ele descarta a proposta unitarista de que o latim se manteve sem variação até muito tarde, defendendo, pelo contrário, um processo muito gradual (2007, p. 684). Mesmo a ideia, amplamente aceita, de que a variação regional seria o reflexo da periodização da colonização romana – o que colocaria a *Hispania* como reduto do latim de Ênio (BONFANTE apud ADAMS, 2007, p. 373) – é posta em xeque por J. N. Adams com base no conceito que ele adota de “*shrinkage*” ou “retração” de determinadas palavras num contexto de “oposição lexical” (ADAMS, 2007, p. 400). Ou seja, a variação pode dar-se pela dominância de um termo sobre outro, concorrente, em períodos posteriores ao da colonização, aleatoriamente em todo o Império (ibidem, p. 32).

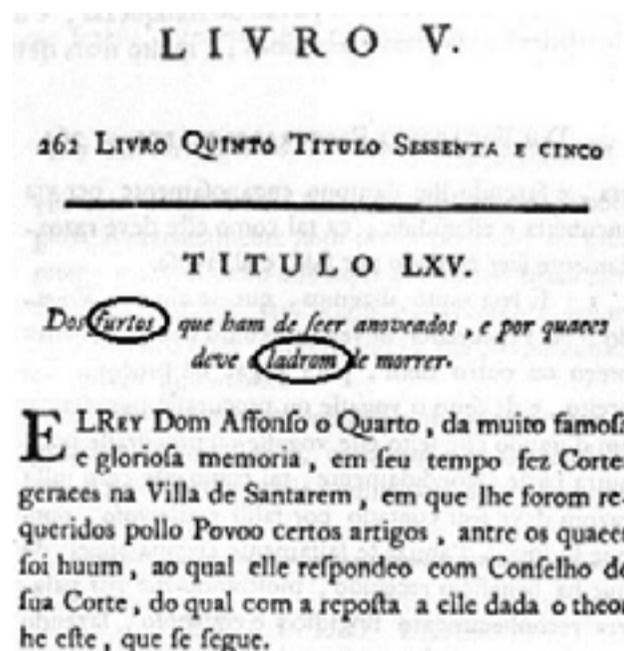
### Documentos textuais

Abordando a partir deste ponto textos em português, pretende-se identificar os verbos e os substantivos no campo semântico do “desapossar” dominantes em tais documentos. Similaridades com a legislação do século VI, em latim tardio, sugerem a prevalência da linguagem jurídica. Os visigodos instalaram-se na Península Ibérica no século V d.C., já no declínio do Império Romano, mas assimilaram em seu Código as leis e a jurisprudência romana. É de se notar que o Código Visigótico foi retomado após a expulsão dos mouros, no século XIII.

### Ordenações Afonsinas

A primeira compilação de leis de Portugal foi concluída em 1446 e publicada em 1466, sob o reinado de D. Afonso V (1438-1481). Cabia ao rei ordenar as relações sociais sem se submeter ao arbítrio dos estamentos sociais privilegiados (COSTA et al., p. 2193). As *Ordenações* são divididas em cinco livros. Sob os títulos LXV e LXVI do Livro V, que trata das questões penais, o tom é claramente ainda de uma realidade jurídica em construção. São retomadas ordenações dos reinados de D. Afonso IV (1325-1357) e D. João I (1385-1433) como se fossem tradições só então formalizadas.

Figura 4



Fonte: Costa et al.

Ao longo do texto há semelhanças com as formulações de fontes jurídicas latinas, em que da raiz *fur* derivam os substantivos “*furtum*” e “*fur*” e o verbo deponente “*furor*”. Também nas *Ordenações Afonsinas* a raiz é profícua: “furtos”, “fazer furtos escondidos”, “furtar”. Porém, o agente já é o “ladrom”, sem vestígio do termo “*fur*” (ainda que “furtador” conste como adjetivo e substantivo masculino no *Houaiss* digital versão 1.0.5a, porém sem datação). No *Vocabulário Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau (1728), *on-line* na Biblioteca Brasileira, o verbete “roubador” é sinônimo de “ladrão”. No *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*, de Corominas, o verbete “*ladrón*”, originado do latim “*latro*”, tem datação de 1140, no poema *Cantar de mio Cid*. O termo “*robador*” é derivado do verbo “*robar*”, cuja datação também recai no *Cid*, com origem no germânico “*raubôn*” (alemão moderno “*rauben*”).

Nas *Leges Visigothorum* consultadas, a ocorrência de “*latro*” é inexpressiva e nem mesmo há registro do verbo “*raubo*”, que se verifica, no entanto, duas vezes na edição de Karl August Eckhardt do *Pactus Legis Salicae*, código de leis dos francos, invasores da Gália. Na comparação com a legislação dos visigodos e dos burgúndios, a dos francos é a menos romanizada e a mais germânica das três.

Figura 5

5 OUTRO sy se alguis dos sobreditos ante das ditas Cortes tomarom ouro, ou prata, ou dinheiros, ou outras moedas, roupas, e alfaias, doas, ou outras coufas que nom som de comer, nem bestas, nem gaados; mandamos, que sejam costringidos que apaguem a seus donos; e se as nossas Justicas acharem, que alguis furtarom ou roubarom as ditas coufas maliciosamente, per tal guisa que mereçam pena de Justica, mandamos que lhes dem pena de direito, ou Hordenaçooes dos nossos Regnos, que merecerem. os que taacs furtos, ou roubos fezerom a alguis dos sobreditos.

Fonte: Costa et al.

O texto reproduzido acima, do título LXVI das *Ordenações Afonsinas* (“*Dos gaados, e viandas, que foram tomadas no tempo da guerra, como se ham de pagar*”), de 1430, parece tentar distinguir “furtar” e “roubar” pela justaposição dos termos. A intenção do agente é relevante para a punição: apenas ter “tomado” as riquezas implica reembolso aos donos, mas se a ação foi “maliciosa”, merece penas adicionais. Duarte Nunez de Leão, na *Origem da Lingoa Portuguesa*, de 1606, estabelece mais claramente a distinção entre furto (“*obra do ladrão secreto*”) e roubo (“*obra do ladrão público*”), assim como explicita que o português não distingue o agente de uma e outra ação, o que ele aponta como “*corrupção per impropiedade de significação alhea*” (p. 39). Ele lista (p. 81) o verbo “roubar” entre os empréstimos de origem francesa e argumenta (p. 72) que a língua da Gália foi “corrompida” durante a ocupação germânica.

### Coleção de leis extravagantes

Além de pesquisador, também desembargador da Casa de Suplicação, Duarte Nunez de Leão concluiu em 1566, na regência do cardeal D. Henrique durante o reinado de D. Sebastião (1557-1578), então ainda uma criança, a *Coleção de Leis Extravagantes*, um levantamento da legislação que não havia sido incluída nas ordenações régias. O trabalho foi revisado por Lourenço da Silva e aprovado em 1569.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> *Leis Extravagantes*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-08-26]. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$leis-extravagantes](http://www.infopedia.pt/$leis-extravagantes)> e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4223269>>.

Sob o título III da IV parte, que trata “Dos furtos & roubos” (p. 120), uma lei de 1521, do reinado de D. Manuel I (1495-1521), faz eco do código visigótico que penaliza igualmente ladrão e conivente. Interessa comparar duas leis contra o furto de dinheiro em território português – uma de 1499, outra de 1536 – e como é modificada nesse intervalo a referência ao culpado, passando de “qualquer pessoa”, como os pronomes indefinidos usados nas *defixiones*, para a especificação de “moços vadios”. Sob o título XXII da IV parte, que trata “Dos degredos & degredados” (p. 176), a lei de 1536, reinado de D. João III (1521-1557), tipifica o “furar bolsas” como “delito” e a reincidência como passível de degredo para o Brasil. Mas não ocorre o termo “ladrão”.

### Arte de furto

O texto *Arte de furto* chegou a ser atribuído ao padre António Vieira (1608-1697), mas hoje se considera mais provável a autoria do padre Manuel da Costa (1601-1667). Cheio de picardia e endereçado a D. João IV, que reinou de 1640 a 1656, supõe-se ter sido escrito em 1652, mas circulou apenas manuscrito até 1744. A edição da Biblioteca Nacional de Portugal tem a página de rosto indicando autoria de Vieira e impressão em Amsterdã, contudo, hoje se considera tratar-se de despiste.<sup>13</sup>

Logo nas primeiras linhas o autor dá o tom ácido: “[E]ste mundo he hum covil de ladroens”. A linguagem resgata muito da formulação jurídica como se viu até agora, mas traz também termos diferentes a partir da raiz *latr-* surda ou sonora: como “ladroeira”, primeiro registrado em João de Barros, *Décadas da Asia Vol. II*, em 1553, segundo o *Houaiss* digital, e, mais adiante no texto, “latrocínios”, registrado inicialmente em 1529, nos *Itinerários da Índia a Portugal*, de Antonio Tenreyro. A ideia de “diminuição” associada ao furto, já observada, tem mais de uma formulação, como: “E nam só sobre couzas boas tem as Artes jurisdicçam, para as melhorar mais que a natureza; mas tambem sobre as más, e noçivas, para as diminuir em proveito de quem as exercita, ou para as accrescentar em damno de outrem” (grifo nosso).

### Conclusões

O inventário lexical resultante desta pesquisa sugere uma especialização progressiva no campo semântico do “desapossar” desde o latim formular das placas de maldições até o português de um texto autoral. Mesmo considerando as limitações do *corpus* investigado, ou seja, o escopo jurídico e a lacuna dos séculos VII a XIII, ainda parece haver subsídios suficientes para indicar retração (“*shrinkage*”) de certos termos.

Usava-se variedade de verbos ou locuções latinas significando “furar” no período inicial abordado na pesquisa, mas até palavras muito disseminadas, segundo a documentação epigráfica, não sobreviveram em português. Um exemplo de retração é o verbo “*inuolo, inuolare*”, que se provou de alta frequência nas *defixiones* da *Britannia*, assimilado também na *Hispania*, com o incontestável sentido de “furar”. É léxico que ocorre inclusive no latim literário, mas coloquial, como no poema 25 de Catulo e na prosa de Petronio (*Satiricon* 63.8). Pode-se inferir que a perda de motivação do radical latino “*uola*” ensejou interpretação variada do termo, registrada por autores antigos: “no centro da palma da mão” (“*in uola*”) ou “voar em direção a” (“*in + uolare*”), donde, a acepção de “roubar”. Considerando-se a proposição de J. N. Adams, tal instabilidade pode ter sido causa de retração (“*shrinkage*”) na concorrência com outros verbos.

O que se constata é uma preferência pela oposição mais clara e simples entre o “furar” e o “roubar” que vai se delineando nos textos em português. A prevalência das raízes *latr-*, *raub-* e *fur-* nesse repertório lexical já foi apontada. A sua especialização pelo uso é, no mínimo, irregular: como explicar a retração do agente latino “*fur*”, frequente na lei, em favor de “*latro*” e, então, o português “*ladrão*”, o espanhol “*ladrón*”, o italiano “*ladro*”, o catalão “*lladre*”, até o galês “*lleidr*” – mas o romeno “*hoř*” e o francês “*voleur*” (em desuso, “*larron*”)?

13 Cf. artigo de tavares, Pedro Vilas Boas. *Via spiritus* 8, 2001, p. 255-268. Consulta em 26/08/2014. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3499.pdf> >

## REFERÊNCIAS

ADAMS, J. N. British Latin: The Text, Interpretation and Language of the Bath Curse Tablets. *Britannia*, v. 23, p. 1-26, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/526102>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **The Regional Diversification of Latin 200 BC-AD 600**. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 2007.

COROMINAS, J. y PASCUAL, J. A. **Diccionario crítico etimológico castellano y Hispánico**. Madri: Editorial Gredos, 1991.

COSTA, C. J. et al. História do Direito Português no período das Ordenações Reais. In: **V Congresso Internacional de História**, p. 2191-2198. Disponível em: <[www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/153.pdf](http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/153.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2014

ENCARNAÇÃO, J. d'. Varia de archaeologia. In: **Humanitas**, 54. Coimbra, 2002, p. 421-424.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. **Dictionnaire Étymologique de la langue latine : histoire des mots**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

FARIA, E. **Fonética histórica do latim**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

GIL, J. e LUZÓN, J. M. Tabella defixionis de Italica. In: **Habis**, v. 6, p. 117-132, 1975. Disponível em: <[dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/653559.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/653559.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2014.

GORDON, R. L. e SIMÓN, F. M. **Magical practice in the Latin West: papers from the International conference held at the University of Zaragoza, 30 Sept.-1 Oct. 2005**. Leiden/Boston: Brill, 2010.

GUERRA, A. Anotações ao texto da tabela defixionis de Alcácer do Sal. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 6, n. 2, p. 335-339, 2003.

RIBEIRO, A. As tabellae defixionum: características e propósitos. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 9, n. 2, p. 239-258, 2006.

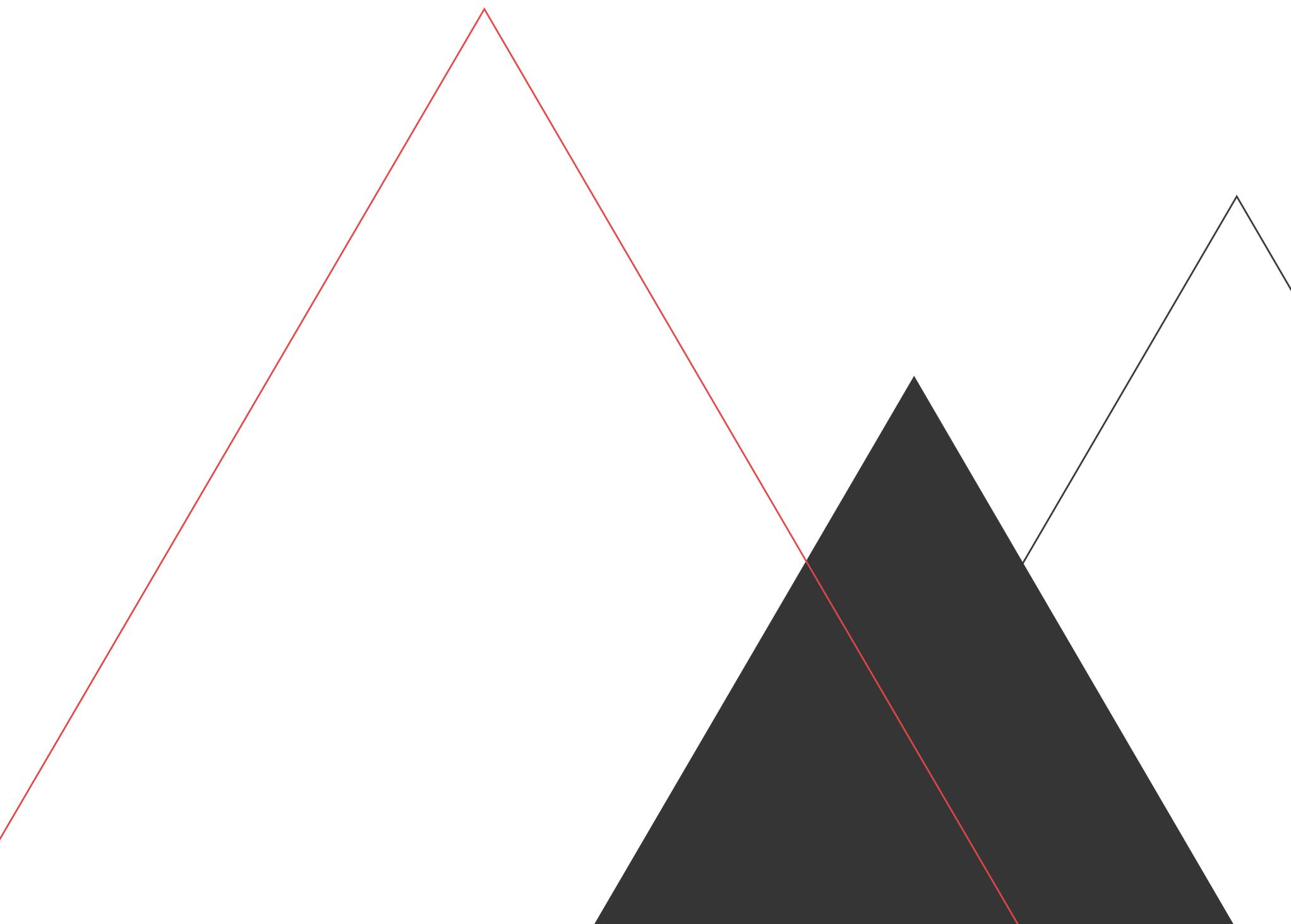
SILVA NETO, S da. **História do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1977.

TOMLIN, R. Cursing a thief in Iberia and Britain. In: GORDON, R. L. e SIMÓN, F. M. **Magical practice in the Latin West: papers from the International conference held at the University of Zaragoza, 30 Sept.-1 Oct. 2005**. Leiden/Boston: Brill, 2010.

\_\_\_\_\_. The curse tablets. In: CUNLIFFE, B. (Ed.). **The temple of Sulis Minervae at Bath**. Oxford: Oxford University Committee for Archeology, 1988.



# LÉXICO E VARIAÇÃO POPULAR





# A SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR - UMA DISCUSSÃO SINCRÔNICA DA VARIAÇÃO PRONOMINAL NA FALA POPULAR INTERIORANA PAULISTA

Ivanilde da SILVA

## Introdução

Sob a ótica da Sociolinguística Variacionista, este trabalho apresentará resultados parciais da variação existente entre as formas **DE TU** e **DE VOCÊ** nas funções de **sujeito, complemento e possessivos determinantes**. Correlacionada a essa variação, a hipótese deste trabalho é a existência de “**mescla pronominal**” entre formas relacionadas à segunda pessoa do singular na fala popular de São José dos Campos-SP (SJC-SP). Além disso, parti da noção que pressões de uso, situações diversas e experiências humanas em Comunidades de Prática (CsPrat.) moldam significados e formas em determinada língua (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999; ECKERT, 2012). As primeiras Entrevistas Sociolinguísticas labovianas estavam centradas na coleta de dados de um indivíduo apenas somado a vários outros do mesmo grupo de dada Comunidade de Fala (CF), que compunham o número de dados sociolinguísticos suficientes para o desenvolvimento de estudos quantitativos e variáveis (LABOV, [1972] 2008), objetivando, por conseguinte, detectar o vernáculo no uso da língua cotidiana. Esta pesquisa, porém, avança no sentido de apresentar dados quantitativos, extraídos de uma pesquisa de campo, cuja metodologia foi reunir **um, dois** ou mais partícipes “**iguais-linguísticos**”<sup>1</sup> e “**iguais sociais**” em Entrevistas Sociolinguísticas Semidirigidas (ESSD)<sup>2</sup>. Essas entrevistas foram embasadas em Moreno Fernández (2012) que, por sua vez, adota o prisma da Sociolinguística Cognitiva associada à quantificação de dados de modelos baseados no uso. Além disso, os conceitos Comunidade de fala (CF) e Comunidade de Prática (CPrat.) serão abordados por serem relevantes como procedimentos metodológicos para aqueles que buscam compreender **língua em uso** e **comportamento social** de determinada cidade e/ou localidade. Este artigo está organizado assim: introdução, pressupostos teórico-metodológicos, discussão e análises de resultados, além das considerações finais.

## Considerações teórico-metodológicas

A língua é um dos principais construtos sociais e, por isso, moldada por pressões de uso cotidianas. Além disso, a passagem dos tempos e a consequente evolução geracional fazem potencializar novas formas de dizer alterando, por conseguinte, **estruturas sonoras, léxico-gramaticais, semânticas** entre outras (LABOV, [1972] 2008; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999; GIVÓN, 2012). A partir de aprendizados e vivências, humanos concebem o mundo sob olhares (inter)subjetivos, recortando, por sua vez, características socioculturais encontradas em cada CF e as representa através de itens linguísticos em sua fala. Nesse sentido, a cidade, conforme Moreno Fernández (2012), é o conceito que melhor se aplica à CF, pois ela, além de ser anterior ao indivíduo, acomoda grupos sociais específicos e diversos, usuários de ao menos uma determinada língua comum, disponível como sofisticado instrumento de comunicação entre grupos sociais diversos.

Desse modo, nenhuma cidade conterà os mesmos traços linguísticos e comportamentais, podendo ocorrer semelhanças entre elas, mas **atitudes e práticas sociais** poderão se distanciar, na medida em que pressões diversas de uso constroem essa determinada língua de modo ininterrupto. Mudanças linguísticas, de acordo com discussões sociolinguísticas e funcionalistas, são motivadas por fatores sociais<sup>3</sup>, socioculturais, linguísticos etc. Quando essas forças motivadoras se encaixam paulatinamente em dada estrutura social, elas tendem a produzir **efeitos** (*effect of social*

1 Termo cunhado por Ângela Cecília Rodrigues (1987).

2 Entrevistas Sociolinguísticas Semidirigidas (ESSDs) caracterizam-se, entre outros aspectos, pela liberdade de o documentador atuar como partícipe dialogal durante a entrevista (MORENO FERNÁNDEZ, 2012), diferente das Entrevistas Sociolinguísticas tradicionais nas quais o documentador ficava limitado a pequenas intervenções mediadoras diante de um entrevistado apenas.

3 Ocupação, diferenças étnicas, faixa geracional, mudanças políticas etc.

*forces*) como Redes Sociais (*Social Networks*) e Comunidades de Prática (*Communities of Practice*) nas quais forças motivadoras (*driving forces*),<sup>4</sup> principalmente as de origem social, atuam para a produção de informações proposicionais (LABOV, 2010). Essas forças motivadoras provocam mudanças linguísticas que podem estar associadas a processos de Gramaticalização que, por sua vez, **especializam** certo item lexical a ser cada vez mais gramatical e obrigatório, como ocorreu com o pronome **você**, encaixado na estrutura social e linguística do Português Brasileiro – PB (FARACO, 1996; RUMEU, 2008).

Como estratégia metodológica, nos primeiros trabalhos labovianos, a CF foi estratificada por fatores sociais rígidos como **ocupação, etnia, faixa etária, sexo, localização**. O objetivo maior dessas pesquisas fonético-fonológicas foi mostrar a heterogeneidade na língua e localizar o falante em situada estratificação social e, desse modo, somado a vários outros pares, revelaria padrões sociolinguísticos dentro de sua respectiva CF. Assim os falantes, através de diferenças sociais, caracterizavam-se por possuir **as mesmas normas e atitudes compartilhadas**, denotando, na visão do autor, “certos tipos de comportamento avaliativo” e “tipos sociais”. Essas atitudes, por sua vez, possuíam um caráter mais homogêneo em relação ao comportamento linguístico dos falantes em questão e, por isso, esses grupos sociais foram separados por **a) falantes favoráveis a uma pronúncia conservadora de ditongos centralizados na ilha de Martha’s Vineyard e b) aqueles que pronunciavam os ditongos de maneira não favorável à ilha** (LABOV, [1972] 2008), marcando **sua identidade social** através de orientações **positiva e negativa** de forças: **grau de identidade e sentimento de pertencimento aos grupos** (LABOV, 2010).

Nesse sentido, a ideia de deslocar **a heterogeneidade para a língua** levou estudos sociolinguísticos a sistematizar diferentes variáveis linguísticas produzidas em **comunidades sociais** que, por sua vez, acomodam pessoas que falam a mesma língua e outros grupos sociais que falam mais de uma língua em um mesmo território (CALVET, 2002), revelando a realidade de Comunidades Sociais/cidades (MORENO FERNÁNDEZ, 2012; CAMACHO, 2013). As cidades, por sua vez, vivenciam situações cotidianas e possibilitam ao pesquisador **controlar o estilo de fala** a depender de graus de monitoração, audiência, situações de produção linguística como **atos de fala** diversos: **conversa em bares, entrevistas, leitura de uma lista de palavras** etc (LABOV, [1972] 2008). Nesse sentido, atos de fala pressupõem três funções voltadas às atividades discursivas. Embasado em Bühler (1964), Labov (2010) postula as seguintes funções discursivas: **a representação da forma** (formas simbólicas), **a função diretiva** (acomodação do ouvinte em função da audiência) e **a função expressiva** (informações pessoais e socioculturais do falante). Esses três polos funcionais e discursivos estão associados às três pessoas do discurso (1ª, 2ª e 3ª pessoas), passando a esclarecer **trocadas comunicativas** em relação a atitudes e vontades entre interactantes. Nessa perspectiva, Weireich, Labov e Herzog ([1968] 2006) postularam que uma proposição possui três significados relevantes durante atos conversacionais: **a) significado representacional; b) a função de identificação do ouvinte e c) a função de acomodação ao ouvinte**. Essas forças em atos de fala motivariam variação, principalmente, variação estilística (LABOV, [1972] 2008). Eckert (2012), por sua vez, advoga que falantes, por viverem diferentes situações sociais, são **agentes estilísticos** por natureza. Já Halliday e Mathiessen (1999) postulam que os usuários de uma língua são **atores sociais** justamente por estarem em constante transformação conforme a evolução das sociedades, motivando variação e mudança linguística.

Pelo fato de falantes colocarem a língua em movimento e, por isso, ela se mantém viva e atualizada, regras gramaticais adaptam-se às necessidades discursivas dos falantes. Esses falantes, por sua vez, adaptam-se às situações, na medida em que contextos sociais exigem deles **atitudes**. Essas atitudes são diferentes das ações convencionalizadas pelo grupo de sua convivência social (GUY, 2001) e, dessa maneira, o modelo de pesquisa da sociolinguística instrumentaliza a investigação empírica de determinada língua para mensurar traços linguísticos compartilhados (ou não) por dada CF, podendo sistematizar fatos linguísticos e atitudinais semelhantes e diversos, levando, por sua vez, a encaixar certa CF dentro de outras, pois o falante (ou falantes) poderá participar de mais de uma comunidade, proporcionando análises voltadas à **macrossociolinguística** e/ou à **microsociolinguística** (CALVET, 2002; CAMACHO, 2013).

---

4 O termo “Forças Motrizes” (LABOV, 2010) está sendo empregado como “forças motivadoras” neste presente trabalho.

Essas influências de contato entre agrupamentos sociais distintos parecem ter sido abstraídas do Modelo Sociolinguístico de investigação condenando o falante a “uma certa impotência linguística” pelo fato de esse falante manter-se isolado<sup>5</sup> (CALVET, 2002). Todavia, **reuniões familiares, escolares, idas a cultos religiosos, atividades comunitárias, festejos** etc. são práticas sociais realizadas por certos grupos sociais, sendo que cada uma dessas práticas constituiria uma Comunidade de Prática (CPrat). Eckert (2012) defende que CPrat é caracterizada pelo **engajamento social**, ponto de vista também discutido por Eckert e McConnell-Ginet ([1992] 2010). Segundo as autoras, nesses lugares é que coabitam linguagem, gênero e poder. Já Redes Sociais (RS), conforme Milroy (2004), são os diversos setores sociais que um mesmo indivíduo frequenta, formando, por conseguinte, sua rede social particular que, através de sua força (laços fortes ou fracos), influenciaria na produção de suas atividades linguísticas. Enquanto o estudo de Redes Sociais (RS) está voltado para **o grau de engajamento do indivíduo em certo grupo social** como *o familiar* (relações entre familiares e amigos); o estudo referente à CPrat está voltado para **o engajamento social** de dado grupo em particular que age para atingir propósitos comuns diários (MILROY, 2004; MEYERHOFF, 2004), fornecendo, assim, ao analista mais um viés metodológico para estudar grupos sociais, sejam eles grandes ou pequenos, criando “um vasto *continuum*” (CALVET, 2002, 143) de possibilidades interpretativo-metodológicas.

Para Meyerhoff (2004), três critérios são importantes para definir uma CPrat: **a)** o engajamento social e mútuo (*mutual engagement of the members*) deve ser de união entre todos os membros de certo grupo para que rotinas e práticas comuns convirjam e as levem para identificação do grupo social; **b)** os empreendimentos são negociados e ajustados entre os membros (*jointly negotiated enterprise*), estabelecendo, por sua vez, identificação entre os indivíduos que se sentem integrados e pertencentes a este grupo pela manutenção de esforços comuns, promovendo, inclusive, adaptações diversas no que se refere ao *que dizer* e **ao que fazer** e **c)** o repertório é compartilhado (*shared repertoire*), visto como recurso linguístico entre outros conhecimentos que são cumulativos pelas experiências humanas e por negociações internas.

Sob esse ponto de vista, as variáveis linguísticas relacionadas à segunda pessoa do singular emergem no cotidiano de conversas face a face. Esses itens linguísticos são falados por populares em atividades conversacionais, negociáveis em diferentes espaços de trabalho como em **universidades** cujas instalações contêm diversas subdivisões: **reitoria, secretarias, salas de aula e de professores, visitantes diversos, portarias, refeitórios** etc. e outras repartições como as de **almozarife, limpeza e manutenção**. Esses populares, categorizados como **baixa renda**, não se deixam influenciar por padrões linguísticos e comportamentais de grupos que não se identificam com esses mesmos padrões de serviços braçais. O convívio entre grupos distintos em CsPrat como em **universidades, escolas, bancos financeiros** entre outros setores sociais tem tempo contado, ou seja, o grupo de limpeza e manutenção circula nesses ambientes para realizar certa atividade que possui tempo cronometrado entre o início de seus afazeres até o seu término, não sendo possível para esses populares incorporarem outros hábitos como, por exemplo, o de praticar **a língua culta**. Nesse sentido, está em Calvet (2002, p. 68-69) que “Se os usos variam geograficamente, socialmente e historicamente, a norma espontânea varia da mesma maneira: não se tem as mesmas atitudes linguísticas na burguesia e na classe operária, em Londres ou na Escócia, hoje e cem anos atrás”.

A partir da observação de falas populares, notei que esses “tipos sociais” não necessitam utilizar outras variedades de língua como “as variedades cultas”, pois esses falantes acomodam-se em suas práticas cotidianas, tornando sua língua em uso aparentemente mais homogênea, não necessitando alternar “o código popular” por outros códigos quando situações contextuais exigiriam o emprego de um código formal. Desse modo, a fala popular permanece identificada como “língua de pessoa não escolarizada” justamente por não ter o modelo da língua escrita como suporte e, assim, empregam características languageiras embasadas e aprendidas no código oral e de uso geral (MORENO FERNÁNDEZ, 2012), mas nem por isso convivem menos com variedades cultas haja vista que populares e não populares, muitas vezes, trabalham juntos em repartições públicas e privadas, gerando variação entre variedades cultas e populares<sup>6</sup> (ARAUJO, 2014).

---

<sup>5</sup> Recorte metodológico necessário para a época, já que estudos estruturalistas privilegiavam a fala de um único indivíduo como suficiente para descrever dada língua, excluindo, por conseguinte, influências sociais.

<sup>6</sup> Dentre algumas características encontradas nas variedades populares há: **a falta de concordância entre sujeito e verbo (não-categorico); artigo e substantivo não concordam sempre quanto à marca de plural** (as casa, as coisa); a concordância entre sujeito e verbo também é

Na verdade, essa variação entre variedades cultas e populares no Brasil caracteriza-se pela sócio-história, já que a imensa massa de brasileiros, desde o Brasil-Colônia até os dias atuais, é constituída por indivíduos cuja característica principal é a baixa ou nenhuma escolaridade e a falta de oportunidades diversas (MATTOS E SILVA, 2004; RODRIGUES, 1987), mas essa faixa populacional é que promove **bem-estar** a todos, pois trabalham em funções de utilidade geral: **limpeza e manutenção de áreas de grande circulação humana** (*shoppings*, linhas metroviárias, universidades, áreas públicas etc) e seus filhos é que são a principal clientela de escolas públicas brasileiras e, além disso, nos dias atuais também ingressam em grandes universidades públicas, moldando, por sua vez, o PB, principalmente a modalidade falada.

Desde meados do século XIX (MATTOS E SILVA, 2004), a variedade culta no Brasil é considerada variedade socialmente prestigiada e legitimada por **escolas, universidades, mídia jornalística** enquanto as variedades populares (não legitimadas), muitas vezes, são postas à margem de discussões por serem rotuladas como “erradas” ou “fora dos padrões” considerados “certos” e “exemplares”, proporcionando uma visão dicotômica da língua voltada para a valorização de uma em detrimento de outra (RODRIGUES, 1987; SOARES, 2002). Todavia, essas variedades têm, em terras brasileiras, a possibilidade de “misturar” certos aspectos de uma e/ou de outra variedade (CEZARIO; VOTRE, 2010) já que no Brasil a população vive de contatos em ruas, feiras, locais de trabalho etc. (ARAUJO, 2014). Essa valorização, centrada em níveis profissionais e usos da língua, leva esses populares a exercerem cargos pouco valorizados. Além disso, como já mencionado, seus filhos são a principal clientela de escolas públicas brasileiras que, por sua vez, são obrigados a adquirir padrões linguísticos bem distantes de sua realidade sociolinguística, tornando o nível de ensino-aprendizagem, muitas vezes, difícil pela falta de correspondência entre **usos reais da língua e sua multiplicidade de empregos variáveis** (SOARES, 2002).

Nesse sentido, empregos linguísticos e variáveis ocorrem há séculos em terras brasileiras. Assim, “[...] mudança diacrônica, e conseqüentemente a variação sincrônica, caminha em uma dada direção ao longo do eixo do tempo na comunidade de fala. Então uma forma pode ser vista como “entrando na língua” ou “caminhando para a extinção”. (NARO; SCHERRE, 1991, p. 9).

Devido a transformações sociais ocorridas no Brasil ao longo dos tempos (BIDERMANN, 1972-73; FARACO, 1996), a entrada do pronome **você** afetou o sistema tratamental em uso no PB. De acordo com Lopes e Cavalcante (2011, p. 44), os contextos afetados pela inserção do **você** no paradigma de segunda pessoa do singular na língua de letrados em sincronias passadas foram: **a)** posição de sujeito, **b)** função de complemento preposicionado oblíquo (com você) e **c)** contexto imperativo (Diga a Maria que...). Paulatinamente essa forma foi se instalando no PB, possibilitando novas combinações pronominais. A partir da dessemantização de **Vossa Mercê**, **você** se introduz no paradigma pronominal e diversas combinações tornam-se usuais entre os brasileiros como: **você** com **te~lhe~você**, **teu/tua~seu/sua**, etc e **vocês** com **lhes~vocês**, **seus~teus**, **de vocês** etc (LOPES, 2006, p. 188). Assim os pronomes **tu**; **tu** e **você** e só o uso do **você** como tratamento ao interlocutor combinavam usos com o completivo **te** e possessivos determinantes **seu/sua~teu/tua**. Essas formas, por sua vez, estão associadas a traços de pessoa (LOPES, 1999) e processos de gramaticalização como os de **decategorização**, **persistência** e **especialização** (HOPPER; TRAUGOTT, 1993).

Semelhante comportamento “mesclativo” entre as formas **DE TU** e **DE VOCÊ** é realidade na fala popular de São José dos Campos/SP. Essa cidade recebe pessoas de diversas origens devido ao seu desenvolvimento industrial e estudos aeroespaciais, automobilísticos etc. desenvolvidos a partir dos anos 50. Séculos antes, a cidade foi um fazendão agrícola administrado por jesuítas e posteriormente o local foi rota de tropeiros e bandeirantes, segundo historiadores e documentadores locais (SILVA et al. 2010). Fatos que motivaram usos da forma **você** e suas variações fonético-fonológicas na cidade, já que é vizinha do sul mineiro. **Você** foi a forma tratamental primeira estabelecida entre comerciantes tropeiros e bandeirantes que percorriam trilhas desde Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e

---

variável entre outras particularidades (RODRIGUES, 1987; GUY, 2001; ARAUJO, 2014), mas nem por isso impossíveis de serem sistematizadas e estudadas, como provou Labov ([1972] 2008) ao sistematizar falares marginais de negros, oriundos de guetos americanos, provando a eficácia da língua local (ou dialeto local), mas desprestigiada socialmente pelos falantes da variedade padrão do inglês americano.

Rio Grande do Sul (COELHO; GÖRSKI, 2011) e, por conseguinte, **você** é forma generalizada no país desde os tempos coloniais.

## Discussão e análises dos resultados

### Breve discussão

As falas de 36 populares foram analisadas com o intuito de descrever o modelo pronominal em uso relacionado à segunda pessoa do singular. Assim **um**, **dois** ou mais entrevistados foram abordados para que diálogos mais espontâneos surgissem entre “iguais-linguísticos e sociais” e “não iguais-linguísticos” como a documentadora em questão. Esses falantes foram separados por fatores sociais e situacionais não discutidos para este presente propósito. Abaixo ilustro excertos de fala, extraídos de Entrevistas Sociolinguísticas Semidirigidas (ESSDs) que colhi:

(1) Fal<sup>7</sup> 1 – [...] Onde que é? Ai... não vou lembrá. Talvez perto de Londrina, não sei. De onde **você** é? Me responde.

Doc – é ... Santa Catarina.

Fal 1 – isso. É de lá mesmo ... [...] agora sou eu que tô **te** entrevistando (risos) – (dois homens jovens. Amostra de fala popular alternativa (-) formal).

(2) [...] **Cê** vai lá i passa um rádio pra sabê se chegou junto ... da outra pessoa ... si saí uma hora, meio-dia ... a hora qui **você** precisá tirá é só agendá o horário i qui **você** precisa fazê é anotá **o teu** nome i trazê o comprovante... (um homem, faixa etária intermediária. Amostra de fala popular empresa (+/- formal)).

Vale mencionar que no *cópus* não foram encontrados clíticos de terceira pessoa **o/a** e **lhe** que poderiam ter migrado da terceira pessoa do singular para apontar a segunda pessoa (interlocutor).<sup>8</sup> Desse modo, não faz parte da consciência desses falantes empregar formas pronominais que não pertençam ao seu modelo em uso. Nesse sentido, Labov (2010) aborda aspectos cognitivos, sociais e linguísticos para explicar mudança e estabilidade nas línguas. Sob esse enfoque, quando há perda de informação resultante de transformações sociais como aconteceu com a forma **você** no Brasil, acontece o que o autor chama de “mecanismo de reparação”. Segundo linguistas, **a dessemantização do você** ocorreu por causa de transformações sociais (FARACO, 1996) e linguísticas (LOPES; CAVALCANTE, 2011). Assim processos de gramaticalização associados a transformações sociais são olhares meta-teóricos que, por conseguinte, auxiliam na interpretação das modificações ocorridas no paradigma pronominal de segunda pessoa do singular no Brasil, principalmente, na modalidade oral popular, transformando o tratamento interpessoal para atitudes sociais colaborativas, menos centradas no poder (CINTRA, 1986). Para Labov (2010), quando informações linguísticas são perdidas pelo abandono de usos como **tu** (*thou*), 2ª pessoa do singular no inglês antigo<sup>9</sup>, “mecanismos de reparo” envolvem a conversão de formas mais obrigatórias em uso que atuam de maneira mais **especializada** em suas funções sintáticas (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Os casos de retenção de clíticos (itens obrigatórios e fixos) envolvem outras compensações como em “todos vocês” (*all you*) e “vocês” (*you guys*), segundo Labov (2010) no inglês. Situação semelhante acontece com o clítico **te** retido em construções como [te+Verbo] – objeto antecedente ao verbo (**OV**) – no

7 **Fal** abreviatura de falante e **doc** abreviatura de documentadora. **Fal 1** – havia mais de um entrevistado na ocasião.

8 Camargo Jr (2008) investigou a escrita formal e informal de escolares paulistanos. Os resultados obtidos através da investigação do autor apontaram que alunos do Ensino Fundamental adquirem os clíticos **o/a**, **lhe** durante sua formação escolar. Entretanto, esses pronomes completivos apontam para a segunda pessoa do singular, não para a terceira pessoa como prescrevem compêndios gramaticais (BECHARA, 2009). Já em textos informais o pronome objetivo **te** foi o mais utilizado por esses escolares paulistanos para referir o interlocutor junto da forma **você/sujeito**.

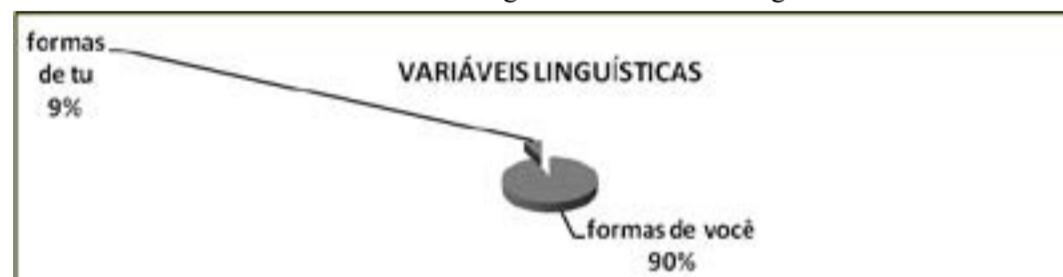
9 Segundo Labov (2010), desde então a expressão **você** tem sido empregada por uma variedade de formas: *youse*, *youns*, *you*. **Esses mecanismos de reparo** são compensatórios por implicar forças que são moldadas ao longo de uma mesma dimensão: **o impulso para informar mais** (mais significados sob a mesma forma) mesmo que leve **a dispensar o uso do maior esforço** (perdas morfológicas como finais verbais relacionados à segunda pessoa do singular).

PB conforme mostraram os excertos de fala<sup>10</sup> já citados, exibindo uma sintaxe de objeto mista (GIVÓN, 2012), por vezes, **OV** e outras **VO** como em: falei **pra você**. Sob essa ótica de interfaces teóricas é que formas pronominais **DE VOCÊ** e **DE TU** serão discutidas na próxima seção.

### Análises dos resultados

Os 36 entrevistados<sup>11</sup>, oriundos ou não da cidade de SJC-SP,<sup>12</sup> produziram **852** dados pronominais relacionados à segunda pessoa do singular: **772** são formas **DE VOCÊ** e apenas **80** são formas **DE TU**. Conforme os resultados gerais, eles apontam duas percepções estatísticas: **a)** as formas **DE TU** estariam praticamente extintas no português popular de SJC-SP, pois obtiveram apenas **9%** de frequência de uso e **b)** os resultados indicam aparentemente “mistura pronominal”.

**Gráfico 1 – Resultados gerais das variáveis linguísticas**



Fonte: Elaboração própria

### Resultados gerais

Em contrapartida, o fator Funções Sintáticas representa em percentuais “essa aparente mistura pronominal” na língua popular de SJC-SP. A prescrição gramatical exige que formas relacionadas às três pessoas gramaticais só podem se relacionar com seus itens pronominais correspondentes. Isso quer dizer que essa mesma regra serve para a segunda pessoa (singular/plural): não misture pronomes!! Essa noção deriva da herança latina na qual o antigo sistema de casos era utilizado<sup>13</sup>, principalmente na escrita, diferente dos usos no latim vulgar (MATTOS E SILVA, 2004). Entretanto, essa regra linear correspondente é ideal, por isso ela não se aplica ao PB falado, principalmente na variedade popular, conforme indicam os resultados descritos na tabela a seguir:

10 Além das formas **DE VOCÊ** e **DE TU**, há outras formas tratamentais em uso na língua popular falada em SJC-SP como **o/a senhor/a** pouco utilizados nas ESSDs e as expressões **zero em início de frase**. Os pronomes **o/a senhora** ocorreram em diálogos travados com funcionários terceirizados e funcionários públicos concursados. Para o grupo de funcionários terceirizados, os servidores públicos têm **status social** mais elevado, embora a função ou cargo de serviços gerais seja o mesmo. Nesse sentido, os usos de **o/a senhora** estão relacionados à convivência do poder e hierarquias estabelecidas tanto no plano institucional quanto no social: **faixas etárias**. Os usos de **zeros no início de frase**, para mim, são uma espécie de “desvio”, “um ato de preservar faces” conforme estabelece Goffman ([1967] 2012) sobre rituais de interação e Brown e Levinson ([1978] 1987) sobre noções de polidez. Já para Cook (1997) **os usos nulos/zeros** significam neutralidade.

11 Como alternativa metodológica optei por gravar as entrevistas de modo secreto (SCHERRE et al. op. cit) e ao final das abordagens interativas, pedi permissão aos participantes das entrevistas para utilizar a gravação para fins acadêmicos e também solicitei a eles que assinassem fichas sociais, minimizando, assim, “o paradoxo do observador”.

12 Falantes oriundos da cidade e regiões vizinhas formaram um grupo de falantes (SP, MG, PR). Falantes não-oriundos da cidade em questão formaram o segundo grupo de falantes. Esses falantes são de origem nordestina (PI, MA, BA, RN).

13 Assim como as correspondências entre formas pronominais não são naturais na língua falada do PB e já que casos latinos também não influenciam mais os usos de sujeito e complementos, por exemplo, não há razão para denominar **os objetos direto e indireto** de **acusativo e dativo**. Prefiro chamar o clítico **te/direto** de **objeto direto** e o **te/indireto** de **te bitransitivo**.

**Tabela 1** – Função sintática das formas *DE VOCÊ* e *DE TU*

FUNÇÃO SINTÁTICA				
PRONOMES EM USO	FORMAS <i>DE VOCÊ</i> E FREQUÊNCIA DE USO %		FORMAS <i>DE TU</i> FREQUÊNCIA DE USO %	
<b>Sujeito</b> você/tu	569/696	<b>99%</b>	06/696	1%
<b>Objeto Direto</b> você/te	10/49	20%	39/49	<b>79%</b>
<b>Objeto de Bitransitivo</b> para você/te	26/56	46%	30/56	<b>53%</b>
<b>possessivos seu/sua~teu/tua</b>	45/50	<b>90%</b>	05/50	10%
<b>TOTAL</b>	<b>772/852</b>	<b>90%</b>	<b>80/852</b>	<b>9%</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Os percentuais acima revelam uma gradação de usos. Esses índices indicam a penetração do **você** em territórios sintáticos diversos. Enquanto as frequências obtidas pelo **você/sujeito obtiveram 99%** de frequência de uso; **seu/sua** – possessivos determinantes – obtiveram **90%**; indicando exclusividade de usos. **Te** como objeto direto obteve **79%** de percentual de uso e **te** como objeto de verbo bitransitivo (dativo) obteve **53%**, revelando novos contextos de penetração da forma **você**, pois tem comportamento nominal, revelando uma sintaxe de objeto mista **OV** e **VO**. Os possessivos determinantes, por sua vez, podem alternar posições sintáticas justamente porque acompanham nomes, assim usos como “**teu** celular quebrou”, “você comprou **seu** casaco?” e “você entregou **tua** mochila pra **sua** mãe?” e “fui com o **seu** pai na feira ontem” são construções usuais no PB. Outro aspecto a ser notado é que **você/sujeito, te/complemento** e **os possessivos determinantes** possuem traços de pessoa e animacidade [+pessoa: [-eu] e [+animado]] (LOPES, 1999). Entretanto, o que está em jogo nas formas possessivas é o traço do possuidor [-eu] que se refere ao interlocutor (**teu/seu**); e traços do possuído [+/-animado] e [+/-pessoa] que caracterizam **pessoas, objetos, animais** etc. Em relação ao pronome **tu**, este item foi pouco produzido, mas em famílias nordestinas esse pronome é empregado em situações de intimidade.<sup>14</sup>

### Considerações finais

Este trabalho apontou avanços teórico-metodológicos inseridos na grande área da Sociolinguística Variacionista: **a)** CPrát. observadas dentro de setores sociais existentes em SJC-SP; **b)** outras molduras enunciativas que foram construídas além da reunião de um único entrevistado; **c)** método alternativo para capturar dados relacionados à 2ª pessoa do singular; **d)** discussão sobre práticas sociais e modelos baseados no uso associados à quantificação de dados; **e)** considerações sobre experiências e cognição humanas associadas à evolução do PB. Além disso, os resultados apontaram para a naturalidade de uso das formas pronominais que são produzidas por populares, oriundos ou não da cidade de SJC-SP. “A mistura tratamental” foi realidade no passado brasileiro (LOPES, 2006), e, aparentemente, continua sendo real na atual sincronia do PB, especialmente nas formas **DE TU** e **DE VOCÊ**. Entretanto, não é coerente afirmar que há “mistura pronominal”, já que traços pessoa se referem exclusivamente ao **receptor** [-eu]. Na Língua Popular de SJC-SP, há **um modelo pronominal em uso**, aceitando combinações de natureza **especializada: você/sujeito** com **te/você; te/prá você; seu/sua~teu/tua**. Os contextos de retenção da sintaxe de objeto foram apontados pela

<sup>14</sup> **Tu** é manifestado como uso menos frequente em terras paulistanas, em situações cotidianas extra-familiares como conversas realizadas em ambientes de trabalho, por exemplo, denotando que o comportamento sociolinguístico desses populares em relação aos pronomes de segunda pessoa não difere muito dos comportamentos linguísticos de nossos antepassados conforme as discussões de Cintra (1986); Lopes (2006) e Rumeu (2008), ou seja, o uso do pronome **tu** continua tendo caráter íntimo.

frequência de uso em favor de ambientes sintáticos ocupados pelo clítico **te**. Desse modo, as construções com [te+V] são contextos ainda resistentes à penetração das formas **DE VOCÊ**, revelando, por conseguinte, um possível **processo de gramaticalização em curso**.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. S. de F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: Sociolinguística e Socio-história do português brasileiro**. 2014. 342f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Atualizada pelo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna e Nova Fronteira, 2009.

BIDERMANN, M. T. C. Formas de tratamento e estruturas sociais. **Alfa**, São Paulo, FFCL de Marília, n. 18/19, p. 339-381, 1972-1973.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness. Some Universal in Language Use**. Cambridge. Cambridge Press, 1987 [1978]. p. 1-18.

CALMON, E. N. **Ponte da Passagem: você e cê transitando na fala de Vitória (ES)**. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Estudos Analítico-descritivos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

CALVET, L. J. **Sociolingüística. Uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, R. G. **Da Linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

CAMARGO JR, A. R. **A realização do objeto direto em referência ao interlocutor**. 2007. 98f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CEZÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.

CINTRA, L. F. L. **Sobre formas de tratamento na Língua Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M. A variação no uso dos pronomes tu e você em Santa Catarina. In: LOPES, C.; REBOLLO, L. (Org.). **Formas de tratamento em Português e Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2011. p. 263-287.

COOK, M. A theory for the Interpretation of Forms of Address in the Portuguese Language. In: **Hispania**, v. 80, n. 3, p. 451-464, 1997.

ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, 2012, p. 87-100.

\_\_\_\_\_. e Mc-Connell-Ginet, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). **Linguagem, gênero e sexualidade**. São Paulo: Parábola, [1992] 2010. p. 93-107.

FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. **Revista Fragmenta**, Curitiba, n. 13, 1996, p. 51-82.

GIVÓN, T. **A compreensão da gramática**. Tradução de Maria Angélica Furtado, Mário Eduardo Martelotta e Filipi Albani. São Paulo: Cortez; Natal: Editora da UFRN, 2012.

- GUY, G. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: **Abralin**, 2001. Disponível em: <[http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais\\_con2int\\_conf02.pdf](http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2011.
- GOFFMANN, E. **Ritual de interação. Ensaio sobre o comportamento face a face**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012 [1967].
- HALLIDAY, M. & MATTHIESSEN; CHRISTIAN, M.I.M. Construing Experience Through Meaning. **A language-based Approach to Cognition**. London: Continuum, 1999.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- \_\_\_\_\_. Principles of linguistic change. v. III. **Cognitive and Cultural Factors**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.
- LOPES, C. R. dos S. **Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX**, 7 jul. 2006, p. 187-214.
- \_\_\_\_\_. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico**. 1999. 353f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- LOPES, C. R. dos S.; CAVALCANTE, S. R. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você – sujeito e retenção do clítico-te. In: **Revista Linguística**. v. 25, jun. 2011. p. 30-65. Disponível em: <[http://www.linguisticalfal.org/25\\_linguistica\\_030\\_065.pdf](http://www.linguisticalfal.org/25_linguistica_030_065.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2012.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma socio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.
- MEYERHOFF, M. Communities of Practice. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Ed). **Handbook of variation and change**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 526-548.
- MILROY, L. 2004. Social network. In.: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; CHILLING-ESTES, N. (Ed.). **Handbook of variation and change**. Oxford: Blackwell. p. 549-572.
- MODESTO, A. T. T. **Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância Tu/Você na cidade de Santos – SP**. 2006. 141f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MORENO FERNANDEZ, F. Sociolinguística Cognitiva. **Proposiciones, escólios y debates**. Iberoamericana/Vervuert, 2012.
- NARO, J.; SCHERRE, M. M. Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 20, p. 9-16, jan./jun., 1991.
- OLIVEIRA, T. L. de; SOUZA, C. D. 2013. A representação da 2ª pessoa nas posições de complemento: o papel da categoria social. **Revista Work. Pap. Linguist.**, v. 13, n. 2, p. 100-120. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420>>. Acesso em: 28 mar. 2013.
- RODRIGUES, Â. C. **A concordância verbal no Português Popular em São Paulo**. 1987. 259f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- RUMEU, M. C. de B. **A implementação do ‘você’ no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: um estudo de painel**. 2008. 275f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOARES, M. **Linguagem e escola. Uma perspectiva social.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SILVA, S. G. da et al. 2010. A fundação da Cidade de São José dos Campos. In: PAPALI, M. A. (Org.). **São José dos Campos: de aldeia a cidade.** v. III. São Paulo: Ingraf., 2010. p. 31-72.

SCHERRE, M. M. P. et al. **Usos dos pronomes você, você, você e tu no português brasileiro falado: sínteses e reflexões.** (no prelo).

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução de Marcos Bagno. Revisão de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006. [1967].

# A VARIAÇÃO LEXICAL DE CAMBALHOTA EM CAPITAIS DO NORDESTE: DADOS DO ALiB

Maria Silvana Militão de ALENCAR

## Introdução

A presente comunicação objetiva descrever e analisar as variantes lexicais de “cambalhota” em capitais do Nordeste do Brasil. Além do estudo do aspecto semântico-lexical, será feito o estudo da **variação diatópica** (regional ou geográfica), no sentido de examinar a relação existente entre a língua em uso e o grupo social que a utiliza, da **variação diageracional**, por revelar a seleção lexical dos informantes de acordo com a faixa etária a que pertencem e da **variação diastrática**, uma vez que, somente nas capitais, as diferenças de grau de escolaridade são levadas em consideração.

Partindo do pressuposto de que a língua utilizada por uma comunidade qualquer apresenta grande variabilidade social, espacial e um lento, mas contínuo processo de mudança, torna-se imprescindível investigar o papel fundamental do léxico no que diz respeito às diferenças regionais e socioculturais em nosso país.

Através do léxico podemos observar a diversidade de visões de mundo e, ao mesmo tempo, como este universo é constituído regionalmente. O usuário da língua utiliza o léxico para a formação do seu repertório linguístico, para a sua comunicação, caracterizando-se o seu vocabulário pela escolha e pelo emprego que faz do léxico. Logo, as mudanças que se operam no vocabulário estão relacionadas, de alguma forma, com as mudanças sociais.

Neste trabalho, será analisado o item lexical “cambalhota”, pertencente ao campo semântico **Jogos e Diversões Infantis** do Questionário Semântico Lexical (QSL) do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Tal escolha deve-se, principalmente, pela importância de que se revestem os brinquedos infantis na formação social e cultural das pessoas e por revelarem crenças e tradições locais.

Sabe-se que os brinquedos e as brincadeiras infantis têm uma enorme função social, pois além de desenvolver o lado intelectual da criança, criam oportunidades para ela elaborar e vivenciar situações emocionais do dia-a-dia.

## Pressupostos teóricos

A língua, nos termos de Câmara Jr. (1977, p. 7), “[...] é a questão da invariabilidade profunda em meio de variabilidades superficiais”. E, segundo Jakobson (1967, p. 185), “[...] é o princípio das invariantes nas variações”. Partindo dessas considerações, podemos penetrar no ramo da Linguística que se preocupa com o estudo das diferenças dialetais ou regionais de uma língua – a Dialectologia. As diferenças dialetais marcadas geograficamente são estudadas pela Dialectologia e pela Geografia Linguística, método da Dialectologia que se refere “[...] à representação de dialetos, em mapas, que constituem os Atlas linguísticos”. (RECTOR, 1975, p. 24).

Embora alguns pesquisadores ainda vejam a Dialectologia, unicamente, na pesquisa diatópica (horizontal), a grande maioria busca experimentar novos métodos, novos meios técnicos. Dessa forma, os estudos dialetais, sem deixar de lado o parâmetro diatópico (regional, espacial), abrem espaço para a inclusão de outros parâmetros, tais como: o diastrático (estudo das classes sociais), o diagenérico (estudo das ocorrências no sexo masculino e feminino) e o diageracional (que reproduz a convivência das gerações). As tendências atuais conduzem a evolução da dialectologia tradicional, essencialmente diatópica (Geolinguística), para uma dialectologia pluridimensional que incorpora a verticalidade.

Inúmeras são as contribuições dessa nova dimensão, nos estudos dialetais, especialmente, nos que se desenvolvem sob a metodologia Geolinguística. O Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), por exemplo, trabalha conjuntamente os três parâmetros: o diagenérico, o diageracional e o grau de escolaridade. Como vimos, a Dialectologia

e a Geolinguística vêm se transformando e ampliando o seu escopo *pari passu* com as transformações que ocorrem não só na linguagem, mas na sociedade como um todo.

No campo da Dialetoлогия e da Geolinguística, o Nordeste brasileiro merece destaque, pois, de nove Atlas publicados, sete são nordestinos: (Bahia, Paraíba, Sergipe, Sergipe II, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco). Dentre os Atlas em elaboração, dois são do Nordeste: Piauí e Maranhão.

Não resta dúvida que, no Brasil, houve um grande impulso nas pesquisas, principalmente, no âmbito da Universidade, com o surgimento de novos cursos de Pós-Graduação. Mas, dado o gigantesco acervo cultural de que o povo brasileiro é possuidor, temos que admitir que tais estudos, ainda, não satisfazem totalmente.

No Ceará, por exemplo, há uma quantidade bastante significativa de trabalhos que podem contribuir para estudo e descrição do falar cearense, necessitando alguns, apenas, de um tratamento especializado, e a grande maioria, de divulgação. Entre os dialetólogos, podemos citar Martinz de Aguiar como pioneiro, cujo trabalho, publicado em 1922, nos impressiona pelos resultados apresentados, sem contar com a tecnologia de que dispomos, atualmente; a seguir, vem Florival Seraine, com uma vasta publicação tanto no campo do folclore como no da linguagem; mencionamos, também, Leonardo Mota, Antônio Sales, Tomé Cabral, José Rebouças Macambira, Raimundo Girão, dentre outros.

### **O corpus da pesquisa: dados do AliB**

O *corpus* desta pesquisa constitui-se dos dados do AliB, através do Questionário Semântico Lexical – QSL, na área semântica **Jogos e Diversões Infantis**: a brincadeira **cambalhota**, coletados em 9 capitais do Nordeste (Salvador, Aracaju, Fortaleza, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal, Terezina e São Luís), contando, cada uma, com 8 informantes, num total de 72 inquéritos.

A escolha da área semântica supracitada justifica-se pelo fato de que, através do brinquedo, torna-se possível conhecer as tradições e costumes de um grupo social. As brincadeiras infantis tradicionais eram voltadas para a mentalidade da cultura popular, filiadas, portanto, ao folclore. Daí a importância desse estudo para maior conhecimento de um grupo social.

Do mesmo modo que a sociedade, o brinquedo, também, sofre transformações através do tempo e do espaço. Há aquele brinquedo tradicional que permanece na memória da comunidade, tipo, jogar pião, as brincadeiras de roda, ciranda, retratando uma época e/ou uma região. Há, também, o brinquedo do tipo moderno, construído com tecnologia atual, eletrônico no computador, e que atrai a meninada e até os adultos.

Segundo Kishimoto (1997, p. 36-40), são quatro as modalidades de brincadeira que podemos encontrar na educação infantil:

- Brinquedo educativo: é um instrumento usado nas situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil, considerando que a criança aprende de modo intuitivo com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais;

- Brincadeiras tradicionais infantis: voltadas para a mentalidade de cultura popular, filiada ao folclore;

- Brincadeiras de faz-de-conta ou simbólica: assumem representação de papéis ou sociodramática, deixando que a situação imaginária se torne em evidência; e

- Brincadeiras de construção: estimulam a criatividade, desenvolvendo habilidades na criança e enriquece a experiência sensorial.

Neste trabalho, nossa perspectiva volta-se para os jogos e diversões infantis tradicionais, relacionadas à cultura popular.

## Análise dos dados

O Questionário Semântico-Lexical (QSL) do ALiB é composto por 202 perguntas que recobrem 14 áreas semânticas, dentre elas a área em estudo: **Jogos e Diversões Infantis**, composta por 13 (treze) itens: 155. Cambalhota; 156. Bola de gude; 157. Estilingue/Bodoque; 158. Papagaio de papel/Pipa; 159. Pipa/Arraia; 160. Esconde-esconde; 161. Cabra-cega; 162. Pega-pegas; 163. Ferrolho/Salva/Picula/Pique; 164. Chicote-queimado/Lenço atrás; 165. Gangorra; 166. Balanço; 167. Amarelinha.

Foram levadas em consideração as formas lexicais oriundas da pergunta 155 do QSL, sobre **cambalhota**, e os fatos relacionados à variação diatópica (regional), à variação diageracional (faixa etária) e à variação diastrática (grau de escolaridade).

Para a análise dos dados, realizou-se pesquisa prévia em dois dicionários gerais da língua portuguesa, Houaiss (2002) e Ferreira (1999), em um dicionário específico, *Dicionário de Termos e Expressões Populares*, Cabral (1982) e no *Vocabulário Popular Cearense*, Girão (2000). Dessa forma, procurou-se analisar as variantes documentadas do ponto de vista semântico-lexical, a questão da dicionarização das designações e a presença e/ou ausência de formas conservadoras e inovadoras no recorte lexical analisado. No caso de o informante não saber a resposta, preenche-se o quadro com NR (Não Respondeu). Alguns exemplos de trechos de inquiridos linguísticos são incluídos quando necessário.

## Capitais do nordeste pesquisadas

Ao serem inquiridos sobre: “Como se chama a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado?”, documentou-se a seguinte distribuição diatópica das lexias que recobrem este conceito.

**Quadro 1** – Variantes diatópicas (Fortaleza – 041)

Variantes	041/1	041/2	041/3	041/4	041/5	041/6	041/7	041/8
Cambalhota	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>
Cambota		2 <sup>a</sup>						
Virar ponta cabeça		3 <sup>a</sup>						
Bunda canasca			1 <sup>a</sup>					
Bunda cabasca				1 <sup>a</sup>				
Cambapé				3 <sup>a</sup>				
Bunda canata							2 <sup>a</sup>	
Plantar bananeira								2 <sup>a</sup>

**Fonte:** Elaboração própria

A resposta mais comum para essa brincadeira, na capital cearense, é **cambalhota**, que aparece em 7 informantes, sendo em 6 como primeira resposta, e em 1, como segunda. Em seguida, vem **bunda canasca**, em 3 informantes, 2 vezes como primeira resposta e 1, como segunda opção, apresentando como variações fônicas: **bunda canata** e **bunda cabasca**. Como o aspecto fonético não se constitui objeto deste estudo, as variações fônicas são descartadas. As demais formas que não apresentam variações fônicas aparecem como outras denominações. É o caso, por exemplo, de “virar ponta cabeça” e “plantar bananeira”, uma ocorrência de cada.

**Quadro 2** – Variantes diatópicas (João Pessoa – 061)

<b>Variantes</b>	<b>061/1</b>	<b>061/2</b>	<b>061/3</b>	<b>061/4</b>	<b>061/5</b>	<b>061/6</b>	<b>061/7</b>	<b>061/8</b>
Cambalhota		1 <sup>a</sup>	NR		1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		
Bunda canasca	1 <sup>a</sup>							
Canastra					2 <sup>a</sup>			
Bunda canástica							1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>
Plantar bananeira				1 <sup>a</sup>				
Busca-pé				2 <sup>a</sup>				

**Fonte:** Elaboração própria

O informante 061/03 não respondeu (NR). A presença/ausência do verbo em algumas das ocorrências, como em “faz estrela”, “virar ponta cabeça”, “plantar bananeira”, para explicar a brincadeira foi considerada passível de interpretação sem a presença do verbo, uma vez que se trata do ato de realizar o movimento, podendo ser alvo de estudo específico.

**Quadro 3** – Variantes diatópicas (Maceió – 077)

<b>Variantes</b>	<b>0/1</b>	<b>0/2</b>	<b>0/3</b>	<b>0/4</b>	<b>0/5</b>	<b>0/6</b>	<b>0/7</b>	<b>0/8</b>
Deu uma cambalhota		1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>	NR		1 <sup>a</sup>
Combona	1 <sup>a</sup>						1 <sup>a</sup>	
Bunda canasca				1 <sup>a</sup>				

**Fonte:** Elaboração própria

A informante 077/04 acrescentou uma informação diatópica ao responder: “**Aqui** é bunda canasca”, quer dizer que pode ocorrer outra opção em outra localidade.

**Quadro 4 – Variantes diatópicas (Aracaju – 079)**

Variantes	079/1	079/2	079/3	079/4	079/5	079/6	079/7	079/8
Cambalhota					1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>
Cambaiota	1 <sup>a</sup>							
Maiscambona	2 <sup>a</sup>							
Maria escamboma		1 <sup>a</sup>						
Maria escambona			1 <sup>a</sup>					
Maria escombona				2 <sup>a</sup>				2 <sup>a</sup>
Maria iscombona				1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>			
Maria-escombunda						2 <sup>a</sup>		
Maria iscobona							1 <sup>a</sup>	

**Fonte:** Elaboração própria

O informante de número 079/07 fornece uma informação diatópica ao dizer: “**aqui** a gente chama de Maria iscobona”, e a informante de número 079/08 acrescenta uma informação diacrônica, “**quando eu era pequena**, tinha outro nome. Parece que era Maria escombona”. Quer dizer, antigamente, no passado, pois a informante é da faixa etária 2 (45 a 60 anos).

**Quadro 5 – Variantes diatópicas (São Luís – 026)**

Variantes	026/1	026/2	026/3	026/4	026/5	026/6	026/7	026/8
Carambela	1 <sup>a</sup>			1 <sup>a</sup>				
Carambela		1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>
Cambalhota			2 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>	
Mortal					2 <sup>a</sup>			
Pirueta					3 <sup>a</sup>			

**Fonte:** Elaboração própria

Em São Luís, a maior frequência é para **carambela**, apresentando como a variante carambola. O informante de número 026/07 dá uma informação diatópica, local, quando se refere ao termo “carambela”: “**Aqui em São Luís**, se usava muito, há muito tempo, **carambela**. Ele tá **dando carambela**. Também, é um termo em extinção, não se usa mais”. Acrescenta, também, uma informação diacrônica, quando se refere ao uso “há muito tempo” e que está em extinção. A informante 026/4 dá, como primeira resposta, **carambela**, mas quando o inquiridor pergunta, como? Ela responde **carambela**, como segunda opção. O informante 026/5 dá como primeira resposta **cambalhota**. Quando o inquiridor pergunta: Tem outro nome? Ele diz: **mortal**, e, em seguida, **pirueta**.

**Quadro 6 – Variantes diatópicas (Natal – 053)**

Variantes	053/1	053/2	053/3	053/4	053/5	053/6	053/7	053/8
Cambalhota		NR		NR	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>
Bundacanasca	1 <sup>a</sup>					1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>
Bundacanástica			1 <sup>a</sup>					
Bunda-canasta					2 <sup>a</sup>			

**Fonte:** Elaboração própria

**Quadro 7 – Variantes diatópicas (Recife – 070)**

Variantes	070/1	070/2	070/3	070/4	070/5	070/6	070/7	070/8
Bunda carasca	1 <sup>a</sup>							
Bunda canasca	2 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>			1 <sup>a</sup>	
Cambalhota		1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		
Estrelinha						2 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	
Bunda canasta						3 <sup>a</sup>		
Bunda ginástica								1 <sup>a</sup>
Bunda canástica								2 <sup>a</sup>

**Fonte:** Elaboração própria

O Informante 070/3 dá uma informação diatópica, local: “**Aqui** chamava-se **bunda canasca, cambalhota...** virá cambalhota [...] cambalhota. E **hoje** os palhaço usa muito em circo... dá uma cambalhota”. Ao mesmo tempo, fornece uma informação diacrônica, quando se refere ao uso no tempo (passado e presente). A Informante 070/8 responde “é **bunda... ginástica** que saía **bunda canástica**, mas é bunda ginástica, a gente dizia errado”. A informante 070/06 dá como primeira resposta, **cambalhota**, como segunda, **estrelinha** e estabelece a diferença entre estrelinha e cambalhota. No final, acrescenta a terceira opção: **bunda canasta**, conforme exemplo retirado do inquérito (070/06).

INF. – Cambalhota.

INQ. – E chama por outro nome?

INF. – A gente chama d’istrelinha também.

INQ. – Como?

INF. – Istrelinha.

INQ. – Estrelinha? É a mesma coisa?

INF. – É... aliás tem uma diferença, Né?

INQ. – Sim, qual é a diferença?

INF. – Tem... é diferente: **istrelinha que a gente vira de lado e cambalhota é que a gente vira de frente.**

INQ. – Ah, cambalhota vira de frente...

INF. – Bunda canasta ... ô cambalhota, ô bunda canasta.

**Quadro 8 – Variantes diatópicas (Teresina – 034)**

Variantes	034/1	034/2	034/3	034/4	034/5	034/6	034/7	034/8
Bunda-cadasca	1 <sup>a</sup>							
Carambola		1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>					1 <sup>a</sup>
Carambela		2 <sup>a</sup>						
Virar de carangola			2 <sup>a</sup>					
Pulutrica				1 <sup>a</sup>				
Bunda canastra				2 <sup>a</sup>				
Cambalhota					1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		
Bunda canaça							1 <sup>a</sup>	

**Fonte:** Elaboração própria

A informante de número 034/2, responde, primeiramente, **carambola**, mas admite as duas formas: INF. – Carambola. Tem carambela e tem carambola. Como primeira resposta, o informante 034/3 diz:

INF. - É carambola

INQ.- Conhece por outro nome?

INF.- É carangola ou virá de carangola.

**Quadro 9 – Variantes diatópicas (Salvador – 093)**

Variantes	093/1	093/2	093/3	093/4	093/5	093/6	093/7	093/8
Cambalhota	1 <sup>a</sup>			1 <sup>a</sup>				
Dar cambalhota					2 <sup>a</sup>			
Dar pirueta					3 <sup>a</sup>			
Cabriola		1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>					

**Fonte:** Elaboração própria

Em Salvador, a maior frequência é para cambalhota, que pode ser acompanhada pelo verbo dar. Em seguida vem cabriola e dar pirueta. Novamente a presença do verbo para indicar o movimento da brincadeira.

Analisando as respostas obtidas nas capitais da região Nordeste do Brasil, para designar a brincadeira, aqui, focalizada, observou-se uma grande variação de formas para a pergunta 155 do QSL, as quais serão organizadas levando-se em consideração somente a variação lexical. Foram identificadas 37 formas variáveis, que serão aglutinadas na forma dicionarizada e de maior frequência. De forma resumida, apresentam-se, no quadro abaixo, 15 variantes:

**Quadro 10** – Variação lexical de cambalhota e suas variantes

Bundacanasca / Bunda-canastra	Bunda cabasca Bunda carasca Bunda cadasca Bunda canata Bunda canasta Bunda canaça Bunda canástica Bunda ginástica
Busca-pé	
Cabriola	
Cambalhota	Cambaiota Dar cambalhota
Cambapé	
Cambota	
Carambela	Carambola, carambelo Virar de carangola
Estrela	Estrelinha
Combona Cambona	Maria escombona Maria escamboma Maria escambona Maiscambona Maria iscombona Maria escombunda Maria iscobona
Mortal	
Pirueta	Dar pirueta
Plantar bananeira	Plantar bananeira
Pultrica	
Virar ponta cabeça	

**Fonte:** Elaboração própria

Em Houaiss (2002), **cambalhota** está dicionarizada como “o movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão”. O referido autor registra as variantes: **bagajo, cabriola e cambota**. Com equivalência de sentido, **Cabriola - salto ágil ou acrobático em que o corpo se dobra ou vira no ar**.

Com sentido diferente, **Cambota** - adj.– **de pernas tortas, coxo.**

Em Girão (2000, p. 123), **Cambota** é variante dicionarizada com o mesmo sentido “cambalhota ou salto que a pessoa dá virando o corpo sobre a cabeça”. Como adjetivo, o sentido, também, é diferente “**pernas cambotas**” = **pernas tortas**. Em Ferreira (1999), **cambota**, equivale à **cambalhota**, da mesma forma que **cambona** é **reviravolta, cambalhota; pirueta** é **cabriola** e **cabriola** é **salto de cabra, cambalhota**. Em Houaiss, **pirueta** – salto, cabriola.

O termo **bundacanasca** (bunda canastra ou bumba-canastra) está dicionarizado em Girão (2000, p. 108), como a “brincadeira que consiste em apoiar a cabeça na areia e virar o corpo, em seguida”. Em Cabral (1982, p. 142), **Bunda canastra** s.f. – V. **Bumba-canasta** – Cambalhota com as pernas para o ar. **Bundacanastra** ou **bundacanasca** – Apoiar a cabeça no chão e virar o corpo em seguida pelas costas. (CABRAL, 1982, p. 141). **Virar Bumba-canasta**. (CABRAL, 1982, p. 756). Em Houaiss (1999), **Virar ponta-cabeça** – cabeça no chão e pés para cima.

Formas como: **cambapé/cangapé, busca-pé, mortal** e **estrela** estão dicionarizadas, mas com sentido diferente. **Busca-pé** em Houaiss (1999) – peça de fogo de artifício constante de um canudinho cheio de pólvora lenta e vedado de um dos lados o qual, aceso, serpeia pelo chão, preso a uma delgada flecha de bambu ou madeira fina, como que atrás dos pés das pessoas, e que freq. contém um explosivo leve.

**Cangapé** – Pontapé aplicado dentro d’água, pernada. (GIRÃO, 2000, p. 125). Em Cabral (1982, p. 171 e 177), **Cambapé** – V. Cangapé – (CABRAL, 1982, p. 171 e 177), Espécie de jogo de capoeira, praticado dentro d’água. Em Portugal é mais usado o termo “**cambapé**”. Em Ferreira (1999), **cambapé** – s. m. Ardil que consiste em o lutador meter o pé ou a perna entre as do adversário para o fazer cair. **Cangapé** – Houaiss (1999), Regionalismo: Maranhão a Alagoas.pontapé aplicado dentro da água, em uma espécie de jogo de capoeira. **Cambapé** – **rasteira**.

Todas as opções apresentam sentido diferente de cambalhota. **Carambola** não está dicionarizada e apresenta como variante fônica **Carambola** que está dicionarizada em Ferreira (1999) com dois sentidos diferentes: 1 – Bola vermelha do bilhar; 2 – Fruto do caramboleiro.

A lexia composta **Maria escambona** (SN) não está dicionarizada, bem como suas variantes fônicas. Considerou-se como forma equivalente a cambalhota, a variante **cambona** ou **cambota**, sem o uso do morfema es-, para compor o grupo. Houaiss (1999) registra, **cambona** como “uma mudança súbita no curso da embarcação”.

**Quadro 11** – Variantes de cambalhota por faixa etária e grau de escolaridade

Variantes	Faixa Etária		Escolaridade	
	1ª	2ª	1ª	2ª
Cambalhota	X	X	X	X
Bunda canasca	X	X	X	X
Carambela	X	X	X	X
Bunda canastra	X	X	X	X
Piruetta	X			X
Plantar bananeira		X	X	X
Buscapé		X	X	
Cabriola	X	X	X	
Combona	X	X	X	X
Estrela		X		X
Mortal	X			X
Cambapé		X	X	
Cambota	X		X	
Pulutrica		X	X	
Virar ponta cabeça	X		X	

**Fonte:** Elaboração própria

Do ponto de vista diageracional, a variante **bunda canasca** é sinalizada no discurso dos informantes como uma variante típica de informantes da segunda faixa etária, enquanto **cambalhota** é apontada como a maneira mais atual de falar, e utilizada, indiferentemente, em todas as faixas etárias.

Observando o quadro, acima, não há uma discrepância, tão marcada, na utilização das variantes relacionadas à cambalhota nos níveis de escolaridade. Das 15 formas utilizadas pelos informantes de baixa escolaridade, os graduados não utilizaram 6. A maior variação ocorre entre os menos escolarizados.

### Considerações finais

A análise de dados dos inquéritos das capitais nordestinas brasileiras no Atlas Linguístico do Brasil – AliB – acerca da questão 155 do QSL, nos possibilitou a realização do levantamento e a documentação da diversidade do português falado no Brasil, segundo os princípios da Dialetoologia pluridimensional.

À guisa de conclusão, o trabalho procurou mostrar como as lexias trazem na fala dos informantes, as marcas do contexto em que estão inseridos:

- A lexia **cambalhota** foi usada em todas capitais do nordeste brasileiro;
- Com relação à faixa etária, das 15 formas encontradas, 10 fazem parte do discurso dos mais jovens. Do discurso dos mais idosos, apenas plantar bananeira, buscapé, estrela, cambapé e pulutrica não foram utilizadas na primeira faixa etária.

- Quanto ao grau de escolaridade, das 15 formas encontradas, os informantes de baixa escolaridade utilizaram 12, enquanto os graduados utilizaram 9 e, destas, apenas 3 (pirueta, estrela e mortal) não foram utilizadas pelos informantes de baixa escolaridade. Há, portanto, um equilíbrio entre os níveis de escolaridade com relação à variação das lexias relacionadas à cambalhota.

No dizer de Isquerdo (2001, p. 91), “O estudo do léxico de uma região mostra dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo do grupo estudado”.

## **REFERÊNCIAS**

CABRAL, T. **Novo dicionário de termos e expressões populares**. Fortaleza: UFC, 1982.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas linguístico do Brasil: questionário 2001**. Londrina: UEL, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIRÃO, R. **Vocabulário popular cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. das G. (Org.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. v. I. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RECTOR, M. **A linguagem da juventude**. Petrópolis: Vozes, 1975.



# DE ZURÁRIO A MUNHECA DE SAMAMBAIA: A VARIAÇÃO LEXICAL, NO ALIMA, PARA O CONCEITO DE AVARENTO

Ilana Catharine dos Santos SEREJO  
Conceição de Maria de Araujo RAMOS

## Introdução

O presente estudo busca apresentar a variação lexical para o conceito de avarento, segundo os dados coletados pelo Projeto Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA. A importância desta pesquisa se deve à contribuição que pretende oferecer aos estudos descritivos do Português falado no Maranhão. Analisar as lexias acerca do conceito de avarento nos permite compreender mais claramente aspectos culturais representativos de uma comunidade, expressos em seu falar, por meio das escolhas lexicais realizadas.

Sabemos que a língua, como instrumento vivo que é, não se limita apenas ao universo de nosso repertório linguístico. Dessa forma, a ampla variedade linguística resultante da diversidade intrínseca ao homem e, mais especificamente, da natural diversidade de um país como o Brasil, merece um estudo que possa analisar mais detidamente “o quê” e o “como” se fala em nosso Estado.

O trabalho está fundamentado nas perspectivas de estudo do léxico e da Geolinguística como instrumental teórico que nos permite interpretar os dados de nossa pesquisa. Apresentaremos as perspectivas geolinguísticas e dialetológicas que norteiam os trabalhos com os atlas linguísticos, bem como aspectos relacionados ao Projeto ALiMA, a metodologia utilizada para a coleta de dados e, por fim, a análise de nossos dados.

## Léxico, dialetologia e geolinguística: alguns aspectos

Nosso trabalho, um estudo do âmbito do léxico, consiste em investigar as designações atribuídas à **pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro**, com base nos dados do ALiMA.

O léxico, em uma definição básica, é o conjunto de palavras de uma língua. Segundo Oliveira e Isquierdo (2001, p. 9), o léxico é o “saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua”.

Ao reconhecer que a diversidade sócio-cultural influencia a língua, admitimos que um indivíduo, na comunicação, irá lançar mão dos mais diversos meios para se fazer entender. Esse processo de comunicação perpassa pelas escolhas lexicais feitas, ou seja, segundo o universo em que está inserido e as palavras que conhece, o indivíduo construirá seu repertório linguístico, sendo a variação um aspecto inegável desse processo comunicativo.

Falar em variação linguística resultante de fatores sociais é simplesmente reconhecer que a própria diversidade intrínseca ao homem define os múltiplos usos da língua no meio social. A multiplicidade de usos linguísticos que o maranhense faz é apenas a reprodução de um fenômeno típico de um país diverso e influenciado pelos mais variados fatores externos.

Ao focarmos a perspectiva social da língua, fica evidente que o léxico é o nível linguístico que melhor expressa a cultura e as relações histórico-sociais da língua.

Assim, buscamos mostrar aqui um pouco de “o quê” se tem falado no estado do Maranhão, comprovando que os estudos geolinguísticos são extremamente importantes no direcionamento de nossa pesquisa.

Segundo Cardoso (2006, p. 97), a Dialetologia pode ser concebida como “[...] o estudo da variação linguística numa perspectiva prioritariamente diatópica, com enfoques de natureza sociolinguística na seleção e constituição de dados, na formatação de análises e na apresentação de resultados [...]”.

A Geolinguística, método da Dialetologia, se reafirma e se projeta, inicialmente, a partir dos atlas linguísticos nacionais e, posteriormente, por meio dos atlas regionais. Como método de estudo de distribuição da língua

no espaço, o campo de análise da Geolinguística se expandiu, buscando recobrir aspectos diagenéricos, diafásicos, diastráticos e diageracionais, podendo, inclusive, falar-se de Geo-sociolinguística, isto é, da distribuição da língua no espaço, considerando variáveis referentes a fatores sociais.

Nossos dados são fornecidos pelo Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA –, um projeto que tem como objetivo “descrever a realidade do português falado no Maranhão, para identificar fenômenos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, semânticos e prosódicos que caracterizam diferenciações ou definem a unidade linguística no Estado.” (RAMOS, p. 8).

## **Metodologia**

O *corpus* da pesquisa é constituído pelas respostas dadas pelos informantes do ALiMA, à questão 135, referente ao conceito **pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro**, do campo semântico **convívio e comportamento social**, do questionário semântico-lexical (QSL). Os informantes são oriundos de cinco municípios que integram a rede de pontos do Projeto. Abaixo se encontram registrados os municípios com os quais trabalhamos, bem como as mesorregiões onde se inserem.

CENTRO	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
Bacabal	São Luís	Carolina	Brejo	Imperatriz

Utilizamos os dados que já haviam sido transcritos das gravações em áudio realizadas nos municípios de Imperatriz, Carolina, Brejo e Bacabal; para os dados da capital (São Luís), e procedemos à audição do trecho do inquérito referente à pergunta em questão, por este ainda não se encontrar transcrito.

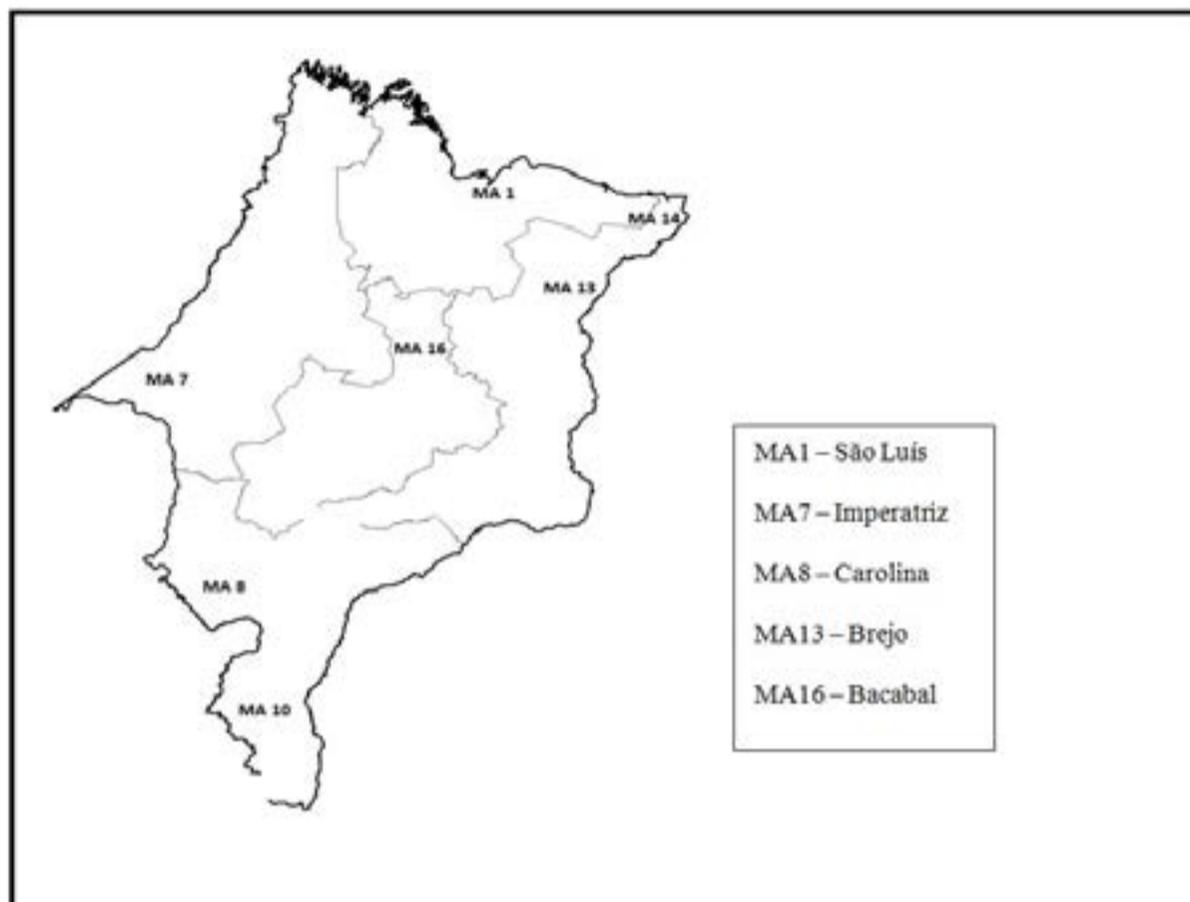
### **- Informantes**

Na capital São Luís, temos 8 informantes – quatro com ensino fundamental e quatro com ensino médio. Nas demais cidades são apenas quatro informantes por localidade, totalizando um número de 28 informantes. O perfil dos informantes segue a mesma orientação adotada pelo ALiB: duas faixas etárias; faixa etária I, entre 18 e 35 anos, e faixa etária II, entre 50 e 65 anos de idade, de ambos os sexos.

### **- Localidades**

A escolha das localidades para a pesquisa buscou recobrir um município de cada uma das cinco mesorregiões, possibilitando que sejam identificados traços de aproximação e distanciamento entre as variações encontradas.

**Figura 1** – Mapa do estado do Maranhão dividido em mesorregiões



**Fonte:** Elaboração própria

### **Análise dos resultados**

O nosso levantamento de dados nos conduziu à elaboração de um quadro demonstrativo das lexias encontradas nos municípios pesquisados, bem como do número de ocorrências dessas lexias em cada localidade.

Para melhor visualização dos nossos dados, procedemos à organização das lexias encontradas em um quadro demonstrativo.

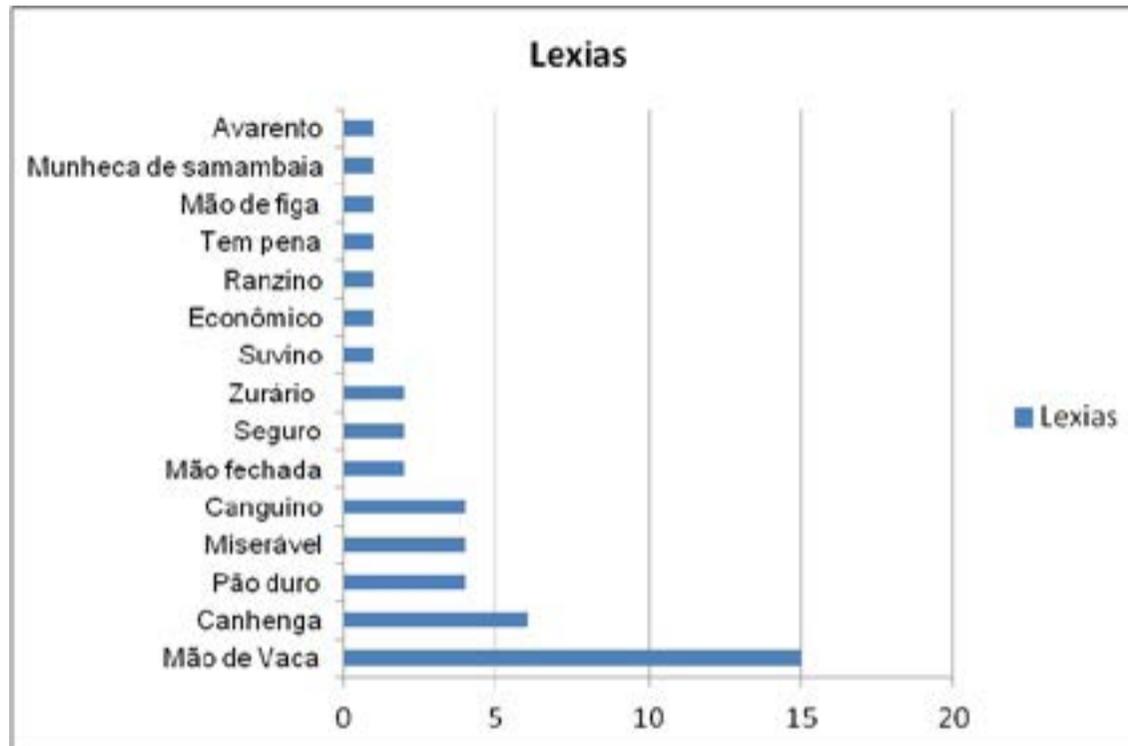
**Quadro 1** – Variações lexicais para avarento

VARIANTES	LOCALIDADES				
	Norte	Oeste	Centro	Leste	Sul
	São Luís	Imperatriz	Bacabal	Brejo	Carolina
Mão de Vaca	4	4	3	2	2
Canhenga	6			1	
Pão Duro	2		1	1	
Miserável/ Miserávi		1	2	1	
Mão fechada	1	1			
Seguro		1			1
Suvino					1
Zurário	1			1	
Econômico			1		
Ranzino					1
Tem pena		1			
Mão de figa	1				
Canguim/ Canguino/ Canguinho/ Canguinha		1			3
Munheca de Samambaia	1				
Avarento	1				

**Fonte:** Elaboração própria

O levantamento dos dados apontou a existência de 15 lexias diferentes ao todo. A lexia mais comum é **mão de vaca** com 15 ocorrências registradas em todos os municípios. A segunda lexia mais registrada foi **canhenga** com 7 ocorrências, sendo 6 delas na capital. Em seguida, temos as lexias **pão duro**, **miserável** e **canguino** com 4 ocorrências. Com 2 ocorrências, temos **mão fechada**, **seguro** e **zurário**. Algumas lexias apresentaram apenas uma ocorrência, são elas: **suvino**, **econômico**, **ranzino**, **tem pena**, **mão de figa**, **munheca de samambaia** e **avarento**.

Gráfico 1 – Demonstrativo do número de ocorrências



Fonte: Elaboração própria

### Dicionarização dos dados

Quanto à dicionarização das lexias encontradas, utilizamos como base de pesquisa os dicionários Caldas Aulete e Houaiss, pela conhecida representatividade destes materiais. Buscamos registros de dicionarização das variantes encontradas para que saibamos qual tem sido o alcance dessas lexias de maneira mais formal no dicionário que, juntamente com a gramática, é um instrumento de normatização e de registro linguístico.

Vale ressaltar que, nesse ponto, queremos não apenas assinalar ou não a dicionarização de uma lexia, mas também expressar observações realizadas durante a audição dos dados, e quaisquer outros aspectos que facilitem a compreensão de nossa pesquisa, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2 – A dicionarização das lexias encontradas no dicionário Caldas Aulete

Variante	Caldas Aulete	Observação
Mão de vaca		-
Canhenga		-
Pão duro		-
Miserável		A acepção do termo não traz referência específica à questão da avareza, apenas nos diz que miserável se trata de alguém <i> muito pobre</i> .
Seguro		A relação de sentido existente entre alguém que guarda, economiza seu dinheiro está expressa na acepção de <i>seguro</i> é como alguém “cauteloso, prudente”.
Suvino		No dicionário está registrada a variante padrão <i>sovina</i> .
Zurário		Neste caso, temos uma supressão do segmento vogal inicial de <i>usurário</i> . A acepção inicial do termo está relacionada a alguém que empresta dinheiro a altos juros. Na terceira acepção encontramos o termo como significado de uma pessoa avarenta. <i>3. Pop. Que é apegado a bens materiais, a dinheiro, de maneira exagerada; AVARO; SOVINA</i>
Econômico		
Ranzino	Termo não encontrado	
Tem pena	Termo não encontrado	
Mão de figa	Termo não encontrado	
Canguinho		adj. e s. m.    (Bras.) canguinhas, forreta, sovina, avaro. F. <i>Canguinha</i> .
Munheca de Samambaia		<i>s. m. e f.    (Bras., Minas Gerais) avaro, pão-duro</i> Um aspecto interessante é o fato de que este termo é típico de Minas Gerais, mas foi realizado por um informante de São Luís. Quando questionado sobre o termo, o informante não mencionou sua origem, apenas afirmou que era um termo usado no futebol.
Avarento		
Mão fechada	Termo não encontrado	

Fonte: Elaboração própria

No dicionário Caldas Aulete estão registradas 11 lexias das 15 que foram levantadas, são elas: **mão de vaca, canhenga, pão duro, miserável, seguro, suvino, zurário, econômico, munheca de samambaia, canguinho e avarento**. Os termos **mão fechada, ranzino, tem pena, e mão de figa** não foram encontrados no dicionário Caldas Aulete.

**Quadro 3** – Dicionarização das lexias encontradas no dicionário Houaiss

Variante	Houaiss	Observação
Mão de vaca		
Canhenga		A forma encontrada foi <i>canhengue</i> .
Pão duro		
Miserável		
Seguro		
Suvino		
Zurário		
Econômico		
Ranzino	Termo não encontrado	
Tem pena	Termo não encontrado	
Mão de figa	Termo não encontrado	
Canguinho		
Munheca de Samambaia		
Avarento		
Mão fechada		

**Fonte:** Elaboração própria

No Houaiss, temos uma variante a mais dicionarizada: **mão fechada**, totalizando um número de 12 lexias. **Ranzino, Tem pena e Mão de figa**, assim como no dicionário Caldas Aulete, não foram registrados no Houaiss.

Os significados registrados neste dicionário são similares aos registrados no Caldas Aulete. Por essa razão, não temos uma abundância de observações como no primeiro quadro.

### Conclusão

A compreensão da vida, crenças e hábitos de uma comunidade perpassa pela capacidade de analisar esses aspectos por meio da língua falada pelos seus habitantes. Assim, podemos afirmar que o léxico é um “espelho linguístico” que reflete as crenças e os hábitos de um povo por meio das palavras e expressões por ele utilizadas.

Ao fim de nosso trabalho, compreendemos que o progressivo reconhecimento das variações linguísticas no Estado contribui não apenas para a descrição do Português falado no Maranhão, mas também para a própria constituição de um ensino que supere estigmas e preconceitos linguísticos e que seja mais consciente das múltiplas culturas que influenciam a língua.

## REFERÊNCIAS

AULETE, F. C.; VALENTE, A. L. S. **Novíssimo Caldas Aulete**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

ARAGÃO, M. do S. S. de. (Org.). **Estudos em Lexicologia lexicografia, terminologia e terminografia**. Fortaleza: UFC/mídia, 2009.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. 2. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

RAMOS, C. de M. de A. (Coord.). **Projeto Atlas Linguístico do Maranhão**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão (Departamento de Letras). 89 p. Projeto em andamento.

# LÉXICO E VARIAÇÃO DIATÓPICA: AS DENOMINAÇÕES PARA “CORNO” NO ATLAS LINGUÍSTICO DO MARANHÃO – ALiMA

Theciana Silva SILVEIRA  
Conceição de Maria de Araujo RAMOS

## Introdução

O fenômeno da variação está sempre presente nas línguas naturais e é necessário pesquisar, investigar e analisar a língua em seu uso real, pois é nesse uso que, por excelência, percebemos o fenômeno da variação. Tal fenômeno, característica intrínseca das línguas naturais, é universal e dá razão à existência de formas denominadas **variantes linguísticas** que, segundo Tarallo (1986, p. 8), “[...] são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade [...]”.

O emprego das variantes, como tem evidenciado a Sociolinguística, não é algo aleatório, mas influenciado por um grupo de fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o uso de variantes no ato da fala, cabendo, portanto, à Linguística e às disciplinas que com ela fazem interface – em especial a Sociolinguística – investigar e explicar a heterogeneidade linguística presente nas mais diversas comunidades de fala.

Nesse sentido, a constante transformação sofrida pela língua, em qualquer de seus níveis de análise – fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático, discursivo, pragmático – não deve ser desconsiderada e, em se tratando do nível semântico-lexical, foco do nosso estudo, é fundamental não perder de vista que o léxico, como forma de representação de mundo de uma dada comunidade, é o nível da língua “[...] que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade”. (OLIVEIRA, ISQUERDO, 2001, p. 11).

Como campo aberto às transformações e inovações, e reflexo da cultura de um grupo social, o léxico oferece excelentes subsídios para o exame da variação linguística, um dos objetivos do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA, no qual se insere esta pesquisa sobre a variação linguística concernente à designação para **homem traído pela mulher**.

Buscamos, pois, com esta pesquisa, ampliar o mapeamento da ocorrência desse fenômeno linguístico, contribuindo para uma melhor descrição da realidade linguística do Brasil, especialmente do nosso Estado, sob o viés da Geo-sociolinguística.

## O léxico

A língua é um elemento que serve como meio de comunicação e interação social capaz de transmitir valores e pensamentos, além de unir e diferenciar nações. Para Monteiro (2000, p.16), “[...] a língua não é simplesmente um veículo para transmitir informações, mas é também um meio para estabelecer e manter relacionamentos com os outros”.

Parte componente do sistema da língua, o léxico possui o poder de transmitir o patrimônio cultural de um povo. Acerca desse assunto, Hintze (2010, p.49) afirma:

[...] o léxico pode ser considerado como um conjunto de conhecimentos armazenados na memória social de longo prazo. Associa-se a esse entendimento uma concepção de memória social, construída a partir do funcionamento da língua como instrumento de comunicação entre os membros de variadas formações sociais, culturais e ideológicas que utilizam esse mesmo sistema de forma heterogênea.

Nesse sentido, o léxico está diretamente relacionado com a língua e a cultura de um povo, transmitindo pensamentos e ideologias de uma comunidade de fala, revelando as particularidades de cada grupo social. Desse modo,

oferece pistas sobre essas particularidades, tais como a história do grupo social, o extrato social, a faixa etária, a escolaridade, o sexo dos seus integrantes.

Nessa perspectiva, “é importante ressaltar que, no uso comum da língua, o signo verbal possui um caráter polissêmico, uma vez que uma lexia<sup>1</sup>, dependendo do contexto, pode adquirir diferentes significados” (DIAS, 2006, p. 109). Além disso, há também a possibilidade de criação/ inovação de palavras, o que resulta na expansão do léxico, expansão esta bastante evidente em nossos dados, dada a diversidade de variantes encontradas para designar um homem que foi traído pela mulher.

## Metodologia

O presente artigo investiga a variação lexical das denominações atribuídas ao homem traído. Para a concretização deste estudo fez-se necessário dividi-lo em três etapas, que compreendem pesquisa bibliográfica, coleta e análise dos dados.

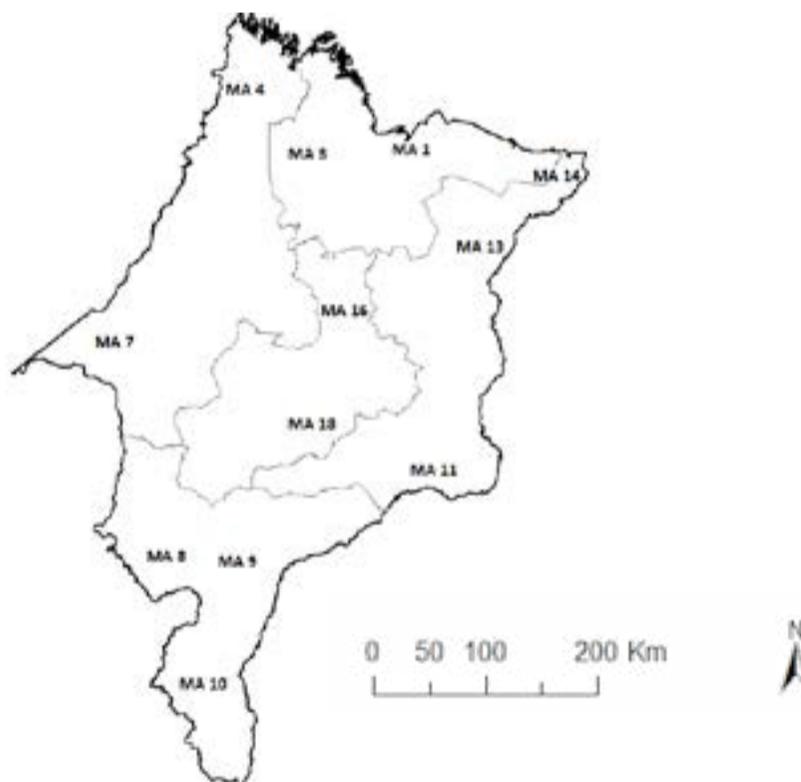
## Corpus

A pesquisa abarca as cinco mesorregiões do Estado: Norte – São Luís e Pinheiro; Sul – Balsas<sup>2</sup>, Carolina e Alto Parnaíba; Centro – Bacabal e Tuntum; Leste – Brejo, São João dos Patos e Araioses, e Oeste – Imperatriz e Turiaçu.

A amostra da pesquisa foi extraída do *corpus* coletado pelo Projeto ALiMA e encontra-se distribuída espacialmente em uma carta linguística (cf. Apêndice 1).

O mapa a seguir apresenta a distribuição dos 12 municípios de acordo com as mesorregiões do Estado.

**Figura 1** – Mapa do Estado do Maranhão dividido em mesorregiões



**Fonte:** Elaboração própria

1 “*sf*: [...] 2. Unidade lexical que encerra um significado [pode ser simples, composta ou complexa.] [...]”. (AULETE, 2011, p. 853).

2 Para a realização da pesquisa nos municípios maranhenses que integram a rede de pontos linguísticos do ALiMA, o Projeto obteve financiamento do CNPq, modalidade Auxílio à Pesquisa (APQ), processo nº 402408/2006-3, para os municípios de Imperatriz, Alto Parnaíba, Carolina e Balsas, e processo nº 401119/2009-2, para Tuntum, São João dos Patos e Turiaçu.

## Instrumentos de pesquisa

Como instrumentos de pesquisa, utilizamos:

- Ficha do Informante (cf. Anexo 1), que compreende dados de identificação do informante (nome, idade, profissão, naturalidade, escolaridade), informações sobre hábitos dos informantes como, contato com os meios de comunicação, participação em diversões, religiosidade, dados sobre a entrevista (ambiente, duração, data do inquérito, caracterização psicológica do informante).
- Ficha da Localidade (cf. Anexo 2), que compreende dados de identificação, sobre os municípios maranhenses que compõem os pontos linguísticos do Projeto ALiMA, como (nome, gentílico), dados sócio-econômico-demográficos (localização, sublocalidades, número de habitantes, economia, infraestrutura), informações sócio-histórico-culturais (histórico sucinto da localidade, principais eventos, cultura e lazer).
- Questionário Semântico-lexical (QSL), que é composto por duzentas e vinte e sete perguntas, distribuídas em catorze campos semânticos: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, espaços e habitação, alimentação e cozinha, vestuários e acessórios, vida urbana.

## Perfil dos Informantes

O *corpus* do ALiMA é obtido por meio da aplicação de questionários a quatro informantes por localidade, exceto na capital, São Luís, onde são considerados oito informantes, dos quais quatro são universitários. Os informantes são distribuídos igualmente pelos dois sexos – masculino e feminino –, em duas faixas etárias – faixa I, de 18 a 30 anos, e faixa II, de 50 a 65 anos –, naturais das localidades investigadas. Fora da capital, são selecionados apenas sujeitos com escolaridade de nível fundamental com, no máximo, até a 6ª série.

Para esta pesquisa, selecionamos as respostas obtidas por meio da aplicação do questionário semântico-lexical nas localidades pesquisadas, no que concerne à questão de número 138 – “Como se chama o marido que a mulher passa para trás com outro homem?”. As respostas nos possibilitaram observar a variação lexical no que diz respeito às denominações dadas ao **homem traído pela mulher**. A amostra é composta pelas respostas de quarenta e oito informantes.

## Carta Linguística

Apresentamos os resultados, segundo a distribuição espacial das variantes, EM/ Na carta linguística (cf. Apêndice 1), organizada da seguinte forma:

- a) Parte superior: título e número da carta.
- b) Parte inferior: legendas (variações encontradas e distribuição dos municípios).

## O léxico do corno no português falado do Maranhão: um olhar diatópico

No momento da análise de um fenômeno da língua, cabe ao pesquisador considerar não somente os aspectos linguísticos, mas também aspectos extralinguísticos, pois o cruzamento entre essas duas variáveis é relevante para a compreensão do que condiciona ou não a seleção que um falante faz de uma determinada variante.

Com relação aos fatores extralinguísticos, Cardoso (2010, p. 25) afirma que:

Estudando a língua, instrumento responsável pelas relações sociais que se documentam entre membros de uma coletividade ou entre povos, a dialetologia não pôde deixar passar ao largo a consideração de fatores extralinguísticos, inerentes aos falantes, nem relegar o reconhecimento de suas implicações nos atos de fala. Dessa forma, idade, gênero, escolaridade e características gerais de cunho sociocultural dos usuários das línguas consideradas tornam-se elementos de investigação, convivendo com a busca de identificação de áreas geograficamente definidas do ponto de vista dialetal. Tal fato levaria a pensar-se numa confluência de objetivos entre a dialetologia e a sociolinguística, ambas perseguindo a variação, ambas mantendo sob controle variáveis diversas.

Selecionamos, portanto, como variável extralinguística para este trabalho, a variação de natureza diatópica. O Quadro 1, logo abaixo, apresenta o uso das denominações segundo a localidade. O quadro está dividido em lexias (linhas) e municípios (colunas), com o número de ocorrências das lexias em cada município.

**Quadro 1 – Uso das denominações segundo a localidade**

	São Luís	Pinheiro	Imperatriz	Turialça	Brejo	São J. dos Patos	Carolina	Bacabal	Tuntum	Alto Parnaíba	Araioses	Balsas
Corno	4	4		3	4	3	3	4	4		3	3
Chifrudo	2	3	2	2	2	1	3		2	4	3	2
Corno veio	1		2	1		1						
Boi		1				1		1		1		
Besta		1					1					
Marido traído								1	1			
Vaqueiro			1	1								
Amizade			1									
Barriga branca	1											
Boião								1				
Cangalheira				1								
Cornélio						1						
Corno canoa				1								
Corno consciente					1							
Corno de bique					1							
Pé de boi	1											
Peruca de boi						1						
Traído		1										
Tufão	1											

**Fonte:** Elaboração própria

Segundo Cardoso, “o espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra” (2010, p. 15); logo, cada município apresenta suas particularidades. O número de ocorrências apresentadas no Quadro 1 mostra que São Luís e São João dos Patos são os municípios que apresentam o maior número de variantes para designar o **homem traído**.

Nas localidades investigadas, encontramos uma grande variação lexical – **cornio, boi, besta, traído, tufão, amizade, boião** –, com o predomínio da variante **cornio** (totalizando 38 ocorrências), registradas em todos os municípios, exceto Alto Parnaíba, quer seja como uma lexia simples – **cornio** – quer seja integrando uma lexia complexa – **cornio de bique, cornio canoa, cornio véio, cornio consciente**.

A lexia **chifrudo** foi registrada em todos os municípios, exceto em Bacabal, com o segundo maior número de ocorrências, totalizando 27. Vale destacar que há concorrência entre as lexias **cornio** e **chifrudo**, que obtiveram o maior número de ocorrências não só em São Luís, capital, mas como em todo o Estado. Porém, a lexia **cornio** pode ser considerada a lexia padrão, pois obteve o maior número de ocorrências e foi realizada por todos os informantes de São Luís, Pinheiro, Brejo, Bacabal e Tuntum.

Essas duas lexias, com maior número de ocorrências em grande parte dos municípios, já se encontram dicionarizadas. No *Novíssimo Aulete – dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*, (AULETE, 2011), encontramos o seguinte registro para **cornio**: “[...] **10** *Joc. Vulg.* Marido cuja mulher tem ou teve relações sexuais com outros homens (com ou sem conhecimento ou consentimento dele)” (p. 403); para **chifrudo**, “[...] **2** *Bras. Pop. Pej.* Diz-se de quem foi (ou é frequentemente) traído pelo cônjuge, namorado etc.” (p. 403).

De fato, além das lexias já dicionarizadas, os informantes desta pesquisa criaram novas denominações para o **homem traído**, tais como aquelas que tiveram apenas uma ocorrência, a exemplo de **cornio canoa** e **cangalheira**, em Turiaçu; **cornio de bique**, em Brejo; **peruca de boi**, em São João dos Patos, e **barriga branca**, em São Luís.

Vale destacar o registro de duas lexias que têm origem no universo midiático, são elas: **Cornélio** e **Tufão**<sup>3</sup>. Pressupomos que essas lexias tenham relação com duas novelas apresentadas pela Rede Globo de Televisão: “O cravo e a Rosa” (2001), que tinha um personagem chamado **Cornélio**, que era traído pela esposa, e a outra novela, “Avenida Brasil” (2012), com um personagem chamado **Tufão**, que também era traído pela esposa.

Destacamos ainda a possibilidade de cristalização desses vocábulos no léxico geral, visto que as lexias Tufão e Cornélio passaram a representar o homem traído desde o surgimento das novelas. Ambas as lexias obtiveram apenas uma ocorrência. Pressupomos que a lexia **Cornélio** está mais cristalizada pela proximidade da formação morfológica com palavra **cornio**, e por advir de uma novela que já passou três vezes na rede de televisão. Em contrapartida, a lexia **Tufão**, advém da personagem de uma novela que, segundo a própria Rede Globo, obteve o maior índice de audiência.

## Considerações finais

A postura de um grupo social diante dos fatos cotidianos está sujeita a constantes transformações, renovando-se ao longo dos anos, principalmente em função da influência dos meios de comunicação, responsáveis por sancionar normas de comportamento, valores, usos (ligados à língua, ao vestuário...).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos afirmar que a diversidade de variantes encontradas para denominar o homem traído é resultado da leitura que a comunidade faz dos seus indivíduos, com base nas ideologias, crenças do grupo social, que, por sua vez, têm reflexo na língua. Essa leitura que o falante faz condiciona de forma significativa a variação das lexias, uma vez que, o falante, ao criar novas palavras e/ou até mesmo ao atribuir novos sentidos a palavras já existentes para denominar algo no mundo, baseia-se, frequentemente, em associações feitas com características e funcionalidades de objetos e seres.

<sup>3</sup> A forma *Cornélio* foi registrada na fala de um informante da 2ª geração – faixa etária entre 50 a 65 anos –, acreditamos que a seleção dessa forma tenha relação com o fato de a novela “O cravo e a rosa” ter ido ao ar bem antes da novela “Avenida Brasil”, a qual tem o personagem *Tufão* que, em nossos dados, foi uma lexia utilizada somente pelos falantes mais jovens.

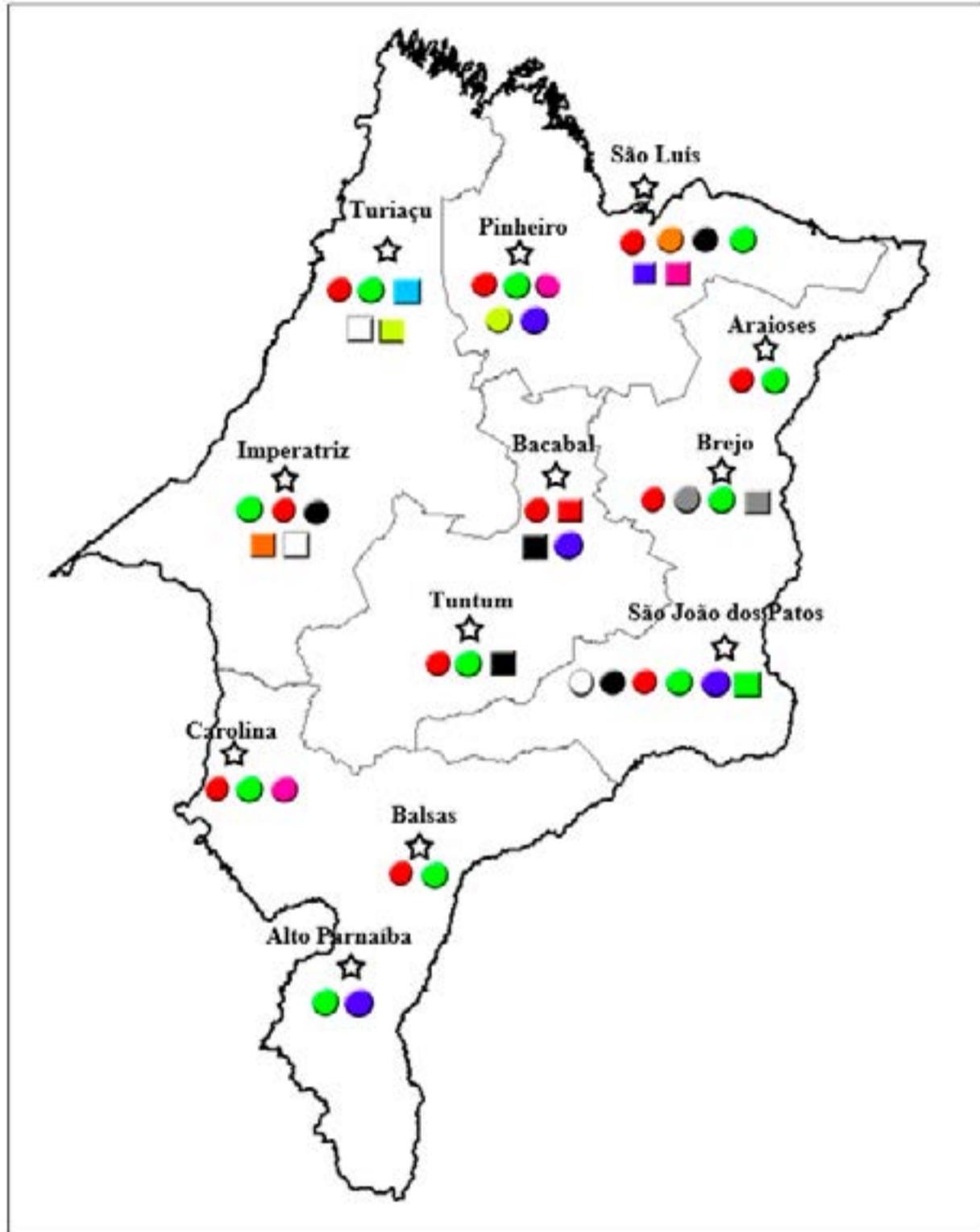
Em suma, este estudo que faz parte de um conjunto de trabalhos que têm como objetivo o retrato da realidade linguística do Estado do Maranhão, contribui para o conhecimento aprofundado sobre o português falado no Estado.

## REFERÊNCIAS

- AULETE, C. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- CARDOSO, S. A. M. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- DIAS, C. S. O léxico da pesca no município de Raposa. In: RAMOS, C. de M. de A.; ROCHA, M. de F. S.; BEZERRA, J. de R. M. (Org.). **A diversidade do português falado no Maranhão**: o atlas linguístico do Maranhão em foco. São Luís: Edufma, 2006. p. 104-119.
- HENRIQUES, C. C. A lexicologia aplicada: as contribuições didáticas. In: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2010. v. 5. p. 49-61.
- HINTZE, A. C. J. Contribuições das pesquisas diacrônicas para os estudos do léxico. In: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2010. v. 5. p. 49-61.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PAIM, M. M. T. Aspectos da variação semântico-lexical nas capitais brasileiras. In: ALTINO, F. C. (Org.). **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera**. Londrina: Midiograf, 2012.
- VALENTE, A. Léxico e discurso: neologia midiática. In: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2010. v. 5. p. 63-77.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

## APÊNDICE 1 – CARTA LINGUÍSTICA

Mapa do Estado do Maranhão dividido em mesorregiões



**ANEXO 1 – FICHA DO INFORMANTE**

	<p><b>Projeto Atlas Linguístico do Maranhão</b>  <b>Ficha do Informante</b>  <b>Nº. do Ponto:                      Nº. do informante:</b></p>
<b>DADOS PESSOAIS DO INFORMANTE</b>	

1. NOME:		2. ALCUNHA:	
3. DATA DE NASCIMENTO:	4. SEXO: A. <input type="checkbox"/> M    B. <input type="checkbox"/> F	5. IDADE:	
6. ENDEREÇO:			
7. ESTADO CIVIL: A. <input type="checkbox"/> solteiro    B. <input type="checkbox"/> casado    C. <input type="checkbox"/> viúvo    D. <input type="checkbox"/> outro			
8. NATURALIDADE:		9. COM QUE IDADE CHEGOU A ESTA CIDADE? (CASO NÃO SEJA NATURAL DA LOCALIDADE).	
10. DOMICÍLIOS E TEMPO DE PERMANÊNCIA FORA DA LOCALIDADE:			
11. LOCALIDADE:		12. OUTROS CURSOS: A. <input type="checkbox"/> especialização    B. <input type="checkbox"/> profissionalizante    C. <input type="checkbox"/> outros	
13. NATURALIDADE A. da mãe: B. do pai: C. do cônjuge:		14. FOI CRIADO PELOS PRÓPRIOS PAIS? A. <input type="checkbox"/> sim    B. <input type="checkbox"/> não	
		15. EM CASO NEGATIVO, POR QUEM FOI CRIADO? NATURALIDADE: A. da mãe adotiva: B. do pai adotivo:	
16. ONDE EXERCE SUA PROFISSÃO (CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS SUMÁRIAS DO BAIRRO, CIDADE):			
17. OUTRAS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES:		18. PROFISSÃO: A. do pai: B. da mãe: C. do cônjuge:	
<b>RENDA</b>			
19. TIPO DE RENDA: A. <input type="checkbox"/> individual    B. <input type="checkbox"/> familiar			
<b>CONTATO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b>			

20. ASSISTE TV? A. <input type="checkbox"/> todos os dias B. <input type="checkbox"/> às vezes C. <input type="checkbox"/> nunca		21. PROGRAMAS PREFERIDOS: A. <input type="checkbox"/> novelas                      D. <input type="checkbox"/> noticiários                      G. <input type="checkbox"/> outro B. <input type="checkbox"/> esportes                      E. <input type="checkbox"/> pr. religioso C. <input type="checkbox"/> pr. de auditório                      F. <input type="checkbox"/> filmes	
22. TIPO DE TRANSMISSÃO: A. <input type="checkbox"/> rede gratuita B. <input type="checkbox"/> parabólica C. <input type="checkbox"/> tv por assinatura		23. OUVE RÁDIO? A. <input type="checkbox"/> todos os dias                      D. <input type="checkbox"/> parte do dia                      G. <input type="checkbox"/> enquanto trabalha B. <input type="checkbox"/> às vezes                      E. <input type="checkbox"/> o dia inteiro C. <input type="checkbox"/> nunca                      F. <input type="checkbox"/> enquanto viaja	
24. PROGRAMAS PREFERIDOS: A. <input type="checkbox"/> noticiário geral                      D. <input type="checkbox"/> noticiário policial                      G. <input type="checkbox"/> outro B. <input type="checkbox"/> esportes                      E. <input type="checkbox"/> música C. <input type="checkbox"/> pr. religioso                      F. <input type="checkbox"/> pr. c/ participação do ouvinte		25. LÊ JORNAL: A. <input type="checkbox"/> todos os dias                      D. <input type="checkbox"/> semanalmente B. <input type="checkbox"/> às vezes                      E. <input type="checkbox"/> raramente C. <input type="checkbox"/> nunca	
26. NOME DO JORNAL: _____ A. <input type="checkbox"/> local    B. <input type="checkbox"/> estadual    C. <input type="checkbox"/> nacional		27. SEÇÕES DO JORNAL QUE GOSTA DE LER: A. <input type="checkbox"/> editorial                      D. <input type="checkbox"/> pr. cultural                      G. <input type="checkbox"/> classificados B. <input type="checkbox"/> esportes                      E. <input type="checkbox"/> política                      H. <input type="checkbox"/> outra	

		C. <input type="checkbox"/> variedades		F. <input type="checkbox"/> página policial	
28. LÊ REVISTAS? A. <input type="checkbox"/> às vezes B. <input type="checkbox"/> semanalmente C. <input type="checkbox"/> mensalmente D. <input type="checkbox"/> raramente E. <input type="checkbox"/> nunca					
29. NOME/TIPO DE REVISTA:					
<b>PARTICIPAÇÃO EM DIVERSÕES</b>					
	FREQÜENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA	
30. CINEMA	A. <input type="checkbox"/>	B. <input type="checkbox"/>	C. <input type="checkbox"/>	D. <input type="checkbox"/>	
31. TEATRO	A. <input type="checkbox"/>	B. <input type="checkbox"/>	C. <input type="checkbox"/>	D. <input type="checkbox"/>	
32. SHOWS	A. <input type="checkbox"/>	B. <input type="checkbox"/>	C. <input type="checkbox"/>	D. <input type="checkbox"/>	
33. MAN. FOLCLÓRICAS	A. <input type="checkbox"/>	B. <input type="checkbox"/>	C. <input type="checkbox"/>	D. <input type="checkbox"/>	
34. FUTEBOL	A. <input type="checkbox"/>	B. <input type="checkbox"/>	C. <input type="checkbox"/>	D. <input type="checkbox"/>	
35. OUTROS ESPORTES					
36. OUTROS					
. QUE RELIGIÃO OU CULTO PRÁTICA?					
<b>PARA PREENCHIMENTO APÓS A ENTREVISTA</b>					
38. CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DO INFORMANTE: A. <input type="checkbox"/> tímido B. <input type="checkbox"/> vivo C. <input type="checkbox"/> perspicaz D. <input type="checkbox"/> sarcástico					
39. ESPONTANEIDADE DA ELOCUÇÃO: A. <input type="checkbox"/> total B. <input type="checkbox"/> grande C. <input type="checkbox"/> média D. <input type="checkbox"/> fraca					
40. POSTURA DO INFORMANTE DURANTE O INQUÉRITO: A. <input type="checkbox"/> cooperativa B. <input type="checkbox"/> não cooperativa C. <input type="checkbox"/> agressiva D. <input type="checkbox"/> indiferente					
41. CATEGORIA SOCIAL DO INFORMANTE: A. <input type="checkbox"/> "A" B. <input type="checkbox"/> "B" C. <input type="checkbox"/> "C" D. <input type="checkbox"/> "D"					
42. GRAU DE CONHECIMENTO ENTRE INFORMANTE E INQUIRIDOR: A. <input type="checkbox"/> grande B. <input type="checkbox"/> médio C. <input type="checkbox"/> pequeno D. <input type="checkbox"/> nenhum					
43. INTERFERÊNCIA OCASIONAL DE CIRCUNSTANTES: A. <input type="checkbox"/> sim B. <input type="checkbox"/> não					
44. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO(S) CIRCUNSTANTE(S):					
45. AMBIENTE DO INQUÉRITO:					
46. OBSERVAÇÕES:					
47. NOME DO ENTREVISTADOR:		48. LOCAL DA ENTREVISTA:		49. DATA DA ENTREVISTA:	
		CIDADE: UF:		DURAÇÃO:	

**ANEXO 2 – FICHA DA LOCALIDADE**

	<p><b>Projeto Atlas Linguístico do Maranhão</b>  <b>Ficha da Localidade</b>  <b>Nº. do Ponto:                      Nº. do informante:</b></p>
1. NOME OFICIAL:	
2. NOME REGIONAL:	
3. NOMES ANTERIORES:	
4. NOME(S) DADO(S) AOS HABITANTES: a) pelos próprios:  b) pelos habitantes de outras localidades:	
5. NOME DADO(S) AO FALAR LOCAL: a) pelos próprios habitantes:  b) pelos habitantes de outras localidades:	
6. NÚMERO DE HABITANTES: a) oficial  b) cálculo do informante	
7. ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES:	
8. INDÚSTRIAS CASEIRAS:	
9. SUBLOCALIDADES (subúrbios, sub-distritos, povoações, etc.):	
10. COMUNICAÇÕES (viárias, fluviais, marítimas, ferroviárias, etc.):	
11. DADOS SOBRE A INFRAESTRUTURA DA LOCALIDADE (alojamentos, escolas, hospitais, etc.):	
12. DADOS SOBRE EMIGRAÇÃO:	
13. DADOS SOBRE IMIGRAÇÃO:	
14. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA LOCALIDADE:	
15. HISTÓRICO SUCINTO DA LOCALIDADE (como surgiu, data da fundação, primeiros habitantes):	
16. OBSERVAÇÕES GERAIS:	

# LÉXICO E ONOMÁSTICA





# AS EXPECTATIVAS DO SUJEITO-NOMEADOR E OS ANIMOTOPÔNIMOS

Anna Carolina Chierotti dos Santos ANANIAS

## Introdução

A língua constitui um dos meios de representação da realidade e é utilizada pelo homem para expressar conhecimentos, valores, crenças, atitudes de uma comunidade de falantes. De todos os níveis da língua, o léxico é um dos mais representativos da realidade, visto que por meio dele o falante nomeia elementos de seu ambiente físico e social, evidenciando a sua visão de mundo e a maneira de pensar e de agir da sua comunidade.

A Toponímia, como uma disciplina que se ocupa do léxico toponímico, mantém estreita relação com a Lexicologia, à medida que o léxico toponímico também pode ser considerado uma forma de repositório da história local, já que por meio do estudo dos topônimos é possível a recuperação de dados acerca da trajetória dos grupos humanos que habitaram e habitam a região e de momentos históricos vivenciados por eles. Este trabalho discute resultados parciais de uma pesquisa mais ampla sobre a toponímia dos 32 municípios que integram as microrregiões de Toledo e de Foz do Iguaçu<sup>1</sup>, ambas pertencentes à mesorregião Oeste Paranaense<sup>2</sup>.

Para este estudo foram selecionados os **animotopônimos**, ou seja, os topônimos motivados pela cognição e pela percepção do denominado, segundo o modelo teórico-metodológico de Dick (1990a, 1990b, 1992, 1999), adotado como parâmetro para a classificação taxionômica dos topônimos. O *corpus* da pesquisa é formado pelos topônimos registrados nos mapas oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com escalas que variam entre 1:50.000 ou 1:100.000. Em síntese, os **animotopônimos** da região, em grande parte, transparecem sentimentos positivos na nomeação dos acidentes. Esse contexto sugere que os indivíduos ali estabelecidos tinham a expectativa de encontrar na região um lugar próspero que pudesse proporcionar o essencial à vida e, conseqüentemente, exteriorizavam nas nomeações seus desejos intrínsecos.

## Pressupostos Teóricos

Como já assinalado, por meio do léxico o falante nomeia elementos da sua realidade física e social, manifestando a sua compreensão de mundo e a maneira de pensar e de agir da sua comunidade. Logo, o léxico contribui para propagar a maneira de ver e de sentir de uma comunidade linguística. Nessa mesma linha de raciocínio, Krieger (2010, p. 169-170) destaca que

[...] o léxico retrata-se como um componente que, ao cumprir o papel maior de denominação e designação do mundo humano, torna-se expressão de identidade pessoal e coletiva, manifestada ao longo da história já que é um sistema aberto e dinâmico. E, como tal, renova-se, funcionando como o pulmão das línguas, mas também assegura a permanência do pilar comum de palavras, condição necessária à comunicação, independente de tempos, regiões e de outras peculiaridades do uso da língua.

Nessa perspectiva, a toponímia situa-se como crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras e o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em lugares distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica.

<sup>1</sup> Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi.

<sup>2</sup> Os dados aqui discutidos recuperam resultados parciais da pesquisa de Ananias (2013).

Conforme Dick (1990a, p. 22), a toponímia é concretizada na estruturação dos motivos (fontes geradoras de nomes de lugares) que integram o quadro da motivação toponímica. Dick (1990a) propõe um modelo teórico de estruturação da motivação toponímica, tomando como pressuposto o princípio de que o que se apresenta como arbitrário ou convencional em termos de língua se torna motivado no ato da nomeação (DICK, 1990a, p. 22). E essa motivação compreende um dos objetivos dos estudos toponímicos, ou seja, as “causas e as origens da denominação”.

O modelo de Dick contém 27 taxionomias, em que 11 (onze) são de natureza física<sup>3</sup> e 16 (dezesesseis) de natureza antropocultural<sup>4</sup> e configura-se como “um instrumento de trabalho que possibilitará, provavelmente, a aferição objetiva das causas motivadoras dos designativos geográficos, de maneira a satisfazer as demandas da pesquisa” (DICK, 1990a, p. 24).

Dentre as categorias de cunho antropoculturais situa-se a taxa dos **animotopônimos** que se referem aos “topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano” (1990b, p. 32), ou seja, são os topônimos motivados pela cognição e pela percepção do denominador. Isquerdo (1996), em estudo sobre a toponímia dos seringais e colocações do Estado do Acre<sup>5</sup>, ao deparar-se com uma grande produtividade de topônimos que se encaixavam na classificação dos **animotopônimos**, identificou a “presença de determinados traços nesses nomes que permitem um reagrupamento desses topônimos” (ISQUERDO, 2011, p. 471).

Assim, tomando o termo **animotopônimos** como uma “expressão neutra”, a pesquisadora apresentou uma subdivisão dessa taxionomia em **animotopônimos eufóricos** e **animotopônimos disfóricos**, em que os determinantes **eufórico** e **disfórico** funcionariam como especificadores da “natureza do estado anímico”. Assim justifica a proposta: “consideramos esses termos não no sentido corrente na psiquiatria, mas sim com a conotação de sensação agradável, expectativas otimistas, boa disposição de ânimo (eufórico) e sensação desagradável, expectativas não muito otimistas, perspectivas temerosas (disfórico)” (ISQUERDO, 2011, p. 471).

Neste trabalho utilizamos a classificação de Dick (1990a e 1990b) e a proposta de subdivisão da taxa proposta por Isquerdo (2011).

Este texto centra-se no exame dos **animotopônimos**, uma taxa de natureza antropocultural segundo a classificação da toponimista brasileira.

### **Breve histórico da região Oeste Paranaense**

A mesorregião Oeste Paranaense, situada na fronteira entre Paraguai e Argentina, é formada por 50 municípios divididos por três microrregiões – Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. A região Oeste foi a última a ser ocupada no Estado do Paraná e, apesar do povoamento tardio, foi cenário de acontecimentos que marcaram a história do Estado.

A história da região pode ser demarcada segundo quatro fases: a ocupação indígena até o século XVI, as reduções jesuíticas no século XVI, as *obrages*<sup>6</sup> no século XIX, e por fim, o período do efetivo povoamento da mesorregião Oeste Paranaense, que ocorreu a partir da campanha denominada **Marcha para o Oeste** e da implementação das companhias colonizadoras no século XX, mais especificamente entre os anos de 1930 e 1960 (REOLON, 2007, p. 50). Dentre as quatro fases, a que melhor justifica a presença dos animotopônimos na região é a última.

3 Taxionomia de natureza física – Astrotopônimos, Cardinotopônimos, Cromotopônimos, Dimensiotopônimos Fitotopônimos, Geomorfotopônimos, Hidrotopônimos, Litotopônimos, Meteorotopônimos, Morfotopônimos e Zootopônimos (DICK, 1990b, p. 31-32).

4 Taxionomia de natureza antropocultural – Animotopônimos, Antropotopônimos, Axiotopônimos, Corotopônimos, Cronotopônimos, Ecotopônimos, Ergotopônimos, Etnotopônimos, Dirrematotopônimos, Hierotopônimos (Hagiotopônimos e Mitotopônimos), Historiotopônimos, Hodotopônimos, Numerotopônimos, Poliotopônimos, Sociotopônimos e Somatotopônimos (DICK, 1990b, p. 32-34).

5 Tese: “O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural” (ISQUERDO, 1996).

6 Conforme Wachowicz (1987, p. 44), as *obrages* tinham como interesse a extração da erva-mate e “como o controle geoeconômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os *obrageros* desta nação, os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e mato-grossense”.

A **Marcha para o Oeste** consistiu em um programa adotado pelo então presidente Getúlio Vargas que objetivava a ocupação da fronteira do Oeste do Brasil. Além desse objetivo, Deitos (2004, p. 106) aponta como benefício dessa campanha o fato de, “ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul se livrava do excesso populacional, empresários se beneficiavam explorando atividades imobiliárias na região oeste”. Consequentemente, os colonizadores sulistas buscaram fixar na região Oeste do Paraná um sentimento nacionalista. A colonização dessa parcela do território paranaense, como aponta Busse (2010, p. 4),

[...] estava assentada nas ações oficiais do governo do Período Vargas, de nacionalismo exacerbado e de busca de um Estado fortalecido e centralizador. As terras da fronteira, habitadas por índios, paraguaios e argentinos, deveriam ser colonizadas por uma gente bravia que se dispusesse a lutar por ela e a transformá-la em espaço produtivo.

Vale ressaltar que os colonos vindos do Sul do Brasil eram, em sua maioria, de ascendência italiana ou alemã e, como bem lembram Balhana et al. (1969, p. 219), esses novos habitantes da região, em sua maioria, traziam recursos financeiros que possibilitavam sua instalação na região, à época só possível com recursos próprios, pois, como antes, os poderes públicos não apoiavam os novos migrantes que passaram a investir na plantação de cereais e na criação de porcos.

Todavia, foi a partir do ano de 1940 que a população no Oeste Paranaense cresceu em números altíssimos:

A década de 1940 revela-se principalmente como uma etapa de povoamento intensivo onde as companhias colonizadoras particulares, gaúchas em sua maioria absoluta, desempenharão um papel de capital importância. A ação governamental cede espaço aos empreendimentos de caráter empresarial, alicerçados fundamentalmente na venda de pequenos lotes agrícolas aos colonos interessados no cultivo direto da terra. Os projetos colonizadores se multiplicam e atraem milhares de famílias durante as décadas de 1940-50. Podemos chamar essa fase como sendo a frente de povoamento sulista, já que a corrente colonizadora tem sua origem preferencialmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ela entrará na década de 1970, formando vários municípios oestinos (COLODEL, 2002, p. 42).

Gregory (2002, p. 93), por sua vez, aponta as principais colonizadoras que atuaram na região: a Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ); a Pinho e Terras, com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves; a Colonizadora Matelândia e a Colonizadora Criciúma. Essas empresas visavam “à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria”.

Esse cenário marcado pela esperança em encontrar no Oeste Paranaense um lugar próspero parece justificar a grande presença de animotopônimos na designação de elementos geográficos humanos e físicos na região em estudo, como será demonstrado ao longo deste trabalho.

### **Os animotopônimos no Oeste Paranaense**

Os animotopônimos referem-se à categoria de topônimos que representam a psique humana. A utilização desta taxionomia retrata a percepção positiva (animotopônimos eufóricos) ou negativa (animotopônimos disfóricos) do indivíduo frente a esse novo lugar.

Neste contexto, Isquerdo (2011), em seu texto “Os animotopônimos na toponímia brasileira: um estudo de caso”, discute a aplicação dessas subcategorias a partir de dados toponímicos oriundos de alguns estados brasileiros, dentre eles o Paraná. Para tanto, pautou-se nos resultados de dois trabalhos acadêmicos que contemplaram a divisão dos **animotopônimos** em **disfóricos** e **eufóricos**: a dissertação “A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: caminho das Missões e Estrada de Palmas” (MOREIRA, 2006) e a tese “Estudo toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro” (ZAMARIANO, 2010).

A pesquisa de Moreira (2006) identificou 106 **animotopônimos** (5,9%) em um universo de 1.788 topônimos de acidentes humanos e físicos. Dessas 106 ocorrências, 80 (75,5%) foram classificados como **animotopônimos**

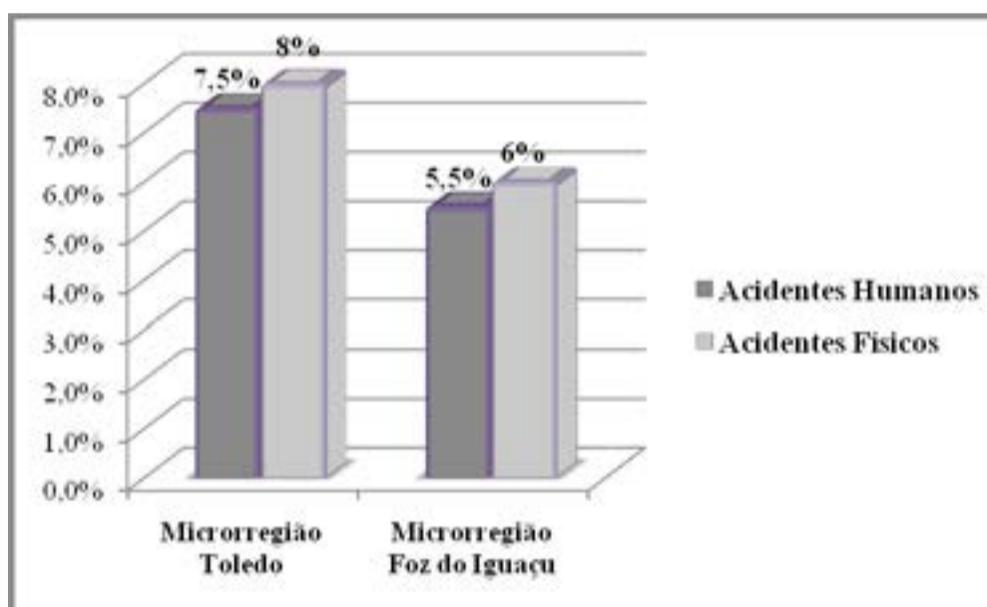
eufóricos e 26 (24,5%) como **animotopônimos disfóricos**. Também Zamariano (2010) registrou índice similar **animotopônimos** – 215 em um universo de 4.306 topônimos (5%). Desse montante, 131 (61%) foram classificados como **animotopônimos eufóricos** e 84 (39%) como **animotopônimos disfóricos** (ISQUERDO, 2011, p. 473).

A partir do exposto parte-se da hipótese de que o Estado do Paraná caracteriza-se como uma região rica em **animotopônimos**, em especial, **animotopônimos eufóricos**. Em relação a este trabalho, a representatividade de 7,2% dessa taxionomia frente ao *corpus* da pesquisa suscitou a seleção deste recorte de dados como objeto de uma reflexão mais pontual, a exemplo do procedimento já adotado com relação às taxes dos fitotopônimos e dos hagiotopônimos. O índice significativo de **animotopônimos** também tem explicação na história social da região à medida que evidencia relação com o processo de povoamento do Oeste Paranaense.

Os **animotopônimos** da região, em grande parte, transparecem sentimentos positivos na nomeação dos acidentes. Esse contexto sugere que os indivíduos ali estabelecidos tinham a expectativa de encontrar na região um lugar próspero que pudesse proporcionar o essencial à vida, logo, exteriorizavam nas nomeações seus desejos intrínsecos.

Como já assinalado, o *corpus* estudado gerou um total de 106 animotopônimos – 91 **eufóricos** e 15 **disfóricos**. O Gráfico 1 apresenta esses dados em termos percentuais, distribuídos conforme a microrregião e o tipo de acidente geográfico nomeado.

**Gráfico 1** – Percentual de **animotopônimos** nas microrregiões de Toledo e de Foz do Iguaçu



Fonte: Ananias (2013)

O Gráfico 1 evidencia que a diferença entre a produtividade das duas subcategorias de **animotopônimos** nas microrregiões estudadas não foi relevante, havendo um singelo acréscimo de produtividade na mesorregião de Toledo, onde dos 278 acidentes humanos que compõem a localidade, 7,5% (21 topônimos) são de **animotopônimos**, enquanto em relação aos acidentes físicos, dos 665 topônimos registrados 8% (54 topônimos) se enquadram nessa categoria. Por sua vez, na microrregião de Foz do Iguaçu essa classificação totalizou 5,5% (10 topônimos) dos 181 acidentes humanos e 6% (21 topônimos) dos 347 designativos de acidentes físicos.

O Quadro 1, a seguir, relaciona os **animotopônimos eufóricos** e **disfóricos** identificados no *corpus* aqui estudado<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Foram registrados no quadro somente os termos específicos do sintagma toponímico, ou seja, os topônimos propriamente ditos.

**Quadro 1** – Animotopônimos eufóricos e animotopônimos disfóricos nas microrregiões de Toledo e de Foz do Iguaçu

Animotopônimos Eufóricos	Animotopônimos Disfóricos
Abençoado, Alegre, Alegria, Alívio, Bela Vista, Belo, Biapó, Boa Esperança, Boa Vista, Boas Novas, Bom Fim, Bom Jardim, Bom princípio, Bom Retiro, Bonito (a), Bonsucesso, Paz (da), Descoberto, Amor (do), Desejo (do), Encontro (do), Eldorado, Encantada, Encantado d Oeste, Esperança, Felicidade, Formosa do Oeste, Independente, Memória, Mundo Novo, Paraíso, Pioneira, Porã, Primavera, Progresso, Real, Rica, Solene, Vista Alegre, Vista Alta, Vitória.	Arteira, Cego, Confusão, Ilusão (da), Embargo, Enganador, Engano, Escondido, Gritador, Mata Pau, Perdido, Preguiça, Solteiro.

**Fonte:** Ananias (2013)

Os dados desse quadro confirmam o anteriormente assinalado em termos de relevância dos **animotopônimos** de caráter positivo – **animotopônimos eufóricos** –, uma vez que essa subcategoria computou 44 nomes de acidentes geográficos, enquanto os **disfóricos** somaram apenas 13 topônimos.

O Quadro 1 também expõe a grande incidência de topônimos compostos formados com os adjetivos **bom/boa**: **Boa Esperança**, em Guaíra (AF) e em Missal (AH); **Boas Novas**, em Santa Helena (AF); **Bom Fim**, em Marechal Candido Rondon (AF), onde também foi registrado o animotopônimo **Bom Jardim** (AF); **Bom Princípio**, em São Miguel do Iguaçu (AH), em Toledo (AH) e em Serranópolis do Iguaçu (AH); **Bom Retiro**, em Terra Roxa (AF); **Bonsucesso**, em Diamante D’Oeste (AF) e em Serranópolis do Iguaçu (AF); **Boa Vista**, em Toledo (AH), em **Céu Azul** (AF) e em Serranópolis do Iguaçu (AH-AF). O adjetivo **bom/boa** no termo específico do sintagma toponímico revela um sentimento favorável a essa nova vida iniciada na localidade.

Outros **animotopônimos** expressam a beleza do acidente em questão, como é o caso de **Boa Vista**, já citado, e de **Bela Vista** nos municípios de Formosa do Oeste (AH), Marechal Candido Rondon (AH), Santa Helena (AH), Tupãssi (AF), Foz do Iguaçu (AH-AF); de **Belo** em Jesuítas (AF), Foz do Iguaçu (AH); de **Bonito/Bonita**, em Diamante D’Oeste (AH), Marechal Candido Rondon (AF), Foz do Iguaçu (AF), Missal (AF), Santa Terezinha de Itaipu (AF), São Miguel do Iguaçu (AF). Denotam a beleza do lugar, ainda topônimos como **Formosa do Oeste** em São José das Palmeiras (AF) e Formosa do Oeste (AH); **Porã** em Marechal Candido Rondon (AF) e em Pato Bragado (AF) e **Vista Alta** em Missal (AH).

Muitos nomes demonstram sentimento de esperança do sujeito-nomeador, como o próprio nome **Esperança** que nomeia um acidente geográfico em Diamante D’Oeste (AF), em Marechal Candido Rondon (AF), em Palotina (AF) e em Toledo (AF); **Biapó** (terra do trabalho) que, pode ser considerado nesse agrupamento, pois os pioneiros ansiavam por um local em que pudessem fixar suas raízes e trabalhar para garantir seu sustento. Essa nomeação apareceu em Céu azul (AF). Ainda nesse raciocínio insere-se **Mundo Novo**, em Jesuítas (AH); **Eldorado**, em Marechal Candido Rondon (AH); **Progresso**, em Diamante D’Oeste (AH) e em Santa Helena (AF).

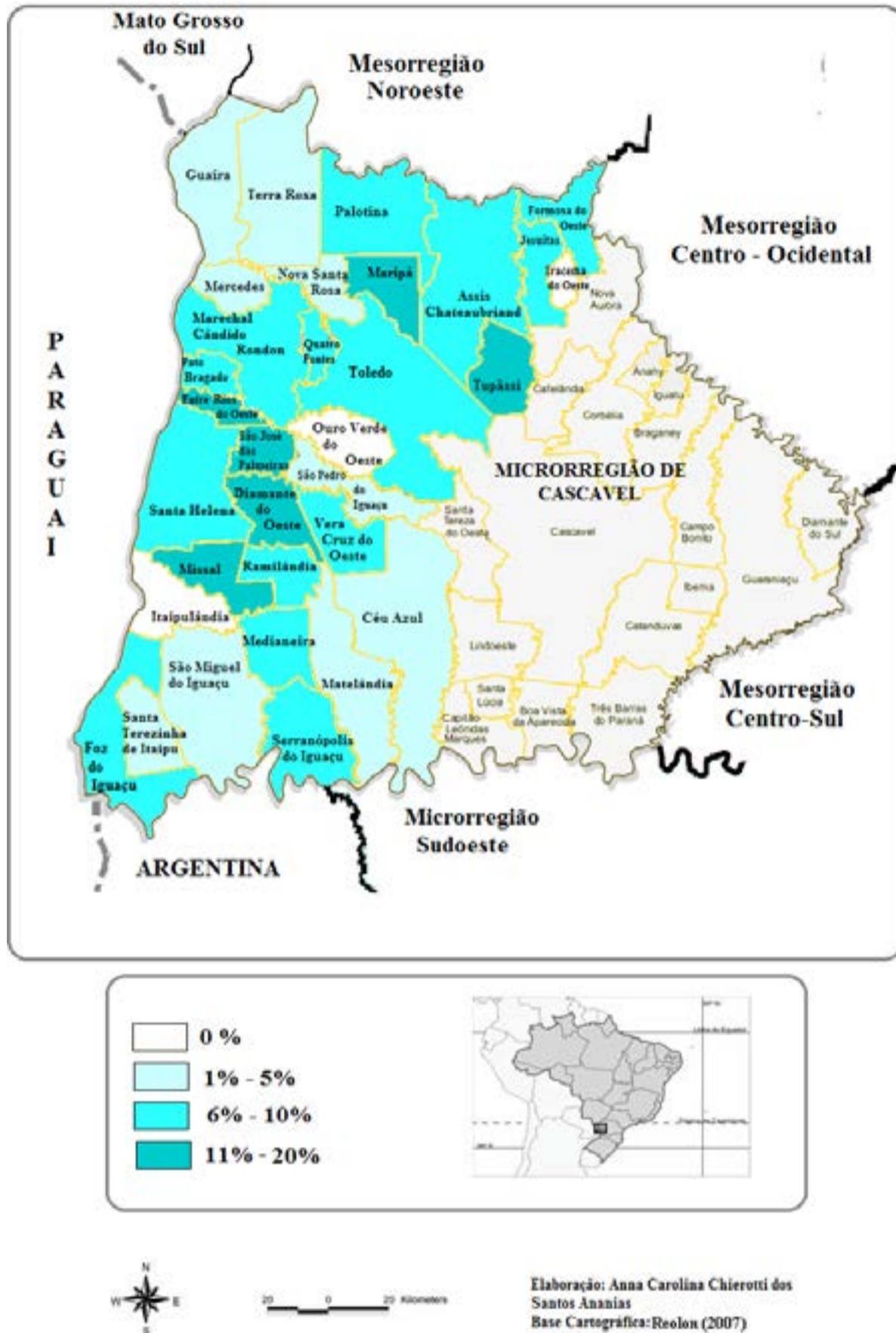
Alguns nomes manifestam um sentimento de satisfação como em **Abençoado**, em Assis Chateaubriand (AF); **Alegre**, em Entre Rios do Oeste (AF), em Mercedes (AF) e em Matelândia (AH); **Alegria**, em Medianeira (AH - AF); **Vista Alegre**, nos municípios de Entre Rios do Oeste (AH), de Toledo (AH), de Foz do Iguaçu (AH) e de Missal (AH); **Felicidade**, em Entre Rios do Oeste (AF), em Santa Helena (AF), em São José das Palmeiras (AF); **Encantado/Encantada**, em Assis Chateaubriand (AH-AF), em Guaíra (AF), em Quatro Pontes (AF) e **Paraíso** nas localidades de Diamante D’Oeste (AF) e de Palotina (AH). Nessa mesma perspectiva situam-se **Alívio**, em Assis Chateaubriand (AF) e em Tupãssi (AF); **Paz** (da), em Medianeira (AF); **Amor**, (do) Assis Chateaubriand (AF); **Desejo** (do), em Terra Roxa (AF); **Rica**, em Santa Helena (AH); **Solene**, em Assis Chateaubriand (AF); **Vitória**, em Tupãssi (AF) e em Medianeira (AH).

Ainda houve o registro, entre os **animotopônimos eufóricos**, de **Descoberto**, em Assis Chateaubriand (AF) e em Toledo (AH-AF); de **Encontro** (do), em São José das Palmeiras (AF); de **Independente**, em Maripá (AH-AF); de **Memória**, em Assis Chateaubriand (AF), em Toledo (AF) e em Tupãssi (AH-AF); de **Pioneira**, em Toledo (AH); de **Primavera**, em Maripá (AF), em Palotina (AF), em São Miguel do Iguaçu (AF); de **Real**, em Maripá (AF), em Nova Santa Rosa (AF) e em Palotina (AF).

Seguem agora os **animotopônimos disfóricos** e os respectivos municípios onde foram identificados: **Arteira** que apareceu em Toledo (AF); **Cego**, em Diamante D'Oeste (AF); **Confusão**, em Santa Helena (AF); **Ilusão**, em Guaíra (AF); **Embargo**, em Tupãssi (AF); **Enganador**, em Toledo (AF); **Engano**, em São Miguel do Iguaçu (AF); **Escondido**, em Matelândia (AF); **Gritador**, em Toledo (AF) e em Tupãssi (AF); **Mata Pau**, em Ramilândia (AF); **Perdido**, em Ramilândia (AF); **Preguiça**, em Diamante D'Oeste (AF) e em Vera Cruz do Oeste (AF) e, finalmente, **Solteiro**, em São Miguel do Iguaçu (AF). Esses dados demonstram que os **animotopônimos eufóricos** ocorreram apenas na nomeação de acidentes físicos.

A Figura 1 demonstra a produtividade dos **animotopônimos** em cada município da área investigada.

Figura 1 – Carta Toponímica 1: Produtividade de **animotopônimos** nas microrregiões de Toledo e Foz do Iguaçu



Fonte: Ananias (2013).

Nos municípios Iracema do Oeste, Itaipulândia e Ouro Verde do Oeste não foram identificados casos de designativos nomeados como **animotopônimos**. O Quadro 2 a seguir apresenta a relação dos municípios onde foram identificados **animotopônimos** e respectivo percentual de ocorrências em cada localidade. Para tanto foram considerados os mesmos intervalos estatísticos adotadas na Carta Toponímica 1.

**Quadro 2** – Produtividade dos **animotopônimos** segundo os municípios das microrregiões de Toledo e Foz do Iguaçu.

Percentual de ocorrências	Municípios
<b>1% a 5%</b>	<p>Céu Azul (3,5%)</p> <p>Guaíra (2,8%)</p> <p>Matelândia (4%)</p> <p>Mercedes (3,7%)</p> <p>Nova Santa Rosa (4,7%)</p> <p>Quatro Pontes (5,5%)</p> <p>Santa Terezinha de Itaipu (3%)</p> <p>São Miguel do Iguaçu (5,5%)</p> <p>São Pedro do Iguaçu (3,7%)</p> <p>Terra Roxa (3%)</p>
<b>6% a 10%</b>	<p>Assis Chateaubriand (8%)</p> <p>Formosa do Oeste (8,5%)</p> <p>Foz do Iguaçu (7,4%)</p> <p>Jesuítas (5,8%)</p> <p>Marechal Candido Rondon (9%)</p> <p>Medianeira (6,5%)</p> <p>Palotina (6%)</p> <p>Pato Bragado (6,6%)</p> <p>Ramilândia (7%)</p> <p>Santa Helena (8,9%)</p> <p>Serranópolis do Iguaçu (9%)</p> <p>Toledo (9,5%)</p> <p>Vera Cruz do Oeste (6,8%)</p>
<b>11% a 20%</b>	<p>Diamante D'Oeste (15,9%)</p> <p>Entre Rios do Oeste (13%)</p> <p>Maripá (12,5%)</p> <p>Missal (10,8%)</p> <p>São José das Palmeiras (12%)</p> <p>Tupãssi (17%).</p>

**Fonte:** Ananias (2013)

Pela análise pode-se perceber a maior incidência de **animotopônimos eufóricos** na região pesquisada, o que pode ser justificada pelas circunstâncias do próprio povoamento e colonização da região: o pioneiro quando aporta em um novo território chega imbuído de esperança, de sonhos, de projetos de uma vida melhor – **Bom Princípio, Bonsucesso, Eldorado, Esperança, Felicidade, Vitória**, dentre outros. Todavia, não raras vezes os migrantes deparam-se com desafios, entraves, situações adversas que os levam a nutrir atitudes pessimistas, sentimento esse que se materializa em **animotopônimos disfóricos** como **Confusão, Ilusão (da), Engano, Mata Pau, Perdido, Preguiça**, dentre outros. Importante reiterar que os **animotopônimos disfóricos** catalogados ocorreram apenas na nomeação de acidentes geográficos de ordem física nos municípios de Diamante do Oeste, Guaíra, Santa Helena, Toledo, Tupãssi, Matelândia, Ramilândia, São Miguel do Iguçu e Vera Cruz do Oeste.

### **Considerações finais**

Considerando que o topônimo incorpora elementos motivacionais e imprime ao nome índices do momento vivenciado pela comunidade, os estudos toponímicos podem evidenciar estreita ligação com a história local, à medida que o trabalho do toponimista consiste também na interpretação da relação existente entre os momentos históricos vividos pela comunidade e os dados coletados, o que permite o resgate de aspectos relativos ao próprio perfil ideológico desse povo.

Os pioneiros externizaram em suas nomeações sentimentos que, em sua maioria, demonstraram aspectos positivos. Assim os **animotopônimos eufóricos** computaram 86%, enquanto os **animotopônimos disfóricos** 14% de produtividade. Pode-se concluir dos dados apresentados que havia certa expectativa dos primeiros habitantes frente às possibilidades de sucessos na nova terra.

Em síntese, a pesquisa discutiu a influência da história social no léxico e a importância das pesquisas toponímicas. E confirmou a estreita relação entre a escolha do nome de lugar e condicionantes histórico-geográficos, em especial os relacionados aos processos de povoamento, já que os migrantes tendem a perpetuar nos designativos de lugares suas expectativas frente ao novo espaço escolhido para construir uma nova fase de suas vidas.

### **REFERÊNCIAS**

ANANIAS, A. C. C. dos S. **Um caminhar pela toponímia das microrregiões de Toledo e Foz do Iguçu**. 2013. 247f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

BUSSE, S. **Um estudo geossociolingüístico da fala do Oeste do Paraná**. 2010. 248f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

COLODEL, J. A. Cinco séculos de História. In: SILVA, G. H. da; BUHÕES, R.; PERIS, A. F. (Org.). **Mesorregião Oeste Paranaense: diagnóstico e perspectivas**. Cascavel: Edinuoeste, 2002. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo\\_01.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo_01.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2012.

DEITOS, N. J. **Presença da igreja no oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930-1990)**. 2004. 250f. Tese (Doutorado em História) – Centro de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

GREGORY, V. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940/70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

ISQUERDO, A. N. Os animotopônimos na toponímia brasileira: um estudo de caso. In: CESTERO, A. M.; MARTOS, I. M.; GARCÍA, F. P. (Ed.). La lengua, lugar de encuentro. **Actas del XVI Congreso Internacional de La Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina** (Alcalá de Henares, 6-9 de junio de 2011), 2011, p. 469-478. Disponível em: <<http://alfal2011.mundoalfal.org/#/pdf/49alfal.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

KRIEGER, M. da G. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia: impactos necessários. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (Org.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. v. IV. Campo Grande: Ed. UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 161-175.

\_\_\_\_\_. **Estudo toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro**. 2010. 415f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

MOREIRA, Hélio Costa. **A Toponímia Paranaense na Rota dos Tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas**. 2006. 268f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

# ITALIANOS EM BELO HORIZONTE: UM ESTUDO ANTROPONÍMICO

Zuleide Ferreira FILGUEIRAS

## Introdução

O presente artigo tem como pretensão apresentar os resultados – ainda que parciais – de uma investigação sobre os nomes próprios de pessoas de origem italiana que viveram ou nasceram na cidade de Belo Horizonte (MG), no final do Século XIX e primeiras décadas do Século XX.

A pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, orientada pela Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, tem como proposta dar continuidade ao estudo toponímico desenvolvido na dissertação de mestrado, defendida em 2011, intitulada como *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*.

Durante a realização dessa pesquisa de mestrado, que arrolou 183 (cento e oitenta e três) nomes de logradouros públicos, da capital mineira, denominados por antropônimos italianos, ficou constatado que muitos italianos e descendentes, com ativa participação na história de Belo Horizonte, não tiveram seus nomes perpetuados na toponímia urbana da cidade.

Entretanto, a lembrança dessas pessoas continuava viva na memória de suas famílias e registrada em documentos antigos, muitos sob a tutela de seus parentes e outros tantos arquivados em museus e arquivos públicos da cidade, além dos que se encontravam anotados no livro de registro do mais antigo cemitério do município.

Considerando essa lacuna, a atual pesquisa tem como pretensão trazer à luz centenas de nomes próprios de pessoas de origem italiana, que viveram ou nasceram em Belo Horizonte em suas primeiras décadas de existência, por meio de uma rigorosa pesquisa em arquivos históricos, periódicos antigos, acervos particulares, documentos de familiares e, sobretudo, no *Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim*.

Com os dados conseguidos, além do tratamento linguístico que buscará averiguar se houve mudança no registro desses nomes, pretende-se elaborar um repertório biográfico que, ao contar a história pessoal de cada personalidade arrolada, resgatará elementos significativos de um passado pouco conhecido, e praticamente sem registros oficiais, que definiram a Belo Horizonte que conhecemos hoje.

## A construção de Belo Horizonte

Cidade planejada para ser capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte foi construída no período constitucional de 1894 a 1897. Nessa época, final do Século XIX, recém-saído da escravidão, o Brasil não possuía preparo de mão de obra especializada e, em 1895, prevendo que seria insuficiente o número de trabalhadores para o período das construções, o engenheiro Francisco de Paula Bicalho, que acabara de assumir o posto de novo chefe da Comissão Construtora, procurou o serviço de imigração.

Nesse período, em que era bastante comum o apelo à mão de obra estrangeira, buscando viabilizar a imigração, o governo elaborou uma série de medidas para atrair os estrangeiros, utilizando-se, dentre outros recursos, de propagandas que veiculavam uma imagem do país como uma espécie de “Terra Prometida”.

Tais propagandas surtiram o efeito esperado, principalmente na Itália, país que, nessa época, era predominantemente agrícola e com limitadas oportunidades de trabalho. Fugindo da guerra e da fome, acreditando nas promessas do governo brasileiro e idealizando um futuro próspero na América, muitos italianos vieram para o Brasil e grande parte teve como destino o Estado de Minas Gerais.

Assim, procedendo de várias regiões da Itália e habilitados em funções diversificadas, os italianos que vieram construir Belo Horizonte trouxeram conhecimentos técnicos – especialmente nos ramos da construção civil e alimentação – permanecendo na cidade mesmo após a sua inauguração, em 12 de dezembro de 1897.

Nessa terra mineira, constituíram família e investiram em negócios, tanto na indústria quanto no comércio. Construíram empresas, inventaram formas de sociabilidade, fizeram escolhas, promoveram trocas e acrescentaram, às suas experiências anteriores, valores culturais novos que, somados aos que traziam na bagagem, resultaram na constituição de um novo sujeito belo-horizontino.

Hoje, a cidade de Belo Horizonte surge marcada pela presença deste sujeito-estrangeiro-italiano, não se limitando apenas aos nomes das ruas, pois ele também pode ser “visto” nos nomes de indústrias, de estabelecimentos comerciais, de edifícios residenciais, de equipamentos culturais, etc. Suas marcas estão registradas, inclusive, na culinária, na música, no cinema e na arquitetura do município.

Mas, a despeito de tão relevante contribuição, tanto na construção quanto no desenvolvimento da cidade, passados quase 120 (cento e vinte) anos da inauguração de Belo Horizonte, poucos são os nomes italianos lembrados, ficando a maior parte esquecida, seja por falta de registro ou pela dificuldade na recuperação dos dados.

Tal esquecimento, em grande medida, deve-se ao fato de – apesar de se ter notícias da fundação de uma ou duas hospedarias de imigrantes na capital, logo no início da sua construção – não se conhecer, atualmente, o paradeiro dos documentos que identificavam os italianos que deram entrada nessas hospedarias.

Entretanto, durante as pesquisas que efetuamos para desenvolver nosso estudo que resultou na dissertação de mestrado, intitulada *A presença italiana em nomes de ruas em Belo Horizonte: passado e presente*, defendida em 2011, encontramos outras fontes de informação que nos fizeram conhecer centenas de nomes de italianos que viveram na capital mineira, desde o final do Século XIX.

Assim, em inúmeros registros históricos – jornais, legislações e cartas – em relatos de descendentes que ainda vivem na cidade e no “Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim”, encontramos 3.000 (três mil) nomes próprios de origem italiana que se referem a pessoas que viveram, trabalharam, constituíram família e faleceram em Belo Horizonte, tanto na época de sua construção, final do século XIX, quanto durante o século XX. Tal constatação nos motivou a propor esta pesquisa, qual seja a de desenvolver um estudo antropônimo de cunho linguístico-cultural.

### **O caráter social e cultural do antropônimo**

Desde tempos remotos, a linguagem humana é vista como fenômeno social: os homens criam e utilizam palavras para expressar e denominar tudo que está em seu entorno e que lhes desperta interesses.

A questão da nomeação, isto é, da conexão entre palavras e coisas é um tema que vem sendo debatido há tempos, como bem argumenta Lyons (1979, p. 429):

Os filósofos gregos do tempo de Sócrates, e, em seguida, Platão, propuseram a questão nos termos em que ela geralmente se propõe até hoje. Para eles a relação semântica que liga as palavras às coisas é a de “denominar”; e a questão que daí decorre é a de saber se os “nomes” dados às “coisas” eram de origem “natural” ou “convencional” [...]. No curso do desenvolvimento da gramática tradicional, tornou-se hábito distinguir entre o significado da palavra e a “coisa” ou as “coisas” por ela “denominada”.

Nas palavras de Biderman (1998, p. 88), “a atividade de nomear é específica da espécie humana” justamente porque, ao observar o ambiente à sua volta, o homem necessita identificar cada um dos elementos percebidos e transmitir, aos seus semelhantes, ideias e conceitos acerca dos mesmos.

Atribuir um nome, portanto, é reconhecer a existência de algo, significa adicioná-lo em um universo cognitivo, no conjunto das coisas de conhecimento e de domínio, pois aquilo que se denomina é algo que está na esfera de interesse do próprio denominador.

Sendo assim, um nome não é apenas uma designação, ele expressa um atributo com o qual o objeto denominado passa a ser identificado, um valor atribuído que pode, inclusive, modificar a ideia que se faz do mesmo.

Segundo Biderman (1998, p. 90), “na dimensão individual, o léxico é conceptualizado como um conjunto de representações, isto é, de objetos mentais que se consubstanciam nas palavras que esse indivíduo domina e das quais ele se serve”.

Considerando tal argumentação, pode-se pensar que o léxico de uma língua se constitui em uma forma de registro do conhecimento universal, já que, ao atribuir nomes aos referentes, o ser humano, simultaneamente, os classifica.

Ora, se o léxico de uma língua registra uma infinidade de conhecimentos, tem-se, por conseguinte, que a sua análise, diacrônica ou sincrônica, pode revelar como o homem percebe ou percebia a sua realidade, desvendando o seu ambiente físico e apresentando os fatores históricos, sociais e culturais que norteiam ou norteavam as suas atividades.

Isso costuma ocorrer porque, como esclarece Sapir (1961, p. 57): “O léxico completo de uma língua pode ser considerado, na verdade, como um complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção de uma comunidade”.

Buscando simplificar a relação de sentido e representação entre coisas e palavra, Foucault (1999, p. 136) distingue nomes próprios de nomes comuns, ao colocar que

A palavra designa, o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma. Assim é que, em face da uniformidade do verbo – que nunca é mais que o enunciado universal da atribuição – os nomes pululam e ao infinito. Deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear. Mas então cada nome seria tão fortemente vinculado à única representação que ele designa, que não se poderia sequer formular a menor atribuição; e a linguagem recairia abaixo de si mesma: Se tivéssemos por substantivos somente nomes próprios, seria preciso multiplicá-los ao infinito.

Mais do que nomear coisas e objetos, o homem atribui nomes às pessoas e aos lugares. A esse estudo, de cunho lexical, dá-se o nome de Onomástica. À Onomástica cabe o estudo das origens e alterações (no sentido e na forma) dos nomes próprios, se dividindo em duas disciplinas distintas, porém complementares: a Antroponímia – que trata dos nomes próprios das pessoas; e a Toponímia – que trata dos nomes próprios de lugares.

O filósofo português, Leite de Vasconcelos (1931, p. 3), define Antroponímia como o “[...] estudo dos nomes individuais, com o dos sobrenomes e apelidos [...]”.

Os antropônimos – antropo (homem) + onoma (nome) – são assim chamados por se referirem, exclusivamente, aos nomes próprios de pessoas. Assim como os topônimos, os antropônimos têm a faculdade de preservar a memória cultural de um povo, pois, segundo Dick (1992, p. 112), eles se situam entre os elementos mais arcaizantes de uma língua.

[...] não há, realmente, ao que se saiba, discordância entre os teóricos onomásticos quanto à função que desempenham as duas disciplinas como elementos conservadores do que se pode denominar de “memória” de um núcleo social, isto porque topônimos e antropônimos se inscrevem como os elementos mais arcaizantes de uma língua, desde que conservadores de antigos estágios denominativos.

Dick (1990, p. 178) ainda chama a atenção para o caráter social e cultural da Onomástica, ou dos estudos Toponímicos e Antroponímicos, quando sentencia que

[...] enquanto os topônimos definem e precisam os contornos de qualquer paisagem terrestre, os antropônimos se referem, com exclusividade, à distinção dos indivíduos entre si, no conjunto dos agrupamentos sociais, ao mesmo tempo que permitem e possibilitam aos núcleos assim constituídos a aquisição de uma personalidade vivenciada através da nomeação de seus membros.

Esse caráter sociocultural é destacado também por Amaral (2010, p. 76) que compreende o antropônimo como o item lexical que é utilizado pelo usuário da língua para referir-se a um indivíduo do mundo real ou fictício (neste caso, com traços humanos).

Podemos dizer que os nomes próprios possuem características semânticas distintas dos nomes comuns, uma delas é que apontam deitivamente para seu possuidor, sem informar nenhum significado específico.

Outros estudos como o de Lozano Ramírez (1999) nos lembram que o nome próprio costuma ter grande

relevância para a história política, cultural, das instituições e das mentalidades. Ao nascer, é atribuído a cada ser humano um nome e sobrenome por meio dos quais ele será identificado ao longo de sua vida, pois as pessoas precisam comunicar-se com ele e referir-se a ele em suas interações.

Lyons (1979, p. 178) é mais um dos teóricos que evidencia que os nomes próprios possuem a função referencial e vocativa. A função referencial ocorre quando outras pessoas fazem menção a alguém e a vocativa quando o nome é usado para chamar um indivíduo.

Dessa forma, o ato de nomear pode ser entendido como a associação de um indivíduo a um antropônimo escolhido, não aleatoriamente, mas diretamente ligado à função de fixar uma referência, uma ancestralidade, uma origem geográfica, pois, como afirma Dick (1998, p. 218), “O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade”.

Transmitido de geração a geração, o nome próprio de pessoa é muito mais que um mero identificador ou rótulo, é antes um vasto campo de estudo que permite, inclusive, sob o aspecto diacrônico, compreender as sociedades que o geraram, e as que o utilizam, sob uma visão sincrônica.

### **Antroponímia italiana e memória cultural de Belo Horizonte**

Considerando a ampla possibilidade de estudos que têm como ponto de partida o nome próprio de pessoa, a nossa pesquisa busca analisar quais foram os legados deixados pelos italianos na capital do Estado de Minas Gerais, procurando identificar o que Belo Horizonte conservou dos imigrantes italianos que vieram construí-la no final do Século XIX e dos que chegaram à cidade nas primeiras décadas do Século XX. É um estudo que se inscreve na memória linguística-cultural da sociedade belo-horizontina.

Nosso estudo é de cunho cultural porque busca a memória, uma vez que pretende analisar a história que há por trás de cada nome italiano arrolado na pesquisa, apresentando o que essas individualidades imprimiram, com seus nomes, na história da cidade de Belo Horizonte.

Partindo-se do pensamento de Heidegger<sup>1</sup>, citado por Cotrim (1999, p. 17), de que “a língua é o solo comum da cultura de um povo”, pode-se compreender a linguagem como um reservatório onde se acumulam a maior parte das experiências do homem. Sendo assim, não há como desconsiderar a sociedade e sua cultura nos estudos de sua linguagem, pois, como Duranti (2000, p. 27) enfatiza, a linguagem é uma prática cultural, não se manifestando apenas naquilo que se ouve contar, encontrando-se também nas relações interpessoais que permitiram tais relatos.

Como prática compartilhada por diferentes agrupamentos humanos, a linguagem pode também ser entendida como um instrumento de transmissão e perpetuação das culturas locais, já que ela permite ordenar os dados observados no ambiente, por meio dos conceitos, classificações, designações e significados.

Seabra (2004, p. 24), comentando o pensamento de Duranti (2000), considera que o estudo da língua, inserido no universo cultural, se situa no amplo campo da antropologia, ciência que examina a linguagem considerando a transmissão e a reprodução da cultura, além da sua relação com outras formas de organização social.

Sendo a linguagem, sob a perspectiva da Antropologia Linguística, uma manifestação cultural, ela difunde o modo de vida e a ideologia de seu povo, deixando à vista quais são as formas de pensar e observar o mundo em tempos e espaços distintos.

Para Langacker (1972, p. 24), por exemplo, língua e cultura estão estreitamente entrelaçadas, e a adoção de uma nova língua é, frequente e, geralmente, acompanhada da adoção de uma nova cultura e vice-versa.

Na mesma direção, Sapir (1961, p. 44), um dos mais conhecidos investigadores da história da Antropologia Linguística, ao analisar os fatores sociais, passou a compreendê-los como as “várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo”. Adicionalmente, refletindo sobre o papel do ambiente em relação à cultura, o referido autor apresentou a seguinte argumentação:

---

<sup>1</sup> Martin Heidegger (Meßkirch, 26 de Setembro de 1889 — Friburgo, 26 de Maio de 1976) foi um filósofo alemão.

As forças sociais, que assim transformam as influências puramente ambientais, podem, por sua vez, serem consideradas como de caráter ambiental, no sentido de que cada indivíduo se acha colocado em meio a um conjunto de fatores sociais, a eles reagindo [...] Essas forças sociais tradicionais estão sujeitas, por sua vez, a mudanças ambientais, entre outras, fato que põe em relevo a complexidade do problema das origens e desenvolvimento de uma cultura.

Sapir reconhecia os fatores socioculturais e os via refletidos na linguagem, compreendendo que cada língua, assim como o seu povo, tinha uma visão particularizada do mundo, expressando, ao seu próprio modo, a realidade observada. Enfim, Sapir percebia que cada língua assinalava contornos distintos na construção de sua imagem do mundo.

Partilhando dessa mesma opinião, o antropólogo linguista Duranti (2000) esclarece que, para que seja possível a compreensão do papel da língua na vida das pessoas, é necessário ir além do estudo de sua gramática, sendo preciso entrar no mundo da ação social, pois é lá que as palavras são relacionadas às atividades culturais.

De acordo com Duranti (2000, p. 23, tradução nossa)

[...] a antropologia linguística deve ser entendida como uma parte do amplo campo da antropologia, não porque seja um tipo de linguística que se pratique nas áreas da antropologia, mas porque examina a linguagem através do prisma dos interesses antropológicos, entre os quais estão: a transmissão e reprodução da cultura, a relação entre os sistemas culturais e outras formas de organização social, e o papel das condições materiais de existência na compreensão que os indivíduos têm do mundo.<sup>2</sup>

Hymes (1964) também atribui relevância ao contexto sociocultural como constitutivo da realidade linguística. Sua teoria é pautada no pressuposto da linguística constituída socialmente, o que implica uma relação entre cultura e linguagem, no que diz respeito à utilização da forma linguística motivada pelo **uso social**.

Debruçando-se sobre esse tema, Meillet (1948, p. 16), anterior a Hymes e Duranti, já considerava a língua como um fato social e, por isso mesmo, acreditava que a linguagem não existia fora dos indivíduos que a falavam. Nesse sentido, segundo ele, a sociedade atuava diretamente sobre a língua, que se via sujeita à ação dos diferentes fatores que sustentavam a organização social. Sendo assim, a língua tornava-se susceptível a mudança e adaptações, conforme as transformações sociais.

Diante de todas as considerações arroladas anteriormente, percebe-se que a língua não é simplesmente um código produtor de sentido, ela também é social, é uma corrente de significados que é compartilhada por uma coletividade. Dessa maneira, as relações sociais, que integram as pessoas, modelam as práticas comunicativas e, portanto, influenciam a linguagem.

Dando continuidade às reflexões sobre o tema língua, cultura e sociedade, com especial enfoque sobre o assunto antropônimo, relembremos a afirmação de Dick (1992, p. 112), de que o antropônimo exerce a função de “memória” de um núcleo social. Assim sendo, pretendemos, em nossa pesquisa, resgatar a história da capital mineira por meio da análise da história dos imigrantes italianos, considerando a tenuidade da linha que separa memória individual de memória coletiva.

De acordo com Thompson (1992, p. 28), a memória coletiva não é constituída pela realidade pronta e acabada, pois, nos relatos de memória, manifestam-se sentidos, atribuem-se valores pessoais, acrescentam-se pontos de vista, percepções individuais, etc., fazendo com que a memória coletiva seja construída no contato das experiências pessoais vivenciadas em grupo.

Na verdade, a memória individual e a social encontram-se interligadas e são interdependentes, pois cada sujeito está incluído em um contexto, onde vive em comunidade e estabelece inter-relações com os seus pares, assim

---

<sup>2</sup> Hay que entender la antropología lingüística como una parte del amplio campo de la antropología, no porque sea un tipo de lingüística que se practique en los departamentos de antropología, sino porque examina el lenguaje através del prisma de los intereses antropológicos, ente los cuales están: la transmisión reproducción de la cultura, la relación entre los sistemas culturales y otras formas de organización social, y el papel de las condiciones materiales de existencia en la comprensión que los individuos tienen del mundo.

consolidando suas lembranças. O conjunto das memórias individuais, compartilhando experiências e significados, constrói a memória coletiva.

Sobre o tema, Nora (1995, p. 8) registra que “a memória está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações”. Este autor compreende a memória como uma construção heterogênea, arquitetada por meio da reciclagem de recordações, muitas vezes vagas e gerais.

Considerando essa reflexão de Nora, a história oficial de uma cidade pode ser vista apenas como mais uma das releituras do passado, mas não a única e nem sempre a mais próxima da realidade, já que uma de suas finalidades é tentar resgatar elementos, representar momentos que já não existem mais.

Portanto, a reconstrução do passado é uma tarefa muito desafiadora, pois, embora se tenham a memória individual, a memória coletiva e os registros históricos, a ninguém é possível reviver o passado tal e qual ele foi, de fato, em sua época.

Sobre tal dificuldade, Bosi (1994, p. 59) acrescenta que só resta ao pesquisador “reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos”, considerando que “nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias.”.

A referida autora estabelece ainda uma profunda ligação entre memória e linguagem, pois, segundo ela,

[...] o instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima, no mesmo espaço histórico e cultural, a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho (situação-limite da pureza individual). De resto, as imagens do sonho não são, embora pareçam, criações puramente individuais. São representações, ou símbolos, sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos tensões... (BOSI, 1994, p. 56).

Ponderando sobre os últimos tópicos aqui discutidos, reforçamos a nossa tese de que a memória sociocultural de Belo Horizonte pode também ser apreendida por meio dos nomes próprios das pessoas que viveram nessa cidade, sobretudo pelos que deixaram as suas marcas como construtores, entre eles, os imigrantes italianos.

A memória da cidade, construída no espaço e no tempo, é um conjunto de fragmentos de lembranças que foram se edificando, umas sobre as outras, arquivando os acontecimentos passados. Bairros, praças, ruas, edificações, monumentos e, principalmente, os nomes de seus habitantes, documentam a sua memória.

## **Formulação do problema**

Durante a realização da nossa pesquisa de mestrado, deparamo-nos com 2 (dois) problemas que deixamos para equacionar nos estudos que pretendíamos desenvolver, posteriormente, em nossa pesquisa de doutorado, a saber:

1º) A não comprovação oficial da origem italiana de 279 antropotopônimos [*vide* as justificativas em Filgueiras (2011, p. 78)], e

2º) A identificação de inúmeros nomes, comprovadamente de origem italiana, que não puderam ser relacionados na pesquisa de mestrado por não estarem representados na toponímia urbana da cidade de Belo Horizonte.

O primeiro problema consistiu em não encontrarmos – após exaustivas buscas nos documentos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), dos arquivos públicos, museus e bibliotecas da cidade – informações oficiais que comprovassem a origem italiana desses 279 (duzentos e setenta e nove) antropotopônimos. Adicionalmente, naquele momento, não havia tempo hábil para uma pesquisa mais profunda como encontrar os descendentes das pessoas em questão, marcar entrevistas e realizá-las, colhendo dados e certidões que comprovassem a sua origem italiana.

O segundo problema se deu por termos nos deparado, durante as buscas relatadas no parágrafo anterior, com inúmeros outros nomes de pessoas que tinham comprovação oficial da origem italiana, mas que não foram homenageadas com nomes de logradouros na capital mineira e, como a pesquisa de mestrado foi exclusivamente toponímica, tivemos que retirá-los do nosso *corpus*.

Em abril de 2011, após a defesa de nossa dissertação de mestrado, contabilizando os dados que foram excluídos do *corpus* da pesquisa, constatamos que tínhamos mais de 1.800 (um mil e oitocentos) nomes e que grande parte tinha biografia identificada.

Levando em conta o expressivo volume e inquestionável riqueza dos dados – sem falar do nosso desejo, já expresso, de analisá-los em uma pesquisa de doutorado – resolvemos, por meio de uma leitura preliminar, levantar algumas questões que poderiam nortear o nosso atual estudo:

1ª) Será que esses 1.800 (um mil e oitocentos) nomes italianos sofreram adaptações nas grafias de seus prenomes, ou dos sobrenomes, ao entrarem em contato com o português do Brasil?

2ª) Se ocorreram adaptações, quais os fatores que influenciaram?

3ª) Qual seria o índice de retenção, variação e mudança no registro desses nomes?

4ª) Como se estabeleceu a relação aportuguesamento *versus* língua de origem?

5ª) De quais regiões da Itália eles vieram?

6ª) O que ficou registrado sobre suas vidas?

7ª) Considerando o volume e valor informativo dos dados biográficos já relacionados, como tratá-los e disponibilizá-los ao público, seguindo os moldes da Lexicografia?

### **Justificativa**

Partindo das questões arroladas no tópico anterior, nossa proposta foi desenvolver um estudo linguístico descritivo de antropônimos italianos que atuaram na construção e primeiras décadas do desenvolvimento de Belo Horizonte, tendo como principais justificativas o ineditismo, ou seja, a inexistência de trabalhos acadêmicos que analisaram esse banco de dados e a sua importância no processo de resgate da memória histórica e cultural da capital mineira, no que se refere à participação dos imigrantes italianos.

As fontes de informação que utilizamos foram quase todas primárias: documentos históricos, depoimentos de descendentes, anotações manuscritas de Raul Tassini<sup>3</sup> e do “Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim”<sup>4</sup>.

Sobre isso, Ramos e Bastos (2010, p. 88) esclarecem que “No caso da pesquisa antroponímica, a natureza diferenciada dos dados impõe fontes primárias também diferenciadas, mas igualmente oficiais: a documentação de cartórios de registro civil ou de arquivos paroquianos de batistérios”.

Acreditamos que o material coletado, atualmente 3.000 (três mil) antropônimos, posteriormente organizado em um banco de dados, servirá de subsídio para futuras pesquisas, a respeito da cidade de Belo Horizonte, nas diversas áreas da Linguística. Como produto do nosso estudo, pretendemos, também, realizar um dicionário onomástico.

### **Pressupostos metodológicos**

A metodologia utilizada se baseou nos pressupostos da Antropologia Linguística, da Onomástica, da Lexicologia e Lexicografia. Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica dos estudos onomasiológicos, sobretudo dos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores que são referência na área, tais como: Amaral (2004, 2005, 2008), Baldinger (1966), Dauzat (1946, 1951), Dick (1990, 1992, 1996, 1997, 1998), Leite de Vasconcelos (1928), Seabra (2006) e outros mais.

---

3 Raul Tassini nasceu em Belo Horizonte, em 1909, onde faleceu em 1992. Filho do imigrante italiano Ernesto Tassini, Raul era desenhista, ilustrador, poeta e museólogo. Registrou manualmente cenas do cotidiano e interpretou aspectos significativos da arquitetura de Belo Horizonte em pequenos cartões e recortes de papel. Sua coleção pessoal, fonte riquíssima de informações sobre a capital mineira, está sob a tutela do Museu Histórico Abílio Barreto.

4 O “Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim”, hoje considerado obra rara e histórica, foi, no passado, o principal instrumento de controle dos sepultados no Cemitério do Bonfim. A publicação é composta por 18 (dezoito) volumes, todos manuscritos, contendo informações sobre os enterrados, incluindo a sua nacionalidade.

Em relação ao binômio língua-cultura, nossa base de referência foram as obras de Bosi (1994), Duranti (2000), Hymes (1964) e Sapir (1921/1971).

Quanto à composição do repertório biográfico, nos apoiamos na bibliografia de linguistas que se dedicam à teoria lexicográfica, como Andrade (1998), Biderman (1993), Krieger (2006), Esquivel (2001), Ettinger (1982), Pascual (2008), etc.

Para o levantamento do *corpus* utilizamos os dados já compilados em nossa dissertação de mestrado e os catalogados por meio de pesquisa em documentos históricos e em entrevistas com descendentes.

A pesquisa em documentos históricos foi realizada na biblioteca do Museu Histórico Abílio Barreto, no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG).

No Museu Histórico Abílio Barreto, além do acervo da biblioteca, consultamos a *Coleção Raul Tassini*, cujo titular foi pesquisador da história e da arqueologia de Belo Horizonte. Raul Tassini catalogou 515 (quinhentos e quinze) nomes de famílias italianas que viveram, e ainda vivem, em Belo Horizonte, reunindo, além de informações manuscritas sobre elas, recortes de jornais que abordavam o cotidiano dessas famílias na capital.

No Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, a nossa atenção se voltou para o “Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim”. A importância dessa publicação para a nossa pesquisa se deve ao fato de o Cemitério do Bonfim ser o primeiro e mais tradicional de Belo Horizonte e da sua história se confundir com a da própria cidade. Nele estão enterrados os primeiros moradores da cidade, dentre os quais centenas de italianos.

Para a presente pesquisa, consultamos o volume 1 do “Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim”, que contempla os anos de 1898 a 1912, copiando os nomes e outros dados dos sepultados de nacionalidade italiana.

Esse trabalho levou um tempo significativo de dedicação, pois a obra, por ser histórica e considerada rara, não pode ser xerocopiada e nem emprestada. Sendo assim, tivemos de visitar a sala de consultas do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte tantas vezes quantas foram necessárias para copiar, um a um, os nomes italianos incluídos no volume 1.

Como a publicação é totalmente manuscrita, outro fator, que tornou o trabalho de cópia mais demorado, foi a compreensão da caligrafia das pessoas que registraram os nomes no livro, já que cada uma tem um estilo próprio de grafar as letras do alfabeto.

Em relação ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), analisamos a publicação “Dicionário de Construtores e Artistas de Belo Horizonte”, identificando e selecionando os de origem italiana.

Sobre as entrevistas com os descendentes, entramos em contato com as famílias, marcando dia e horário, e gravamos os depoimentos sobre os seus ascendentes italianos. Na ocasião da visita, verificamos, quando a família possuía, documentos e fotografias e levamos uma carta de autorização, que foi assinada pelo depoente, autorizando a transcrição e utilização dos dados em nossa tese de doutorado.

Após compilarmos todos os antropônimos, nas fontes arroladas anteriormente, organizamos os nomes pela ordem alfabética do último sobrenome, mantendo a grafia exatamente como encontrada na fonte, para, posteriormente, submetê-los à análise linguística, partindo do modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista.

Essa etapa, ainda em fase de desenvolvimento, que pretende verificar a questão da variação e mudança linguística, assim como os casos de retenção, se apoiará nas teorias da Sociolinguística, dentre as quais destacamos Bynon (1977), Labov (1972, 1982, 1994), Milroy (1992) e Tarallo (2007).

Seguindo os moldes atuais da Lexicografia, pretendemos apresentar, como produto final de nossa pesquisa, um repertório biográfico dos italianos que construíram e ajudaram a desenvolver Belo Horizonte, constando os seus dados, as principais contribuições no município e, quando disponíveis, as suas fotografias.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, E. T. R. De nombres propios a nombres comunes: análisis de antropónimos en español y en portugués. In: III Congresso Brasileiro de Hispanistas, 2005, Florianópolis. **III Congresso Brasileiro de Hispanistas**, 2004.

\_\_\_\_\_. Lula e outros Lulas: aspectos do uso metafórico de antropônimos. In: II Congresso sobre a Metáfora na Linguagem e no Pensamento, 2006, Niterói-RJ. **Anais do II Congresso sobre a Metáfora na Linguagem e no Pensamento**. Niterói-RJ: Assel-Rio, 2005. p. 1-14.

\_\_\_\_\_. El acto de nombrar a un individuo como función primaria de los nombres propios. In: V Congresso Brasileiro de Hispanistas / I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Hispanistas, 2009, Belo Horizonte. **Anais do V Congresso Brasileiro de Hispanistas / I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Hispanistas**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2008. v. 1.

\_\_\_\_\_. Classificação dos usos de antropônimos no português escrito. **Fórum Linguístico**: Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 74-92, jul/dez, 2010.

ANDRADE, M. M. Lexicologia, Terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. 1. Campo Grande: UFMS, 1998. p. 189-198.

BALDINGER, K. Semasiologia e onomasiologia. Tradução de Ataliba T. de Castilho. **Alfa**, São Paulo, v. 9, p. 7-36, 1966.

BARRETO, A. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. História média: planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1898). Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936a.

\_\_\_\_\_. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. História antiga. 2. ed. Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936b.

\_\_\_\_\_. **Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BIDERMAN, M. T. C. A definição lexicográfica. In: **Terminologia**. Cadernos do I. L. n. 10. Rio Grande do Sul: UFRS, 1993. p. 23-43.

\_\_\_\_\_. Dimensões da palavra. In: **Filologia e linguística portuguesa**. São Paulo: UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998.

\_\_\_\_\_. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. **Alfa**, v. 47, n. 1, p. 53-69, 2003.

BYNON, T. **Historical Linguistics**. London: CUP, 1977.

CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia: ser, saber e fazer**. São Paulo: Saraiva, 1999.

DAUZAT, A. **Les noms de personne: origine et evolution**. Paris: Delagrave, 1946.

\_\_\_\_\_. **Dictionnaire Étymologique des Noms de Famille et Prénoms de France**. Paris: Larousse, 1951.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

\_\_\_\_\_. A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos. 1980. 238f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. Memória Paulistana: os Antropônimos Quinhentistas na Vila de São Paulo do Campo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 33, p. 112-113, 1992.

\_\_\_\_\_. Atlas toponímico: um estudo de caso. **Acta Semiótica et Lingüística**, São Paulo, v. 6, p. 27-44, 1996.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1997.

\_\_\_\_\_. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica et Lingüística**. São Paulo, v. XVII, p. 97-122, 1998.

DURANTI, A. **Antropologia Linguística**. Tradução de Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FILGUEIRAS, Z. F. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente**. 2011. 348f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Selma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HYMES, D. **Language in culture and society. A Reader in Linguistics and Antropology**. New York: Harper and Row, 1964.

KRIEGER, M. da G. Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. **Calidoscópico**, Rio Grande do Sul, .v. 4, n. 3, p. 141-147, 2006.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: Pennsylvania University Press; Oxford: Blackwell, 1972.

\_\_\_\_\_. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.) **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

\_\_\_\_\_. **Principles of linguistic change: internal factors**. Blackwell, 1994.

LANGACKER, R. W. **A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos linguísticos fundamentais**. Tradução de Gilda Maria C. de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1972.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

MEILLET, A. **Esquisse d'une histoire de la langue latine**. 5. ed. Paris: Hachette, 1948.

MILROY, J. **Linguistic Variation and Change**. On the historical sociolinguistics of English. GB: Basil Blackwell, 1992.

NORA, P. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, 1995.

PASCUAL, J. I. P. Sinonimia y diccionario histórico. In: GÓMEZ, M. P. G. (Ed.). **Diccionario histórico: nuevas perspectivas lingüísticas**. Madrid: Iberoamericana, 2008. p. 149-175.

SAPIR, E. **A linguagem**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

\_\_\_\_\_. **Language: an introduction to the study of speech**. New York: Harcourt, Brace, 1921.

\_\_\_\_\_. **Linguística como ciência: ensaios**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

\_\_\_\_\_. A Língua como Produto Histórico: A Deriva. In: **A Linguagem**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1921/1971.

SEABRA, M. C. T. C. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo**. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_. Referência e onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). **Múltiplas perspectivas em linguística**. v. 1. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 1953-1960.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, J. L. de. **Antroponímia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.



# A HIDRONÍMIA E A HIDROTOPONÍMIA MARANHENSE DE ORIGEM INDÍGENA

Edson Lemos PEREIRA  
Conceição de Maria de Araujo RAMOS

## Introdução

Este estudo toponímico tem como objetivo apresentar alguns hidrônimos maranhenses, tomando como base a seguinte definição de hidrônimo: “nomes dos acidentes hidrográficos em geral, não importando a natureza linguística do objeto nomeado, e evidenciado pela denominação, se humano ou não, animado ou inanimado, nem natureza dos campos semânticos envolvidos” (DICK, 2004, p.126-127).

Considerando a amplitude do tema e a importância do sistema hidroviário no processo de povoamento do Estado, fez-se um recorte que privilegia o campo da hidronímia e da hidrotponímia.

A centralização do tema se dá tomando como referência a frente litorânea de expansão do espaço maranhense, que possui uma densa rede hídrica (rios, bacias, lagos, lagoas, riachos) que permitiu/permite o deslocamento e a sobrevivência do homem na região. Destaca-se a importância do sistema hidroviário nesse processo, pois partindo, então, da Ilha de São Luís – localizada entre a baía de São Marcos, para onde convergem os rios Mearim, Pindaré e Grajaú, e a baía de São José, para onde se dirigem os rios Itapecuru e Munim –, o colonizador fez do rio seu caminho. Eram, pois, os cursos d’água sua principal via de acesso e de penetração ao interior do território, sua via de comunicação e de sobrevivência. São eles, hoje, que nos proporcionam informações valiosas sobre a região, pondo em evidência questões relativas a seu povoamento, sua história, economia, cultura, toponímia.

Quanto à decisão de fazer um recorte concernente à origem dos topônimos, limitando o trabalho àqueles de origem indígena, convém ressaltar que o Maranhão, como parte integrante do território pertencente, no século XVIII, ao Estado Colonial do Maranhão, possuía uma população indígena formada por cerca de 30 povos, aproximadamente 250.000 indivíduos, sendo assim um dos centros brasileiros de maior densidade de falares indígenas, pertencentes a dois troncos linguísticos – Macro-Jê e Tupi-Guarani ou Macro-Tupi (cf. ELIA, 1979). Atualmente, o Maranhão conta com uma população autodeclarada indígena de 37.272 indivíduos (IBGE, 2010). Dentre aqueles que se declaram indígenas, há os que se reconhecem pertencentes a um povo indígena, distribuídos entre os povos Guajá/Awá-Guajá, Guajajara/Tenetehára, Kaapor/Urubu-Kaapor e Tembê/Tenetehára, pertencentes ao tronco linguístico Tupi-Guarani, e Gavião/Pukobiê do Maranhão, Canela/Timbira, Krikati/Timbira, pertencentes ao tronco Macro-Jê. (INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL COMBONIANO NORDESTE, 2004).

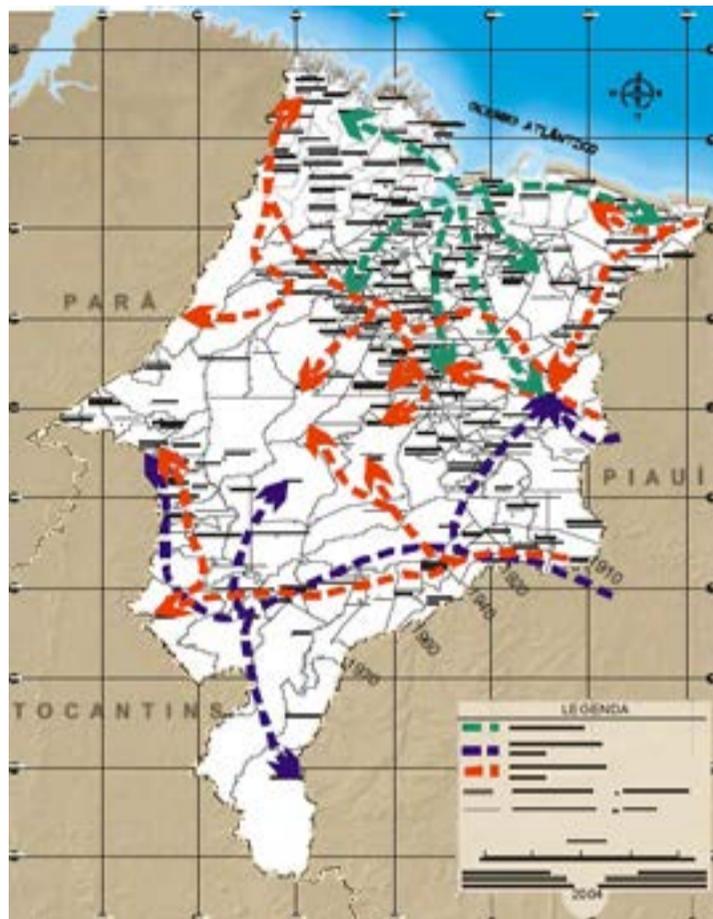
Considerando essa realidade histórica, étnica e linguístico-cultural do Maranhão, a presença significativa do índio no território maranhense deixou marcas incontestes no léxico toponímico do Estado, razão pela qual se torna importante investigar essas marcas.

O estudo segue os princípios teóricos e metodológicos da Onomástica, mais particularmente da Toponímia, e objetivou descrever a hidronímia e a hidrotponímia maranhense de origem indígena, registrando o percurso onomástico desses topônimos, com vista ao resgate histórico de suas denominações.

## A frente de povoamento Litorânea

Estudos acerca do processo de ocupação do espaço maranhense, dentre eles o de Trovão (2008), mencionam que o processo de ocupação do território maranhense se deu por meio de dois movimentos/duas frentes de expansão: a frente litorânea, que tem como ponto de partida a Ilha de São Luís e que se distribui em seis direções rumo ao interior, utilizando o mar e o grande conjunto de rios caudalosos e perenes que compõem a hidrografia maranhense, e a frente pastoril, cuja via de penetração é o médio vale do rio Parnaíba.

**Figura 1** – Frentes de expansão do Maranhão



**Fonte:** Trovão (2008, p. 13)

Vale ressaltar, ainda, que o processo de ocupação pelos franceses, em 1612, da ilha de Upaon-açu (*upaon* = ilha + *açu* = grande), conhecida atualmente como ilha de São Luís, deu-se por meio das águas do Oceano Atlântico, assim como a expulsão deles pelos portugueses em 1615, que catequizaram e domesticaram os índios que ali se encontravam. Os portugueses sentiram a necessidade de explorar ainda mais as terras maranhenses, porém, para realizar essa exploração, as águas eram o único meio de que dispunham.

Com isso, contando com a ajuda dos índios e partindo da ilha de São Luís, a frente litorânea, segundo Trovão (2008), utilizou o mar e os rios, descrevendo diferentes percursos:

- duas ramificações se deram ao longo do litoral por via marítima e fluvial;
- outra seguiu pelo litoral e pela costa oriental, “[...] além de ter sido planejada para o desenvolvimento da pecuária e exploração de salinas tinha também como finalidade a comunicação com Ceará e Pernambuco.”(p. 14);
- outra seguiu à montante do rio Itapecuru, sendo “[...] a mais importante a ponto de tornar o referido rio a principal via de penetração em direção ao interior do Estado.”(p. 15);
- o rio Mearim, mais uma via da frente de ocupação do litoral, possibilitou o surgimento às suas margens de engenhos e fazendas, o que lhe rendeu o título, segundo Cabral (1992 apud TROVÃO 2008, p. 16), de “Príncipe Soberano de Todos os Rios da Capitania do Maranhão”;
- o rio Pindaré, diferentemente da ramificação do rio Itapecuru, que foi considerada importante, deixou um saldo negativo: em 1616, o capitão Bento Maciel Parente, auxiliado pelos jesuítas, deu início a uma guerra mortífera contra os índios Guajajaras que habitavam a região;
- o rio Munim, por sua vez, também possibilitou mais uma via de ocupação, principalmente por sua “[...] proximidade com o Piauí [...], assim como [por garantir] a segurança do transporte do ouro que, oriundo das áreas de mineração, utilizava esse caminho hídrico para alcançar São Luís” (p. 16-17).

Podemos dizer, tendo como base registros históricos, que a área conhecida como frente litorânea era povoada por povos indígenas, pois, quando da chegada da expedição liderada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, em 1612, “Existia então, na ilha do Maranhão, 23 aldeias de Tupinambás, únicos habitantes d’ella.” (MARANHÃO, 1946, p. 23). “As aldeias maiores contavam com 500 a 600 índios enquanto que as pequenas podiam ter de 200 a 300. O padre Abbéville calculou, para essa época, o número de 10 mil a 12 mil tupinambá, uma densidade demográfica de 5 indivíduos por quilometro quadrado”. (GOMES, 2002 apud SILVA, 2010, p. 1134).

À essa época a Ilha já era densamente habitada por tupinambás. Tinham vindo da costa leste, principalmente, por causa da ameaçadora presença dos portugueses (Abbéville, 1945:65), mas também por causa de sua busca pela “Terra sem Mal” (Metraux, 1979). A essa altura os franceses já mantinham um relacionamento de trocas comerciais havia mais de trinta anos com os tupinambá, especialmente com os da Ilha e da Serra do Ibiapaba, no Ceará. Entre os produtos que comercializavam estava o pau brasil, a tatajuba, o tabaco e outros produtos por facas, machados, enxadas, tesouras, espelhos, panos, chapéus, contas de vidro entre outros produtos baratos.” (ABBÉVILLE, 1945 apud SILVA, 2010, p. 1134).

Tendo em vista que na Ilha havia essa população de Tupinambá, registra-se que:

Fora da Ilha de São Luís, a oeste, em Tapuitapera havia de 15 a 20 aldeias tupinambá com uma população dita superior à da Ilha (ABBÉVILLE, 1945, p. 148). Mais a oeste, na Baía de Cumã, havia outro grupo de tupinambá com um número equivalente de aldeias. Dessa área até o Caeté, na desembocadura do Rio Gurupi, havia mais de 20 a 24 aldeias tupinambá, fazendo um total de 40 a 50 mil índios tupinambá vivendo ao longo da costa maranhense e paraense a partir da Ilha de São Luís. A sudeste, e para o interior, na altura dos cursos médios dos Rios Itapecuru e Mearim, havia outra concentração de aldeias tupinambá inimigas dos tupinambá da Ilha. A leste, ao longo da costa, viviam os Teremembés e mais umas 3 dezenas de povos específicos chamados de “tapuias” pelos Tupinambá. (GOMES, 2002 apud SILVA, 2010, p. 1136).

Assim, selecionamos para este estudo a frente de povoamento litorânea por sua grande quantidade de cursos d’água e grande quantidade de índios donos das terras circunvizinhas.

## **Metodologia**

Primeiramente delimitamos, por meio de mapas, a área que foi pesquisada, tendo em vista nosso interesse nas áreas de concentração indígena maranhense, mais especificamente as localidades que se encontram na frente litorânea. Vale destacar aqui a reprodução do mapa de João Teixeira Albernaz, elaborado em torno de 1613, um dos primeiros mapas do Maranhão.

Mapa 1 – Maranhão



Fonte: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart555828.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart555828.pdf)

Para coleta dos dados de nosso estudo, consultamos três obras: duas traduzidas do francês – *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*<sup>1</sup>, escrita pelo padre Claude D'Abbéville, e *Viagem ao norte do Brasil: Feita nos anos de 1613 e 1614*<sup>2</sup>, do padre Yves D'Évreux – e uma escrita em português, *A Poranduba maranhense, do Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão*.

Vale ressaltar a importância das obras, pois temos relatos dos acontecimentos dos séculos passados que contribuem para os estudos da linguagem.

Dentre elas, ainda chamamos atenção para a *Poranduba maranhense* que oferece aos estudiosos da língua portuguesa, e em particular aos trabalhos que têm como foco o português falado no Maranhão, um excelente conjunto de informações sobre a língua usada àquela época especificamente sobre o léxico relativo aos **abitantes do Maranhão, seus costumes e lingoa** (capítulo 29), às **plantas** (capítulo 30), aos **quadrupedes e outros animaes** (capítulo 31), às **aves e insectos voláteis** (capítulo 32) e aos **peixes e anfíbios dos rios e lagos** (capítulo 33).

Em síntese, a *Poranduba maranhense* representa, assim, uma fonte de informações para estudos de natureza linguística, tanto em uma perspectiva sincrônica como diacrônica, que ajudam a melhor perceber o processo de variação e mudança pelo qual passa o português brasileiro, e em particular o falar maranhense.

No que diz respeito às línguas indígenas, as informações contidas nas obras ratificam o lugar ocupado pelo Maranhão como um dos centros brasileiros de maior densidade de falares indígenas, como evidenciado anteriormente.

## O léxico indígena

O enfoque do léxico de qualquer cultura exige que se esclareça como se concebe esse elemento no âmbito da língua. Seguindo essa orientação, convém observar as considerações que faz Biderman (2001) sobre o tema em questão. Segundo a autora,

<sup>1</sup> Tradução da obra *Historie de la mission des pères capucins en l'isle de Marignon et terres circonvoisines*.

<sup>2</sup> Tradução da obra *Voyage dans le nord du Bresil fait durant les années 1613 e 1614 par le père Yves d'Évreux*.

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. (BIDERMAN, 2001, p. 13).

As considerações de Biderman (2001) encontram ressonância na ideia de Dietrich e Noll (2010, p. 90-91) que, ao estudarem a influência da língua brasílica no léxico do português falado no Brasil, assim explicam essa influência:

A motivação dos falantes do português para adotarem termos das línguas brasílicas, da língua geral paulista, da língua geral amazônica ou do nheengatu é dada pela necessidade de denominarem objetos e realidades desconhecidas na tradição portuguesa, mas típicas da natureza e da vida no Brasil. Assim é natural que a grande maioria dos termos de origem tupi pertença à linguagem setorial da fauna, flora, natureza e cozinha. Geralmente são nomes, poucas vezes adjetivos ou verbos.

Rodrigues (1986, p. 21) destaca a importância dessa herança linguística, dando exemplos de dados estatísticos referentes ao léxico Tupi(nambá). Segundo o autor,

Uma das conseqüências da prolongada convivência do Tupinambá com o Português foi a incorporação a este último de considerável número de palavras daquele. Numa amostra de pouco mais de mil nomes brasileiros populares de aves, um terço, cerca de 350 nomes, são oriundos do Tupinambá. Numa outra área de fauna, em que a interação entre portugueses e índios deve ter sido mais intensa, pois uns e outros eram grandes pescadores, a participação do vocabulário do Tupinambá é ainda maior: numa amostra de 550 nomes populares de peixes, quase metade (225 ou 46%) veio da língua indígena. É notável a quantidade de lugares com nomes de origem Tupinambá, quase sem alteração de pronúncia, muitos deles dados pelos luso-brasileiros dos séculos passados a localidades onde nunca viveram índios Tupinambá.

É evidente a contribuição das línguas indígenas. Vale ressaltar que, provavelmente, vários topônimos considerados Tupinambá foram introduzidos no português por luso-brasileiros.

Como visto anteriormente, é significativo o número de vocábulos oriundos do Tupi(nambá) presentes no português brasileiro. Segundo Ilari e Basso (2006, p. 68), “Só no *Dicionário histórico das palavras de origem tupi*, de Antônio Geraldo Cunha, que é especificamente dedicado aos termos de origem tupi, registram-se cerca de três mil vozes.”.

Tendo em vista que uma parte considerável do léxico relativo à fauna, à flora e às cozinhas regionais brasileiras tem sua origem no Tupi(nambá), é notável a contribuição desse léxico no que diz respeito à toponímia, em especial aos hidrônimos, que se referiam aos elementos que, antes de serem o acesso de várias frentes de povoamento do homem branco, eram os locais de onde os índios tiravam sua sobrevivência.

## Resultados

Fizemos a análise dos dados seguindo o modelo das taxionomias toponímicas propostas por Dick (1990a). A autora sugere 27 taxes para classificação dos topônimos, divididos em dois grupos, os de Natureza Física e os de Natureza Antropocultural.

Por meio da análise dos dados, percebemos a forte presença de taxionomias de Natureza Física. Dentre elas, segundo Dick, destacam-se:

- Hidrotopônimos – topônimos que contêm o elemento água ou as designações de natureza hidrográfica;

- Geomorfotopônimo – topônimos referentes às formas geográficas;
- Fitotopônimos – topônimos que têm origem na flora;
- Ergotopônimo – topônimos de natureza cultural.

O estudo evidenciou ainda que, no âmbito do percurso realizado pelos exploradores das terras, não houve modificações em relação aos nomes dos rios pesquisados, prevalecendo assim o léxico de origem indígena.

**Quadro 1** – Hidrônimos recolhidos nas obras consultadas

<b>Topônimo</b>	Rio Pindaré
<b>Taxionomia</b>	Ergotopônimo
<b>Notas Linguísticas</b>	De pidá-aré anzol demorado, anzol de espera, anzol com isca que se deixa por longo tempo na água. (TIBIRIÇA, 1985, p. 96)  Pinaré – de <i>pidá</i> , anzol, e <i>ré</i> , diverso, diferente. (D'ABBEVILLE, 2008, p. 184, 325) (Notas do tradutor)

<b>Topônimo</b>	Rio Maioba
<b>Taxionomia</b>	Fitotopônimo
<b>Notas Linguísticas</b>	MAYOÛE – rivière et village; nom de certaines FEUILLES D'ARBRES QUI SONT fort longues & larges – Maiobe e Mayobe em Y.d'Evreux; mas, conforme a explicação do texto, deve ser Taioba. (Caladium), composto de taya, como em Taiapouan, e oba, folha. (D'ABBEVILLE, 2008, p. 109) (Notas do tradutor)

<b>Topônimo</b>	Rio Munim
<b>Taxionomia</b>	Geomorfotopônimo
<b>Notas Linguística</b>	Monim, Enrugar, encrespar, escolher. (BORDONI, s/d, p. 399)  Mounin RIVIÈRE– Munim, segundo Sampaio, corruptela de má-ni o que é enrugado ou encrespado, o ondeado. [...] (D'ABBEVILLE, 2008, p. 184) (Notas do tradutor)

<b>Topônimo</b>	Rio Maracu
<b>Taxionomia</b>	Hidrotopônimo
<b>Notas Linguísticas</b>	Alt. de mbará-cu, pará-cu, língua de mar, pequeno pântano formado próximo às praias, pela invasão das águas do mar. (TIBIRIÇA, 1985, p. 83)  MARACOU – rivière – MARACU, sem explicação plausível; Martius (Glossaria) pretende que seja a contração de Ymira-urucu. (D'ABBEVILLE, 2008, p. 184)

<b>Topônimo</b>	Rio Mearim
<b>Taxionomia</b>	Ergotopônimo
<b>Notas Linguísticas</b>	De mbiar-y, rio da caça. (TIBIRIÇA, 1985, p. 86)

<b>Topônimo</b>	Rio Cumã
<b>Taxionomia</b>	Fitotopônimo
<b>Notas Linguísticas</b>	Nome de uma planta da Amazônia, também chamada de sorva. (TIBIRIÇA, 1985, p. 45)  Fuligem ou fava. Nomes de diversas plantas lactecentes do Brasil [...]. (LOPES, 1947, p. 98)

<b>Topônimo</b>	Rio Itapecuru
<b>Taxionomia</b>	Litotopônimo
<b>Notas Linguísticas</b>	Do nheegatu itape-curu lage enrugada, ondulada. (TIBIRIÇA, 1985, p. 66) Taboucourou – rivièrè – Itapicuru, na topônímia atual. Nas crônicas e mapas se escreve variamente: Tapicuru, Tapucuru, Itapocuru, Itapicuru, etc. [...] pode derivar de itapé, pedra chata, laje, e curu, cascalho, seixo, esprimindo seixos de laje [...]. (D'ABBEVILLE, 2008, p. 180) (Notas do tradutor)

<b>Topônimo</b>	Rio Bacanga
<b>Taxionomia</b>	Fitotopônimo
<b>Notas Linguísticas</b>	De ybá-canga, fruto seco, baga, coquinho; Theodoro Sampaio traduziu por “cabeceira das frutas” por desconhecer os trabalhos de Lemos Barbosa, que nos legou valioso vocabulário de tupi antigo. (TIBIRIÇA, 1985, p. 26) Ibá + cang, canga (fruto + galho ou cabeça)[...]. (LOPES, 1947, p. 28)

## Conclusão

Com este recorte dos hidrônimos de origem indígena, mostramos que o léxico das línguas indígenas contribuiu bastante para o conhecimento histórico-cultural maranhense, em especial no que diz respeito à toponímia. Frisamos, assim, a importância de estudos mais aprofundados sobre a toponímia e o léxico indígena no Maranhão.

## REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001. p. 13-22.

BORDONI, O. **A Língua Tupi na geografia do Brasil**. Curitiba: BANESTADO, s/d.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Siciliano, 2002.

D'EVREUX, Y. **Viagem ao norte do Brasil: feita no ano de 1613 a 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na Onomástica Brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (Org.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. v. II. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A.; SEABRA, M. C. T. C. de. Caminho das Águas, Povos dos Rios: Uma Visão Etnolinguística da Toponímia Brasileira. In: **Anais do V Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. v. 5. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 64-91.

ELIA, S. **A unidade linguística do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. In: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. de A. (Org.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. 1. ed. v. V. Campo Grande: EDUFMS, 2010. p. 79-98.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LEITE, Y.; FRANCHETTO, B. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p.15-61.

LOPES, A. Topônimos Tupis no Maranhão. **Revista de Geografia e História do Maranhão**, São Luís, n. 2, p. 13-33, 1947.

\_\_\_\_\_. Topônimos Tupis no Maranhão. **Revista de Geografia e História do Maranhão**, São Luís, n. 3, p. 79-103, 1950.

MARANHÃO, F. de N. S. dos P. Poranduba Maranhense. Separata de: **Revista de Geografia e História do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Academia Maranhense de letras, 1946.

NOLL, V.; DIETRICH, W. O papel do tupi na formação do português do Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O Português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-103.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

TIBIRIÇA, L. C. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi**: Significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço Editora, 1985.

SILVA, T. F. da. **História da língua Tenetehára**: contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família linguística tupí-guaraní do tronco tupí. 145f. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

# ENTRE CAMINHOS DA TERRA E CAMINHOS DAS ÁGUAS: ESTUDO DE CASO – HIDRONÍMIA DO RIO DAS VELHAS/MG

Letícia Rodrigues Guimarães MENDES

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um recorte do estudo dos hidrônimos das localidades que compreendem o Alto e Médio Rio das Velhas, região que guarda profundos laços com a ocupação e fixação do desbravador bandeirante em território mineiro.

Muitos estudos relacionados à Onomástica, principalmente os que remetem à toponímia e à antroponímia, vêm sendo realizados nos últimos anos. Direcionados à terra, ao homem, aos acidentes físicos ou humanos, têm tomado vulto cada vez maior. Essa área de pesquisa, ao mesmo tempo vasta e intrigante, leva o homem a conhecer mais sobre si mesmo e sobre o ambiente que o cerca, pois esse é um campo de estudos que envolve, indissolavelmente, língua, história e sociedade.

Pelo fato de considerar o estudo da língua aliado ao estudo da cultura, os campos de trabalhos referentes ao nomear abrem-nos um leque de possibilidades de pesquisa, e a essas estão relacionados os nomes dos acidentes físicos de determinadas regiões. Ao contrário do que pode parecer a princípio, a nomeação desses acidentes encerra relações profundas entre o nomeador e o nomeado. Há diversos tipos de acidentes físicos, e aí se inserem os relacionados à água e à nomeação de outros acidentes derivados desse campo; trata-se da **hidronímia**.

## O caminho das águas

O “caminho das águas” foi um caminho de direcionamento. Mapas, mesmo os mais antigos, davam ênfase aos acidentes físicos, como morros e serras, e também a rios e diversos cursos d’água. Dentre tantos nomes, teriam os mais antigos se mantido, ou foram substituídos por outros? A que taxa toponímica corresponde a maioria dos nomes encontrados e qual a relação desses nomes com a cultura e a sociedade das Minas setecentistas, oitocentistas e mesmo com a sociedade de hoje? Eis algumas das questões a que procuraremos responder.

Para os povos que primeiro adentraram os sertões mineiros, a água e o caminho por elas indicado eram a rota das riquezas. Rios, nascentes, córregos e demais cursos d’água eram constantemente usados como referência para indicar o caminho certo, ou o rumo a ser tomado. Nesse caminhar e desbravar, os nomes indígenas dos rios e demais cursos eram conhecidos, mas muitas vezes trocados por nomes relacionados à passagem do homem branco pelos locais.

Antes da chegada do homem branco, já existia outro nome, instituído, usado e conhecido pelos indígenas. Com o estabelecimento das relações entre o homem branco e o gentio, alguns dos nomes de lugar foram traduzidos para a língua do caraíba, e, assim, eram utilizados, concomitantemente, nomes indígenas e não indígenas. Porém, não é possível precisar, devido à ausência de registros, o momento das transições dos nomes quando de sua passagem para a língua do desbravador. É o caso do Rio das Velhas, durante tempos conhecido como *Uaimií* e cuja tradução significa exatamente **Rio das Velhas**.

## Rio das Velhas: caminhos do ontem, caminhos de hoje

A Bacia hidrográfica do Rio das Velhas, alvo geral de nosso estudo, relaciona-se à Bacia do Rio São Francisco, o qual deságua no Oceano Atlântico. Constitui-se como uma das principais bacias hídricas do estado de Minas Gerais. Na época dos bandeirantes, depois de esgotada a exploração do ouro, esse rio continuou ainda a valer-se para os homens por muito tempo: seja para guiá-los por novos caminhos, seja para escoar para municípios diversos produtos de uma região, seja para o sustento com a imensa variedade de peixes encontrados nessas águas. Pelo Rio das

Velhas navegaram expedições, ora com objetivo exploratório, como as dos bandeirantes, ora com objetivo científico, como a de Bourton, em sua *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*, e hoje, expedições com objetivos ambientais, como a do *Projeto Manuelzão*, desenvolvido em parceria com a UFMG e cujo propósito é possibilitar, até o ano de 2010, que nos seja possível novamente navegar, nadar e pescar nas águas do Velhas.

### **A língua como reflexo da sociedade**

A linguagem, por seu valor e relevância para o homem e a sociedade, sempre foi alvo de inúmeros estudos. Abordagens atuais enfocam a língua como algo intimamente relacionado à cultura, às formas que o indivíduo possui de enxergar, habitar e interpretar o mundo e o ambiente em que está inserido.

Duranti (2000, p. 27, tradução nossa) ressalta que “a possibilidade de fazer descrições culturais [...] depende da medida em que determinado tipo de linguagem permita a seus falantes articular em um sistema o que fazem com as palavras na vida cotidiana”<sup>1</sup>. O estudo das linguagens dentro das diferentes culturas permite-nos, portanto, estudar o homem como ser mutante e como modificador do ambiente em que vive. Não é um ser único e pré-definido, mas sim moldado por fatores os mais diversos, como crenças, religião, ambiente, entre outros. Isso ocorre pelo fato de que cada indivíduo, inserido em sua realidade cultural, utiliza palavras que reproduzem diferentes e particulares maneiras de refletir sobre o mundo e sobre a existência humana. Labov (1968) defende a ideia de que é necessário compreender que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais. Em outras palavras, poderíamos dizer que a linguagem possui uma função social.

A palavra é a primeira manifestação de uma linguagem articulada e com significado lógico, ou seja, é uma entidade psicolinguística primordial, a primeira que faz dar sentido ao discurso humano. Ela é fonte geradora de lógica, de ideias, de enunciados. Em nossa pesquisa, pudemos verificar a força geradora de significados e sentidos representados nos nomes dos cursos d’água presentes em nosso *corpus*. Essa força se produz através da ocupação humana, da cultura, da relação do homem com o ambiente que o cerca.

Defendemos em nossa abordagem que é impossível considerar o estudo de uma sociedade sem considerar sua cultura. Diversos autores, como Duranti (2000), assinalam que o estudo da linguagem é um recurso da cultura e, ainda, que a linguagem é, sobretudo, uma prática cultural. A cultura de uma sociedade “não se manifesta apenas nas histórias que ouvimos contar uma ou outra vez. Também se encontra nos intercâmbios que fazem possíveis aqueles relatos, nas formas de organização que permitem incluir uns e segregar outros”<sup>2</sup> (DURANTI, 2000, p. 27, tradução nossa).

### **Estudos lexicais contemporâneos**

Os estudos contemporâneos tendem a seguir a concepção de léxico a partir do entrelaçamento entre língua, sociedade e cultura, conforme já assinalamos. Essa visão tomou maior amplitude com o desenvolvimento dos estudos da Antropologia Linguística. O léxico é o saber partilhado, faz parte do acervo vocabular de determinado grupo e representa sua visão de mundo.

A Onomástica é parte integrante do campo de estudos da Lexicologia, ou seja, do estudo das palavras. Onomástica, por definição, é o estudo dos nomes próprios. Dentro da esfera Onomástica, estão dois outros campos de estudos: a Toponímia e a Antroponímia. A primeira é a ciência que estuda os nomes de lugares, cidades e localidades diversas, bem como a origem e evolução desses nomes; a segunda, os nomes de pessoas, por meio dos nomes próprios individuais: prenomes ou apelidos de família.

---

<sup>1</sup> *La posibilidad de hacer descripciones culturales [...] depende de la medida en que un lenguaje determinado permita a sus hablantes articular en un sistema lo que hacen con las palabras en la vida corriente.*

<sup>2</sup> *[...] no solo se manifiesta en las historias que oímos contar una y otra vez. También se encuentra en los intercambios que hacen posible dichos relatos, en las formas de organización que permiten participar a unos y segregar a otros.*

No presente trabalho, voltaremos nossa atenção à Toponímia por ser esta a que abrange, mais especificamente, os objetivos de nosso estudo.

Os estudos toponímicos constituem-se como bastante complexos. Não é tarefa fácil para o pesquisador investigar fatos relacionados aos nomes de lugares, pois esse tipo de pesquisa demanda diversas atividades, como observar a história da transformação dos nomes, sua evolução fonética, mudanças gramaticais, influência das migrações, nomes impulsionados pela mitologia ou folclore, entre outros.

Estudar o signo toponímico é estudar uma diversa gama de fatores comunicacionais. O topônimo é, muitas vezes, chamado de “testemunho histórico”, conforme afirma Dick (1990b, p.22):

[...] a toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. [...] Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fôra a sua presença dinâmica.

A nomeação, seja de lugares ou, como em nosso caso, de acidentes físicos, “exige” do nomeador a relação conhecimento  $\times$  lugar nomeado, e, em muitos casos, o nome refletirá, como já dissemos, características culturais, sociais, religiosas, entre outras, presentes na vida dos indivíduos de determinada comunidade/região, traços relacionados a seu mundo, e a determinados campos conceituais que, para ele, sejam capazes de representar a coexistência entre a realidade e o objeto alvo de sua atenção. Essa relação pode ser considerada de suma importância, seja numa perspectiva atual de determinada nomeação, ou não. Dick (1990a, p.30) observa:

Ora, o homem, em sua qualidade de membro de um agrupamento, representa, por força da introjeção de costumes e de hábitos generalizados, senão integralmente, pelo menos uma parcela significativa do pensamento coletivo. É a resultante de uma modelagem constantemente burilada pelo próprio dinamismo das paralelas línguo-sociológicas em que se movimenta. Suas idéias e manifestações de espírito, suas atitudes e condutas – conscientizadas, ou não, diante de situações concretas reguladas pela necessidade humana de sobrevivência – e seu próprio existir, enfim, tornam-no a “personalidade histórica” a-temporal e a-espacial, por excelência.

A motivação toponímica constitui-se sobre duas vertentes: primeiro, na intencionalidade do denominador, isto é, a eleição de um nome por circunstâncias várias, de ordem objetiva ou subjetiva, e segundo, sob o aspecto semântico da denominação, ou seja, no próprio significado, mais ou menos revelador. Seja sob quaisquer modalidades de motivação, teremos aí envolvidos aspectos diacrônicos e sincrônicos, e, para o estudo da toponímia, seria válida uma taxionomia criada para nomes de lugares. Dessa maneira, o signo lingüístico, sob a função toponímica, aproxima-se do real e torna clara a natureza semântica de seu significado.

### **Estudos toponímicos no Brasil**

Os estudos toponímicos brasileiros receberam forte influência das diretrizes traçadas por Dauzat (1926). Desenvolveram-se consideravelmente a partir de Drumond<sup>3</sup> (1965) e, posteriormente, Dick (1990). Antes, a atenção estava voltada para os estudos indígenas de origem tupi. A partir dos trabalhos de Dick, a ciência toponímica difundiu-se por nosso país, e hoje temos diversas outras pesquisas feitas nessa área que favoreceram enormemente os estudos da linguagem.

Atualmente, há bastantes projetos sendo desenvolvidos por diferentes universidades brasileiras, que têm privilegiado, sobretudo, a elaboração de Atlas Toponímicos. Destacamos, no estado de Minas Gerais, o projeto de Atlas ao qual está vinculada nossa pesquisa: o ATEMIG, Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação da Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, na Faculdade de Letras da UFMG. Esse projeto é variante

---

3 Carlos Drumond (FFLCH – USP).

regional do ATB, Atlas Toponímico do Brasil, por sua vez coordenado pela Professora Doutora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O ATEMIG, iniciado em 2005, já apresenta resultados parciais bastante significativos no que se refere ao estudo do território de Minas Gerais: as taxionomias predominantes em cada região realmente refletem hábitos, traços culturais e de ocupação territorial, entre outros, nos lugares os quais o forasteiro conquistou como sendo de propriedade dele. Nossa pesquisa, por sua vez, nos levará a constatar se, no caso dos hidrônimos, os resultados se aproximam ou não dos topônimos na área por nós delimitada, pertencente ao território mineiro.

### **A relevância de um estudo na Região do Rio das Velhas**

Ao observar a ocupação do território mineiro, bem como os caminhos e mapas seguidos pelos sertanistas, não nos restam dúvidas da importância dos cursos d'água para o direcionamento, o acesso e a sobrevivência das comitivas em suas incursões.

Os primeiros mapas destacam, além de pontos de partida, nomes de picos e serras, o nome dos rios pelos quais se devia seguir, subir ou descer. Sem os rios, não era possível seguir caminho, e por eles, garantia-se a pesca, a água potável, a caça e, muitas vezes, a navegação.

Após muitas andanças, os rios adquiriram valor maior para os bandeirantes, pois eram em suas aluviões encontrados traços da presença de preciosos metais, como o ouro. Nas margens do Rio das Velhas e de seus afluentes, instalaram-se os primeiros povoados da região. Na área rural, estabeleceram-se diversas fazendas, voltadas à criação de gado, porém, ao sul, quase no limite com a comarca de Ouro Preto, predominou a atividade mineradora. Foi, durante muitos anos, a comarca mais densamente povoada, e as atividades e investimentos econômicos aconteciam, principalmente, na região de Sabará e seu entorno. Muitas cidades passaram a ter grande importância, como Ouro Preto, Sabará, Contagem, Caeté, entre outras; determinadas regiões, como os distritos de Quinta do Sumidouro e Fidalgo, centro dos acontecimentos relacionados aos primórdios da história mineira, pertencem hoje a cidades maiores.

Fazem parte da região da Bacia do Rio das Velhas, até o seu limite com o Rio São Francisco, 51 municípios. Interessou-nos pesquisar 19 deles, integrantes da região de estudos abarcada na presente pesquisa, e ordenados a seguir em ordem alfabética: Belo Horizonte, Caeté, Confins, Contagem, Esmeraldas, Itabirito, Lagoa Santa, Nova Lima, Nova União, Ouro Preto, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

O estudo da região que abarca o Alto Rio das Velhas faz-se relevante, como já foi mencionado, pelo fato de essa região ser importante como caminho utilizado pelos bandeirantes para a descoberta de ouro e outros metais preciosos, bem como o fato de o “caminho das águas” abrir tantos outros caminhos por terra e formar postos de parada onde, mais tarde, vieram a ser fundadas inúmeras cidades mineiras.

Nossa tese é a de que através da toponímia, pela conservação de nomes de cursos d'água, temos registrados traços étnicos, linguísticos e culturais dos primeiros habitantes dessas regiões. Em nosso estudo, temos como foco o nome dos rios e cursos d'água em geral. Nossa pesquisa foi desenvolvida sob as perspectivas sincrônica e diacrônica. Nosso *corpus* é composto de mapas da região mineira e da região da Bacia do Rio das Velhas, feitos nos séculos XVIII, XIX e XX. Por esse motivo, os nomes encontrados nos mapas foram submetidos à catalogação e análise de sua grafia, estrutura morfológica, origem e taxionomia. Por meio dos mapas, foi possível verificarmos mudanças nos topônimos, propriamente ditos, ou em sua grafia, a frequência com que cada nome foi registrado ao longo dos séculos, as taxionomias predominantes, entre outros dados.

Em nosso trabalho optamos por fazer um levantamento bibliográfico e buscar, em mapas antigos e contemporâneos, dados que pudessem ilustrar, enriquecer e contribuir para o esclarecimento de questões que se levantaram.

Os nomes dos cursos d'água em sua forma contemporânea, analisados em nossa pesquisa, provêm da catalogação dos dados coletados em mapas do estado de Minas Gerais, realizados e aprovados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

## Apresentação dos resultados

Do montante total dos hidrônimos, foi feita a separação e quantificação de sua origem, taxionomia, qual o tipo de acidente a que pertencem e a estrutura morfológica de cada um; esses foram os itens utilizados para a realização de uma estatística geral. Segue a análise, subdividida em tópicos.

A natureza dos hidrônimos subdivide-se em física e antropocultural. Em nosso *corpus*, tivemos, dentro do total de 820 ocorrências, 420 hidrônimos de natureza física, 390 de natureza antropocultural e 10 não encontrados ou não classificados.

Já no que diz respeito à classificação taxionômica, os dados de nossa pesquisa revelaram que os fitotopônimos alcançaram maior número de registros na região estudada: 136. O fato de termos, na região da Bacia do Rio das Velhas, a predominância de fitotopônimos, mostra-nos o valor que a natureza representa para os habitantes dessa localidade. Voltando ao princípio adotado por nós, de que a língua é o reflexo da sociedade, em nossos dados temos uma ampla representação que vem confirmar esse fato.

O homem desbravador, o bandeirante, o boiadeiro, aqueles que primeiro possuíram os desertões mineiros, encontravam na natureza, ao mesmo tempo, mortal e agreste, o meio para sobreviver. A natureza, a muitos, parecia sombria, mas não a ponto de fazer os expedicionários retrocederem. Os que conheciam a fundo o significado de uma empreitada ao sertão, com o passar do tempo, cuidaram para que não lhes faltasse mantimento, pois diversas expedições foram malogradas devido à falta de víveres. A natureza presente no território brasileiro, entretanto, muito poderia oferecer, tanto por sua abundância, por meio de frutas ou caça, quanto de outros recursos indispensáveis, meios de sobrevivência aos desbravadores. A sobrevivência dos incursionistas e a garantia de condições de vida favoráveis dependiam, e muito, do conhecimento que detinham e do uso que faziam da natureza. **Abóboras** eram alimento, bem como também o fruto das **bananeiras**. **Angicos** eram abundantes devido à grande presença de cursos d'água e açudes em todas as partes. A **arnica** era usada para tratar ferimentos; **bambus**, utilizados para diversos fins, como a confecção de cercas, após o estabelecimento de áreas de ocupação devidamente demarcadas, onde era possível se plantar um **batatal** de bom tamanho. Da **braúna** era retirada a madeira, utilizada para construção e cuja resina era aproveitada como alimento. O **cipó** era utilizado para amarrações; da **embira** era possível a produção de cordas e estopa. A utilidade dos recursos naturais foi e ainda hoje é marcada por meio de topônimos e hidrônimos.

Em segundo lugar, no que concerne à Taxionomia dos dados de nossa pesquisa, aparecem os antropotopônimos, com 125 ocorrências. Os antropotopônimos, como observamos, também se fizeram bastante presentes em nosso *corpus*. Detectamos diversos apelidos de família, prenomes, alcunhas, que nomeiam os cursos d'água abrangidos por nossa pesquisa. Nota-se que são nomes que se cristalizaram e se mantiveram ao longo dos anos, mesmo que o porquê das denominações não seja mais conhecido. Segundo Seabra (2004), quando o nome encerra alguma relação com a história, ele se mantém ao longo dos anos, mas, se a denominação estiver ligada a nomes de antigos sertanistas, pessoas pouco conhecidas e/ou que não se mantiveram na região, a noção de “sentido” do nome se torna apagada e é possível que seja até substituído por outro.

Foi notável também a presença dos hidrotopônimos, que ocupam o terceiro lugar em nossos resultados, com 92 ocorrências. A água ocupa alto valor no que diz respeito à subsistência e à implantação de vilas, lugarejos e cidades em determinados locais. Os geomorfotopônimos aparecem em quarta colocação nos resultados, com 59 ocorrências, e logo na sequência, com 54 ocorrências cada um, vêm os sociotopônimos e animotopônimos.

A presença de nomes ligados a características dos terrenos, como o relevo, depressões e elevações, por meio de geomorfotopônimos, relaciona-se claramente ao processo de ocupação e estabelecimento do homem no território mineiro: sabemos que os bandeirantes guiavam-se por rios, alegravam-se ao avistar determinada **Serra**; um **Morro Redondo**, **Morro Preto** ou **Morro Vermelho** indicava-lhes a certeza do caminho. Atravessar córregos em forma de **Funil**, batizar a um belo campo de **Campo Alegre**, passar por **Vargens**, descobrir e explorar uma **Mina**, perder-se pelo **Cafundão** do território eram situações cotidianas.

A presença dos sociotopônimos na nomeação do ambiente destaca-se pelo estabelecimento de profissões, como **Boiadeiros**, que, conforme os registros históricos, também foram pioneiros na ocupação de Minas; outros nomes, como **Cumbe, Boticário, Curral, Fazenda, Engenho, Quilombo, Rancho, Soca, Sangrador**, mostram-nos retalhos da vida e do cotidiano das pessoas das épocas consideradas em nossa pesquisa. O mesmo se pode dizer sobre os zootopônimos, que nos afirmam a opulência da natureza com a qual era necessário saber lidar, ou dela tirar proveito: **Cobras, Macacos, Quatis, Leitão**, entre outros.

Os litotopônimos correspondem a um total de 49 ocorrências em nosso *corpus*. Eles se relacionam tanto a minerais que representavam a riqueza, como **Ouro, Prata e Cristais**, mas também a minerais que representavam os caminhos, os ambientes e as construções, como **Areias, Barro, Cascalheira, Lapa, Lajes**.

Hagiotopônimos e ergotopônimos apareceram na mesma proporção, ou seja, em número de 32 ocorrências, o que, curiosamente, põe, segundo nossos dados, em pé de igualdade, pelo menos no que se refere à nomeação de rios e cursos d'água, alguns bens materiais, como **Moinho, Pilões e Andaime** e os santos e santas católicos, como **Santa Ana, Santa Lúcia, Santa Paula, São José**, etc. Ao contrário do que se poderia esperar desse território, por ser um território mineiro, em que a religiosidade sempre parece ser bastante expressiva, nos dados de nosso *corpus* ela não se fez presente de forma predominante. As demais taxionomias, como hierotopônimos, dimensiotopônimos axiotopônimos e cromotopônimos receberam número menor que 20 ocorrências. Poliotopônimos, numerotopônimos, cardinotopônimos e astrotopônimos receberam um total menor ou igual a 1 ocorrência.

### **Considerações finais**

Durante essa jornada pelos estudos da hidronímia do Rio das Velhas, foi-nos possível conhecer mais sobre a história de Minas e constatar, o quanto, ainda hoje, somos influenciados por fatos que ocorreram há séculos. O passado dialoga com o presente, e sabemos, a língua e a cultura influenciam em muito nosso comportamento, nossos hábitos, nossa maneira de habitar nosso espaço e enxergar o que nos cerca. Finalizamos, assim, o presente estudo, valendo-nos da afirmação que se encontra em Seabra (2004, p. 384): “a Toponímia tem um compromisso com a língua como voz, ferramenta e fundamento da experiência humana, transmitindo informações e refletindo a história dos povos”.

### **REFERÊNCIAS**

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de P. do A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Edições Arquivo do Estado, 1990a.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DRUMOND, C. **Contribuição do bororo à toponímia brasileira**. São Paulo: Editora USP, 1965.

DURANTI, A. **Antropologia Linguística**. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

LABOV, W. The Reflexion of Social Processes in Linguistic Structures. In: FISHMAN, J. (Ed.). **Readings in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, 1968. p. 240-251.

SEABRA, M. C. T. C. **A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo**. 2004. 399f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

# ONOMÁSTICA COMERCIAL: O USO DA LÍNGUA INGLESA NA FORMAÇÃO DE NOMES DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Natália Cristine PRADO

## Introdução

O léxico das línguas está em constante atualização e isso ocorre através de palavras criadas com elementos de sua própria língua ou através de empréstimos de outras línguas (ALVES, 1990). O empréstimo de palavras de outros idiomas para o Português Brasileiro (doravante PB) é um fenômeno antigo. Como lembra Trask (2004), o léxico do PB foi acumulando ao longo dos anos palavras de “línguas de povos que, juntamente com os portugueses, participaram da formação da população do país: os indígenas, os escravos africanos e os imigrantes europeus” (TRASK, 2004, p. 219). De acordo com Paiva (1991, p. 109), “assim como importamos mercadorias de outros países, palavras estrangeiras também terão ampla acolhida no mercado linguístico brasileiro”. No entanto, esse assunto vem ganhando destaque no meio acadêmico, na mídia e até mesmo na política<sup>1</sup> em razão da crescente quantidade de palavras emprestadas do inglês: os chamados anglicismos.

A influência do Inglês Norte-Americano (doravante IA) no português e em outras línguas no atual contexto histórico é, para alguns autores, uma das consequências do contínuo processo de globalização – que é visto, comumente, como resultado do poderio econômico, político, militar e cultural que os EUA adquiriram após a Segunda Guerra Mundial e, mais notadamente, com a queda do muro de Berlim em 1989 (RAJAGOPALAN, 2005). No entanto, o conceito de globalização é bastante complexo e, como lembra Guillén (2001, p. 235, tradução nossa), “Um dos tópicos mais contestados nas ciências sociais”<sup>2</sup>. Embora alguns estudiosos situem a origem deste fenômeno na atualidade, há quem acredite que a sua história começou antes da era das descobertas e viagens ao chamado “novo mundo” pelos europeus.

Assim, muitas pessoas, querendo associar a superioridade dos produtos importados (principalmente os “*made in USA*”) ao seu próprio negócio, usam para nomear um novo estabelecimento comercial ou um novo produto uma palavra emprestada de outra língua, normalmente, da língua inglesa. Desta forma, existem nomes comerciais no Brasil que são palavras estrangeiras. Como lembram Garcez e Zilles (2004, p. 22-23):

O apelo da máquina capitalista globalizante é forte demais para que a mídia da informação, do entretenimento e, principalmente, da publicidade possa ou queira deixar de explorar as associações semióticas entre a língua inglesa e o enorme repositório de recursos simbólicos, econômicos e sociais por ela mediados.

Portanto, em virtude deste cenário linguístico e cultural no Brasil, pretendemos, neste estudo, observar a formação de nomes comerciais com elementos do inglês em PB observando como os empréstimos se comportam linguística e culturalmente nessa variedade do português.

---

<sup>1</sup> Não podemos deixar de nos referir aqui ao Projeto de lei n.º 1676 de 1999 do então deputado Aldo Rebelo. Este Projeto dispunha sobre “a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa” e visava à proibição do uso de palavras estrangeiras, sobretudo os anglicismos, no PB. Na época, o assunto gerou grande revolta na comunidade linguística, que se manifestou contrária ao Projeto (FARACO, 2004; FIORIN, 2004; GARCEZ, ZILLES, 2004; MASSINI-CAGLIARI, 2004a, 2004b; ZILLES, 2004). Posteriormente, este Projeto foi reformulado e aprovado pelo Senado em uma nova versão que foi proposta pelo senador Amir Lando, em 28 de maio de 2003.

<sup>2</sup> [...] *one of the most contested topics in the social sciences.*

## A onomástica e os estudos dos nomes comerciais

De acordo com Guérios (19--), de modo geral, o estudo dos nomes próprios faz parte da disciplina chamada Onomástica ou Onomatologia. O autor comenta o trabalho “Antroponímia Portuguesa” (VASCONCELOS, 1928), notando que Vasconcelos divide os nomes próprios em três tipos principais (Toponímia – estudo dos nomes de lugares ou geográficos; Antroponímia – estudo dos nomes próprios de pessoa; Panteonímia – estudo de nomes próprios variados, como de animais, navios, seres sobrenaturais e títulos de livros), além de comentar outros tipos de nomes (Astronímia – estudo dos nomes de astros; Teonímia – estudo de nomes de deuses; entre outros), mas observa que, nesta obra de Vasconcelos (1928), não há preocupação com o estudo dos nomes próprios de artigos comerciais ou produtos das indústrias. Para Guérios (19--, p. 180), “não deve ser desconsiderado esse novo campo que oferece multiformes interesses, e, em derradeira análise, manifestação espiritual, e, portanto, digna de estudo”. De acordo com ele, como consequência do grande progresso material em todos os setores industriais, “os nomes surgem diariamente no mercado, não só em tamanha variedade, mas também em quantidade tal, que possibilita até uma sistemática”.

De acordo com Bechara (2009, p. 55), existem disciplinas lexicológicas que estão preocupadas com a origem das palavras. O autor cita a **etimologia** (estudo da origem das palavras) e a **onomástica** (estudo dos nomes próprios). Embora seja um campo vasto, o autor divide a onomástica em **antroponímia** (estudo da história dos nomes de pessoa) e **toponímia** (história dos nomes de lugares), mas não menciona o estudo dos nomes comerciais. Monteiro (2002, p. 205, grifo nosso) cita a mesma divisão feita por Bechara (2009), mas afirma que outros grupos de nomes próprios merecem ser lembrados: “os nomes de animais (**zoônimos**), de astros (**astrônimos**), de seres sobrenaturais (**teônimos**), de marcas ou produtos industrializados (**oniônimos**), de firmas comerciais, de instituições etc”.

Para Monteiro (2002, p. 205), o comportamento morfológico dos nomes próprios é semelhante aos nomes comuns, mas afirma que “dado o caráter individualizante que os define, não deveriam flexionar-se em número. Se admitem flexão, assumem a natureza dos nomes comuns”. Desse modo, do ponto de vista do autor, **João e Brasil** são nomes próprios, mas **joões e brasis**<sup>3</sup> deveriam ser considerados comuns. Com relação aos nomes próprios comerciais, além dos nomes que designam apenas um estabelecimento comercial, existem alguns exemplos bastante conhecidos de nomes comerciais que estão no plural – como **Lojas Americanas, Pernambucanas e Casas Bahia** – entretanto, nesses casos, os nomes designam uma rede de lojas, por isso o plural se justifica como nome próprio.

O pesquisador argumenta que as gramáticas costumam omitir os processos de formação dos nomes próprios, sem qualquer tipo de justificativa. Ele lembra que existem bons estudos sobre toponímia, mas que acabam mais voltados para os aspectos etimológicos. Já com relação aos outros nomes próprios, exceto os antropônimos e oniônimos, o autor supõe que o interesse pela pesquisa seja muito reduzido. Nesta pesquisa, interessa-nos particularmente, no campo dos estudos onomásticos, o estudo da onomástica comercial, pois nosso estudo observa nomes de estabelecimentos comerciais, isto é, os nomes das casas comerciais que chegam ao público.<sup>4</sup>

Para Guérios (19--, p. 180), o primeiro problema que se estabelece ao estudar nomes comerciais é a designação técnica do nome dos produtos industriais e sua consequente disciplina; assim, o autor estabelece o nome técnico “oniônimo” (derivado do grego *ónion* - que significa “artigo comercial”) para nomes de artigos comerciais e “onionímia” para a disciplina que estuda esses nomes. Outros termos usados pelo autor são: “onomástica industrial” ou “onionomástica” (por influência do termo toponomástica, que significa o mesmo que toponímia).

---

3 Esse tipo de uso pode ocorrer em frases como “O Brasil é um país de múltiplas culturas: há vários brasis dentro do Brasil.” (exemplo nosso).

4 Esse tipo de nome comercial ao qual nos referimos aqui é o nome que serve para a divulgação da empresa e seus produtos, e se opõe à **Razão Social, Firma** ou **Nome Empresarial**, que é o nome utilizado perante os órgãos públicos de registro das pessoas jurídicas. Esse nome é conhecido popularmente como *Nome Fantasia* ou **Nome de Fachada**, mas é chamado, no campo jurídico, de **Título de Estabelecimento**. Segundo Bortoli (2006, p. 90), “o título de estabelecimento é o nome de fachada, é um termo publicitário com a finalidade de dar conhecimento da empresa junto ao público e clientes”. De acordo com o autor, “o título de estabelecimento é direito intelectual, amparado contra o uso indevido, sem necessidade de qualquer registro” e possui proteção supletiva contra a concorrência desleal através de diversas leis. Além disso, “no plano prático, é de se destacar a possibilidade de registrar o título do estabelecimento como uma marca, caso diferente do nome comercial, para dar-lhe proteção”. O autor cita como exemplo o título de estabelecimento *Fábrica de Brinquedos Asteroide*, cujo nome empresarial (firma) é *José Asteroide & Cia. Ltda.* e vende brinquedos da marca *Brinquedos Asteroide*.

Embora o autor esteja observando em seu trabalho apenas nomes de artigos comerciais (como *Kibon*, marca de sorvete, e *Singer*, marca de máquina de costurar roupas), nomes de estabelecimentos comerciais, por serem parte do léxico voltado para atividades do comércio, também podem ser considerados como pertencentes ao campo de estudo da onomínia. Neste trabalho, como estamos observando especificamente nomes de casas comerciais, preferimos adotar a designação “onomástica comercial” ou “onomínia” para nos referirmos à disciplina.

Em seu trabalho, observamos que o autor usa o termo onônimo para se referir especificamente aos nomes de artigos comerciais, ou seja, às marcas de produtos; entretanto, os nomes das marcas também podem designar estabelecimentos comerciais e vice-versa (como, por exemplo, a loja chamada *Louis Vuitton*, que vende bolsas da marca de mesmo nome), por isso o termo onônimo também se aplica aos nomes de estabelecimentos comerciais. Todavia, como neste trabalho estamos observando especificamente os nomes de fachada de estabelecimentos comerciais, optamos por usar termos mais transparentes como “nomes comerciais”, “nomes próprios comerciais” ou ainda “nomes de estabelecimentos comerciais”, para nos referirmos aos nomes coletados em nossos *corpora*.

### Procedimentos metodológicos e análise de dados

Em primeiro lugar, preocupamo-nos com a coleta dos dados que virão a ser descritos e analisados neste estudo, por isso, a coleta dos dados do PB foi cuidadosamente realizada a partir do *site* Guia Mais<sup>5</sup>, que contém a informação comercial dos 26 estados do Brasil e do Distrito Federal. A partir desse *site* é possível pesquisar nomes de estabelecimentos comerciais existentes no país inteiro, porém, optamos por fazer um recorte e realizar a pesquisa apenas no interior de São Paulo. Além disso, as empresas estão separadas por categorias, o que agilizou a busca, separação, categorização e a quantificação dos dados. Foi consultado um total de 7271 estabelecimentos cadastrados no interior de São Paulo sendo que 862 deles têm algum elemento da língua inglesa – como vemos na Tabela 1, abaixo.

**Tabela 1** – Total dos nomes comerciais com elementos do inglês no PB separados por tipo de categoria comercial

<b>Total dos nomes com elementos do inglês no PB</b>		
<b>Categorias</b>	<b>n° de nomes coletados</b>	<b>% dos nomes coletados</b>
Academias Desportivas	84	10%
Automóveis Peças e Serviços	67	8%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	207	24%
Informática	85	10%
Hotéis e Motéis	64	7%
Lavanderias	26	3%
Móveis	34	4%
Padarias e Confeitarias	17	2%
Restaurantes e Bares	104	12%
Roupas	174	20%
<b>Total</b>	<b>862</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** <<http://www.guiamais.com.br>>

<sup>5</sup> <<http://www.guiamais.com.br>>.

Consideramos nomes com elementos do inglês qualquer denominação comercial que fosse totalmente em inglês, como no caso da academia *Lofty Sport*, ou que misturasse elementos ingleses com palavras do português, como *Aplausos Studio's Hair*. Como pode-se ver através da Tabela 1, consultamos nomes comerciais em dez setores do comércio: Academias Desportivas, Automóveis Peças e Serviços, Cabeleireiros e Institutos de Beleza, Informática – Equipamentos e Assistência, Hotéis e Motéis, Lavanderias, Móveis, Padarias e confeitarias, Restaurantes e Bares e, por fim, Roupas. A maior parte desses nomes comerciais é ligada, respectivamente, ao setor de Cabeleireiros e Institutos de Beleza (24% dos nomes comerciais – o que corresponde a 207 nomes); de Roupas (20% dos nomes comerciais – o que corresponde a 174 nomes) e, finalmente, de Restaurantes e Bares (12% dos nomes comerciais – o que corresponde a 104 nomes comerciais). Os demais setores também contribuíram com nomes em inglês, como vemos na mesma tabela.

No Quadro 1, abaixo, encontram-se alguns exemplos de nomes comerciais coletados na pesquisa.

**Quadro 1** - Exemplos de nomes comerciais coletados

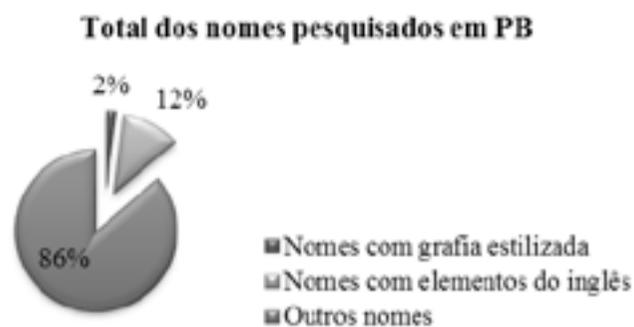
Lavanderias	Móveis	Padarias e Confeitarias	Restaurantes e Bares	Roupas
Clean Plus	Big Lar Móveis	Big Mix	Restaurante China In Box	Angel's Modas
Lavwhite Limpadora	Móveis Wolf	Padaria Shopping	Boalin's Food	Cherry Modas
Work Lavanderia Industrial	Via Art's	Panificadora Mister Cook	Highlander	Mister Jovem

**Fonte:** <<http://www.guiamais.com.br>>

Além desses, quantificamos também um total de 145 nomes comerciais com grafia estilizada (termo usado por Neves, 1971). De acordo com Neves (1971, p. 105), “muitos neologismos comerciais baseiam-se quase que exclusivamente numa maneira bizarra, extravagante, de escrever a palavra”. Nesta pesquisa, essa definição será usada para classificar nomes comerciais que fogem à grafia da língua portuguesa, mas também não são ingleses, como, por exemplo, *Mymo Modas* e *Officina da Malha* (falaremos melhor desses casos adiante). Mesmo tendo encontrado um bom número de nomes comerciais com elementos do inglês e também com grafia estilizada, constatamos que 6264 nomes, num total de 7271 estabelecimentos consultados, são formados, sobretudo, por palavras do português<sup>6</sup>, como podemos ver no Gráfico 1 e na Tabela 2:

<sup>6</sup> A categoria “Outros nomes” inclui todos os nomes que não são alvo desta pesquisa, isto é, nomes formados por palavras do português e formados com elementos de outras línguas. Como nesta pesquisa serão enfocados apenas os nomes comerciais com elementos da língua inglesa, não foi feita a quantificação dos nomes comerciais com elementos de outras línguas estrangeiras, entretanto, como pudemos observar ao longo da coleta de dados, estes nomes apareciam raramente, sendo mais comum o aparecimento de nomes comerciais formados somente com palavras do português.

**Gráfico 1** – Porcentagem do total dos nomes comerciais pesquisados em PB separados por tipos de elementos linguísticos



Fonte: <<http://www.guiamais.com.br>>

**Tabela 2** – Total dos nomes comerciais coletados no PB separados por elementos linguísticos

<b>Categorias</b>	<b>Nomes com grafia estilizada</b>	<b>Nomes com elementos do inglês</b>	<b>Outros nomes</b>	<b>Total dos estabelecimentos cadastrados</b>
Academias Desportivas	11	84	211	306
Automóveis – Peças e Serviços	9	67	611	687
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	33	207	1115	1355
Informática – Equipamentos e Assistência	4	85	215	304
Hotéis e Motéis	2	64	386	452
Lavanderias	12	26	164	202
Móveis	8	34	614	656
Padarias e Confeitarias	8	17	882	907
Restaurantes e Bares	19	104	926	1049
Roupas	37	174	1142	1353
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>862</b>	<b>6266</b>	<b>7271</b>

Fonte: <<http://www.guiamais.com.br>>

Como observamos, tanto o Gráfico 1 quanto a Tabela 2 mostram que apenas uma parcela pequena dos dados trazem elementos da língua inglesa – 12% do total dos nomes consultados – e uma parcela ainda menor – apenas 2% dos nomes consultados – são formados por grafia estilizada. Desse modo podemos concluir que a maioria dos nomes comerciais do interior de São Paulo – 86% dos nomes comerciais consultados – é formada principalmente pela língua portuguesa. Para dar início às análises dos nomes comerciais, primeiramente fizemos uma separação dos nomes comerciais e de seus subtítulos. Por exemplo: encontrávamos no *site* o nome comercial *Art studio adesivos e etiquetas* e fazíamos a separação do nome comercial propriamente dito “art studio” e de seu subtítulo “adesivos e etiquetas”. Na Tabela 3, vemos que no nosso *corpus* existem poucos nomes comerciais com subtítulos, ou seja, apenas 80 nomes – o que corresponde a 9% dos nomes comerciais do nosso *corpus* do PB.

**Tabela 3** – Total dos nomes comerciais com subtítulo

<b>Categorias</b>	<b>Nomes com subtítulo em PB</b>
Academias Desportivas	3
Automóveis – Peças e Serviços	14
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	26
Informática – Equipamentos e Assistência	10
Hotéis e Motéis	2
Lavanderias	4
Móveis	7
Padarias e Confeitarias	1
Restaurantes e Bares	6
Roupas	7
<b>Total</b>	<b>80</b>

**Fonte:** <<http://www.guiamais.com.br>>

Nesse momento, nomes comerciais que continham elementos do inglês apenas no subtítulo foram retirados do *corpus* (como é o caso do nome *Álcool Iris Panquecas e Drinks*, cujo nome é “Álcool Iris” e o subtítulo é “Panquecas e Drinks”), pois nos interessam apenas nomes comerciais que tenham elementos do inglês no seu nome, já que os subtítulos não serão considerados na análise. Em alguns casos, o subtítulo está separado pela pontuação (como no nome *Athletic Way – Equipamentos para Ginástica*) o que torna mais fácil a separação. Em outros casos, o que é nome e o que é subtítulo não está tão evidente, o que gerou dificuldades de separação (como no exemplo *Brush Beleza e Estética*, em que ficamos em dúvida sobre a parte “Beleza e Estética” ser subtítulo, mas acabamos considerando tudo como título).

A partir dessa separação, fizemos uma análise baseando-nos na ordem das palavras que compõem os nomes comerciais. Sabemos que compostos tipicamente portugueses seguem a ordem determinado-determinante (SANDMANN, 1997). Compostos em que o determinante aparece antes do determinado estão sofrendo influência, sobretudo, do inglês – no caso do meio comercial e dos nomes comerciais que estamos pesquisando isso se torna mais evidente, já que eles contêm elementos da língua inglesa. Dessa forma, observamos a ordem das palavras nos nomes de acordo com o seguinte esquema:

- i) Estrutura morfossintática do Inglês: estrutura de núcleo (DM) final

DT + DM

- ii) Estrutura morfossintática do Português: estrutura de núcleo (DM) inicial

DM+ DT

No caso de nomes com estrutura morfossintática do inglês, o núcleo pode ser tanto uma palavra da língua portuguesa quanto da língua inglesa, desde que seja no final do nome comercial. Por exemplo, *Clip Academia* é um nome de estrutura morfossintática inglesa com o núcleo em português e *Sports Gym* é um nome de estrutura morfossintática do inglês com núcleo em inglês. Para nomes com estrutura morfossintática do português, também observamos se o núcleo é em português ou inglês e se está no início do nome comercial, como, por exemplo, *Academia All Rackets Sports* (com núcleo inicial em português) e *Show de Beleza* (com núcleo inicial em inglês).

Alguns casos apresentaram dúvidas de classificação. Por exemplo, o nome comercial *Banana Broadway* (categoria de Academias Desportivas) poderia ser considerado como nome de núcleo inicial em português (*banana* do tipo *Broadway*) ou como nome de núcleo final em inglês (existem outros nomes comerciais que usam a combinação *banana* + núcleo, por exemplo, *Banana Boat* – nome comercial bastante conhecido, mas que não está nos nossos *corpora*). Além disso, *banana* pode ser uma palavra do português ou do inglês. Acabamos optando pela segunda opção de análise e classificando esse nome como sendo de estrutura morfossintática do inglês. Podemos observar, abaixo, alguns exemplos de nomes comerciais de núcleo inicial e de núcleo final.

(01) *Nomes de núcleo inicial no PB*

- a) Vila Training
- b) Auto Mecânica Hot Point
- c) Clínica de beleza New Look

(02)

*Nomes de núcleo final no PB*

- d) Water Center
- e) Brasil Car
- f) Charm's cabeleireiros

Como podemos ver na Tabela 4, a maioria dos nomes comerciais com elementos do inglês que coletamos no PB é de estrutura morfossintática do inglês (com núcleo final).

**Tabela 4** – Total dos nomes comerciais com elementos do inglês no PB separados por estrutura morfossintática

Categorias	Nomes com estrutura morfossintática do português		Nomes com estrutura morfossintática do inglês	
	nº	%	nº	%
Academias Desportivas	53	20%	31	5%
Automóveis - Peças e Serviços	17	7%	50	8%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	66	26%	141	23%
Informática – Equipamentos e Assistência	12	5%	73	12%
Hotéis e Motéis	24	9%	40	7%
Lavanderias	7	3%	19	3%
Móveis	13	5%	21	4%
Padarias e Confeitarias	5	2%	12	2%
Restaurantes e Bares	29	11%	75	12%
Roupas	32	12%	142	24%
<b>Total</b>	<b>258</b>	<b>100%</b>	<b>604</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Como vemos na Tabela 4, apenas 258 nomes comerciais com elementos do inglês no PB são de estrutura morfossintática do português, enquanto a maioria dos nomes, 604 nomes comerciais (o que equivale a 70% dos nomes comerciais com elementos do inglês no PB), é de estrutura morfossintática do inglês. A maior parte dos nomes com estrutura morfossintática portuguesa no PB está nos setores de *Cabeleireiros e Institutos de Beleza* (66 nomes, o que corresponde a 26% dos nomes de estrutura morfossintática do português), *Academias Desportivas* (53 nomes, o que corresponde a 20% dos nomes de estrutura morfossintática do português), *Roupas* (32 nomes, o que corresponde a 12% dos nomes com estrutura morfossintática do português) e *Restaurantes e Bares* (29 nomes, o que corresponde a 11% dos nomes de estrutura morfossintática do português). O restante dos setores do comércio também foi produtivo em nomes comerciais com estrutura morfossintática do português, porém em menor porcentagem.

Já com relação aos nomes comerciais com estrutura morfossintática do inglês, vemos na Tabela 4 que a maioria dos nomes com essa estrutura está distribuída nos seguintes setores do comércio: *Roupas* (142 nomes, o que corresponde a 24% nomes comerciais de estrutura morfossintática do inglês), *Cabeleireiros e Institutos de beleza* (141 nomes comerciais, o que corresponde a 23% dos nomes de estrutura morfossintática do inglês), *Restaurantes e Bares* (75 nomes comerciais, o que corresponde a 12% dos nomes de estrutura morfossintática do inglês) e *Informática – Equipamentos e Assistência* (73 nomes, o que também corresponde a aproximadamente 12% dos nomes com estrutura morfossintática do inglês). O restante dos setores do comércio foi produtivo em nomes comerciais com estrutura morfossintática do inglês em menor porcentagem. Como notamos a partir da coleta dos dados, além de nomes comerciais que apresentam elementos do inglês também existem, em menor número, nomes comerciais com escritas estilizadas, isto é, nomes que fogem ao sistema ortográfico do português, mas cujos elementos não são apenas ingleses, como é o caso dos nomes comerciais *Autocenter Skinão* e *Tok's & Retok's Estética*. Como dissemos anteriormente e podemos ver pela Tabela 5, abaixo, encontramos 145 nomes com grafia estilizada.

**Tabela 5** – Total dos nomes com grafia estilizada

<b>Categorias</b>	<b>Nomes com grafia estilizada no PB</b>
Academias Desportivas	11
Automóveis - Peças e Serviços	9
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	33
Informática – Equipamentos e Assistência	4
Hotéis e Motéis	2
Lavanderias	12
Móveis	8
Padarias e Confeitarias	10
Restaurantes e Bares	19
Roupas	37
<b>Total</b>	<b>145</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Nos casos dos três nomes que citamos acima, pode-se perceber que a pronúncia permanece a mesma de uma escrita convencional do português (“Esquinão”, “Toques e Retoques” e “Que bom”). A maioria dos nomes com escrita estilizada tenta trazer algum elemento diferente para a escrita, muitas vezes numa tentativa de imitar a ortografia da língua inglesa – no caso de Skinão há a sequência sk, que não é típica da ortografia portuguesa, assim como palavras com sílabas terminadas em k na escrita, casos de “Tok” e “Retok”. Roberto Pompeu de Toledo chama a atenção para o fato de que, comparados ao Brasil, “poucos países, fora os de língua inglesa, terão tantas lojas, produtos, serviços ou eventos batizados em inglês” alegando que “comprar na Bacco’s, em São Paulo, ou bebericar no Leo’s Pub, no Rio, não teria o mesmo efeito se o nome desses estabelecimentos não ostentasse aquele penduricalho, delicado como joia, civilizado como o frio” (TOLEDO, 2007). De acordo com o articulista “o emprego do ‘s Brasil afora é muito peculiar, e quem sair à cata das várias formas em que é encontrado terminará com uma rica coleção” (TOLEDO, 2007). A opinião de Toledo (2007) representa a observação de um falante comum da língua portuguesa, ou seja, uma observação casual e informal, não se tratando, assim, de uma pesquisa científica, mas, como nomes com ‘s costumam chamar a atenção nas ruas, nossa expectativa também era a de encontrar muitos nomes com esse elemento. No entanto, ao procurar nomes comerciais com ‘s – típico do caso genitivo da língua inglesa – observamos que o uso desse elemento não é tão comum quanto imaginávamos. Como apresentamos na Tabela 6, abaixo, em nosso corpus há apenas 108 nomes comerciais com ‘s no PB e somente 20 nomes com ‘s e escrita estilizada.

**Tabela 6** – Total de nomes com 's no PB

Categorias	Nomes com 's e elementos do inglês no PB		Nomes com 's e escrita estilizada no PB	
	nº	%	nº	%
Academias Desportivas	3	3%	3	15%
Automóveis – Peças e Serviços	3	3%	0	0%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	45	41%	9	45%
Informática – Equipamentos e Assistência	3	3%	1	5%
Hotéis e Motéis	2	2%	0	0%
Lavanderias	0	0%	0	0%
Móveis	4	3%	1	5%
Padarias e Confeitarias	4	4%	0	0%
Restaurantes e Bares	28	26%	2	10%
Roupas	16	15%	4	20%
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Notamos, a partir da Tabela 6 que a maioria das ocorrências do 's nos nomes comerciais com elementos do inglês apareceu na categoria de *Cabeleireiros e Institutos de Beleza* (41% dos nomes), seguida pela categoria de *Restaurantes e Bares* (o que corresponde a 26% dos nomes) e pela de *Roupas* (15% dos nomes comerciais). Nos nomes com grafia estilizada, as maiores ocorrências de 's foram, respectivamente, nas categorias de *Cabeleireiros e Institutos de Beleza* (45% dos nomes), *Roupas* (correspondendo a 20% dos nomes) e *Academia Desportivas* (15% dos nomes).

Desse modo, vemos que o uso do 's na formação de nomes comerciais em nosso *corpus* mostrou-se mais baixo que o esperado.

### Considerações finais

A pesquisa realizada neste estudo observa a formação de nomes comerciais com elementos do inglês em contexto de PB, no interior de São Paulo. Sabemos que os estrangeirismos provocam dualidades: são estimados por uns e detestados por outros. No entanto, é indiscutível que as palavras de origem estrangeira são uma importante fonte de neologismos e contribuem para a renovação da língua portuguesa e de outros idiomas.

Com relação à penetração da língua inglesa no Brasil e no mundo, Paiva (1991, p. 45) nota que ainda há uma variável que não pode ser ignorada: “a presença hegemônica dos Estados Unidos no mundo. O terceiro mundo não está mais sendo dominado essencialmente pela força armada, mas pela língua, matéria prima do imperialismo cultural causado pela dependência econômica” (PAIVA, 1991, p. 45)<sup>7</sup>. Assim, não podemos deixar de considerar que a língua inglesa acaba sendo associada também a uma sociedade de prestígio, poder e consumo que os E.U.A. representam; afinal, a língua, como observa Paiva (1991, p. 102),

<sup>7</sup> Embora essa pesquisa tenha sido feita na última década do século passado e o cenário político e econômico atual seja um pouco diferente, essas observações da autora ainda se encontram atuais na medida em que vemos muitos estabelecimentos comerciais associando seus produtos aos signos de língua inglesa e a tudo que ela simboliza.

[...] é um bem social, mas a hierarquia produzida pela divisão de classes é reproduzida nos fenômenos linguísticos. Podemos citar, por exemplo, a variação linguística, que divide os falantes em cultos e incultos, prestigiados e desprestigiados. Valores sociais são agregados às várias formas de expressão linguística, fazendo com que as formas de prestígio sempre coincidam com as usadas pelas classes sociais privilegiadas.

Dessa forma, como nota a autora, muitas vezes as expressões e palavras de língua inglesa chegam às massas através da elite econômica, que simboliza o “melhor”, o “sofisticado”. Lembra a pesquisadora que “a imprensa escrita e falada, ao privilegiar os empréstimos, nem sempre necessários, da língua inglesa, abona a pretensa superioridade daquele idioma”. (PAIVA, 1991, p. 116). Portanto, diante desse contexto, no meio comercial, o inglês acaba sendo visto como uma forma interessante de valorização do produto que está sendo vendido, isto é, os comerciantes acham mais “chique” um salão de beleza chamado *Angel's Hair* do que, simplesmente, *Cabelo de Anjo* – talvez numa tentativa de associar aquele estabelecimento a um público-alvo formado por pessoas de maior poder aquisitivo.

Como observamos em nossa coleta de dados, os nomes comerciais com elementos do inglês foram produtivos em PB, mas notamos que a maior parte dos nomes comerciais (86%) é formada, em sua maioria, pela língua portuguesa, o que nos permite afirmar que os processos de formação de palavras e vernáculos são as formas mais usadas na criação de novos nomes comerciais no interior de São Paulo. Esse número de palavras com elementos do inglês se equilibra com a porcentagem de palavras estrangeiras encontradas na *Base de Neologismos do Português Contemporâneo do Brasil* no estudo de Alves et al. (2004, p. 6). De acordo com os autores, foram observadas mais de 9300 unidades lexicais neológicas sendo que apenas 17% (cerca de 1500 neologismos) são estrangeirismos, em sua maioria de origem inglesa.

Embora os nomes com grafia estilizada não sejam tão frequentes em nosso *corpus*, eles foram produtivos. É importante observar que, mesmo sendo livre para ousar no nome, grande parte dos comerciantes adota uma postura conservadora no sentido de preferir usar a ortografia oficial da língua portuguesa no momento de registrar o nome do seu estabelecimento comercial. Por isso, nomes como *Autocenter Skinão* e *Ki-Bom* não são tão comuns quanto esperávamos, mas são um exemplo de como a ortografia do inglês pode inspirar os donos de estabelecimentos comerciais no momento da criação do nome do seu negócio.

Outra observação interessante se refere ao uso do *ʒ* em nomes comerciais. Contrariando nossas expectativas, nossa coleção de palavras com *ʒ* é pequena: as palavras com *ʒ* correspondem a apenas 13% dos nomes comerciais com elementos do inglês em PB e 15% dos nomes com grafia estilizada em PB. Portanto, podemos dizer que o uso do *ʒ* no léxico comercial do PB no interior de São Paulo é raro.

Podemos concluir que o uso do inglês no meio comercial é menos frequente do que o esperado. Embora Neves (1971, p. 105) afirme que “muitos neologismos comerciais baseiam-se quase que exclusivamente numa maneira bizarra, extravagante, de escrever a palavra”, de acordo com nossos dados, os comerciantes que ousam no nome do seu estabelecimento comercial ainda são minoria. Não podemos deixar de notar, porém, que, ao andar pelas ruas, temos a impressão de que há um maior número de nomes comerciais com elementos do inglês, *ʒ* e grafia estilizada devido ao fato de esses nomes se destacarem em meio a tantos outros por serem diferentes e inusitados.

## REFERÊNCIAS

ALVES, I. **Neologismo**: Criação Lexical. São Paulo: Ática, 1990.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BORTOLI, E. de. Nome Empresarial. In: **Publicatio UEPG – Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**. v. 14. n. 2. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006. p. 83-91. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/570/569>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei nº 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 107-125.

GARCEZ, P. M.; ZILLES, A. M. S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, C. A. (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 15-36.

GUÉRIOS, R. F. M. Onionímia ou Onomástica Industrial. In: BARBADINHO NETO, R. (Org.). **Estudos em homenagem a Cândido Jucá (Filho)**. Rio de Janeiro: Simões, 19--.

GUILLÉN, M. F. Is Globalization Civilizing, Destructive or Feeble? A Critique of Five Key Debates in the Social Science Literature. In: **Annual Review Sociology**, 2001. p. 235-260.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia Portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

NEVES, V. L. H. **Nomes próprios comerciais e industriais no português**: um aspecto da nomenclatura do comércio e da indústria em Belo Horizonte. 1971. 208f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1971.

PAIVA, V. L. M. de O. e. **A língua inglesa enquanto signo na cultura brasileira**. 1991. 394f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (Org.). **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 135-159.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1990.

TOLEDO, R. P. Uma paixão dos brasileiro's In: **Revista Veja**. n. 1999. São Paulo, 14 mar. 2007. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/140307/pompeu.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2009. p. 1.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

## **SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES**

### **ANNA CAROLINA CHIEROTTI DOS SANTOS ANANIAS**

Graduada em Letras Vernáculas e Clássicas, Especialista em Língua Portuguesa e Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Atua principalmente nas áreas de Lexicologia e Toponímia. Doutoranda em Estudos da Linguagem, UEL – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Londrina – PR – Brasil. 86057-970 – annachierotti@yahoo.com.br

### **CONCEIÇÃO DE MARIA DE ARAUJO RAMOS**

Coordenadora do Atlas Linguístico do Maranhão. Coordenadora Regional do Atlas Linguístico do Brasil para o Maranhão, Professora Associada de Língua Portuguesa e de Linguística, UFMA – Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA – Brasil. 65050-805 – conciuufma@gmail.com

### **CLOTILDE DE ALMEIDA AZEVEDO MURAKAWA**

Destaca-se na área de Ciências do Léxico, em especial Lexicografia e Lexicologia. Coordenou o projeto Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII (CNPq, 2013). Publicou artigos em periódicos nacionais e internacionais sobre Lexicografia e Metalexigrafia da Língua Portuguesa, autora da obra *Antônio de Moraes Silva: lexicógrafo da língua portuguesa* (Cultura Acadêmica, 2007), docente permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – clotildeaazm@gmail.com

### **CRISTINA MARTINS FARGETTI**

Formada pela UNICAMP, líder do Grupo LINBRA. Tem se dedicado à elaboração de um dicionário geral para a língua Juruna (Tronco Tupi), estabelecendo uma relação entre língua e cultura, o que leva a um diálogo com diversas áreas de saber. Atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa orientando trabalhos de descrição/documentação, nas áreas de Fonologia, Morfossintaxe e Estudos do Léxico, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – cmfarget@gmail.com

### **EDSON LEMOS PEREIRA**

Possui graduação em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Francesa e suas respectivas Literaturas pela UFMA. Atualmente é auxiliar de pesquisa do projeto Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociolinguística, Toponímia, Domingos Vieira Filho e português falado no Maranhão, UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas – Departamento de Letras. – São Luís – MA – Brasil. 65050-805 – edsonlp20@hotmail.com

### **ILANA CATHARINE DOS SANTOS SEREJO**

Aluna de graduação em Letras, Português e Inglês com suas respectivas literaturas, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Atua na área da Linguística e, atualmente, participa do Projeto Tesouro Patrimonial do Léxico Galego e Português e do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA, UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA. – São Luís – MA – Brasil. 65050-805 – ilana.serejo@hotmail.com

### **IVANILDE DA SILVA**

Graduada em Letras/Português pela Universidade Regional de Blumenau. Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa, bolsista CAPES com estágio de aperfeiçoamento docente PAE (Projeto de Aperfeiçoamento de Ensino), USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – ivabsilva2003@yahoo.com.br

### **JOÃO NUNES AVELAR FILHO**

Professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Estadual de Goiás (UEG), atuando no ensino e pesquisa linguísticas. Participa ativamente do Grupo de Linguística Ecológica da Universidade de Brasília (UnB) e do Núcleo de Estudos da Língua e Imaginário (NELIM) na Universidade Federal de Goiás, UEG – Universidade Estadual de Goiás. Formosa – Goiânia – GO – Brasil. 75200-000 – javelar3@hotmail.com

### **LETÍCIA RODRIGUES GUIMARÃES MENDES**

Mestra em Linguística Histórica e graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Faz parte do GRU-MEL – Grupo Mineiro de Estudos do Léxico. Atualmente é professora na Fundação Pedro Leopoldo. FPL – Fundação Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo – MG – Brasil. 33600-000. – leticia.guimaraes@fpl.edu.br

### **MÁRCIA SIPAVICIUS SEIDE**

Professora do curso de Letras da UNIOESTE, *campus* Marechal Cândido Rondon e professora do Programa de Pós Graduação em Letras – PPGL, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Cascavel – PR – Brasil. 85819-110 – marciaseda4@hotmail.com

### **MARIA DA CONCEIÇÃO REIS TEIXEIRA**

Doutora em Letras, desenvolve pesquisas com periódicos raros resgatando e editando textos. Estuda o léxico representativo do sertão baiano em textos literários. Professora Plena, UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas I. Salvador – BA – Brasil. 41610-090 – conceicaoreis@terra.com.br

### **MARIA HELENA DE PAULA**

Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Estudos da Linguagem. Tem interesse em estudos de léxico e cultura, a partir de fontes orais ou manuscritas seculares, com enfoque regional. Pesquisadora da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística e Coordenadora de Pesquisa e Pós-graduação, UFG – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Goiânia – GO – Brasil. 74690-900 – mhp.ufgatalao@gmail.com

### **MARIA SILVANA MILITÃO DE ALENCAR**

Pesquisadora do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB – Projeto de abrangência nacional. Doutora em Linguística. Professora, UFC – Universidade Federal do Ceará – Departamento de Letras Vernáculas. Fortaleza – CE – Brasil. 60020-181 – msmilitao@gmail.com

### **MAYARA APARECIDA RIBEIRO DE ALMEIDA**

Graduada em Licenciatura em Letras, com habilitação em Português e Inglês pela Universidade Federal de Goiás (2015) – Regional Catalão. Mestranda em Estudos da Linguagem pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa na área de Linguística e Filologia, com ênfase em Lexicologia, UFG – Universidade Federal de Goiás. Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística. Catalão – GO – Brasil. 75704-020 – may\_aparecida20@hotmail.com

### **NATÁLIA CRISTINE PRADO**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Araraquara, com período sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – natalia\_cristine\_prado@yahoo.com.br

### **ODAIR LUIZ NADIN**

Doutor e Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista de Araraquara. Graduado em Letras Português/Espanhol e respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Londrina. Realizou estágio de doutoramento no Institut Universitari de Linguística Aplicada da Universitat Pompeu Fabra/Barcelona e estágio de Pós-doutoramento em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universidade de Salamanca. Tem experiência na área de Linguística, atuando nos temas: Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira e Estudos do Léxico: Lexicologia/Lexicografia e Terminologia/Terminografia. Professor Assistente Doutor – UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – odairnadin@fclar.unesp.br

### **PATRÍCIA HELENA FRAI**

Aluna do Programa de Pós Graduação em Letras e bolsista CAPES/CNPQ, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Letras. Cascavel – PR – Brasil. 85819-110 – patriciafrai@hotmail.com

### **RAPHAEL BESSA FERREIRA**

Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Estudos Literários (Teoria da Literatura e Estilística). Mestre em Literatura Brasileira (CES/JF). Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa (USP). Professor da Cátedra de Literatura, UEPA – Universidade do Estado do Pará. Centro de Ciências Sociais e Educação – Departamento de Língua e Literatura. Belém – PA – Brasil. 66113-010 – ru-98@hotmail.com

### **RAYNE MESQUITA DE REZENDE**

Membro do GEPHPOR – Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português, atuando especificamente na área de Metalexigrafia com enfoque regional e pesquisa sob as perspectivas teóricas da Dialetoлогия e Sociolinguística. Discente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Estudos da Linguagem, UFG – Universidade Federal de Goiás. Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística – Catalão – GO – Brasil. 75704-020 – raynemesquita@hotmail.com

### **RENATA CAZARINI DE FREITAS**

Bacharel em Latim pela USP. Especialista em Estudos Clássicos pela UnB. É pesquisadora de teatro antigo e da romanização na Britânia e na Ibéria. Aluna do Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas, USP – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – renatacdef@gmail.com

### **TATIANA MARTINS MENDES**

Atua na área da Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Toponímia com pesquisa que envolve língua, cultura e sociedade no Vale do Jequitinhonha. Colaboradora do Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. Professora (bolsista – CAPES) de Português Língua Adicional da UFMG/DRI, Doutoranda em Linguística Teórica e Descritiva pelo Programa de Pós-Graduação (PosLin) da FALE, UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras – Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – tatiana.pro@hotmail.com

**THECIANA SILVA SILVEIRA**

Desenvolve pesquisas em Linguística, atuando, principalmente, nas seguintes áreas: Sociolinguística, Lexicologia (Tabu linguístico) e Terminologia (Cultura do babaçu), UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas – Departamento de Letras. – São Luís – MA – Brasil. 65050-805 – thecianasilveira@gmail.com

**ZULEIDE FERREIRA FILGUEIRAS**

Pesquisadora da antroponímia de origem italiana na cidade de Belo Horizonte, realizando um acurado estudo de campo, em fontes primárias, com objetivo de resgatar nomes de imigrantes italianos e de seus descendentes, desde a época da construção da Capital de Minas Gerais, no final do Século XIX, UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – zuleide.filgueiras@gmail.com

**APOIO:**

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa  
Departamento de Linguística



**GPEL** – Grupo de Pesquisa Estudos do Léxico: descrição e ensino

**LINBRA** – Grupo de Pesquisa de Línguas Indígenas Brasileiras





letraria 